

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública
Departamento de Endemias Samuel Pessoa

**O Processo de Construção da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de
Educação Popular e Saúde no Rio de Janeiro**

Luciana Garritano Barone

RIO DE JANEIRO
2006/Setembro

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE
MOVIMENTOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE NO
RIO DE JANEIRO**

LUCIANA GARRITANO BARONE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública.

Orientador
Prof. Dr. Victor Vincent Valla

Rio de Janeiro
2006

Folha de Aprovação

Título: O Processo de Construção da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde no Rio de Janeiro

Autora: Luciana Garritano Barone

Dissertação apresentada à banca examinadora composta pelos professores:

Profº. Dr. Victor Vincent Valla – ENSP/FIOCRUZ

Orientador

Profª. Drª. Helena Maria Scherlowski Leal David – FENF/UERJ

Profº. Dr. Eduardo Navarro Stotz – ENSP/FIOCRUZ

Rio de Janeiro
2006/Setembro.

Catálogo na fonte

Centro de Informação Científica e Tecnológica

Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Barone, Luciana Garritano.

O Processo de Construção da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde no Rio de Janeiro. / Luciana Garritano Barone. Rio de Janeiro: s.n., 2006.

Orientador: Valla, Victor Vincent.

Dissertação de mestrado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública.

1. Educação Popular e Saúde. 2. Sociedade Civil. 3. Intelectuais. 4. Movimentos Sociais. I. Título.

Dedico este trabalho a todos os que fazem da
capacidade de se indignar frente às injustiças
sociais mola propulsora para um agir em prol de
um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Impossível cogitar o ingresso no curso de mestrado, o estudo por dois anos e a elaboração e conclusão desta dissertação sem o apoio, a participação e a presença de muitas pessoas e instituições em minha vida. Para conseguir expressar ainda que de forma breve toda a minha gratidão, opto por seguir uma certa ordem cronológica, agradecendo

A Deus, mesmo nos momentos em que duvidei de Sua existência.

A Eduardo, Teresa, Maria Alice, Zé Wellington, Sonia e Elaine por terem me apresentado ao movimento de Educação Popular e Saúde e por todo o incentivo e apoio para que eu me inscrevesse mais uma vez no mestrado da ENSP.

A Martinez e a Maurício pelas dicas de como se estudar para a prova de seleção e por todas as “vibrações positivas”.

Aos companheiros e amigos do primeiro ano de ANEPS, Celina, Nora, Sonia, Eliane, Elaine, Graciela, Dani Moraes, Rita, Vanessa, Viviane e Ariadna, meus maiores incentivadores para cursar o mestrado no Departamento de Endemias, pelo carinho, apoio, dicas tranquilizantes e por todas as mensagens de motivação.

À Dani e ao Cassius por montarem comigo um curso preparatório com 100% de aprovação.

À ENSP e aos seus funcionários e professores que me receberam e me proporcionaram um grande aprendizado não só dentro das salas de aula.

A Valla, meu estimado orientador, por todo o apoio, cordialidade, sensibilidade e discussão.

À equipe do Departamento de Endemias, Carlinha, Amâncio, Evandro, Cristiano, Jussara e Lu, pela acolhida e por todos os salvamentos de última hora.

À CAPES que felizmente financiou minha pesquisa desde maio de 2004.

À Ana Paula, Antônio, Rosa, Carlos, Luís, Dayse, Esther, Heloísa, Dimas, Sônia, Socorro, Kátia, Márcio, Eduardo Rocha, Moisés, Irene, Vera Joana, Lúcia, Marlene, Luanda e a todos os que fazem ou fizeram parte da ANEPS-RJ pelo aprendizado constante.

À Daniela Sophia, minha grande amiga e referência, por todos os férteis momentos de trocas de idéias, pelas sugestões e revisões, puxões de orelha e palavras de carinho e incentivo.

À Vanderléia Daron pelas instigantes conversas, ainda que breves.

A Rubens Mattos pelos ensinamentos que extrapolaram os limites da disciplina.

À Bia e a Eduardo pelas contribuições durante a banca de qualificação.

À Suely Gomes pela acolhida e pelas excelentes contribuições na elaboração do texto.

A Alberto Najar pelos maravilhosos livros emprestados.

A Eduardo Stotz, a Eymard Vasconcelos, à Graciela Pagliaro, a Helena David, a Márcio Villard e a Sonia Acioli por terem aceitado participar deste trabalho também como entrevistados e por suas belíssimas contribuições.

À Graciela pelo carinho em ler o projeto de dissertação e discutí-lo.

À minha querida mãe e revisora oficial por toda a amizade, amor, compreensão e apoio.

Ao meu pai, meus irmãos, meus avós, meus tios e primos pela torcida organizada.

Aos meus amigos de mestrado, Juliana, Jesem, Carla e Sheila, pelo companheirismo e pelos momentos de descontração.

Aos meus amigos, Fernanda, Rachel, Raquel, Angélica, Vanessa, Cagy, Luis Henrique e Emerson pelas discussões acadêmicas, ainda que em mesas de bar.

Aos meus amigos, Adriana, Ana, Renata, Tia Dani, Juliana, Tatiana, Marina, Juju, Daniela, Giselle, Fernando, Antoine, Léo, Glauber, Zanetti, Nilton, Cláudio, Marquinhos, Flávio e Claudinha, por me tirarem da frente dos livros e do computador e por relevarem minhas ausências.

Ao Wilson pelo carinho, por compartilhar escritório, papéis e tintas comigo, por todo incentivo e amizade.

À Sandra pelos cafés e distanciamentos furtivos de meu objeto de estudo.

À Rita, ao Irlando e ao Leonardo pela compreensão, paciência e apoio.

A Carlos Silvan, Vera Dantas, Margarida, Bernadete Teixeira, Rodrigo Cariri, José Ivo, Júlio Wong, Mônica Assis, Beth Smeke, Waldenez, Ricardo Chapecó, Luiza, enfim, a todos os que participam e/ou participaram da ANEPS e/ou da REDEPOP e que me fizeram refletir, amar/odiar e ajustar inúmeras vezes as lentes e o modo de olhar a EPS e as relações humanas existentes por este país continental.

LISTA DE SIGLAS

- ABRASCO** – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
- ANEPS** – Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde
- ANEPS-RJ** – Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde do Rio de Janeiro
- ANPED** – da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- BM** – Banco Mundial
- BVS** – Biblioteca Virtual em Saúde
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base
- CEBES** – Centro Brasileiro de Estudos da Saúde
- CEDAPS** – Centro de Promoção da Saúde
- CEPEL** – Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina
- CIDSE** – Cooperação Internacional Católica para o Desenvolvimento e a Solidariedade
- CNS** – Conselho Nacional de Saúde
- COC** – Casa de Oswaldo Cruz
- CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONEPS** – Comissão Nacional de Educação Popular e Saúde
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Saúde e Alegria/
Grupo de Trabalho da Amazônia
- CPC's** – Centros Populares de Cultura
- CS** – Conselhos de Saúde
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DEGETS** – Departamento de Gestão da Educação na Saúde
- DENEM** – Direção Nacional dos Estudantes de Medicina
- DENSP** – Departamento de Endemias Samuel Pessoa
- ENEMECS** – Encontros Nacionais de Medicina e Experiências Comunitárias
- ENSP** – Escola Nacional de Saúde Pública
- EP** – Educação Popular
- EPS** – Educação Popular e Saúde
- FENF** – Faculdade de Enfermagem
- FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional
FNS – Fundo Nacional de Saúde
GPV - Grupo Pela Vidda - Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids
GT - Grupos de Trabalho
IEC – Informação, Educação e Comunicação
IMS – Instituto de Medicina Social
JUC – Juventude Universitária Católica
MEB – Movimento de Educação de Base
MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.
MOPS – Movimento Popular de Saúde
MORHAN – Movimento de Reintegração dos Atingidos pela Hanseníase
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização Não-Governamental
PCB – Partido Comunista Brasileiro.
PCI – Partido Comunista Italiano
PEP – Pólos de Educação Permanente
PMC – Projeto Montes Claros
PSF – Programa de Saúde da Família
PT – Partido dos Trabalhadores
REDEPOP – Rede de Educação Popular e Saúde
SAPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SCIELO – Scientific Eletronic Library on Line
SEGETS – Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SINAL – Sistema de Informações ao Nível Local
SUDS – Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde
SUS – Sistema Único de Saúde
TL – Teologia da Libertação
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEE – União Estadual dos Estudantes
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unafisco Sindical – Sindicato dos Fiscais do Imposto de Renda

UNB – Universidade Federal de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

BARONE, Luciana Garritano. O Processo de Construção da Articulação nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde no Rio de Janeiro. Orientador: Prof. Dr. Victor Vincent Valla: Rio de Janeiro: 2006, 243 folhas. Dissertação de mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz.

RESUMO

Esta dissertação consiste na análise das bases, pressupostos, objetivos, formas, representações, tensionamentos e conquistas da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde do Rio de Janeiro (ANEPS-RJ). Toma-se como objeto o processo de construção da ANEPS-RJ, mediante o estudo de observações, relatórios, documentos, mensagens via correio eletrônico e entrevistas feitas com seis atores-chave da Articulação, entendidos como tais por terem suas histórias de vida marcadas pelo empenho em concretizar articulações de Educação Popular e Saúde (EPS), cuja participação no movimento não se restringe ao momento atual. A pesquisa buscou identificar quais são os atores efetivamente envolvidos na construção da ANEPS-RJ e como os mesmos pensam a Articulação, além de discutir o conjunto de idéias que viabiliza a construção da ANEPS-RJ e sua relação com a política de Saúde no contexto do SUS. Por meio das escolhas teórico-metodológicas feitas, foi possível perceber que o movimento de EPS se reinventa, de modo a constituir um novo espaço de luta: a ANEPS-RJ; no qual políticas culturais são praticadas, antigas utopias igualitárias são reiteradas e intelectuais se destacam como os protagonistas desse processo, que tenta influenciar as políticas de Saúde. Contribui-se para a reflexão sobre a EPS e o papel dos movimentos sociais nas políticas de saúde.

Palavras-chave: educação popular e saúde; movimentos sociais; sociedade civil e; intelectuais.

ABSTRACT

This thesis consists in the analysis of the bases, objectives, forms, representation, and **conquests** of Articulation National of the Movements and Practices of Popular Education and Health in Rio de Janeiro (ANEPS-RJ). The process of ANEPS' construction by observation studies, reports, documents, e mail messages and interviews made with key actors of the Articulation shows their persistence in fighting to materialize popular education in the health field, whose participation in the movement is not restricted to the current moment. The research looked for identifying which actors are effectively involved in the construction of ANEPS and how they think about the Articulation, beyond arguing the ideas that make the ANEPS' construction possible and its relation with the Health Policy in the context of SUS. By the theoretical and methodological approach done, it was possible to see that the movement of popular education was "re-invented" in order to constitute a new space of struggle: a ANEPS-RJ; that's where the cultural policies are made, the old igualitary utopias are reiterated and intellectuals are detached as protagonists of this process, who try to influence the Health policies. This thesis has the objective of contributing to the reflection about Popular Education in the Health field and the importance of social movement in the construction of health policies.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I – A Noção de Educação Popular Numa Perspectiva Histórica	21
I.I. - Proto-forma	22
I.II. - A Esquerda Católica: influência e presença marcante	23
I.III. - Educação Popular e Sociedade Civil	39
I.IV. - Qualificação Técnica e Política: A estratégia da Educação Popular	42
Capítulo II – A Educação Popular em Interface com a Saúde	50
II. I. - Movimentos Sociais: do que se trata?	59
II. II. - Educação e Saúde, Educação Popular e Saúde	62
II. III. - Primeiro Marco: o surgimento da Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde	72
II. IV. - O Conceito de Intelectual	78
II. V. - Segundo Marco: o surgimento da REDEPOP	79
II.VI. – Terceiro Marco: o surgimento da ANEPS	87
Capítulo III - A ANEPS no Estado do Rio de Janeiro e seu Processo de Construção	110
III. I. - Crise no SUS	116
III. II - O Trabalho em Equipe: indivíduos num coletivo	122
III. III. – Comparando Momentos do Movimento de EPS	127
Considerações Finais	137

Fontes Bibliográficas

Referências Bibliográficas

ANEXOS

I - Roteiro de Entrevista

II - Termo de Consentimento

III – Caderno de Entrevistas

INTRODUÇÃO

Temática

Esta pesquisa se encontra no campo dos Estudos Culturais, o que permite inscrevê-la na História dos Intelectuais. Tem como objeto o processo de construção da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS), mais precisamente da ANEPS do Rio de Janeiro (ANEPS-RJ). A dissertação bebe em fontes diversas: Estudos Culturais, História Cultural, História dos Intelectuais e, por se constituir numa dissertação que lida com a história do tempo presente, vai ao encontro de seres de carne e osso, contemporâneos a mim e me leva a lidar com recursos documentais que parecem ser infinitos, devido à grande produção escrita, sonora, visual, somada à minha própria produção de arquivos. Busca-se contribuir para a sistematização teórica da Educação Popular e Saúde (EPS), para uma maior reflexão sobre a mesma e sobre os atores sociais que a constituem.

Apresentação

A motivação para esta pesquisa começou quando cursava a Faculdade de Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2000, houve meu primeiro contato com a EPS quando participei de um Projeto de Extensão Universitária em Pedras de Fogo, Paraíba, o qual me possibilitou conviver com a população local e retificar o conhecimento. Apesar de naquele momento não ter consciência, trabalhei com a EPS na prática. Em julho de 2002, a leitura de uma publicação em circulação no setor saúde, a revista Tema, e do Nós da Rede - Boletim da Rede de Educação Popular e Saúde (REDEPOP¹) constituíram minha primeira aproximação com as discussões sobre a Educação Popular, suas teorias e práticas aplicadas à Saúde. Na medida em que tomava conhecimento das experiências de EPS e de sua metodologia, percebia várias semelhanças com o trabalho que desenvolvi em equipe na Paraíba. Identifiquei-me, no mesmo ano, com a proposta da Especialização em Educação e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), devido ao desejo em

¹ Rede de articulação entre profissionais de saúde e acadêmicos ligados à EPS formada no final de 1998, após intelectuais do Brasil, além de um da Argentina, decidirem transformar a Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde em REDEPOP. Foi criada uma página na internet e uma lista de discussão por correio eletrônico, que dinamizou e ampliou o trabalho da mesma.

seguir a docência acadêmica voltada para o pensar a Saúde além da assistência médica. Foi durante o curso que sistematizei toda a experiência vivida na Paraíba. Realizei, no decorrer do trabalho monográfico, entrevistas com três estudantes e duas professoras que participaram do Projeto de Extensão. No discurso das alunas, fazia-se muito evidente a presença de atividades de Educação Popular, ao mesmo tempo em que não foi possível perceber a intencionalidade neste fato, uma vez que as entrevistadas pareciam desconhecer o que vem a ser Educação Popular. Baseando-me em autores como Paulo Freire, Victor Vincent Valla, Carlos Rodrigues Brandão, Eduardo Navarro Stotz, Eymard Mourão Vasconcelos e José de Souza Martins, concluí a Especialização, em março de 2003, com a monografia intitulada “Reflexões sobre o Processo de Conhecimento de Participantes de um Projeto de Extensão Universitária, em Pedras de Fogo, Paraíba”, cujo orientador foi o professor doutor Eduardo Navarro Stotz.

Por meio destas primeiras leituras, percebi a EPS como um movimento de profissionais de saúde e acadêmicos, os quais a tinham como um projeto político-pedagógico capaz de mudar as concepções das práticas de saúde e os rumos da Atenção à Saúde.

No VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Congresso da ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva), realizado de 29 de julho a 02 de agosto de 2003, em Brasília, também com o intuito de me aproximar mais da Educação Popular e Saúde, participei de uma oficina pré-congresso de EPS coordenada por Eduardo Stotz e Sonia Acioli. Durante o evento, tive o prazer de participar de uma reunião da REDEPOP, que culminou no que entendo como um espaço crucial para a ANEPS, por ter sido o momento no qual atores envolvidos com a EPS de todo o país puderam se encontrar, falar sobre a Articulação no contexto atual, convidar novos grupos a fazer parte da mesma e realizar um primeiro diálogo por estados, já que os presentes se dividiram por seus estados de origem.

Faço parte da Articulação do Rio de Janeiro, desde o VII Congresso da ABRASCO. A motivação para participar da ANEPS veio do desejo de aprender e contribuir com os movimentos e práticas de EPS, que vêm despertando meu interesse e simpatia há algum tempo. Sendo minha inserção na Articulação desvinculada de algum movimento ou prática, sou tida como profissional da saúde comprometida com a perspectiva da educação popular, segundo os termos do primeiro documento oficial da mesma (ANEPS, 2003).

No decorrer de minha participação na ANEPS-RJ, em 2004, deparei-me acidentalmente com exemplares de boletins da CONEPS - Comissão Nacional de Educação Popular e Saúde, que pertenciam a organização não-governamental (ONG) CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde, endereço-sede da ANEPS-RJ. Lendo os mesmos percebi uma grande semelhança com a ANEPS. Objetivos, dificuldades, existência de uma articulação nacional de EPS. Fascinada, questionei alguns atores a respeito do conhecimento desta Comissão. Os mais novos a desconheciam, alguns disseram que era o início da ANEPS atual, enquanto outros negaram a possibilidade de vínculos ou de origem da ANEPS na mesma. Minhas inquietações aumentaram. Por que não falar sobre esta parte da história da EPS? Porque não tentar saber o que deu certo e o que deu errado, para aprender, com experiências anteriores, qual o melhor caminho a traçar? O que existe de particular e o que existe de comum entre estes dois momentos de articulação da EPS? Como e quando a REDEPOP passou a existir? É possível que a Rede, apesar de, ou justamente por seu alcance, devido a apropriação do ciberespaço, seja um movimento de acadêmicos e de profissionais de saúde pertencentes ou não a movimentos sociais? É possível que o diferencial da ANEPS seja poder incluir mais assiduamente alguns atores das classes populares, de movimentos e práticas de EPS que não tenham vínculos com a academia? A partir daí tive a nítida sensação de que a construção da ANEPS, mais precisamente o processo de construção da Articulação do Rio de Janeiro daria um bom objeto de dissertação.

Creio que cabe colocar aqui as dificuldades em se elaborar um trabalho acadêmico relativo a um objeto do qual se faz parte. Não pretendo negar minha militância, tampouco alegar neutralidade sobre os fatos. Não tenho a pretensão de construir uma dissertação que dê conta de conhecimentos acabados, baseada em uma suposta verdade maior. Pretendo sim, construí-la como um conjunto de conhecimentos contestados e contextualizados, obtidos com revisões dialógicas e sempre pensando sua relevância. Assim como Hall (2003: 217), acredito que exista diferença entre a compreensão política do trabalho intelectual e a substituição da política pelo trabalho intelectual. Meus esforços se concentraram na tentativa de compreender politicamente esta pesquisa.

Situação Problema

A partir da hipótese de que os problemas e pressupostos que a ANEPS carrega hoje aparecem em outros períodos históricos e que, inclusive, atores que fizeram parte de experiências anteriores fazem também parte da ANEPS, formula-se a questão central desta pesquisa da seguinte maneira: Como a EPS, através da construção da ANEPS, reinventa formas de participar na arena política da Saúde?

Sente-se a necessidade de se identificar e delimitar melhor o problema a ser estudado e, com este intuito enunciar as seguintes questões norteadoras: O que suscita a criação da ANEPS? Quais são os pressupostos teórico-metodológicos e objetivos da ANEPS? Como foi formulada e é organizada? Quem está efetivamente envolvido? Como Paulo Freire subsidia os intelectuais na constituição da ANEPS? Foi criada ou reinventada em 2003? Como é o contexto que favorece a existência da ANEPS? A que a ANEPS se propõe? Para que serve a ANEPS? A política do MS foi um objetivo ou uma surpresa para a ANEPS?

Será que o apoio a ANEPS seria uma resposta governamental à crise no SUS? Ou, assim como afirma Vale (2001:8), mais uma forma da Educação Popular encontrar saída para sua crise no interior do Estado? Quais são os motivos da ANEPS participar de uma política do MS? Seus atores foram convidados a participar? Não se pode esquecer que o Brasil, bem como toda a América Latina, é bombardeada com propostas do BM, relativas à focalização, redefinição do papel do Estado e re-interpretação do direito à saúde. Será que a ANEPS é uma estratégia dos intelectuais da EPS de retorno à base da EPS, ou seja, às classes populares? Poder-se-ia dizer que é uma tentativa de exortar cada vez mais as classes populares a participar da luta em defesa do SUS? Haveria o intuito de promover o fortalecimento da EPS e validá-la como instrumento capaz de efetivar os princípios de equidade e de integralidade do SUS? Muitas foram as questões que surgiram e ajudaram a formar a espinha dorsal desta pesquisa.

Objetivos

Objetivo Geral

Construir uma trajetória que permita compreender a formação recente da ANEPS, suas bases, objetivos, motivações e formas de relação com o SUS.

Objetivos Específicos

- Identificar quais são os atores efetivamente envolvidos na construção da ANEPS-RJ e como os mesmos pensam a Articulação.
- Discutir o conjunto de idéias que viabiliza a construção da ANEPS-RJ e sua relação com a política de saúde no contexto do SUS.
- Contribuir para a reflexão sobre a Educação Popular e Saúde e o papel dos movimentos sociais nas políticas de saúde.

Justificativa

A relevância deste estudo está em sua contribuição para a sistematização teórica da EPS, para uma maior reflexão sobre a mesma e sobre sua importância, enquanto transformadora das práticas do campo da Educação e Saúde. Este tipo de estudo ajuda a desvendar a dinâmica dos atores sociais, que se apresentam tentando influenciar uma política. Isto porque a constituição da ANEPS se insere no bojo das lutas contra o desmonte e pela revitalização do SUS, assim como passa pela discussão do preconceito brasileiro à pobreza e às classes populares, que além de dificultar a participação política desta última a discrimina dentro do sistema de saúde, uma vez que tal discriminação é feita muitas vezes pelo próprio profissional de saúde.

Um dos objetivos da EPS parece ser garantir o SUS, o que significa zelar por um Sistema com qualidade, para todos, sem gastos e no qual possam ser incorporadas pelos profissionais de saúde novas maneiras de perceber não só a população, mas também o processo saúde-doença e as ações de saúde.

Os motivos que justificam a pesquisa se encontram na necessidade de se entender como a população se organiza e o que a mobiliza, o que subsidia a força política destes

atores sociais, como contribuem para reorganizar a Atenção à Saúde e de se teorizar sobre experiências de EPS, sobre as práticas, os movimentos sociais e os indivíduos que compõem a luta pela saúde, especialmente pelo SUS. Tais contribuições poderão ser utilizadas em outras investigações científicas, na formulação e na implementação de políticas públicas, que possam vir a beneficiar a sociedade.

Procedimentos Metódicos

O primeiro procedimento metódico adotado nesta dissertação, diz respeito aos registros da memória² de minha própria participação na Articulação, sob a forma de relatos. Anotações feitas com o objetivo de elaborar relatórios foram usadas e compõem, o que usualmente se inclui na observação participante (Forte-White, 1990). A técnica da observação participante tem como pressuposto, segundo Rizzini et al (1999:37-110), a não neutralidade do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo, que acompanha fenômenos e situações do seu dia-a-dia.

O segundo procedimento, feito após as entrevistas, foi a pesquisa bibliográfica e documental. Analisando a produção acadêmica encontrada em bases de dados, inicialmente usando como unitermos educação popular, educação popular e saúde, educação em saúde e movimentos sociais, buscou-se o conteúdo do estado da arte. Através do estudo de fontes diversas relativas à CONEPS, à REDEPOP e à ANEPS, tais como relatórios, boletins e mensagens da internet, pretendeu-se conhecer os atores efetivamente envolvidos, o processo de produção destas fontes, já que interfere no conteúdo das mesmas, e o percurso histórico da Articulação. Somente da CONEPS e da REDEPOP existem, respectivamente, nove e dezoito boletins. Quanto as mensagens via internet, foram consideradas as veiculadas por meio das listas de discussão da ANEPS, da ANEPS-RJ e da REDEPOP, quando encaminhadas para as listas da ANEPS. Todas vinculadas à página virtual Yahoo (yahoo grupos). Foram buscados documentos do MS relativos à ANEPS para serem estudados. Documentos intermediários e com várias versões foram entendidos como importantes, por representarem a possibilidade de se desvendar o processo de negociação

² Segundo Le Goff (1996) é o conjunto de funções psíquicas que tornam o homem capaz de atualizar impressões ou informações passadas, ou que representa como passadas.

durante sua confecção e por terem servido como inspiração para a formulação das perguntas que foram utilizadas nas entrevistas. O livre acesso aos documentos produzidos pela ANEPS-RJ foi um facilitador. Para a análise do discurso sobre a ANEPS presentes nos textos, os conteúdos selecionados foram analisados, levando-se em consideração, o contexto de produção, o assunto dos textos, os atores e as instituições envolvidas na produção do material, os objetivos explicitados como oficiais e a metodologia proposta, quando a mesma foi mencionada. A pesquisa bibliográfica foi estendida ao campo dos Estudos Culturais e à História, mais precisamente à História dos Intelectuais, à História Cultural e à História Oral, com os quais foi possível construir a fundamentação teórica e metodológica.

O terceiro procedimento consistiu na realização de entrevistas com os atores-chave, que foram individuais, abertas e semi-estruturadas. O objetivo deste procedimento é, ao estar entrando em contato com os sujeitos envolvidos e considerando a percepção dos mesmos, conseguir responder as perguntas, que no item situação problema foram chamadas de questões norteadoras. As entrevistas são entendidas aqui como aquelas em que o entrevistado fala livremente sobre o tema proposto, limitado, contudo, por um roteiro de questões a serem pontuadas no momento da entrevista. Esta abordagem foi escolhida pelo fato de se considerar a fala como "reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas" (Minayo apud Simioni, 1996:6).

A limitação de tempo para a conclusão desta dissertação também interferiu na escolha dos entrevistados. Todos são considerados atores-chave, por terem suas histórias de vida marcadas pelo empenho em concretizar articulações de EPS, cuja participação na EPS não se restringe ao momento atual. De acordo com o interesse em apresentar a ANEPS dentro de uma perspectiva histórico-cultural e de se desvendar um possível arranjo de interesses cristalizados em sua formação, foram escolhidos os entrevistados. Nas linhas que seguem, são apresentados os seis entrevistados e, sucintamente, comenta-se sobre suas formações, atuações profissionais e na EPS: 1º) Eduardo Stotz é sociólogo, mestre em História pela UFF e Doutor em Saúde Pública pela ENSP, sob orientação de Valla. É

professor da ENSP, membro da REDEPOP, tem grande relevância, desde a década de 90, na EPS e, foi da Coordenação Nacional da ANEPS, tendo participado fortemente da construção do arranjo recente da ANEPS e da ANEPS-RJ até 2005; 2º) Eymard Vasconcelos é médico, especialista em Saúde Pública, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Saúde Pública e pós-doutor pela ENSP, tendo sido orientado por Valla. É professor adjunto na UFPB. Foi membro da CONEPS, é membro da REDEPOP, do Grupo de Trabalho (GT) de EPS da ABRASCO e da ANEPS-PB, além de figura central na Articulação Nacional, bem como referência na EPS; 3º) Graciela Pagliaro é médica homeopata, especialista em Educação e Saúde pela ENSP, sob orientação de Stotz, e mestre em Saúde Pública também pela ENSP e sob co-orientação de Stotz. É funcionária do SUS, membro da REDEPOP e da ONG Homeopatia Ação Pelo Semelhante. Foi coordenadora da Pesquisa Nacional da ANEPS, realizada em 2003 e 2004, além de ser membro do Núcleo Executivo da ANEPS-RJ; 4º) Helena Maria David é enfermeira, mestre e doutora em Saúde Pública pela ENSP, sempre sob orientação de Valla, e com pós-doutorado no Canadá. É professora da Faculdade de Enfermagem da UERJ, atual coordenadora da REDEPOP, membro do GT de EPS da ABRASCO e da ANEPS-RJ; 5º) Márcio Villard é biólogo, especialista em Educação e Saúde e em Comunicação e Saúde pela ENSP. Trabalha na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, é membro do Grupo Pela Vidua/RJ, da REDEPOP e do Núcleo Executivo da ANEPS-RJ; 6º) Sonia Acioli é enfermeira, especialista em Educação em Saúde Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Saúde Pública pela ENSP, tendo sido orientanda de Valla, e doutora em Saúde Coletiva, pelo IMS. É vice-diretora da Faculdade de Enfermagem da UERJ. Foi reconhecida como ator-chave por ter convivido com pessoas que fizeram parte da CONEPS, por sua relação antiga com a REDEPOP e por ter sido coordenadora da ANEPS-RJ, durante o ano de 2003 e o início de 2004.

O roteiro de entrevista, submetido a um pré-teste, foi organizado em blocos, compostos por perguntas centrais norteadoras e outras mais específicas, que foram utilizadas apenas nos casos em que as respostas dadas pelo entrevistado às perguntas norteadoras foram entendidas como incompletas. Os blocos ficaram abertos à introdução de novas perguntas, caso as mesmas fossem julgadas pertinentes (ver ANEXO I).

Elaborou-se um termo de consentimento livre e esclarecido, conforme o modelo disponibilizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP, através do qual foram disponibilizadas informações sobre a pesquisa e suas implicações na vida do entrevistado (ver ANEXO II).

Foi utilizada gravação magnética das entrevistas, cujo tempo de duração variou de 50 minutos a duas horas, e posterior transcrição literal de fitas, que conforme Bourdieu (1997:709) “já é uma verdadeira *tradução* ou até uma interpretação.”, inclusive porque a entonação, o ritmo, a linguagem não verbal e a postura corporal tendem a ser perdidas.

Vale lembrar que na técnica da entrevista, como observa Gil (1996, 6), a interação social tem características de um diálogo assimétrico: “em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.” Bourdieu também escreveu sobre esta assimetria e forneceu pistas preciosas para a reprodução do método de pesquisa que utilizou no trabalho sob sua coordenação, *A Miséria do Mundo*, publicado no Brasil em 1997. Mesmo tendo proximidade social e familiaridade com os entrevistados, o que diminui a “violência simbólica”, ainda assim não é fácil minimizar a sensação de intrusão e o efeito de censura do gravador sentidos pelo entrevistado. Procurou-se esclarecer o sentido dado pelo entrevistado à situação de ser pesquisado bem como os fins e as razões que justifiquem sua participação. Bourdieu (2003:695) enfatizou ser necessário “instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vista, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.” (2003: 695) Segundo o autor, é necessário superar a tendência dos entrevistados em dizer tudo, exceto o que é óbvio, o que é natural.

Como se pode perceber, ao usar várias abordagens que dialogam entre si, pretendeu-se fazer a chamada “triangulação metodológica” (Triviños, 1997) e garantir um estudo sob diferentes ângulos, mas prismados sob a perspectiva que me interessava.

Considerações Teóricas e Metodológicas

“A elaboração de novas idéias depende da libertação das formas habituais de pensamentos e expressão. A dificuldade não está nas novas idéias, mas em escapar das velhas, que se ramificam por todos os cantos da nossa mente.”

(John Maynard Keynes in SOUZA, 2004)

Procurando entender os pressupostos que embasam a ANEPS e os atores sociais que a constituem, fez-se necessário buscar a definição de Educação Popular e qual a relação da mesma com a Saúde. Autores como Bezerra, Brandão, Gadotti, Garcia, Vale e Valla foram fundamentais para a compreensão da noção da EP numa perspectiva histórica. A partir daí, enveredei pelo campo da Educação e Saúde, buscando assim contextualizar o surgimento da EPS, que tem íntima relação com os movimentos sociais atuantes no Movimento de Reforma Sanitária, cuja maior conquista foi a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Autores de EPS, tais como Souza, Stotz, Valla e Vasconcelos, bem como autores que trabalham com a Saúde Pública e Reforma Sanitária, tais como Berlinguer, Scorel e Ferreira, embasaram a construção de todo o Segundo Capítulo.

A primeira aproximação com críticas feitas à EP e, conseqüentemente, a EPS, incitou-me a questionar o que vem se constituindo como EPS. Simultaneamente, a leitura de fontes, tais como os boletins da CONEPS e da REDEPOP e de documentos da ANEPS, aumentou minha aproximação com o tema e me permitiu a possibilidade de refletir sobre as representações da EPS, sobre os ideais relativos ao SUS e à democracia, que aparecem desde a década de 90, inscritos nestes textos. As listas de discussão da ANEPS, da ANEPS-RJ das quais participo e, até da REDEPOP, da qual participei por um curto período, possibilitaram-me a percepção do alcance que a organização em redes conquistou. Para conhecer a produção intelectual sobre a EPS, foi feito um levantamento bibliográfico, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde, (BVS), Banco de Teses da ENSP, Scientific Electronic Library on Line (SCIELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao utilizar como unitermos EP, EPS, Educação em Saúde e Movimentos Sociais, senti dificuldades em encontrar dissertações e teses sobre EP e EPS. Examinei dissertações de mestrado produzidas entre os anos de 1981 e 2004 pelo

IMS e pela ENSP e teses de doutorado produzidas pela ENSP. Procurei comparar seus conteúdos e avaliar semelhanças teóricas construídas com referenciais intelectuais comuns. Percebi que todas abordam a história do campo da Educação em Saúde e a Reforma Sanitária até a construção do SUS e que há reiteração de referenciais teóricos e de modelos de análise nas mesmas. Encontrei poucas referências bibliográficas sobre a ANEPS: duas dissertações de mestrado, a defendida no Rio Grande do Sul por Daron, em 2003, e a defendida na ENSP por Pagliaro, em 2004, e; poucos artigos, como o escrito por Albuquerque & Stotz, em 2004, e o de David, Wong & Stotz, publicado em 2005. Todos os trabalhos são de autoria de pessoas que participam da ANEPS. No de Daron, a Articulação é colocada como uma estratégia alternativa daqueles que ficaram de fora das formas de controle social legítimas, ou seja, de fora dos Conselhos de Saúde. Já no artigo de Albuquerque & Stotz a Articulação aparece como consequência do incentivo que os movimentos e práticas de EPS de todo o Brasil vêm recebendo do MS, por meio do Departamento de Gestão da Educação em Saúde (2004:265). A Articulação também apareceu na “orelha” do livro *Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família* (2001), cujo autor, Eymard Vasconcelos, comenta, sucintamente, sobre seu envolvimento na Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde, todavia ele se referia à primeira Articulação, que será abordada no Capítulo II.

Por compreender o VII Congresso da ABRASCO, realizado em Brasília, em 2002, como um evento com forte participação, ao menos presencial, de atores ligados à EPS, tive a curiosidade de pesquisar se o tema esteve presente em muitos pôsteres. Nos livros de resumos analisei os pôsteres relativos aos subtítulos *Educação & Saúde* e *Movimentos Sociais & Redes Sociais e Saúde*, respectivamente com 370 e 38 pôsteres. A EP apareceu em pouquíssimos títulos e, quando aparecia nos conteúdos, muitas vezes não era apresentada sob esta terminologia, o que me sugeriu pouca existência de sistematizações e de reflexões sobre a mesma, ao menos na modalidade de apresentação pôster.

Percebo uma tendência à repetição do conhecimento acadêmico que vem sendo produzido, o que suscita inquietações. Ao não desejar seguir tal tendência observada e ao procurar focar o estudo no processo de construção da ANEPS, acreditei ser melhor procurar entender o percurso histórico de sua criação adotando como ponto de partida o final dos anos 70 e início dos anos 80, devido a grande importância que o processo pela abertura

democrática teve para os movimentos sociais. Inicia-se assim a criação de uma linha do tempo que, a partir do propósito analítico desta pesquisa, tem seus marcos nos acontecimentos tidos como relevantes para a mesma, como, por exemplo, o surgimento da CONEPS, em 1990, o da REDEPOP, em 1998, e o da própria ANEPS, em 2003. Tal recurso metodológico não esteve fechado ao longo da pesquisa, de modo a permitir a inclusão de outro(s) marcador(es) descoberto(s) ao longo do estudo.

Todavia o campo no qual esta pesquisa se insere é o dos Estudos Culturais. Nas linhas que seguem, procura-se consubstanciar cientificamente o estudo na medida em que se justifica a escolha do campo, bem como toda a fundamentação teórica e metodológica.

Até alguns meses antes do Exame de Qualificação acreditei que o campo da Educação e Saúde daria conta de responder as indagações levantadas ao longo da construção desde trabalho. Entretanto, comecei a perceber que não poderia deixar de trabalhar com questões delicadas, relativas a ideários, ideologias e utopias, presentes no processo de construção da ANEPS, as quais creio serem importantes para se desvendar as relações existente entre os intelectuais que constituem a ANEPS e a relação da mesma com a política de Saúde. O contato com o livro *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*, de Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar abriu a possibilidade de entender a construção da ANEPS, à luz dos Estudos Culturais.

Os Estudos Culturais abrangem discursos múltiplos e histórias distintas e compreendem um conjunto de formações, com suas diferentes conjunturas e seus momentos no tempo passado. Além disto, consideram significados, sentidos e valores que configuram as relações sociais, como cultura, enquanto dimensão econômica, social e política e questionam a dicotomia entre o “nós” (tido como homogêneo, ignorando-se que o nós é a soma do “eu” com o “tu”) e o “eles” (os outros, separados), comumente encontrada não só no conteúdo das teses, mas também em concepções sobre a construção do trabalho acadêmico. Deparei-me, portanto, com o respaldo teórico que permite: compreender melhor minha posição política ao desenvolver a pesquisa; considerar que qualquer ator social é capaz de produzir e compartilhar idéias, valores e significados predominantes em alguns momentos históricos e, desvendar como estas relações acontecem dentro da ANEPS.

Além do que, o campo valoriza a importância de se buscar apreender as contribuições dos movimentos sociais para o alcance da democracia, que acontecem nos

espaços públicos apropriados ou construídos pelos movimentos, que no caso da ANEPS podem ser a lista de discussão pela internet e as Sextas-Básicas³, nos quais políticas culturais são praticadas e, identidades e demandas são moldadas.

O campo dos Estudos Culturais pode lançar uma luz nova sobre os movimentos sociais e sobre seus objetivos culturais e políticos na luta pela democracia na América Latina. O conceito de política cultural desenvolvido no campo permite colocar que, na América Latina de hoje, todos os movimentos sociais põe em prática uma política cultural. Isto porque o processo dos movimentos sociais de traduzir suas agendas em políticas públicas, de expandir as fronteiras da política institucional, de redefinir o significado da palavra cidadão ou das interpretações culturais dominantes da política, por exemplo, e de desafiar as práticas políticas estabelecidas acarreta uma política cultural.

Ao ler no folder da ANEPS, elaborado em 2004 pela Secretaria Executiva Nacional, que a Articulação “acredita que um outro mundo é possível e que está comprometida na construção deste projeto popular, com justiça, solidariedade e democracia, onde a saúde é parte integrante e resultado das condições de vida e cidadania do povo”, não tive dúvidas que os Estudos Culturais contribuem muito para esta pesquisa.

A existência de muitos atores ligados à academia, ao menos na ANEPS-RJ, que também se empenham em elaborar interpretações sobre a realidade e produzem referenciais sobre a EPS, despertou-me para um possível papel de destaque que exercem dentro da EPS e, conseqüentemente, da Articulação. Os documentos aos quais já tive acesso parecem trazer constantemente pistas deste “protagonismo”. Por conta disto, descobri recentemente a História dos Intelectuais, que vem a ser um campo aberto e relativamente novo.

Para Gramsci (1985), todos os homens são intelectuais, mesmo que não exerçam tal função na sociedade. Tal concepção proporciona uma fundamentação teórica para uma análise democrática e dialética das relações entre os intelectuais e a sociedade. Cabe colocar que, nesta pesquisa, refiro-me aos atores da ANEPS ligados à academia, que costumam teorizar sobre a EPS e sobre a ANEPS, que possuem laços em torno da redação de boletins, como intelectuais. Gramsci contribui para os Estudos Culturais com o conceito de intelectual orgânico, que consiste no aparente alinhamento dos intelectuais com um movimento histórico emergente (no caso desta pesquisa, poderia tal movimento ser o

³ Encontros destinados a formação política, que aconteceram até 2005.

surgimento da ANEPS?), exigindo que os mesmos devam estar na vanguarda do trabalho teórico intelectual e conhecer profundamente o mesmo, sem fugir da responsabilidade da transmissão dessas idéias, desse conhecimento, por meio da função intelectual, àqueles que pertencem ao seu grupo. Os intelectuais são um grupo social, segundo Sirinelli (Apud Hall, 2003) reduzido, de limites imprecisos e elitistas, que “organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de viver”.

A necessidade de compreender a formação da Articulação numa perspectiva histórica incitava ainda a adoção de uma forma distinta de olhar o objeto, a opção por um outro prisma, um ajuste das lentes, uma adequação de escala investigativa, o que me levou a procurar na História, nos Estudos Culturais, na História Cultural e na História dos Intelectuais os fundamentos e os instrumentos para subsidiar esta pesquisa. Gramsci, autor que teve a ousadia de inovar o pensar, em plenos anos 30, é alicerce em muitos momentos, com conceitos como o de *sociedade civil* ou o de *revolução passiva*. Autores como Le Goff, Rodin, Ginzburg e Pesavento, com os conceitos de memória, representação, micro-história e história cultural, passaram a ser referências após a realização das entrevistas, principalmente para tornar possível lidar com o material oriundo das entrevistas e com as impressões deixadas pelos mesmos. Trabalhou-se com história oral, com história de vida, com a memória e deparou-se com situações nas quais se percebeu momentos de certa resistência em se falar e momentos de nítido desejo de se expressar, mas ausência repentina de voz, breves silêncios, que pareciam longas buscas pela memória ou “brancos”; momentos de emoção intensa, contagiante (cheguei a ficar com lágrimas nos olhos), momentos nos quais se solicitou a interrupção da gravação. Veio o desejo de saber um pouco mais sobre como as pessoas organizam suas histórias, como a memória coletiva é formada e gerida. Utilizou-se as ferramentas oferecidas pela História Oral, para muitos uma técnica, para outros uma metodologia, ou ainda uma disciplina, mas perfeita para esta dissertação, pois comporta uma visão de múltiplos enfoques, mas tendo como elemento comum a proximidade do pesquisador com o “desenrolar dos acontecimentos que analisa, ou seja, o estudo do tempo presente.” (Abreu, 2002 Apud Ferreira & Amado, 2002). Referências como Sirinelli, Bourdieu e Chartier constituíram verdadeiros achados.

Segundo Rodin (1989:3) “A história como disciplina institucionalizada, está mergulhada em conjunturas históricas movediças; formada, informada, deformada pela memória⁴ nacional (mas, em compensação, age sobre si transformando-se); atenta às memórias coletivas que ela renega, nega, ou denega ou, pelo contrário, que contribui para tornar público, que assume, concedendo-lhe nova legitimidade.” O que leva a autora a afirmar que “permanece o metadiscurso de uma sociedade sobre si mesma, um metadiscurso que se deseja, segundo sua própria ética, como expressão do verdadeiro encontro do real passado.”

A História Cultural forneceu conceitos fundamentais para esta pesquisa. Ela vem a ser a recente corrente historiográfica, fruto de uma ruptura de paradigmas ocorrida nas últimas décadas do século XX, que destaca as discontinuidades dos tempos históricos e a necessidade de se procurar os sentidos de cada momento do passado. É mais uma reescrita da História, uma reinvenção, que se preocupa com a subjetividade e se propõe a “decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e ao mundo” (Pesavento, 2004:42). Trás a compreensão da História como uma narrativa que elabora uma representação sobre o passado. Passa a ser adotada no Brasil, ainda que com pouca força, na década de 80, já que a postura marxista e o materialismo histórico ainda eram tidos como mais adequados para dar conta das realidades nacional e internacional, com aparato teórico mais definido e coerente, que a nova corrente. Muitas referências usadas, principalmente para construir o Capítulo I, tais como as de Bezerra, sobre a EP e a de Singer, sobre a história dos movimentos sociais de São Paulo, foram elaboradas sob a égide do materialismo histórico, com um esquema explicativo simplificador, “entendido como *duro* nas suas aplicações ao real.” (Pesavento, 2004:12) e/ ou impregnadas por um positivismo que concebia a história como um processo contínuo e linear. A queda do muro de Berlim, em 1989, foi emblemático e reverberou por todos os cantos onde se encontrassem adeptos da Esquerda. Intelectuais marxistas rompiam com os partidos comunistas, o Movimento Sanitário Brasileiro sofria modificações; por todos os cantos ecoavam críticas ao reducionismo das lógicas explicativas da realidade e a interpretação classista dos fenômenos sociais, que já traziam imbuídas as respostas. Com a História

⁴ Para Le Goff (1996:476) “é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*”.

Cultural, de acordo com Pesavento (2004:14) “Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico. (...) Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.”

A História Cultural veio acompanhada por mudanças epistemológicas. Entra em cena uma série de conceitos: representação, imaginário, ficção, sensibilidades, narrativa (concepção). A representação é uma categoria central para a História Cultural e muito útil para esta pesquisa. Pode ser entendida como o sentido conferido ao mundo, não sendo cópia ou reflexo do real, mas sim uma construção a partir dele. Abrange processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e classificação. Arruma como pode sua representação do passado, seu imaginário, sua narrativa segundo um modelo narrativo obrigatório ou uma dispersão de lembranças-flashes, de sentido preestabelecido num combate identitário, numa contra-memória fragmentária, ou inversamente, numa dispersão de memórias migrantes.”

Pesavento (2004:41) afirma que “As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade. Decorre daí, portanto, a assertiva de Pierre Bourdieu, ao definir o real como um campo de forças para definir o que é o real. As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social”.

Outro conceito central para a análise da realidade é o conceito de imaginário, “a traduzir a experiência do vivido e do não-vivido, ou seja, do suposto, do desconhecido, do desejado, do temido, do intuído. (...) é composto de *um fio terra*, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre coisas que, concretamente não existem. Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real.” (Pesavento, 2004:47) Para Le Goff, tudo o que o homem considera realidade é o próprio imaginário, ou seja, o imaginário abrange toda a experiência humana. Segundo Pesavento (2004:45), “o imaginário se

ofereceu como categoria preferencial para exprimir a capacidade dos homens de representar o mundo.”

O conceito das sensibilidades é capaz de apreender os sentidos, as sensações, o emocional. Conforme Pesavento (2004:58,59), o mundo do sensível “incide justo sobre as formas de valorizar, classificar o mundo ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais. (...) é também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar ou esconder – os sentimentos.”

Por sua vez, a memória coletiva, de grupo, viva, não é nem cronológica, nem distante, mas pode ser dominada pelo lendário próprio do grupo considerado, no caso dos chamados aqui de intelectuais da EPS. “A memória coletiva de grupo, mais privada e mais local, divide com a memória nacional, o caráter épico de seu marco cronológico, uma temporalidade cíclica, que não se situa no tempo, mítica.” Rodin (1989: 08) Preserva e chega a comemorar emblemas, não possuindo necessariamente uma temporalidade cíclica e se mostrando por meio do silêncio, do esquecimento oriundo da rejeição ou da negação do passado, da recusa em se saber, consciente ou inconsciente - que, conforme colocou Le Goff (1996:426), são “reveladores da manipulação da memória” - da reconstituição e do detalhe intensamente revigorado, da emoção desencadeada e do zelo pela sua singularidade. Tal memória é definida por Rodin (1989:5) como “tenaz e imprecisa. (...) mistura os lugares e as datas, confundindo-os algumas vezes. A memória coletiva justapõe a acuidade do detalhe à cotidianidade e a falha de memória ao evento preciso. A-temporal, dissemos, pois, de *souvenirs écrans* em *souvenirs écrans*⁵, ela desloca os ambientes, os costumes, os eventos.”

⁵ S. FREUD define assim os **souvenirs écrans**: “Nossas lembranças de infância nos mostram os primeiros anos de nossa vida, não como elas eram, mas como elas apareceram em épocas ulteriores de evocação; as lembranças de infância não *emergiram*, como se tem costume de dizer, nessas épocas de evocação, mas é nos momentos em que elas foram formadas e que toda uma série de motivos, cuja verdade histórica é a última inquietação, influenciaram esta formação tão bem quanto a escolha das lembranças” (*Névrose, psychose et perversion*, Paris, PUF, 1973, pp. 113-132).

Rodin afirma que “nenhuma memória coletiva existe sem romance memorial⁶, sem este hibridismo de formas, de sincretismo de um real já tornado representação; nenhuma separação estanque entre o científico e o mito, o explicativo e o narrado, o legendário e o histórico.” Se faz pertinente, ainda segundo a autora, acrescentar à esta memória a memória cultural, entretanto sem afirmar separações estanques entre os tipos de memória, já que a segunda funciona por meio de “signos aflorados, nostálgicamente. Seria uma memória própria a uma geração” (1989:6) Le Goff afirma que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.” (1996:476)

A micro-história, outra corrente historiográfica, também auxiliou nas escolhas metodológicas desta dissertação, ao propor uma redução na escala de análise para potencializar toda a interpretação, considerando ser possível ver o macro no micro e atingir a dinâmica da vida no micro; uma “redução na escala de análise, seguida da exploração intensiva de um objeto de talho limitado. Esse processo é acompanhado de uma valorização do empírico, exaustivamente trabalhado ao longo da extensa pesquisa de arquivo.” (Pesavento, 2004: 72). Nesta pesquisa, a redução na escala de análise foi feita. Optou-se por focar o processo de construção da ANEPS-RJ, através da história dos intelectuais do movimento de EPS que foram entrevistados. A micro-história também conta com os jogos de escala, para fazer ajustes, de modo a elevar a escala de interpretação a planos mais amplos e distantes, lançando mão de conceitos como o de *circularidade cultural* de Carlos Ginzburg, que entende a cultura como circular, uma vez que entre contemporâneos, independente da classe social, existe um estrato comum de tradições, de mitos, de aspirações, transmitidos oralmente através das gerações.

“Como diz Ítalo Calvino, a decifração do mundo exige um olhar oblíquo, indireto, um olhar que recusa a literalidade ou a visão de superfície, optando pelo acesso à realidade

⁶ aquele pelo qual é possível se pensar o passado, modificando-o, deslocando-o, inventando lembranças, glórias, ancestrais, ou, ao contrário, lutando por sua exatidão, por sua ressurreição. Leva em conta um conjunto de textos, de ritos, de códigos simbólicos, de imagens e de representações, nos quais se mesclam a análise das realidades sociais do passado, dos comentários, dos julgamentos estereotipados ou não, das lembranças reais ou narradas, do mito e da ativação de imagens culturais ou do que se leu ou ouviu, que aparecem aglutinados diante da análise.

por meio das representações sociais criadas pelos homens para explicar aquele real.” (Pesavento, 2004:117)

Existem várias formas de se contar a história. A versão que proponho da história contemporânea da construção da ANEPS, à luz dos Estudos Culturais e da História dos Intelectuais, logicamente não é a única possível, mas alicerça muito bem uma pesquisa que incorpora acontecimentos do ontem e que enfrenta a questão de minha própria participação no grupo, no fato, no movimento e no momento de luta com os quais me comprometi antes, durante e depois da realização desta pesquisa, como uma pessoa, mais do que como apenas uma pesquisadora. E vale lembrar o prefácio que Carlos Brandão escreveu para o livro de Doimo(1984:12) “se o envolvimento pessoal, a decisão tomada e a opção feita podem comprometer a objetividade do que é descrito, por certo a experiência pessoal da vida envolvida com o que se descreve, há de dar vida ao que foi explicado. Sem que por isto se perca o rigor”.

Explicitadas as considerações iniciais, apresento os três capítulos desta dissertação. No primeiro, *A Noção de Educação Popular numa Perspectiva Histórica*, procuro resgatar as raízes históricas e sociais da Educação Popular. Percebo a EP como instrumento metodológico, agregador ou simbólico, bem como uma proposta alternativa com a qual setores da sociedade civil de caráter popular viabilizam suas subverções. Defino o que é sociedade civil e correlaciono-a com a EP. Aponto a qualificação técnica e política como estratégia da Educação Popular e exemplifico três casos que podem ser facilmente relacionados à ANEPS, por inclusive terem membros em comum, tais como Márcio Villard, Eduardo Rocha, Eduardo Stotz.

No segundo capítulo denominado, *A Educação Popular em Interface com a Saúde*, mostro, com os subsídios fornecidos pelo capítulo anterior, como a discussão de EP se desloca para o setor Saúde, comparo o formato que adquiriu a Reforma Sanitária Brasileira, mesmo com sua inspiração na Italiana, ao formato dos Movimentos de EPS tidos como marcos desta pesquisa, apresento mudanças na arena política, explico o que se entende por Movimentos Sociais, defino o conceito de intelectual e a importância da História dos Intelectuais para se compreender a ANEPS, discorro, com base nas fontes, referências e entrevistas sobre a Articulação de Educação Popular e Saúde, sobre a Rede de Educação Popular e Saúde e sobre a ANEPS, percebo a reinvenção do movimento de EPS, a

perpetuação de antigos ideais e utopias, mesmo diante de novas conjunturas, indico os lugares de sociabilidade dos intelectuais da EPS.

No terceiro capítulo, *A ANEPS no Estado do Rio de Janeiro e seu Processo de Construção*, analiso seus vários momentos e arranjos, percebendo-a como lugar de expressão de ideários e identidades, cujas raízes estão num imaginário mantenedor de utopias igualitárias de longa duração histórica, sinalizo que a democratização do direito à Saúde, a participação popular e tais utopias constituem o conjunto de idéias que dão os contornos à Articulação. Analiso como é delicada sua relação com o Ministério da Saúde. Constatado que o contexto político brasileiro, com um governo de Esquerda, favorece e impulsiona sua construção, exponho seus objetivos, identifico os atores efetivamente envolvidos, mostro como as representações, o imaginário e a memória coletiva destas pessoas influenciam na formação deste movimento social.

Nesse sentido, a Articulação evidencia um movimento de pessoas com uma experiência compartilhada de engajamento no chamado campo da Esquerda da Saúde, cuja identidade é construída na luta contra o sucateamento do SUS e no fato de serem sujeitos que criaram entre si um espaço de liberdade real de ação e o tornaram público. Por fim, chegar à delimitação desse objeto foi o resultado do enfrentamento de muitas revisões conceituais e de muitas escolhas, o que deixa claro que inúmeras versões da história do processo de construção da ANEPS-RJ podem ser contadas. Felizmente, a ANEPS-RJ se trata de um movimento vivo e não se esgota com o término desta dissertação.

CAPÍTULO I

A Noção de Educação Popular numa Perspectiva Histórica

“Nós vos pedimos com insistência:
não digam nunca “isso é natural”
diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que reina a confusão,
em que corre sangue
em que o arbitrário tem a força de lei,
em que a humanidade
se desumaniza,
não digam nunca:
“isso é natural”
Para que nada passe
A ser imutável!”
Bertolt Brech

Compreender a tendência da discussão sobre Educação Popular (EP) ao longo dos anos, fornece subsídios para delinear como a mesma se acrescenta à discussão da Saúde. O que é Educação Popular? Quando começou? Precisar o conceito de Educação Popular é tarefa difícil, até mesmo para quem tanto discorre sobre a mesma. O intuito aqui também não é defini-la conceitualmente, mas sim resgatar um pouco da história de sua utilização. Educação para o povo. Educação com o povo. Educação junto aos grupos populares. Iniciativa educacional das classes dirigentes? Acredita-se que neste capítulo seja importante reconhecer as diferenças de significado atribuídas à expressão. Atentar para tais diferenças não será o mesmo que julgar qual é o melhor uso, mas sim constituir um registro a partir da contribuição daqueles que optaram por atuar primordialmente na Educação Popular por diversos motivos, e também da contribuição dos críticos a esta esfera da Educação; até porque, cabe mencionar, que nem sempre o respeito pelo saber do outro, importante e imprescindível para a construção conjunta do conhecimento, foi a bandeira da Educação Popular. Em alguns momentos parecia haver uma crise discursiva.

A noção de EP é datada e localizada, começa a se estruturar como corpo teórico e prática social no final da década de 50, quando, segundo Vasconcelos (2001:14,15), “intelectuais e educadores ligados à Igreja Católica e influenciados pelo humanismo

personalista que floresce na Europa no pós-guerra, voltavam-se para as questões populares.”. Todavia ela se enuncia em diferentes conjunturas, segundo autores como Bezerra, Lovisoló, Gadotti e Vale.

I.I. – Proto-Forma

Os trabalhos de Valla e Brandão apontam certas práticas e representações sociais relativas a antigas experiências pedagógicas que indicam, se tomadas na perspectiva de longa duração histórica, a EP como algo presente em regularidades históricas que a prenunciam. Assim, para esses autores, há antigas práticas que parecem conter noções que sugerem proto-formas da EP.

A formalização da EP aparece com nitidez a partir da década de 60 com a obra de Paulo Freire, que conforme Brandão (2001:24) era leitor de Marx, de Lênin e de Jesus Cristo.

Alguns autores já se propuseram encontrar um marco histórico para o início da EP. Brandão (1984) chegou a buscar na história da evolução humana os primeiros indícios da EP e, para o autor, antes de haver nossa espécie, já existia “o primeiro sentido em que é possível falar de Educação Popular”. Conforme se aprendia a criar a vida, a criar uma forma inédita de trocas, na qual existia não apenas os seres e a natureza envolvidos, “mas também objetos - o produto do trabalho do homem sobre a natureza -, sinais, símbolos, instituições e significados – o produto do homem sobre si mesmo – a cultura” (Brandão, 1984:17). Tais seres sabiam tudo e ensinavam e aprendiam uns com os outros.

Bem mais recentemente, Valla (2004) passou a considerar como possível marco inicial da EP no Brasil a colonização dos indígenas. O que já havia sido apontado em 1984, quando Brandão (1984:27) citando Fernando de Azevedo, destaca que o mesmo associava o trabalho pedagógico dos missionários mesclando crianças indígenas, mestiças e brancas, na tentativa de conquistar e reeducar seus respectivos pais, com o embrião da EP no país. Valla (2004) destaca que objetivando transpor as barreiras da “rebeldia em se aprender que os índios tinham”, os jesuítas, para alcançar pessoas tão diferentes, necessitaram aprender como as mesmas viviam. A chegada da religião com os jesuítas e da catequização fazem parte da cultura popular. O autor investiga o início da Educação Popular no Brasil, sua relação com a religião e a pobreza e, citando Parker, afirma que a religiosidade é um elemento da cultura popular e que, se mobiliza a

população, deve ser compreendida como uma questão da Educação Popular. Sob a mesma perspectiva, também analisa movimentos religiosos, como o de Canudos¹ e aponta que, de acordo com Martins, a Guerra Camponesa do Contestado² é um exemplo de Educação Popular não intencional. Ainda com base na não intencionalidade, Valla coloca como EP atos da Liga Camponesa³, mais precisamente de Julião, seu líder, que pode ter chegado sem querer à *construção compartilhada do conhecimento* (Carvalho et al:2001) e que, além disso, também usava um elemento muito comum na EP: a cartilha.

I.II. – A Esquerda Católica: influência e presença marcante

Na tentativa de desvendar ainda mais o enlace da Religião com a EP, Valla vem estudando Richard Shaull, um missionário presbiteriano dos EUA conhecido como um dos criadores da Teologia da Libertação (TL), que, ao se basear nos padres operários da França, sugeriu que pastores presbiterianos fossem morar com os pobres, pois só assim

¹ no qual milhares de sertanejos, solidários na miséria se organizaram e fundaram Arraial de Belo Monte (Canudos). Em 1896, com o Governo Federal mobilizado contra o movimento, inicia-se a Guerra de Canudos, somente findada após o massacre dos sertanejos pelo exército, em 1897.

² Em 1912, numa região contestada por Santa Catarina e Paraná, ocorreu um conflito semelhante ao de Canudos, no qual camponeses expulsos de suas terras e sem trabalho decidiram organizar uma comunidade, com o apoio de um monge. Uma empresa norte-americana, ao construir a estrada de ferro que iria ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul, desapropriou as terras que margeavam a ferrovia e ofereceu trabalho às famílias camponesas na construção da mesma. Quando as obras terminaram, muitos camponeses ficaram sem rumo. O mesmo aconteceu com outros camponeses expulsos por empresas madeireiras que se instalavam na região. Unindo-se aos “monges” João Maria e José Maria, os camponeses fundaram alguns povoados com ordem própria. O Governo foi contra este movimento camponês e, utilizando até mesmo aviões, em 1916, dizimou os últimos de seus núcleos.

³ Movimento de trabalhadores rurais iniciado no engenho Galiléia, limite do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. Criado no dia 1º de janeiro de 1955, autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), cujo objetivo era gerar recursos comuns para a assistência educacional, de saúde e para comprar adubos, com a finalidade de melhorar a produção. Era autônomo e avesso à colaboração com o Estado. Setores conservadores, na imprensa e na Assembléia, batizaram a sociedade de “liga”, temerosos de que fosse a reedição de outras ligas que, entre 1945 e 1947, proliferaram sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tal apelido levou o filho do proprietário do engenho a aumentar o preço do foro, o que teve como consequência a luta contra o aumento da renda da terra e as ameaças mais diretas de expulsão. Francisco Julião Arruda de Paula, advogado em Recife, foi quem defendeu a Liga na Justiça. Ele já havia escrito uma original declaração de princípios em defesa dos trabalhadores rurais, a “Carta aos foreiros de Pernambuco”, de 1945. Em 1959, foi aprovada a desapropriação do engenho na Assembléia Legislativa, o que transformou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam. Julião aglutinou o movimento, reunindo estudantes, idealistas, visionários e alguns intelectuais, sendo eleito deputado federal por Pernambuco, após ter sido deputado estadual. Nesse momento as Ligas chegaram ao ápice de seu prestígio político. Tal notoriedade se atribui também às repercussões internacionais. Em 1964, foram eliminadas as organizações desagregando o movimento sem, contudo desarticular suas reivindicações básicas, que foram incorporadas pelos sindicatos rurais.

acreditava que poderiam entendê-los. Da mesma forma, lançou idéias que constituíram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que, posteriormente, foram incorporadas pela Igreja Católica. O padre peruano Gustavo Gutierrez foi um dos que iniciaram a Teologia da Libertação na América Latina, cuja origem está ligada à pobreza da região. O padre questionou como o torturador e o torturado podem comungar juntos como irmãos. Em recente visita ao Brasil, enfatiza que “o Deus verdadeiro é pobre e está no meio dos pobres” (Adital, 2003). Salienta-se que a Esquerda Católica brasileira, que tem sua origem na esquerda operária francesa, também teve participação no surgimento da TL, o que ocorreu a partir da década de 60, sendo formada por componentes da cultura católica progressista, com a contribuição, conforme Valla (2003), de dominicanos, jesuítas e intelectuais católicos. Mesmo perseguida pelo Vaticano e pelo regime militar no Brasil, a TL se respaldava no Concílio Vaticano II⁴ e começou a ganhar mais adeptos, porque durante a ditadura a Igreja era um dos poucos espaços de oposição da sociedade civil. Nos anos 80 a política da Igreja Católica se transformou, passando a nomear bispos conservadores no lugar dos progressistas, desviando o foco, segundo Valla (2003), do enfrentamento à pobreza para a moral sexual.

A partir dos anos 60, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base no Brasil, como fruto da Teologia da Libertação, de uma retomada aos valores cristãos que estão aquém da realidade latino-americana. Era um posicionamento da Igreja a favor das classes populares e contra a estrutura capitalista vigente. As CEBs proliferaram pelo país dos anos 70 até os anos 80, quando, segundo Camargo et al (1980:62), “assumem sua real importância social e política por não se limitarem a ser grupos de exclusivo caráter piedoso” A fusão entre o cristianismo e o marxismo, proposta em 1950 por Shaull, e que, mais tarde, passa a ser a base da fundação da Ação Popular⁵, em 60 se transforma em uma das raízes das CEBs, já que ocorre a desativação do movimento da Ação Católica com caráter vanguardista. “Textos teológicos reclamavam uma maior participação dos leigos na vida eclesial e a ruptura com o esquema decisório vertical e rígido da tradição católica” (Camargo et al, 1980:64) Foi um movimento de constituição que ocorreu inicialmente de baixo para cima e de cima para baixo, numa tentativa de

⁴ Para maior aprofundamento sobre o Concílio, sobre a TL ou as CEBs consultar SINGER, P., 1980. São Paulo: O Povo em Movimento. Especialmente o capítulo 3; Lowy, M., 2000. A Guerra dos Deuses: política e religião na América Latina e; Valla, V. V., 2003. Educação Popular, Religião e Pobreza.

⁵ Movimento político de esquerda, que incorpora Marx na teoria, nas proposições e nas lutas; aproxima-se do PCB e, depois, se fragmenta em facções diversas.

reaproximação e rearticulação católica com as suas bases. No Brasil, a expansão do espiritismo, kardecismo, umbanda, e, principalmente, conforme os autores, de pentecostais, estruturados de forma mais comunitária, igualitária e solidária também contribuiu para o crescimento do número de CEBs. Conforme Costa (1995:64), o “discurso humanitário pela Igreja Católica se atualizara, incluindo os signos da indignação com a pobreza, lado a lado, com novas ações sociais destinadas a transformá-la”. Nos anos 80 as tais Comunidades foram inspiradoras e representaram de forma expressiva a sociedade civil paulistana. Militantes das CEBs participaram de movimentos sociais de destaque em São Paulo, que mobilizavam a população trabalhadora.

De acordo com Lowy (2003; 2005), a TL se tornara um fenômeno transformador da América Latina, servindo, algumas décadas depois, para dar corpo à tese de Walter Benjamin, na qual o filósofo associa a teologia ao marxismo. A TL inspirou muitos cristãos, que participavam das CEBs ou das pastorais populares, a desempenharem um papel importantíssimo na revolução sandinista na Nicarágua (1979), no crescimento da guerrilha na América Central, em El Salvador e na Guatemala, por exemplo, na formação do novo movimento operário e camponês brasileiro – do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio da idéia de libertação da opressão via ação coletiva. O autor (Lowy, 2005:46) conclui que “a maior parte dos movimentos sociais e políticos rebeldes latino-americanos durante os últimos trinta anos tem a ver, em diferentes graus, com a Teologia da Libertação”.

Valla (2003) evidencia que conforme a EP era influenciada pela Esquerda⁶ católica, suas idéias se transformavam, dando início a um processo de aprofundamento que para alguns foi visto como um “Populismo Católico”. Nem todos os educadores eram adeptos deste pensamento, por seus traços de basismo, que consiste na mistificação do que vem de baixo, como se não houvesse “maldade” naquilo que vem das bases, das classes populares. Alguns discordavam e criticavam o basismo e o populismo, enquanto outros os colocavam como “mais uma proposta de EP que é

⁶ É o conjunto de indivíduos que crê e defende uma superioridade dos regimes socialistas ou comunistas em relação às demais organizações políticas, ao regime capitalista e suas características mais marcantes, tais como, a diminuição do poder do Estado, a regulação feita pelo mercado. O objetivo desta esquerda, em linhas gerais, é acabar com as desigualdades sociais, por meio de um Estado com o poder e o dever de intervir na política econômica e no provimento de bem-estar aos seus cidadãos.

sistematicamente atraente para alguns educadores e reaparece em épocas diferentes” (Valla, 2003:9). Existia uma tendência em se desqualificar o que não era proveniente da base e isto, segundo Vasconcelos, enfraqueceu a luta política que vinha de uma prática esparsa e sem sistematização do movimento operário do início do século XX, que focava a dimensão cultural e de consciência no processo de luta, promovendo discussões político-culturais, organizando bibliotecas e escolas para adultos. “Marcado pelas correntes anarquistas trazidas pelos imigrantes europeus, ele via a exploração do trabalhador também pela dimensão moral e cultural. (...) mas a partir do Governo de Getúlio Vargas, o Estado passa a assumir a iniciativa da cobertura (simplificada) dos direitos sociais, esvaziando a iniciativa operária.” (2001:14,15) Que, ainda segundo o autor, foi retomada e (re)elaborada pelos intelectuais e agentes educativos que compunham o movimento de EP.

Apesar do termo populismo se referir originalmente a uma parcela radicalizada da intelectualidade russa da segunda metade do século XIX, cabe lembrar que a associação mais comum ao termo diz respeito a Era Vargas (1930-1945 e 1950-1954), apontada como um período de cooptações e de crenças forjadas. Tudo o que vinha do povo brasileiro era bom. Nos anos 30, criou-se o Dia da Raça, no qual havia desfiles de crianças de escolas, enaltecendo a pátria e a “raça” brasileiras. A canção Aquarela do Brasil composta por Ary Barroso, em 1939, transformou-se quase em hino e também colocava a miscigenação racial, bem como as diferenças sociais e a pobreza como harmoniosas. Mas isto é só o que se pode considerar sobre o período dito populista? Salientar-se-á a raiz da expressão populismo: povo; que Sader (2006) identifica como “uma categoria desprestigiada pela crítica elitista.” Popular vem da mesma raiz. O povo entrou na história política brasileira, segundo o autor, pelo discurso e pelas políticas de Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo em que reprimira os movimentos sociais organizados e vinculara sindicatos ao Estado, o governo Vargas atendera parte das reivindicações dos trabalhadores, tais como, jornada de oito horas e salário mínimo, criando um arcabouço legal de normatização do trabalho. A socióloga venezuelana Margarita López Maya, citada por Maringoni (2006), por sua vez, assinala que populismo é “fundamentalmente um discurso que pode estar presente no interior de organizações, movimentos ou regimes muito diferentes entre si” e que “O populismo não pode e nem deve reduzir-se a juízos de valor negativos centrados em seus potenciais atributos demagógicos ou de manipulação dos interesses das massas, pois se bem que tal

característica pode acontecer – e muitas experiências populistas o constatarem – ele é um conceito muito mais rico que isso (...) e facilitou a inclusão política de setores populares ao longo do século XX”. É denominado “populista” ou “líder populista” quem procura estabelecer vínculos e canais diretos com o povo, sem a mediação de instituições, entidades ou instâncias; fortalecer o caráter público do Estado e; tentar materializar políticas distributivas de renda. Vargas é tido como o “pai dos pobres”, por haver um componente centralizador na figura do chefe populista e por trazer para o cenário político os trabalhadores, em torno de um projeto de industrialização e de desenvolvimento nacional. Como bem colocou Sader (2006): “Melhor do que dissolver o povo e o popular no populismo é fazer o caminho oposto: remeter o populismo ao popular e ao povo. Que deve ser a referência para a democracia: governo do povo, para o povo e pelo povo.”

Em sua dissertação de mestrado, Assis (1992:9) afirma que foi a partir do envolvimento de intelectuais católicos com as questões sociais, que surgiu, no final da década de 50, o movimento de EP, no qual simpatizantes dos interesses da classe trabalhadora, procuram ajudar na criação de uma educação, (para) além dos espaços formais, que favorecesse a organização da população em torno de suas necessidades. Segundo Valla (1986:15), EP são as formas de educação que se desenvolvem no meio das populações trabalhadoras, sem fazer distinção entre espaço escolar e não-escolar.

O mais comum é encontrar as raízes históricas e sociais da EP sendo consideradas no fim da década de 50 e início da década de 60, quando o Brasil vivia uma grande mobilização por reformas: agrária, sindical, política e da educação. Neste período, a EP, com seus ideais de intervenção social, de referência à justiça social e à democracia, de transformação das condições de vida das camadas populares, adquire dinamismo e visibilidade. Debatiam-se seus referenciais teóricos e metodológicos, que eram propostos por Paulo Freire, pelo Movimento Popular de Cultura, pelos Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da UEE (União Estadual dos Estudantes), pelo MEB⁷ (Movimento de Educação de Base) e por outras iniciativas para a valorização e o fortalecimento da cultura popular. (Marteleto & Valla 2003:12). A EP bem como todas as entidades acima parecem ser frutos de um Estado repressor.

⁷ Para maior aprofundamento consultar GADOTTI, M., 2001 *Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório*. Especialmente, o capítulo 4.

Muitos autores como, por exemplo, Michael Lowy, adotam como “marco histórico” inicial para a EP o surgimento do MEB. Brandão participou do Movimento, que se estruturava com reuniões de uma equipe nacional de coordenação, com reuniões em círculo, nas quais se buscava a explanação de diversos pontos de vista, o respeito à forma de pensar do outro e os consensos. O MEB foi inspirado na experiência francesa de *Peuple et Culture* e também desenvolvia um trabalho de “escolas radiofônicas” de EP, segundo Brandão (2001:24,25).

Sob a ditadura, a Educação Popular parece mover-se sob os conceitos de Althusser; eles apóiam o ideário com que se constroem as referências sobre políticas revolucionárias que chegam aos fins dos anos 80. Estado e instituições como aparelhos do Estado capitalista. Essa perspectiva althusseriana entra em crise sob o processo de redemocratização do país e o conceito move-se sob críticas, é reescrita, agora sob a influência de Gramsci. Surge o que se pode chamar de laicização do Estado em contraposição ao “aparelho ideológico de Estado”. Segundo Coutinho (1990:15), “as instâncias ideológicas de legitimação passam a ser algo “privado” em relação ao “público”: o Estado já não impõe uma religião ou uma visão de mundo geral; a religião deve conquistar consciências, deve confrontar-se, entrar em luta contra outras ideologias, contra outras visões de mundo. Criam-se assim, enquanto portadores materiais dessas visões de mundo, o que Gramsci chama de “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”.

A EP parece ter bebido de fontes diversas e ter contado muito com militantes de esquerda. Brandão destaca “uma menos visível presença importada de idéias, de metodologias de trabalhos e de posturas associadas ao diálogo e à troca de idéias e de projetos de vida. (...) Algo pode provir das experiências norte-americanas e européias de dinâmicas de grupos, introduzidas no Brasil desde o final dos anos 50” (2001:24)

“Convém ressaltar que a elaboração intelectual universitária serviu de alimento aos idealizadores e executores dos movimentos de educação popular que tiveram projeção nos anos 1959/64” (Bezerra, 1977:22 & 1978). O destaque à academia dado por Bezerra, que comenta sobre um aumento de “sensibilidade política dos quadros universitários”, da presença da classe média, como discente e docente, nos cursos de graduação, durante o Governo de Juscelino Kubitschek e, sobre a procura por cursos das Ciências Sociais vai de encontro a afirmação de Lovisoló (1990:43) de que há um

inegável paralelo entre o crescimento da procura por carreiras das áreas das Ciências Humanas e Sociais na América Latina e o desenvolvimento da EP.

Paulo Freire⁸, por meio de sua pedagogia, posta em prática desde a experiência de Angicos e sua primeira equipe de educadores, é tido como pioneiro no difícil trabalho de sistematizar a Educação Popular, conforme Vasconcelos (2001:0). Valla (1986:18) acrescenta que o surgimento mais sistemático da EP aconteceu concomitantemente e até corroborou com a proposta da UNESCO de “escolarização universal” e com o reconhecimento mundial da Educação enquanto um direito humano básico. Alfabetização e/ou treinamento profissional de adultos e, posteriormente desenvolvimento comunitário, foram as formas de manifestação da EP neste período. Alfabetização de adultos é uma proposta da UNESCO, no pós-guerra. Treinamento de mão-de-obra para as indústrias latinas também é uma proposta que vem de fora, bem como a do desenvolvimento comunitário, que veio dos Estados Unidos com o objetivo de combater uma possível ameaça comunista. No interior das idéias do capital, afloram as subversões. A EP surgiu no interior de cada uma das três propostas acima, como contra-proposta. A experiência de alfabetização de Paulo Freire é a mais clara. Questões políticas que permeiam as atividades dos trabalhadores, muitas vezes implícitas, eram levantadas. Como bem coloca Vasconcelos (2001:24), “No âmbito internacional, o Brasil teve um papel pioneiro na constituição do método da Educação Popular, o que explica, em parte, a sua importância aqui, na redefinição de práticas sociais dos mais variados campos do saber”.

Fixar um paradigma parece essencial para analisar de modo mais justo o lugar da Educação Popular na sociedade e para engrenar de modo claro a discussão do mesmo. O capital traz a proposta. É quem primeiro a coloca e a sociedade civil procura “(re)tomar as rédeas” a partir da iniciativa do capital que lhe é imposta. No caso desta pesquisa, a EP parece ser o “instrumento” metodológico, agregador ou simbólico enquanto “idéia força” (Capistrano Filho e Pimenta, 1988; Sophia, 2005), e ao mesmo tempo, muitas vezes, a proposta alternativa com a qual os setores da sociedade civil ligados à Saúde tornam viáveis suas subversões. A noção de EP foi construída pela

⁸ Educador exilado durante o Golpe Militar de 1964, acusado de subverter a ordem, devido ao seu trabalho de alfabetização, amplamente utilizado no Brasil, no qual posicionava a educação como instrumento de conscientização, libertação e transformação, preconizando o respeito ao saber do outro e a realidade do sujeito como ponto de partida de uma reflexão crítica. Se auto denominava “andarilho do óbvio”, conforme Fleuri(1998)

esquerda como representação social de uma pedagogia revolucionária, que se apóia num dado ideal de conscientização e de participação social, e que, se querendo ou não, influencia a elaboração desta dissertação.

Quando se acrescenta o adjetivo “popular” a conceitos como o de Educação ou o de Cultura, observa-se o aparecimento de discussões polêmicas, mas muitas vezes restritas apenas à terminologia. Um argumento corriqueiro é o de que as expressões geradas não fazem sentido, não contemplam a dimensão ampla dos conceitos correspondentes. Contudo, é possível perceber que tais expressões surgem com o intuito de dar o devido destaque aos fatores sociais dos quais são frutos e fazem parte de um esforço histórico para a desalienação do homem, com vistas a exercer uma função transformadora, que atue revolucionariamente sobre o ambiente social. Ao menos é o que indica o capítulo *Cultura Popular* de Ferreira Gullar (Gullar, 1983), no livro intitulado “Cultura Popular e Educação Popular: memórias dos anos 60”, no qual escreve que a expressão surge como denúncia dos conceitos culturais em moda, que buscam esconder o seu caráter de classe e, que acentua a necessidade de se colocar a cultura a serviço do povo, o que aponta para o agir sobre a cultura do contexto presente, ou ainda o que indica Carlos Estevam Martins (1983:36) ao afirmar que “um dos méritos da cultura popular é o de mostrar aos revolucionários que não basta compreender a situação de fato em que se encontra o país. Para atacar corretamente as questões é preciso ainda saber que nos próprios dados dos problemas encontram-se inscritos a solução e o modo de solucioná-los” No caso da EP, ao menos na impulsionada por Paulo Freire, nota-se que o ponto de partida para o ato de subversão é a vida real da população envolvida. Foi a partir da vivência de cada grupo de adultos que se iniciou um trabalho esclareedor ao unir, de forma dialética, os interesses individuais mais iminentes com os interesses mais coletivos, com as utopias igualitárias capazes de mover vários grupos da sociedade. Um bom exemplo é começar a ensinar “b” com “a”, “ba”, passar para “banana” e para a produção local, seu custo, o lucro próprio daquele que não consegue ter sua própria terra, o lucro do proprietário das terras, a exportação de bananas, a diferença de lucro entre o trabalhador rural, o que vende para o exterior e o que importa para revender. Paulo Freire fez uma “contra-proposta” do projeto da UNESCO, ao propor um método de dentro pra fora. E como concluiu Brandão (2001:25) “Talvez por uma primeira vez algo tão relevante é criado entre nossos educadores e, depois, exportado para todo o mundo.” Com a Teologia da Libertação foi a mesma subversão, só que em relação à Igreja Católica e sua

interpretação da Bíblia – “É a vontade de Deus” – e não em relação à Unesco. O eixo principal da TL, a partir da releitura da Bíblia, é “Deus ama os pobres”.

Uma significativa experiência de EP capaz de elucidar esta questão da subversão via religiosidade é a do Movimento do Dia do Senhor, criado em 1960, no município de Sobral, Ceará, por camponeses e pelo Padre Albani Linhares. Valla (2003) aponta que os objetivos do Padre eram: a autonomia dos camponeses, por meio de uma transformação cultural; a livre interpretação da Bíblia, não sendo esta um privilégio apenas dos religiosos e; a leitura do Livro Sagrado de modo a “quebrar a visão fatalista dos camponeses, de que o mundo é assim porque Deus quer” (Garcia, 1993:14 Apud Valla, 2003:12). O autor ainda evidencia a intenção do Padre Linhares em enfatizar o caráter político da EP ao propor “uma concepção de saber que vem do Espírito Santo, democrática e subversiva. *“Democrática porque a todos pode ser dada a graça deste conhecimento. Subversiva porque podendo ser concebida a qualquer um e sendo superior a qualquer outra forma de saber, reverte hierarquias. (...) Um camponês pode ser mais iluminado do que um teólogo”* (Garcia, 1993:19)”.

Em 1990, Lovisolo escreve que a EP e a Igreja Católica têm em comum a preferência pelos pobres e coloca Paulo Freire como um mito capaz de reiterar símbolos-força defendidos em outros períodos históricos. “A educação popular compartilha os objetivos de justiça social no contexto de suas vinculações à opção preferencial pelos pobres da Igreja Católica. Ao mesmo tempo, faz sua a preocupação pelas temáticas da liberdade, contra qualquer forma de opressão, no bojo do processo educativo. Uma dupla recusa, então se instaura: recusa em considerar a igualdade como um resultado dos mecanismos do mercado livre e recusa em considerar a liberdade como produto necessário a igualdade conseguida pelo planejamento centralizado. Apenas a ação consciente e intencionada dos homens poderia realizar igualdade e liberdade, sempre que ambos os objetivos, ao invés de serem remetidos a um futuro, fossem produto do agir consciente do dia-a-dia, das relações entre homens e, de forma particular, entre educandos e educadores. Paulo Freire acenou àqueles que ele denominou como ‘radicais’ com as bandeiras de uma nova aventura que, de fato, significava retomar fortes estandartes de nossa tradição ocidental: liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade” (1990:44,45)

Segundo Brandão (1984:27), a “Educação Popular” ao ser escrita por cientistas sociais e educadores, possuía, num primeiro momento, a conotação de “alguma

modalidade agenciada e profissional de extensão dos serviços da escola a diferentes categorias de sujeitos dos setores populares da sociedade, ou a grupos sociais de outras etnias, existentes nela ou à sua margem” ou, num segundo momento, “denomina os tempos e tipos de luta de políticos e intelectuais para que uma tal educação escolar seja de algum modo estendida ao povo”. Que tal educação seria essa? Seria uma educação subversiva almejada por uma elite intelectual com sua voz oprimida pelo Governo da época, mas não pelas classes populares? Ou seria uma educação revolucionária, sim, um domínio de idéias e práticas, mas regida não intencionalmente pela diferença na medida em que se aproximavam os intelectuais e os membros das classes populares? Será que é abstrata e nasce da vontade de ensinar o que as classes populares têm que fazer, da imposição de um reduto “esclarecido” de intelectuais?

A EP surge em uma sociedade fundada em antagonismos culturais e econômicos, em meio a doutores e analfabetos e se alicerça nestes mesmos antagonismos, todavia amenizados pelo convívio, suavizados pelo contato íntimo. Segundo Valla (1986:19), a EP é fruto do sistema capitalista e contraditória como o mesmo, servindo aos interesses de grupos e classes opostas. Suas atividades, constantemente, têm à frente as classes dirigentes e, segundo Bezerra (1977 e 1978) a classe média.

De acordo com Brandão (2001:21), algumas experiências pioneiras de Educação Popular dos anos 60, 70 e 80, entre elas a conduzida por Paulo Freire, são a matéria visível das propostas de uma “educação de compromisso popular”, com a dinâmica de debate em círculo, num espaço não mais hierarquizado, mas sim de trocas e de consenso, no qual o diálogo deixa de ser uma simples metodologia de trabalho didático, para vir a se constituir como o fim e o sentido de uma educação conscientizadora. O autor orgulhoso coloca que talvez, pela primeira vez, algo tão relevante tenha sido criado por educadores brasileiros e, depois, exportado para todo o mundo. Em 1982, o autor já escrevia:

“Educação popular não visa criar sujeitos subalternos educados: sujeitos limpos, polidos, alfabetizados, bebendo água fervida, comendo farinha de soja e cagando em fossas sépticas. Visa participar do esforço que já fazem hoje todas as categorias de sujeitos subalternos – do índio ao operário do ABC paulista - para a organização do trabalho político que, passo a passo, abra caminho para a conquista de sua liberdade e de seus direitos. A educação popular é um modo de participação de agentes eruditos

(professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde e outros) neste trabalho político”.

Dai decorre a proposta de que, na relação entre técnicos e estudantes e a população possa surgir um novo conhecimento. A idéia da construção compartilhada do conhecimento em saúde se baseia nesta perspectiva de EP, como se verá melhor no segundo capítulo.

Já para Valla (1986:19) as atividades de EP propostas sociabilizam a ilusão de “oportunidades iguais” para toda a população, através de uma “educação quebra-galho”. O autor é categórico ao afirmar que no mesmo campo ideológico existe também a ilusão de que a explicação para a pobreza está na ausência de Educação e que a maioria das iniciativas de EP parte das autoridades, o que também dissemina a idéia de que não há solução para os problemas da sociedade brasileira, mas que “pelo menos” as autoridades estão se esforçando.”.

A Educação Popular dos movimentos ajuda a gerir mobilidade social/ política. Em nossa história, intercalam-se momentos de intimidação com alguns momentos de exaltação daquilo que vem das classes populares. Nossa cultura está impregnada desta lógica superior-inferior. Atualmente, os escritos recentes sobre EP têm insistido na utopia da democracia popular. O alvo perseguido não é o “entronamento” das classes populares, mas sim a participação das mesmas na construção da sociedade. A heterogeneidade de saberes sem hierarquia, sem superiores ou inferiores, entendendo-se todos como capazes de atuar em prol de uma sociedade mais igualitária, como cidadãos extrapolando a presença no cenário político ativo para além dos períodos das eleições é uma característica forte, ao menos, nos trabalhos sobre Educação Popular em voga. A democracia popular é vista como um ideal a ser alcançado, brevemente.

Em 1984, Brandão (1984) escrevia que a EP havia tomado uma variedade de situações e formas e destacava quatro sentidos da Educação Popular: como a educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber; como a educação do ensino público; como educação das classes populares; como a educação da sociedade igualitária.

Os trabalhos de Beisiegel, Bezerra, Brandão, Gadotti, Vale e Valla conduziram a uma primeira aproximação com as críticas feitas à Educação Popular. As dificuldades discutidas decorrentes das imbricações entre a EP e o Estado, as dimensões ideológicas e de controle social de uma educação fruto do pensamento de uma elite intelectual, a autenticidade questionável daquilo que os educadores e profissionais de saúde

interpretam como o real desejo das classes populares, a EP como uma forma dos intelectuais participarem de um trabalho político capaz de alcançar a liberdade e a igualdade e, até mesmo a conquista do Estado, já feito pelas classes populares, incitam ao questionamento do que vem se constituindo como Educação Popular.

Quanto à relação da EP com o Estado, Vale (2001:8) escreve que desde o surgimento da EP, no “terreno fértil das utopias de independência, autonomia e libertação” da América Latina, propositor de um modelo de desenvolvimento cuja base era a justiça social, a conquista do Estado era uma idéia fortemente presente. Entretanto sabe-se que a intervenção militar fez com que a Educação Popular se refugiasse em ONGs e na clandestinidade em várias partes da América Latina. Será que esta conquista visava uma educação em massa financiada pelo Governo? Talvez sim, por ser, segundo Beisiegel (1974:32, apud Paiva 1984:68) uma educação concebida pelas elites intelectuais com a finalidade de preparar o povo para certos fins, se constituindo num movimento vertical com nítidas dimensões ideológicas e de controle social. O autor também coloca ser impossível o desenvolvimento de uma educação realmente popular no âmbito institucional e lembra que, conforme os educadores engajados na EP, esta seria uma discussão de interesses populares. A crítica feita por Beisiegel a tais educadores, vem de encontro aos questionamentos desta pesquisa, uma vez que afirma que os interesses populares a serem discutidos passam por uma interpretação particular dos educadores, podendo assim excluir a própria interpretação de um indivíduo do povo. “... a educação popular propriamente dita ou a educação válida, autêntica, se restringia àquela educação praticada pelos *únicos intérpretes credenciados* dos interesses populares: isto é, sem falsa modéstia, por eles mesmos” Beisiegel (1984:72).

Para Vasconcelos (1998), as práticas de EP nos anos 70 e 80 foram “muito marcadas pelo contexto de sectarismo trazido pela ditadura militar, centrando-se na dimensão de luta política”.

De acordo com Vale (2001:8), a redefinição da relação entre os movimentos populares e o Estado foi possível com a crise da Educação Popular na América Latina, “muitos educadores encontram saída no interior do Estado capitalista, abrindo espaço para a construção da educação pública popular, procurando tornar popular a educação oferecida pelo Estado”.

Conforme Vasconcelos (1998), a EP é um projeto pedagógico que valoriza a diversidade dos grupos sociais, a dinâmica intercomunicação entre os vários atores

sociais, o compromisso com as classes populares, as iniciativas dos educandos e o diálogo entre o saber popular e o saber científico, mas não é o único projeto educacional a fazer isto.

A experiência de formação de leitores em rodas de leitura, para Pedro Garcia (2000) é um espaço aberto de criação compartilhada com as camadas populares e, portanto, “é o caminho para a autonomia, para a auto-afirmação. Em termos políticos, buscamos dar ênfase à luta cultural por uma nova subjetividade, campo por excelência da educação popular. Hoje não se trata de atingir um ponto de chegada pré-determinado. Trata-se de formar sujeitos que possam navegar sem bússola para o desconhecido, buscando um conhecimento que, a cada passo, é necessário rever e reavaliar. O trabalho político é uma das dimensões desta luta. O educador é o profissional que usa a palavra e o gesto como instrumentos de trabalho nesta luta coletiva”.

É possível considerar que os anos 80, em termos políticos, representaram o esforço da sociedade brasileira para a criação de um Estado verdadeiramente democrático, após duas décadas de ditadura. Todavia, a redemocratização não se encerra com a adoção de algumas técnicas de organização e administração do poder institucional. Conforme Benjamin et al (1998:110), o consenso a favor da democracia, na década de 80, gerou “um relaxamento da reflexão crítica” sobre o que vem a ser democracia e uma “visão limitada e torpe”.

A cultura popular tão atrelada a EP no início da década de 80 tem sua face revolucionária esmaecida e passa a ser substituída, na década de 90, com a ajuda dos grandes meios de comunicação, por uma cultura despolitizante que, segundo Valla (1999:3) tenta “convencer a sociedade de que o processo de globalização⁹ não deixa outra saída a não ser resignar-se à “*exclusão social*” como inevitável (Genro 1996)”. Segundo Arruda (1999:29), a alienação e a desorganização da população é uma herança do período escravocrata, que condiciona “o povo a *submeter-se*, a depender de quem é rico ou de quem governa, a reduzir sua cidadania ao ato de pedir que alguns dos seus

⁹ Fenômeno intrínseco ao capitalismo, desde sua origem no século XV. Acelerado, atualmente, devido à inovação tecnológica e organizativa concomitantes às reformas neoliberais, que têm como consequência a terceirização do trabalho, a precarização das relações de trabalho e o desemprego estrutural, que significa que pessoas perdem empregos, cujos cargos deixam de existir. Ainda segundo Arruda (1999:50), “A globalização cria problemas de oportunidades e perspectivas para a libertação do trabalho humano e a construção de uma globalização cooperativa e solidária”. Portanto, envolve também dimensões culturais, o que leva, conforme Scherer-Warren (1998) ao desafio de novas relações interculturais.

direitos e interesses sejam atendidos e, no mais, a delegar poder para que outros os governem e decidam por eles”.

Nos últimos anos, os projetos pela democracia, na América Latina, parecem ter seus desenhos destorcidos e desempenhos distantes do aceitável, ao se observar a violência e a pobreza que assolam a região. Ao adotarem como prioridade o modelo de desenvolvimento econômico, os países latino-americanos optam por políticas sociais compensatórias, na tentativa, segundo Martins (2002:14), de reduzir os danos do modelo adotado, todavia tais políticas não podem ser encaradas como “legítima apropriação social dos resultados da economia”. As agências multilaterais de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), corroboram para tais escolhas e propõem redução de custos com a Saúde Pública, Educação e Saneamento Básico, o que leva a um círculo vicioso, de cortes na área social e na economia interna brasileira, já que os pagamentos aos credores externos e internos da Dívida são encarados como prioridade.

Faz-se imprescindível a sociedade civil com caráter popular se mobilizar e pressionar para que seja feita a renegociação das dívidas interna e externa dos países mais pobres e com maior concentração de renda e obrigar os governos a transformar a política dos investimentos com vistas a um consumo coletivo de qualidade (Valla & Stotz, 1989, Valla, 1998 e 1999 e; Arruda, 1999:33).

Uma das diversas prioridades levantadas pela CIDSE (Cooperação Internacional Católica para o Desenvolvimento e a Solidariedade) foi associar o cancelamento da dívida com o investimento no desenvolvimento humano, beneficiando os mais pobres pelos meios adequados em cada país, investindo mais também em educação e em saúde, já que a dívida é a mais grave causa do empobrecimento das populações. A CIDSE alega que para se alcançar tal meta é imprescindível a participação da sociedade civil no planejamento e na realização de políticas e projetos (Arruda:1999).

No Brasil, o atual contexto político é marcado pela eleição direta, em outubro de 2002, do primeiro presidente de um partido da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e, por um otimismo em declínio a partir da organização institucional do Governo, que se distância cada vez mais das propostas de Reforma Social e reproduz as soluções de Governos anteriores: reformas na previdência, na administração e nos tributos. O crescimento econômico do período, mais uma vez, pouco refletiu em melhora de infra-estrutura, deixando serviços públicos básicos deteriorar, como exemplo, pode-se citar a crise do SUS (Sistema Único de Saúde).

Pela primeira vez, atores ligados à Educação Popular são escolhidos para trabalhar na esfera federal do Governo, mais precisamente no Ministério da Saúde (MS), no qual foi criada a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SEGETS) e a equipe do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, que através da Coordenação Geral de Ações Populares de Educação na Saúde, coloca, também pela primeira vez, a EP na pauta ministerial, ao formular a política dos Pólos de Educação Permanente (PEP¹⁰) e ao apoiar a ANEPS - Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde, por exemplo. Preocupações inéditas até então, como a formação dos profissionais de saúde, passam a fazer parte da agenda do MS.

Apesar da saída do ministro Humberto Costa, em julho de 2005, e da posse do deputado federal do PMDB, o médico sanitário Saraiva Felipe, algumas das novidades imprimidas no MS parecem ter sido mantidas, ao menos as que dizem respeito ao processo de formulação política, cujos indícios podem ser apontados com a manutenção da política de Educação Permanente, que parece estar mudando a concepção do arranjo. O que está em jogo é o reposicionamento dos atores sociais. O processo de política parece estar aberto à entrada de novos atores, tais como instituições de ensino, movimentos sociais, profissionais de saúde e gestores dos três níveis de governo sem ser via Conselhos de Saúde¹¹ (CS), o que desencadeia mudanças estruturais. Aparentemente, está ocorrendo, desde 2003, uma multiplicação de arenas, nas quais os diversos atores sociais se relacionam com os técnicos do Governo. Ao que tudo indica, a sociedade civil, principalmente através dos movimentos sociais da área da saúde, parece estar buscando outras formas de participação, que não os CS. Todavia, a organização interna do Ministério foi modificada e a maioria dos atores ligados a

¹⁰ Política do MS, cujos objetivos são: construir uma política nacional de formação e desenvolvimento para o conjunto dos profissionais de saúde, bem como implementar a educação popular para a gestão social das políticas públicas de saúde; instituir o trabalho intersetorial entre o MS e o Ministério da Educação para orientar programas conjuntos e decisões relacionadas à formação dos profissionais de saúde; instituir relações orgânicas entre as estruturas de gestão da saúde (práticas gerenciais e organização da rede), as instituições de ensino (práticas de formação, produção de conhecimento e cooperação), os órgãos de controle social em saúde (movimentos sociais e educação popular) e os serviços de atenção (profissionais e suas práticas). (PEDROSA, 2003).

¹¹ São paritários, sua competência é fiscalizar a política pública e deliberar sobre o processo de formulação da mesma. A Constituição Federal de 1988, nas leis nº 8080 e nº 8142, de 1990, se refere ao CS, mais precisamente ao Conselho Nacional de Saúde, como espaço privilegiado e conquistado de participação da sociedade e que consolida o controle social por intermédio dos Conselhos Estaduais e Municipais. Segundo Stozs & Siva (1994), são instâncias de interação entre determinados segmentos sociais representados (com status público) e o setor estatal (com autoridade em diferentes níveis de governo e de gestão), se constituindo em processos institucionalizados de conflito e negociação, que têm como objetivo a redistribuição de bens e serviços de saúde qualificados e percebidos como direitos sociais.

Educação Popular tiveram que sair do Governo. Quando se aponta a possibilidade de estar ocorrendo no MS uma mudança na formulação da política, sabe-se que existe uma crítica, dita pertinente, relativa à este tipo de mudança, no que diz respeito a mesma gerar queda na “concretização”. Sente-se que é o risco que a Política de Educação Permanente corre.

As colocações acima remetem a Dagnino (2002:287) quando escreve que para os setores da sociedade civil o envolvimento comprometido de indivíduos do Governo é essencial para a implementação da experiência ser bem sucedida. “A existência de indivíduos em posições-chave no interior do aparato estatal que se comprometem individualmente com os projetos participatórios”

Para contornar a crise brasileira é vital trabalhar para que os setores da sociedade civil de caráter popular se organizem e demandem mais investimentos dos governantes nos serviços básicos. (Arruda, 1999 e Valla:1999) e passem a exigir debates com o Executivo, que resiste em compartilhar o seu poder exclusivo sobre decisões referentes às políticas públicas e impõe a prioridade do pagamento das dívidas submetendo ao mesmo todas as outras necessidades públicas e sociais.

Perante a globalização, a sociedade civil, especialmente representada pelos movimentos sociais, tem buscado novas formas de se organizar e, não apenas propor como também pôr em prática projetos de mudança social. (Scherer-Warren 1999 Apud Marteleto 2003:15 e Apud Oliveira 2003:31)

De acordo com o projeto da ANEPS (2003), desde o início do Governo Lula, em 2003, vários grupos da sociedade civil, movimentos e articulações de movimentos procuraram o MS, por meio da SEGETS, para discutir demandas e reivindicações. Tal contexto propiciou, em maio de 2003, a realização, no Rio de Janeiro, de uma reunião de técnicos comprometidos com a Educação Popular. Este evento, que aconteceu na ENSP, teve como finalidade pensar como seria possível organizar as iniciativas que chegavam ao MS, de modo a viabilizar a construção de uma agenda pública comum. O resultado foi a proposta da realização de encontros de movimentos e práticas de EPS em todo o país, que culminassem num encontro nacional.

A Articulação, que existe em quase todos os estados da Federação, contou com apoio técnico-financeiro do MS para a realização de seus projetos, até 2005.

I.III. - Educação Popular e Sociedade Civil

“Se a vida de todo o dia se tornou refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem imerso no cotidiano, que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia, das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (... apud ACIOLI, 2000:14).

Há algumas linhas o termo sociedade civil vem aparecendo. Crê-se que é oportuno procurar defini-lo e correlacioná-lo aqui com a EP.

Sociedade Civil é um termo atribuído ao marxismo, entretanto Gramsci enriquece tal conceito e “amplia” a teoria marxista “clássica” do Estado. Isto porque, conforme Coutinho (1989:74-76), Marx não chegou a conhecer ou a captar a proporção dos grandes sindicatos, dos partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem, dentre outros exemplos. Já Gramsci, compreendeu uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida: a dos mecanismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão e, por se constituírem a partir de um ato voluntário, chama-os num primeiro momento de “trama privada” e, posteriormente, de “aparelhos privados de hegemonia”, de “sociedade civil”¹².

Segundo Gramsci, o Estado é composto por uma sociedade política (também chamada de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção” pelo autor) e por uma sociedade civil. Sendo a sociedade política formada pelo poder executivo, o poder judiciário e pelas forças armadas ou de polícia (segurança), ou seja, pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legalmente constituído da repressão e tendo como palavra-chave a coerção. Já a sociedade civil é formada pelo poder legislativo, pelos partidos políticos, igrejas, escolas (sistema escolar), sindicatos e organizações profissionais, organizações da comunicação (jornais, revistas, editoras, meios de comunicação), etc, ou seja, pelo conjunto de organizações

¹² Coutinho, citando Gerratana em uma nota (1986 IN:1989:76), lembra que Gramsci tinha consciência de seu afastamento “quando, nos exercícios de tradução feitos no cárcere, ele traduz a expressão marxiana “bürgerliche Gesellschaft”, não o faz com o termo habitual de “sociedade civil”, mas sim com a expressão literal “sociedade buguesa”, como a indicar a diferença entre os dois conceitos”.

que elaboram e/ou difundem ideologias e têm como palavra-chave a persuasão¹³. O autor defendia ainda que é quando o Governo perde sua legitimidade, que a sociedade civil mais se organiza e cresce. A sociedade civil pode até legitimar o Governo, mas também subverte, uma vez que surge como resposta aos governos autoritários.

Gramsci entendia o Estado como “*equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercido através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc)” (Gramsci apud Coutinho:1989:76).

A noção de sociedade civil penetra no Brasil através da divulgação das obras de Gramsci e “recicla” o pensamento marxista, inclusive o que vem a ser entendido enquanto EP.

Em uma conferência em 1994, Arato (1995) afirma que a recuperação do conceito de sociedade civil havia acontecido há cerca de 20 anos e que o êxito da mesma, ocorreu devido ao fato de que “prenunciava uma nova estratégia dualista, radical, reformista ou revolucionária, de transformação da ditadura, observada primeiramente no leste Europeu e, logo depois, para a América Latina, para a qual convergiu e ofereceu os elementos de uma compreensão intelectual” (1995:19) Tal estratégia tinha dois alicerces: a organização autônoma da sociedade para (re)construção de laços sociais fora do Governo autoritário e; a concepção de uma esfera pública independente, capaz de romper com as formas oficiais de comunicação e das controladas por partidos.

O conceito de sociedade civil torna-se importante no Leste Europeu e em países latino-americanos que passaram por regimes ditatoriais, como o Chile e o Brasil, porque as ações desta sociedade civil insurgem como resposta a estes Governos autoritários. Somente para insuflar os pensamentos para o próximo capítulo desta dissertação, cabe colocar que a Saúde também tem seus autoritarismos: modelo medicamentoso, proposta biomédica e hospitalocêntrica. A ANEPS surge como resposta a estes autoritarismos presentes mesmo em tempos de SUS?

Nos anos 90, segundo Dagnino (2002), emergem apostas na possibilidade de ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil, subjacentes ao empenho na criação de espaços públicos. Contudo, em sua maioria, as relações estabelecidas são permeadas por algum grau de conflito. Elaborando uma hipótese explicativa que vincula essa tensão à

¹³ No Relatório de Pesquisa de Guimarães et al (2004), a própria Saúde é incluída neste conceito.

maior ou menor aproximação, similaridade, coincidência, entre os diferentes projetos políticos que subjazem às relações entre Estado e sociedade civil.(2002:280), com o objetivo de ressaltar o caráter de construção histórica dessas relações, no sentido de que elas são objeto da política e, por conseguinte, transformáveis pela ação política. Dagnino acaba por criticar algumas interpretações baseadas em determinantes estruturais que colocam em extremos naturalmente opostos Estado e sociedade civil, sendo muitas vezes encarados como pólo do mal e pólo do bem, respectivamente.

No que tange o Brasil, o processo de construção democrática é contraditório e fragmentado, com seus avanços e inúmeros retrocessos, incluindo múltiplos fatores. Dagnino (2002) aponta dentre estes fatores: uma estrutura estatal de desenho autoritário que se mantém imutável e pouco receptiva aos impulsos participativos; os partidos políticos, como mediadores entre Estado e sociedade civil, que em sua maioria possuem uma tradição histórica de pender na direção do Estado, o que limita sua busca de representatividade na sociedade civil aos períodos eleitorais e aos mecanismos tidos como mais eficazes nestes momentos (clientelismo, etc); uma sociedade civil, que percebe a precariedade da mediação dos partidos políticos e busca proximidade com o Estado, mas que não está isenta de se corromper, de se técnico-burocratizar ou de contribuir para a manutenção do autoritarismo; embates entre sociedade civil e partidos; conflitos entre representatividades advindas de urnas e as adquiridas em espaços construídos pela sociedade civil. A autora afirma também que o foco da natureza destes conflitos está na partilha do poder e sua não efetivação tem como causa diversos mecanismos que podem ser baseados em concepções políticas (resistentes à democratização da tomada de decisão – Estado – ou insistentes em participar das mesmas e efetivar o controle público – alguns setores da sociedade civil) ou baseados em características estruturais de funcionamento (burocracia estatal; ineficiência, falta de sensibilidade, instabilidade dos projetos feitos em parceria com o Governo devido a submissão destes à rotatividade do exercício do poder, falta de transparência das informações – Estado – ou exigência de qualificação e domínio de um saber técnico especializado – alguns setores da sociedade civil).

Arato (1995:25) ainda reforça: “Os atores da sociedade civil parecem confrontar-se sempre com os mesmos adversários: de um lado, os partidos que aparentemente tentam monopolizar a organização da vida e, de outro, o governo que novamente mostra tendências autoritárias e centralizadoras.”

Por mais que Estado e sociedade civil estejam realizando projetos com algum grau de sucesso e razoável estabilidade, vale lembrar que esta “onda” começou muito recentemente. Vem se construindo, segundo Dagnino (2002:278) como uma tática do Estado para a implementação do ajuste neoliberal. “Neste sentido ela faz parte de um campo marcado por uma *confluência perversa* entre um projeto participatório construído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantir os direitos.” Os dois projetos de direções opostas querem uma “sociedade civil ativa e participativa” e esta é a perversidade, as duas qualidades possuem diferentes sentidos.

É fácil observar que há um apelo estatal à parceria com ONGs voltadas para o meio ambiente, ao cuidado com pessoas com Aids e a tantas outras áreas nas quais o Estado não dispõe de qualificação especializada. Dagnino chama atenção ainda para um deslocamento no entendimento da representatividade, nem um pouco ingênuo e com conseqüências políticas. Tal deslocamento acontece, por exemplo, quando o Estado vê as ONGs como porta-voz, “interlocutoras representativas na medida em que detêm um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados setores sociais... Portadoras desta capacidade específica, muitas ONGs também passam a se ver como “representantes da sociedade civil”...Consideram ainda que sua representatividade vem do fato de que expressam interesses difusos na sociedade, aos quais “dariam voz”.” (Dagnino, 2002:291) Esta idéia além de sustentada pelas próprias ONGs, principalmente por suas equipes diretivas, é reforçada por organismos internacionais e pelo Governo, ambos por precisarem estabelecer relações mais confiáveis.

A necessidade de articulação entre as organizações da sociedade civil está sendo apontada como uma forma inclusive de garantir uma maior representatividade. Para Dagnino (2002), a sociedade civil deve procurar ser mais propositiva e somar esta característica a sua capacidade reivindicatória.

I.IV. - Qualificação Técnica e Política: A estratégia da Educação Popular

Os espaços de formulação, discussão, deliberação ou execução de políticas públicas exigem geralmente “o domínio de um saber técnico especializado do qual os

representantes da sociedade civil, especialmente os dos setores subalternos em geral não dispõem. Entender um orçamento, uma planilha de custos, opções de tratamento médico, diferentes materiais de construção, técnicas de despoluição dos rios, há uma infundável lista de conhecimentos” (Dagnino, 2002:284) A autora coloca três complicadores encontrados para que esta qualificação ocorra. O primeiro é a falta de tempo e energia para investir sem que se prejudique o tempo destinado à manutenção dos vínculos com o grupo a ser representado no espaço de atuação e, sem gerar o dilema: luta institucional versus mobilização social. O segundo é a rotatividade da representação ficar prejudicada, por conta das dificuldades para se qualificar e, acaba gerando a perpetuação dos inicialmente eventuais representantes. O terceiro desafio é superar a possibilidade de se tornar aquilo que se deseja combater: o acesso privilegiado aos recursos do Estado que engendra a desigualdade social mais ampla.

É pertinente haver um esforço sistemático de formação por parte dos grupos populares, de modo que suas participações nas deliberações sejam não apenas formais, mas efetivas e reais.

Um grande número de ONGs e outros setores da sociedade civil têm se encarregado de assessorar na qualificação de determinados grupos. Muitos relatam que acreditam ser a capacitação técnica parte de uma capacitação política mais ampla, entretanto “a dificuldade central é enfrentar o peso de uma matriz cultural hierárquica que favorece a submissão frente ao Estado e aos atores dominantes, além de afirmar a política como atividade privativa das elites” (Dagnino, 2002:285)

Diversos grupos da sociedade civil trabalham com EP. Ligados à reforma agrária, ao movimento de mulheres ou à Saúde, entre outras possibilidades, se apropriam dos métodos e discussões da EP para desenvolverem atividades de alfabetização, capacitação, prevenção e promoção da Saúde, por exemplo.

A Educação Popular que os setores da sociedade civil de hoje parecem pretender propor contraria algumas visões existentes sobre a mesma, por se mostrar contrária ao “não tem jeito”. Tal emprego aparenta subentender um combate ao centralismo autoritário, as múltiplas formas de autoritarismo, postura que pode ser encarada em parte como herança da inspiração que vinha das CEBs, as quais sustentavam que “os “ministérios” sejam exercidos em rodízio pelos participantes e que se procure evitar a distinção entre cúpula e base.” (Singer, 1980:222)

A opção pela EP parece se fundamentar na impressão de que ao usá-la, seja como proposta alternativa ou como “instrumento” metodológico de formação política

ou técnica, como o caso dos sindicatos que precisavam saber de contabilidade para que não fossem obrigados a fechar, garante-se que nenhum ideal será perdido, que todos os significados atribuídos por aqueles atores às suas vivências não só serão considerados e respeitados como também se transformarão no ponto de partida para todo o trabalho.

Todas as atividades da sociedade civil são perpassadas pela cultura, tão banalizada pelas políticas verticais, “encarada como sobremesa”, conforme Emir Sader (2005). Pode-se dizer que as formas com as quais os movimentos sociais, ONGs e demais entidades e grupos elaboram suas estratégias e ações, sejam elas de Educação Popular ou não, têm como componente fundamental a cultura, inclusive ao se considerar, assim como no campo dos Estudos Culturais significados, sentidos e valores que configuram as relações sociais como cultura enquanto dimensão econômica, social e política. Entende-se cultura aqui como concepção de mundo, o que inclui subjetividade e identidade, conjunto de significados que integram práticas sociais, compreendendo as relações de poder existentes nestas práticas. “A cultura é feita de elementos dialéticos, transformativos. (...) Pensar em termos dinâmicos ajuda a perceber as mudanças culturais: da realidade que conhecemos e das dos outros.” (Giacalone, 1998:139). As festas, por exemplo, se transformam constantemente, bem como seus realizadores e participantes.

Vários grupos de EP, bem como tantos outros movimentos sociais latino-americanos que também fazem parte da sociedade civil e lutam pelo alcance da democracia e por utopias igualitárias e de justiça social, põe em prática uma política cultural¹⁴ nos espaços públicos apropriados ou construídos por eles próprios (listas de discussão pela internet/ciberespaço, fóruns, etc), além de moldar identidades e demandas. Isto porque o processo destes grupos de traduzir suas agendas em políticas públicas, de expandir as fronteiras da política institucional, de redefinir o significado da palavra cidadão ou das interpretações culturais dominantes da política, por exemplo, e de desafiar as práticas políticas estabelecidas acarreta uma política cultural. Tais demandas são tidas como “construções seletivas politicamente apresentadas, transmitidas em campos de relações sociais que também definem sua significação” (Warren, 1998 IN Alvarez et al 2000:19). A prática das políticas culturais também acontece quando os mesmos intervêm em debates políticos, procurando construir nova

¹⁴ Processo pelo qual a cultura se torna fato político, conforme Alvarez et al (2000:17).

significação para as interpretações culturais dominantes da política ou desafiando as práticas estabelecidas.

O conceito de política cultural é importante para destacar as implicações menos visíveis e amiúde negligenciadas das lutas pela democratização da sociedade. No caso desta dissertação sobre a ANEPS serve para destacar o SUS dentro das lutas da Articulação e o modo como a mesma se desenvolve em teia. Teia inclui participantes eventuais (até o Estado quando apóia um único projeto) e propicia pensar na extensão em que as demandas, discursos e práticas da Articulação acontecem de maneira capilar (sendo apropriados, cooptados, adotados e/ou transformados) em arenas institucionais e culturais mais amplas.

A seguir são incorporados três exemplos, com a pretensão de que possam ajudar na construção da base para se pensar o que move entidades e práticas de EP, organizações da sociedade civil, na busca de alternativas para a realidade em que vivem. O primeiro exemplo é o do Grupo Pela Vidda/RJ - Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids¹⁵ - GPV/RJ - é uma ONG de luta contra a SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Fundada em 1989 no município do Rio de Janeiro, por Herbert Daniel, foi o primeiro grupo formado por pessoas vivendo com Aids no Brasil. Seu objetivo, conforme GPV (2005), é a promoção da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aids, através da defesa dos direitos humanos fundamentais, da garantia de acesso à informação, da luta contra a discriminação e outras formas de exclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais solidária e socialmente justa. A ONG participa da ANEPS-RJ e é referência no cuidado às pessoas que vivem com o vírus da Aids ou com a doença. A instituição é sem fins lucrativos e suas ações são realizadas por voluntários e a base de solidariedade. A verba utilizada para a implementação de seus projetos vem de financiamentos de órgão do Governo e das atividades para geração de renda iniciadas no GPV, mas ainda pouco expressivas. Certa vez um de seus representantes foi enfático ao colocar que o Grupo não quer verba do exterior, mas sim apoio financeiro do MS, porque a ONG possui um banco de dados sobre a AIDS melhor do que o do Governo, além de conseguirem trabalhar melhor com as pessoas que convivem com a AIDS do que o Governo. Ou seja, atuam aonde existe uma falha estatal e os planos do Governo, intencionalmente ou não, não chegam. Agregam calorosamente pessoas que se encontram muitas vezes não só à

¹⁵ Sigla em inglês da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

margem das políticas governamentais, mas vítimas de preconceito. E mais, suas atividades de EP contribuem para a formação política e técnica dos seus membros, que vêm ocupando os mais variados espaços de participação popular e contribuindo para a construção de outros. Atualmente, mais cinco cidades do país possuem o GPV, sendo elas Curitiba, Goiânia, Niterói, São Paulo e Vitória¹⁶.

O segundo exemplo é o do Movimento da Auditoria Cidadã no qual várias organizações da sociedade civil, após a Campanha Internacional pelo Jubileu 2000¹⁷, começaram uma mobilização a favor do cancelamento das dívidas externa e interna brasileiras e da investigação dos documentos sobre as mesmas. Em setembro de 2000, o Plebiscito sobre a Dívida Externa, organizado pelas forças populares, chegou a registrar cerca de 6 milhões de participantes. 95% votaram a favor de uma análise dos contratos do endividamento do Brasil, de uma ruptura do acordo com o FMI e da realização da auditoria prevista na Constituição Federal, mas como o Governo ignorou o pedido, iniciou-se a Auditoria Cidadã. Enquanto o Congresso Nacional não convoca a auditoria oficial, como determina a Constituição, um grupo de entidades, dentre elas o Unafisco Sindical¹⁸, vem se organizando para promover uma auditoria que se denomina cidadã, por estar sendo realizada por cidadãos. O objetivo é analisar minuciosamente o processo de endividamento do país, revelar sua verdadeira natureza e, partir para a promoção de ações no sentido de reduzir o montante das Dívidas Interna e Externa. O movimento possui um grupo de trabalho que tem acessado e estudado documentos, visando resgatar o processo histórico do endividamento, apontando suas causas. Simultaneamente, tem acompanhado o comportamento do endividamento e seus mecanismos na atualidade. Todos os trabalhos realizados são amplamente divulgados

¹⁶ Segundo informações retiradas de sua página na internet, o Grupo exerce controle social e intervém nas políticas públicas em defesa dos usuários do SUS; presta apoio às pessoas vivendo com HIV e Aids combatendo a discriminação, a injustiça social e defendendo o acesso universal ao tratamento e outros direitos de cidadania; desenvolve projetos de prevenção e informação em HIV e Aids, oferecendo capacitação e espaços para a convivência e a ajuda mútua das pessoas. Dentre as atividades realizadas pelo Grupo, pode-se citar: as reuniões de convivência e apoio; os serviços especializados; as publicações; capacitação/fortalecimento; o ativismo e participação em fóruns formais de representação.

¹⁷ Iniciativa, inspirada no livro Levítico do Antigo Testamento, que envolve um grande número de organizações religiosas, laicas e ONGs de vários países de todos os continentes, cujo objetivo era apoiar o cancelamento único da dívida para o ano 2000 dos países mais pobres e fortemente endividados, por meio de um processo justo e transparente, através de instâncias que deveriam ser construídas democraticamente. (Arruda:1999)

¹⁸ Sindicato dos Fiscais do Imposto de Renda. Entidade que lidera a Auditoria Cidadã.

por meio de publicações didáticas, tais como boletins, cartilhas, vídeo e livro, além da página na internet www.divida-auditoriacidadada.org.br.

Segundo a página da Auditoria (2005), sua ação mais importante em andamento é o acompanhamento dos contratos de endividamento, e da correta destinação dos recursos financiados. Tais contratos de endividamento são fornecidos pelo Senado Federal, que tem a atribuição de autorizar a contratação de empréstimos externos pelo Executivo, conforme a Carta Magna de 1967 e a Constituição de 1988. Os levantamentos levam a crer que existem fortes indícios de que os programas de despoluição da Baía de Guanabara são os que mais contraem dívida no estado do Rio de Janeiro.

Após a análise nos arquivos do Senado, concluiu-se que: na listagem fornecida pela Consultoria do Senado, nenhum contrato no período de 1964 a 1987 pertence à União, a despeito de ter sido este ente federado o que mais contribuiu com o processo de endividamento externo brasileiro; muitos contratos estavam somente em língua estrangeira e; alguns não foram encontrados. Portanto, do período estudado acima, a Dívida possui contratos que não foram divulgados em sua totalidade, e os poucos contratos disponibilizados se mostraram lesivos à soberania nacional.

Destacam-se entre as atividades mais recentes, as Assembléias Populares Estaduais, em outubro de 2005, que culminaram na Nacional, em novembro do mesmo ano, realizada em Brasília. Parece haver um caráter inovador e de protesto nesta experiência, porque os dados são buscados e levantados pelo movimento e posteriormente são expostos e discutidos. O Unafisco tem uma atitude um tanto quanto subversiva, por liderar todo o Movimento. Percebe-se que nas oposições tradicionais aos governos, a sociedade civil sempre pressiona o Governo a fazer auditorias, o que uma vez ocorreu para analisar empréstimos contraídos durante a ditadura militar. Certa vez Getúlio Vargas questionou a dívida e a existência de documentos que comprovassem a mesma, atitudes que levaram seu Governo à redução do total da dívida em 40%.

O terceiro e último exemplo é o da pesquisa intitulada *Vigilância Civil de Saúde na Atenção Básica: Uma proposta de Ouvidoria Coletiva na AP 3.1, Rio de Janeiro, Região da Leopoldina* iniciada, em 2003, por professores e pesquisadores do Departamento de Endemias Samuel Pessoa (DENSP) da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da FIOCRUZ, dentre eles Victor Valla, Maria Beatriz

Guimarães e Eduardo Stotz, cujo trabalho *Os Impasses da Pobreza Absoluta: a experiência da ouvidoria coletiva* lhes rendeu recentemente a Menção Honrosa do Prêmio Sérgio Arouca. A pesquisa começou após a lenta aprovação do Programa Pesquisa Estratégica, Desenvolvimento e Inovação da Coordenação Escola de Governo em Saúde/ENSP. Com o objetivo de realizar pequenos fóruns e mapear as condições de vida e de saúde dos moradores das comunidades da Penha, Manguinhos e Maré, realizou encontros que reuniam líderes religiosos, comunitários e profissionais de saúde. Cada uma das comunidades teve seus assuntos de mais destaque, sendo que a maioria deles extrapola a questão da Saúde e envolve também questões políticas, sociais, trabalhistas, entre outras. Na Penha a má alimentação; os problemas no Centro de Saúde tido como referência, tais como longa espera por atendimento, capacidade real de exames de sangue inferior a esperada (700 exames deveriam ser feitos, quando apenas 150 são realizados) e demora na disponibilização dos resultados, grande quantidade de remédios entregue de uma só vez ao usuário, que acaba tendo em excesso a medicação em casa e, por necessidade, vendendo-a ou trocando com vizinhos e; a urgência na melhoria do Programa de Saúde da Família (PSF) da Penha. Em Manguinhos, viu-se que muitas mães não têm com quem deixar os filhos e que isso agrava a pobreza. Portanto a melhoria do atendimento às crianças em idade pré-escolar com apoio às creches comunitárias existentes e a criação de novas foram as prioridades. Na Maré, os jovens ociosos e o tráfico na rua foram a maior preocupação e a implementação de programas de educação complementar, de esporte ou profissionalização foram a idéia do grupo para solucionar o problema. Atualmente, na segunda fase do projeto, pesquisadores e a comunidade discutem como colocar em prática as soluções e melhorar a articulação com o SUS. A parceria contribui para o fortalecimento de diversos projetos nas comunidades.

Como Valla (1998:187) argumenta “Na realidade, o que é necessário é desenvolver uma delicada relação dialética entre o trabalho acadêmico e o popular, mediante a qual as novas propostas teóricas indiquem novos olhares sobre o trabalho popular, ao mesmo tempo que a inserção no meio popular nos ajude a selecionar as propostas que possam ser úteis nas duas tarefas; mas, ao mesmo tempo, nos permitam também elaborar teoricamente a partir desta inserção.”

As experiências exemplificadas acima evidenciam que os diversos atores que fazem parte da sociedade civil constroem e reconstróem espaços para agir frente aos problemas da conjuntura neoliberal, frente à escassez de um Estado que tende a ter suas

responsabilidades sociais encolhidas. Seja apropriando-se do ciberespaço para reforçar e ampliar redes sociais e exercer ativismo à distância, seja armando exposições em praça pública sobre Dívida Externa, elaborando e distribuindo cartilhas, seja usando intencionalmente ou não a Educação Popular, a sociedade civil procura se implementar e indicar soluções e respostas, muitas vezes impensadas pelos serviços, pelo Governo. Será que a ANEPS, que é parte da sociedade civil, pode apontar questões para a Saúde que o MS não contempla?

Concorda-se aqui com Pagliaro (2004:09) “O que parece indubitável é a afirmação de que a educação popular se baseia num compromisso com o povo ou com as classes populares e a insistência de que não se trata de uma educação *para* o povo, mas sim um trabalho educativo *com e junto* ao povo ou seus segmentos constitutivos. É nesse sentido que a questão dos princípios metodológicos da educação popular ganham peso quando se pretende conceituá-la, sempre que falamos numa pedagogia cujo núcleo concebe o educador como um interlocutor, como um estímulo para que o educando formule suas perguntas e encontre, por meio da autonomia, suas respostas. Uma pedagogia destinada ao desenvolvimento de capacidades potenciais e não simplesmente à aquisição de recursos de um estoque cultural já dado, destinado à auto-promoção individual e/ou coletiva”

Conforme colocado no início deste capítulo, fez-se uma tentativa de fornecer subsídios suficientes para iniciar, no capítulo seguinte, as discussões de EP específicas na Saúde. No segundo capítulo será apresentada uma narrativa feita a partir de uma tentativa de resgatar em fontes diversas registros históricos de como todo este processo se transfere para a questão da Saúde. O convite para virar a página está feito.

CAPÍTULO II

A Educação Popular em Interface com a Saúde

“... É preciso mesmo brigar contra certos discursos pós-modernamente reacionários, com ares triunfantes, que decretam a morte dos sonhos e defendem um pragmatismo oportunista e negador da utopia. É possível vida sem sonho, mas não existência humana e história sem sonho...”

(Paulo Freire apud Flores, 2001).

O que a Educação Popular tem a ver com a Saúde? Escolheu-se o período da Reforma Sanitária Brasileira para dar início a esta narrativa, que tentará resgatar a transferência deste processo para a questão da Saúde. Vale mencionar que a Reforma Sanitária Brasileira teve inspiração na Reforma Italiana feita “de baixo para cima” conduzida pela população, pela sociedade civil organizada. Todavia no Brasil o contexto era diferente. A necessidade de transformação da Saúde foi sinalizada e conduzida por intelectuais, na maioria simpatizantes da esquerda, por estudantes e profissionais de saúde, que desde a década de 60 viram seus ideais igualitários serem fortemente reprimidos pela ditadura militar o que “oficializou a privatização da verba pública” (Valla & Stotz, 1989:13). Embora, segundo David (2001:1), os movimentos sociais eram tidos como detonadores do processo, que na Constituição de 1988, garante a participação da população como ator nos processos decisórios em nível local e geral, como pressuposto básico do SUS, cabe buscar quais foram estes movimentos.

A Reforma Sanitária Italiana foi resultado da luta política travada pelo PCI - Partido Comunista Italiano em conjunto com outros partidos, sindicatos de peso e movimentos populares, iniciada na década de 60 a partir da mobilização popular em torno da Saúde. É considerada a última e a mais ampla reforma no setor Saúde dentre os países desenvolvidos. Sua principal conquista foi a Lei nº833 de 1978, que certamente apresenta lacunas e imperfeições, mas que “transformou em lei do Estado, (...) aquilo que há 20 anos era apenas uma aspiração, quase uma utopia.” (Berlinguer, 1988:2). As reivindicações passaram ao longo de todo o processo por mudanças importantes de foco e de compreensão

por parte dos atores envolvidos do que vinha a ser Saúde, as quais favoreceram uma “política efetiva de prevenção dos riscos e a busca de um novo padrão assistencial” .Berlinguer em 1979, conforme Possas (1988:VIII) já destacava o que hoje é pertinente também para o caso brasileiro: “é necessário ir bem mais além da conquista na Constituinte (...) é necessário assegurar que a Reforma Sanitária se constitua como espaço privilegiado de luta, capaz de transformar não apenas os serviços de saúde, numa perspectiva assistencial, mas as próprias condições sociais que determinam os padrões de morbidade”. A idéia era de profunda transformação na vida social com reflexos na vida de cada um, como resultado da luta de todos”. O autor foi mais além, ao destacar que “a reforma sanitária não é apenas constituída de normas processuais, de decretos, de mudanças institucionais. Deve ser um processo de participação popular na promoção da saúde, que envolva milhões de cidadãos; deve impor mudanças sociais, ambientais e comportamentais que tornem a existência mais saudável; deve mobilizar dezenas de milhares de conselheiros de regiões, de províncias, de municípios, de circunscrições, de quadros dos movimentos sindicais, femininos, cooperativos, juvenis e milhares de assessores e de prefeitos; deve transformar a atividade cotidiana de médicos, técnicos e enfermeiros. Como isso poderá acontecer, se prevalecer um clima político confuso ou reacionário, se for rompida cada forma de unidade democrática, se dominarem os egoísmos de partido e os particularismos de categoria, de grupo, de zona?”(1988:03) Colocação extremamente pertinente para o Brasil em tempos de Ato Médico¹.

Torna-se pertinente lembrar os anos 60, no Brasil, por terem imprimido as características dos que constituíram o movimento sanitário brasileiro. Neste período, estudantes ligados à União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), à UNE e à Juventude Universitária Católica (JUC), estavam envolvidos com a luta pela democratização do ensino, com a defesa das Reformas de Base e apoiavam as lutas dos trabalhadores. Junto com professores e demais atuantes do meio acadêmico tiveram este tipo de atividade intelectual e política cerceada após o golpe militar de 1964, que reprimiu, prendeu, processou, torturou e ceifou os que se opuseram ao regime. Durante toda a

¹ Movimento da categoria médica que deseja diminuir a autonomia de todos os outros profissionais de Saúde, uma vez que entende que todas as atividades do Setor Saúde, principalmente a assistência, devem passar pela rubrica médica. É tido como um retrocesso, inclusive por alguns médicos.

ditadura, o Partido Comunista Brasileiro² (PCB) era um importante fomentador e divulgador dos ideais e das idéias marxistas entre o movimento estudantil, os intelectuais e os membros de sindicatos. Movidos pelas utopias igualitárias que ecoavam por todo o mundo, organizaram protestos em todo o país. Junho de 1968 é marcado pela Sexta-feira Sangrenta - na qual a PM reprimiu a passeata por verbas no Rio de Janeiro e após 8 horas de confronto de rua o episódio deixou 28 mortos e, pela Passeata dos Cem mil - permitida, contra a brutal Sexta-feira Sangrenta no Rio, na qual estudantes, suas famílias, professores, intelectuais e sindicalistas protestaram contra o regime militar. No mês seguinte, julho, o General Costa e Silva proibia os protestos de rua. Os movimentos só voltaram a se expressar de forma menos isolada após o período, chamado por Valla e Stotz (1989:14) de o mais crítico do regime militar, de 1968 a 1974, quando se iniciou o que os militares denominaram “distensão lenta e gradual”, ou seja, a “transição para a democracia”, tais palavras de múltiplas definições fornecem ambíguos sentidos e, ainda de acordo com os autores, indicam o interesse dos grupos dominantes em permanecerem com a hegemonia do Estado.

De acordo com Escorel (1999:19), as bases universitárias do Movimento Sanitário foram iniciadas na década de 60, período em que a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) propõe o uso das Ciências Sociais aplicadas à Saúde na América Latina.

Diante deste quadro, os departamentos de medicina das universidades, os cursos de mestrado e projetos de pesquisa em medicina preventiva, em medicina social e em saúde pública se transformaram em refúgios de muitos militantes e de seus projetos político-culturais de cunho reformista para a Saúde (Teixeira, 1988; Sophia, 2005). Faz-se necessário destacar que estes militantes eram em maioria estudantes da classe média e alta, oriundos da elite do país, e profissionais de saúde dedicados à docência e à investigação científica que, em equipes compostas por cientistas sociais e intelectuais, se articulavam com profissionais da rede pública. Era o início do movimento da Reforma que, conforme Teixeira (1988:197), primeiro foi um movimento de desenvolvimento de um novo saber e um dos poucos redutos de resistência, onde se tentava recuperar as análises da determinação social das doenças, com base na produção caracterizada como sanitarismo

² Para maior aprofundamento sobre a história da militância do PCB consultar Ferreira, J., 2002. Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930 – 1956).

desenvolvimentista da década de 60, e se fazia a ruptura com a ideologia industrializante desenvolvimentista, de modo a compreender tal determinação nos marcos do processo de trabalho. Nomes importantes na ENSP e na Saúde Pública brasileira fizeram parte destes grupos, tais como Sérgio Arouca, Antônio Ivo de Carvalho³ e Sara Escorel⁴.

No governo Geisel (1974-1979), a abertura política facilitou a circulação de idéias e a ocupação de cargos públicos de gestão por estes intelectuais, o que acelerou a criação de novas redes. Começaram a ser mescladas as experiências acadêmica e sindical para repensar as referências de orientação das políticas de saúde.

A inserção da proposta de Reforma Sanitária no governo de transição potencializou suas contradições, já que se somou as decorrentes da natureza do próprio processo de transição. É o que afirma Teixeira (1988: 204) ao citar O'Donnell (1987), que analisa a transição brasileira como o melhor exemplo de transição pactuada, capacitada a imprimir características e delimitar espaços de atuação governamental, uma vez que “o relativo, embora perverso, êxito econômico da ditadura militar parece ser um fator crucial na preservação da credibilidade dos atores políticos que compactuaram com o regime militar, sendo, portanto, responsável pela manutenção desses grupos e suas vinculações, durante o processo de transição. Desse fenômeno continuísta decorreriam as limitações para uma alteração mais generalizada dos programas políticos e dos aparelhos institucionais legais responsáveis pela formulação e execução de políticas sociais.” (Teixeira, 1988:204).

O Projeto Montes Claros (PMC): Sistema Integrado de Prestação de Serviços de Saúde no Norte de Minas, criado em 1971, junto com o Programa de Saúde para o Vale do Jequitinhonha, e iniciado em 1975, foi um marco para o Movimento, pois simbolizava a vivência de um modelo alternativo. Estes projetos institucionais impregnados pelo pensamento médico-social, foram baseados nos projetos experimentais universitários. Era a transformação da teoria em experiência palpável de luta política. O aumento de cobertura, a

³ Atual diretor da ENSP que participou do movimento estudantil, da marcha dos Cem Mil, fez parte do projeto da ENSP e trabalhava com Educação e Saúde na prefeitura do Rio de Janeiro.

⁴ Presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), fundado em 1977, que lançou a Revista Saúde em Debate difusora do movimento sanitário, ao apresentar análises de modelos assistenciais, práticas excludentes nos serviços e a assistência médica privativa. Antônio Ivo de Carvalho, Sônia Fleury, Sérgio Arouca, Hésio Cordeiro, dentre outros, fizeram parte do Centro, expressando suas opiniões por meio de artigos da Revista. (Sophia, 2005)

participação comunitária, o papel das equipes locais de saúde, o trabalho inter e intra-setorial, a regionalização, a hierarquização de serviços, o financiamento multilateral e o estabelecimento de relações com o sistema de saúde informal eram as questões que se pretendia abranger para reorganizar os serviços de saúde. Para Machado (1987a:09 apud Escorel, 1999:145) o PMC “foi a descoberta de que normas podem ser questionadas e reformuladas, de que não são necessariamente corretas, de que quase sempre trazem em si a cristalização de interesses particulares”. Segundo Escorel, a participação popular está presente na diretriz mais importante do modelo: a descentralização. A arena política se alterava, pois se agregavam novos atores, que questionavam explicitamente a política hegemônica.

Curioso é se deparar com a afirmação de Paim (1981:58 Apud Escorel, 1999:19) de que o marco final do movimento sanitário é 1975, com a defesa das teses de Arouca, *O Dilema Preventivista*, e de Donnangelo, *Medicina e Sociedade*, quando se sabe que este é o ano em que é “lançado” o PMC. “Esse foi o divisor de águas que deu início a uma teoria social da medicina no Brasil” (Escorel, 1999:19).

Emerge nos anos 80 uma nova configuração sócio-econômica, que ao impor uma nova dinâmica faz com que diversos atores sociais procurem soluções para os novos desafios. A transição do modelo falido de desenvolvimento para o modelo globalizado, por toda a América Latina, vem envolvendo “a reestruturação dos processos de produção e políticas de ajuste às novas condições de competitividade internacional. O que se tem observado, como conseqüência, é o aumento do desemprego, quebras de empresas, aumento do endividamento interno e externo, agravamento da situação de pobreza que, de 1980 a 1990 passou de 35 a 41% das famílias. Isto correspondia, em termos absolutos, ao aumento de 136 milhões para 200 milhões de pessoas pobres, concentradas, principalmente no meio urbano.” (Cordeiro: 2001). Valla & Stotz (1989:7) lembram que o Relatório do Banco Mundial, de 1981, mostrava a concentração de renda brasileira, ao divulgar que metade da população brasileira (70 milhões) detinham 15,47 % da renda nacional e que apenas 135 mil pessoas detinham 16,35% da renda.

As políticas de focalização, subsídios diretos à população pobre com o intuito de melhorar indicadores sociais – mortalidade infantil, desnutrição, evasão escolar, dentre outros, representam as bases estratégicas de 1980 a 1985, foram fortemente inspiradas na

Declaração de Alma-Ata - Saúde para Todos no Ano 2000, de 1978, que, aliás, tornou-se um referencial no campo da Saúde⁵.

Concomitantemente, o movimento de redemocratização se intensificou em vários países latino-americanos. O processo brasileiro de reforma da saúde, em torno da idéia da saúde como direito de todos e responsabilidade do Estado, somava à luta pela democratização do país às lutas pela universalização dos direitos à saúde e às estratégias de municipalização e de participação social no sistema de saúde. Formulava-se o projeto para a criação do SUS dentro do meio acadêmico e dos gabinetes (Comissão de Saúde; ministérios), ao mesmo tempo em que se procurava desconstruir o serviço de saúde segmentado e centralizado. “Há algo de messiânico na formação dessas redes e na propagação dessas ações comunitárias, movidas por esse ideário. (...) O resultado é que a realidade sanitária deixara de ter como núcleo precursor a academia, e começa a estender-se para outros lugares por meio de redes que estes intelectuais foram traçando, ou por meio de projetos nos quais foram se inserindo.” (Sophia, 2005:...) Contudo tal realidade partiu da academia e dos gabinetes, o que remete ao(s) conceito(s) gramsciano(s) de “revolução passiva”, de “revolução pelo alto”, de “revolução sem revolução” e de “revolução-restauração”, todos sinônimos que significam “um processo de transformação que exclui a participação no novo bloco de poder das forças democráticas e populares (...) esse processo “transformista” (que neutraliza partes da vanguarda do setor radical graças à sua cooptação pelo bloco dominante) é, aliás, segundo Gramsci, a principal forma de conquista do consenso num processo de “revolução passiva”.” (Coutinho,1989:39) Sem querer desmerecer o ativismo dos envolvidos com o Partido Sanitário⁶, destacar suas origens ajuda a compreender porque conseguiram, ainda dentro do regime ditatorial, ocupar cargos de confiança no Governo. Evidentemente, se este movimento fosse de “pouco-letrados”

⁵ A Declaração citada foi o documento final da Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários, que ocorreu em 1978, Alma-Ata, Casaquistão, antiga URSS. Outras das Conferências Internacionais mais conhecidas são as de Promoção de Saúde de Ottawa, em 1986, e de Bogotá, em 1992. Sobre o documento final desta última, Araújo (2001:11) destaca que, exceto pela parte em que fala de “ações transcendentais”, é de extremo autoritarismo e chega a subestimar e a negar a cultura e o saber popular. O documento recomenda, “impulsionar a cultura da saúde modificando valores, atitudes e relações... criar ideais de saúde mediante a completa tomada de consciência da importância da saúde e a determinação de realizar ações transcendentais de impacto neste campo”.

⁶ Forma como o movimento destes intelectuais em torno de ideais igualitários chegou a ser chamado.

haveria grandes chances de que continuasse às margens do poder. Acrescente-se a isso o fato de que no Brasil, (...), a ausência de políticas sociais dignas deste nome cria dificuldades objetivas que exigem, para a sua superação, uma vasta mobilização nos planos cultural, sindical e político” (Possas, 1988:IX).

Em março de 1986, a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, foi de suma importância para a reformulação do Sistema Nacional de Saúde junto à Assembléia Nacional Constituinte, “mesmo sem a presença de representantes do setor privado” (Sophia, 2005). Segundo o acervo da COC - Casa de Oswaldo Cruz (2006), o temário central da Conferência era a saúde como direito inerente à cidadania; a reformulação do sistema de Saúde em consonância com os princípios de universalização, participação e descentralização; a integração orgânico-institucional; a redefinição dos papéis institucionais das unidades políticas na prestação de serviços de saúde; e o financiamento do setor saúde. Foram mais de quatro mil participantes (Possas, 1998:X, Apud Berlinguer, 1988; Arouca, 1999; Escorel, 1999; Sophia, 2005 e; COC, 2006), cujo produto, por meio de emenda popular, foi a elaboração de um projeto de criação do SUS, que centralizasse as políticas para o setor, desvinculadas da Previdência social e, simultaneamente, regionalizasse o gerenciamento da prestação de serviços, privilegiando o setor público e universalizando o atendimento. Por outro lado afirmava-se um conceito ampliado de saúde, como resultado de condicionantes sociais, políticos e econômicos. Segundo Arouca (1999 in Scorel 1999), a VIII Conferência Nacional de Saúde serviu para consolidar o Movimento Sanitário. “A Reforma Sanitária complexa, com avanços e retrocessos, é o primeiro e mais adiantado exemplo de reforma democrática do Estado brasileiro.” (Arouca, 1999 Apud Escorel, 1999).

Segundo Giovanella & Fleury (1995), a partir de 1985, mais postos no Governo foram ocupados por integrantes do Movimento Sanitário, todavia, de acordo com Sophia (2005), em 1987, ainda durante o governo Sarney (1985-1989), os intelectuais do movimento sanitário foram sendo substituídos em seus cargos públicos por conservadores e, apesar da grande força que possuíam no processo constitucional, só se mantiveram atuantes institucionalmente na Fiocruz, sob o comando de Sérgio Arouca. Ainda a partir do mesmo ano, inicia-se, segundo Levcovitz (1997 apud Cordeiro, 2001:4), a “implantação

dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS), como estratégia-ponte para o SUS, envolvendo a totalidade das Secretarias Estaduais de Saúde e cerca de 2500 municípios (1987-1990)”. Hésio Cordeiro, que ocupava um alto cargo no Inamps, deixou o governo amparado pela sociedade civil que, temerária em relação a um retrocesso do SUDS, apresentou uma moção de repúdio à sua demissão.

Os articuladores do movimento tendiam a priorizar cargos públicos, distanciando-se dos movimentos populares. Eymard Vasconcelos, ao ser entrevistado, fala desse momento político do movimento sanitário: *“A maior parte dessas pessoas que participavam...(…) muita gente nesse tempo que se dedicou ao trabalho de base, mas, logo depois da Abertura Política, eles entraram nos espaços institucionais e viraram mais gestores. Eu acho que eu sou meio dinossauro por isso, porque (risos de ambos) eu acho que pouca gente ficou no espaço da educação popular, muita gente, muitos gestores, feito Gastão Wagner. Gastão era de Esquerda, ele fez um trabalho de base em PLANALTINA, lá, então é...cidade satélite de Brasília... Várias pessoas, até o SÉRGIO AROUCA ele também lá, mas e depois, na medida que ia ABRINDO ESPAÇO institucionais as pessoas todas foram LARGANDO é essa coisa aí, essa população e se preocupando mais com a questão da gestão das políticas... Aqui o diretor do da ENSP, o Antonio Ivo, né?! Quer dizer, são pessoas que tinham um trabalho LINDO lá em Nova Iguaçu, né?! Foi o primeiro ARTIGO que eu li de “Educação Popular em Saúde” assim, num falava assim o nome, né?! Mas tinha como é..., MULTIRÃO, como articula estratégia disso, assim vê o artigo hoje, ele nem...(…) Esse (ocupação do espaço institucional) é um caminho que foi usual, né, as pessoas achavam que essa coisa de investir na relação com movimento social era porque NÃO TINHA ESPAÇO institucional, na hora em que tem espaço institucional é muito mais eficaz é agir no centro do poder, né?! É um pouco, essa foi a opção, né?!”* De acordo com Stotz et al (2005), as razões destas opções têm a ver com os compromissos firmados desde à aceitação da eleição indireta, em 1985, do primeiro governo civil e tiveram como consequência a reforma do setor saúde sujeita “às imposições políticas que sustentavam as instituições estatais, principalmente o Ministério da Saúde” (2005:53)

O Movimento Sanitário, ao que tudo indica, não partia de reivindicações elaboradas pela maioria da população, mas sim, formulava em um pequeno grupo portador de uma identidade em comum e de uma suposta unidade as reivindicações e, posteriormente,

contava com sindicatos e movimentos sociais para endossá-las, para ampliar o número de mãos a hastear sua bandeira de luta política e ideológica .

Ao lado da fundamentação política desse processo – “da longa marcha através das instituições e do processo de transformação da sociedade e do Estado” (Berlinguer, op. Cit.) - e como parte da estratégia transformista, interpõem-se obstáculos que vão requerer, a cada passo, o aprofundamento da perspectiva racionalizante com a qual esse projeto contra-hegemônico se apresenta como solução para a “crise”.

Vale lembrar que, até cerca de 1970, tinha-se apenas a Saúde Pública das campanhas, como a de vacinação, e as Santa Casas de Misericórdia para atender a população encontrada à margem da previdência Social. Um dos princípios da Constituição promulgada capaz de ampliar o acesso ao sistema de Saúde foi a universalização da atenção, passando todos os cidadãos a terem “direito aos serviços de saúde previdenciários (próprios ou contratados), até então restritos aos contribuintes da Previdência Social.” (Giovanella & Fleury,1996:117) Porém, segundo as mesmas autoras(1996:117), a universalização até então alcançada é excludente “pois o movimento de inclusão de camadas populares não contribuintes da Previdência Social foi acompanhado por mecanismos de racionamento dos gastos, com conseqüente deterioração da atenção prestada, o que teria levado à auto-exclusão das camadas médias do sistema de atenção público, propiciada pela difusão de novos mecanismos de financiamento, os “planos de saúde privados” (Faveret&Oliveira, 1990)” ou seja, o sistema se fez apto a atender as camadas populares, mas não a atender toda a população. Aconteceu e ainda acontece uma migração de muitos para a atenção privada, via planos de saúde contratados individualmente ou não, planos de seguro de grupos contratados por empresas para seus funcionários e caixas próprias das empresas estatais. Os planos não costumam cobrir ações de maior complexidade, como as relativas às doenças crônico-degenerativas, resultando numa pressão para que o Estado assuma os custos desta atenção, fazendo crescer o subsistema de alta tecnologia. “O sistema de alta tecnologia é composto por serviços públicos e privados, e os planos de saúde não cobrem patologias crônicas e epidêmicas e dispões de poucos serviços de emergência complexos, serviços esses prestados pelo sistema público. Além disso, a dedução de despesas médicas do imposto de renda pelas pessoas Do

imposto de renda pelas pessoas físicas representa uma forma de subsídio público ao financiamento da atenção privada.” (Giovanella e Fleury, 1996:184)

Dentro do SUS é possível ver três “subsistemas”: um estatal, um conveniado/privado e um filantrópico. O RJ é exceção, pois há o predomínio do público, enquanto que nos demais estados brasileiros predominam os dois últimos. Fica uma questão: como vai funcionar o acesso num sistema todo fragmentado?

II.II. - Movimentos Sociais: do que se trata?

Neste trabalho, recorre-se muito ao termo Movimentos Sociais, sendo oportuno esclarecê-lo. Os movimentos sociais são assim chamados porque a palavra “movimentos” enfatiza sua natureza mutante, diferenciando-os de estruturas com organização tradicional, enquanto “sociais” é de natureza abrangente e os distancia do Estado. Na América Latina dos anos 70, estes movimentos experimentaram um aumento em número e significância, provavelmente decorrente do menosprezo que os regimes autoritários tinham pelas ações locais sem notoriedade nacional.

Adota-se aqui o conceito de Movimento Social utilizado por Scott (1990 Apud Torres, 2003:280): “Um movimento social é um ator coletivo, constituído por indivíduos que se percebem possuidores de interesses comuns e, pelo menos numa parte significativa da sua experiência social, de uma identidade comum. Os movimentos sociais se distinguem de outros atores coletivos, como partidos políticos e grupos de pressão, pelo fato de terem a mobilização de massas, ou a ameaça de sua mobilização, como sua fonte principal de sanção social e, portanto, de poder. Distinguem-se ainda de outras coletividades, tais como associações de voluntários ou clubes, por estarem preocupados, antes de mais nada, com a defesa ou a mudança da sociedade, ou com a posição relativa do grupo na sociedade”

Nas linhas que seguem serão mescladas concepções de movimentos sociais na Saúde, na Educação e nos Estudos Culturais tendo como autores base Vasconcelos, Torres, Dagnino, Fernandes, Singer dentre outros, com a finalidade de se evitar qualquer tipo de estranhamento ao termo e sua utilização atual.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, segundo Doimo (1995), acontece a eclosão dos estudos sobre os “novos movimentos sociais”⁷. A autora também constata que os movimentos pós 70 possuíam regularidade, homogeneidade e que se apresentavam de forma contínua, não sendo arranjos pontuais, além do que formavam conexões ativas com a Igreja Católica, grupos de Esquerda e ONGs, tendo entre seus integrantes intelectuais e profissionais mobilizados pelas causas sociais. O impacto mundial dos confrontos relacionados aos movimentos estudantis, em 1968, contribuíram, de acordo com Torres (2003), para a redefinição da teoria dos movimentos sociais. Na Psicologia Social, ainda aponta o autor, surge uma teoria que reduzia a ação coletiva à teoria da ação privada, partindo da idéia que explosões coletivas decorrem de expectativas frustradas de ascensão, e não de níveis absolutos de pobreza.

Numa visão marxista, os movimentos poderiam ser considerados uma resposta à exclusão do poder político; contudo a teoria dos novos movimentos sociais vai de encontro à marxista, por buscar compreender um deslocamento dos interesses dos movimentos sociais por políticas de distribuição para uma preocupação com a qualidade de vida e com políticas de identidade. Conforme coloca Torres (2003), procurava-se dar sentido aos movimentos de protestos emergentes com seus diferentes temas e participantes, além de que: “os novos movimentos sociais diferem dos anteriores em aspectos fundamentais quanto a: ideologia (qualidade de vida, em oposição a crescimento e redistribuição); base de sustentação (interesses diversos e redes emergentes, em oposição a classes sociais relacionadas ao trabalho industrial e à agricultura, ou a raça); motivações para a participação (mais idealistas, em oposição a interesses sociais objetivos); estrutura organizacional (descentralizada, em oposição à burocrática); e estilo político (extraparlamentar, em oposição ao integrado num processo neocorporativista de negociação)”. Vasconcelos (2000 In Valla, 2000:40) destaca ainda, citando Evers (1984), como características dos novos movimentos sociais o baixo número de participantes, as formas coletivas de tomada das decisões, um distanciamento social relativamente pequeno entre a liderança e os demais e, a forma pouco abstrata e imediata de perceber e colocar os objetivos dos movimentos.

⁷ Concepção de origem, principalmente, europeia que enfatiza mais os fatores cognitivos, os ideológicos e a sociedade civil como arena para mudanças. (Torres, 2003)

No Brasil durante a década de 80, o Estado em decorrência do aumento das pressões populares, conforme Vasconcelos (2000 In Valla, 2000:36), passa a reconhecer os movimentos sociais como seus interlocutores legítimos e a ser mais flexível às suas demandas. O autor também ressalta que “Torna-se hegemônica na cultura brasileira, a noção de participação como melhor caminho para o gerenciamento dos serviços de saúde. A nova Constituição, elaborada em 1988, incorpora esse conceito. Apesar de tudo, na prática da maioria dos serviços de saúde, essa participação é boicotada pelos múltiplos interesses que contraria”. Ainda segundo o autor, o Governo aprendeu não apenas a arte de cooptar, como também a de criar novos movimentos. Talvez a proximidade com o Estado tenha contribuído para o declínio dos movimentos a partir de 1986, que foi apontado por Doimo (1995).

“Os movimentos sociais organizados foram os que melhor trabalharam, aplicando na luta cotidiana e na construção teórica, o conhecimento prático” (Wainwright, 1998 IN Marteleto & Valla, 2003:15)

No atual mundo globalizado, os movimentos sociais constroem e reconstroem espaços para agir frente aos problemas da conjuntura neoliberal, sendo a apropriação do ciberespaço um bom exemplo de ativismo à distância. De acordo com Oliveira (2003:35), faz-se necessário considerar que para muitos dos que constituem os movimentos populares⁸, as possibilidades de ação existem em tempos e espaços distintos. A autora aponta que: “Ao lado das práticas políticas de pressão direta junto ao Estado, podemos encontrar outras práticas comunitárias que, do ponto de vista dos grupos populares, são iniciativas que podem transformar a realidade.” Todavia, os movimentos estão hoje muito dependes das assessorias e apoios de grupos mais formais, como, por exemplo, os núcleos de estudos em saúde coletiva das universidades, tendo um para o outro, conforme Vasconcelos (2000 In Valla 2000:55), uma função dinamizadora. Tal dependência por parte dos movimentos sociais já era ressaltada na década de 80 por Singer (1980).

⁸ O adjetivo popular situava os movimentos em uma dinâmica orientada pela luta de classes e os colocava numa perspectiva futura de união a ser alcançada junto com as tão esperadas revoluções. Seria um artifício de retórica integradora, que, segundo Fernandes (1994:63), no decorrer dos anos 80 enfraqueceu junto com todo o esquema ideológico. O popular se afirmava no local e não era de grande abrangência.

Torres (2003:267) aponta que os movimentos sociais são a fonte primária de mudanças e inovações na sociedade, mesmo sendo constantemente vistos como uma ameaça à ordem.

No campo dos Estudos Culturais, Alvarez et al (2000) consideram os movimentos sociais arenas indispensáveis para a compreensão de como o entrelaçamento do cultural com o político, vital ainda que precário, acontece na prática.

Em se tratando de EPS, Eymard Vasconcelos é apontado como o primeiro a colocar que a Educação Popular e Saúde é um movimento social, o que ocorreu, de acordo com Stotz et al (2005b), durante uma intervenção pública no Congresso de Saúde Coletiva da ABRASCO, em julho-agosto de 2000, em Salvador.

II. II. - Educação e Saúde, Educação Popular e Saúde

O campo da Educação e Saúde contribui para a contextualização do surgimento da Educação Popular e Saúde, que tem íntima relação com os movimentos sociais atuantes no Movimento de Reforma Sanitária, cuja maior conquista foi em 1988, ano em que os princípios e diretrizes elaborados para o Sistema de Saúde brasileiro passam a fazer parte da Constituição Federal. Conforme Cordeiro (2001), as propostas da constituinte se distanciaram muito das internacionais e até das nacionais políticas de ajuste. Todavia é inegável a influência das discussões sobre a Carta de Ottawa, referência do novo paradigma - Promoção da Saúde - e produto da Conferência Internacional de promoção da Saúde, realizada pela OMS em novembro de 1986, em Ottawa, Canadá, na qual o Brasil não esteve presente.

Nacionalmente, o setor saúde é orientado pelas diretrizes dispostas no Artigo 198 da Constituição Federal, que são: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e; III – participação da comunidade, bem como pelos princípios: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada

caso em todos os níveis de complexidade do sistema; III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; IV – igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; dentre outros.

O compromisso com uma concepção ampliada de saúde, associada à qualidade de vida, leva a um tipo de entendimento do que deve ser a atuação no setor Saúde que transcende a dimensão estrita do setor, diversificando os seus campos de práticas. Passa a ser viável supor o reconhecimento da integralidade como um princípio-chave, por ser capaz de contemplar as dimensões biológicas, psicológicas e sociais do processo saúde-doença e, portanto, requer ações de promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação feitas de modo inter e transdisciplinar, envolvendo várias áreas sociais, de modo a respeitar a integridade do ser humano.

No Brasil, o campo da Educação em Saúde tem sua história marcada por cooptações e subversões, por mudanças que influenciam inclusive questionamentos a cerca da preposição que liga o termo Educação ao termo Saúde⁹. Vasconcelos (1998) define Educação em Saúde como o campo de prática e conhecimento do setor saúde que tem se ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e fazer cotidiano da população. Todavia esta definição só vem sendo possível a partir das mudanças ocorridas, no “bojo da concretização do projeto da Reforma Sanitária brasileira.”, como coloca David (2001:1), provavelmente desencadeada durante e pelo governo militar, que com a ameaça do comunismo tomou a Educação e Saúde “... como uma forma barata de se intervir no nível de doença e de miséria da população e diminuir tensões sociais.” (Relatório 1991: 21 apud Assis 1992: 9) e propiciou condições para o surgimento de experiências de Educação em Saúde que significaram uma ruptura com o padrão impositivo e normativo. O campo passa a ter como referência a pedagogia de Paulo

⁹ Atualmente, defende-se o uso do “e” ao invés do “em” como forma de distinguir Educação e Saúde, “área de conhecimento dentro da Saúde Pública marcadamente instrumental” (ELOS:2004), capaz de valorizar as trocas entre os saberes diversos e de entender o processo educativo como um processo de aquisição e reconstrução de conhecimentos entre diferentes sujeitos da Educação em Saúde, fortemente presente até a década de 70, que tinha à sua frente as elites políticas e econômicas, cujo intuito era enquadrar as camadas populares através de ações sob a lógica do discurso da higiene e introduzir hábitos saudáveis ao cotidiano de uma população, que deveria ser preparada para o “desenvolvimento nacional”, para trabalhar nas indústrias que se instalavam por todo o país. De acordo com Ornellas (1981:5) a Educação em Saúde, incluída nas atividades de Saúde Pública, era um instrumento de ação ideológica do sistema dominante.

Freire, ou seja, passa a sofrer influência da reflexão crítica da Educação Popular. Data de 1968 a primeira edição do livro *Pedagogia do Oprimido*, que trás reflexões de Paulo Freire no exílio sobre sua experiência no Brasil, tais como “Ninguém educa ninguém, nem ninguém educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Era o sentimento de coletividade e de construção coletiva e o respeito ao outro e ao seu saber que eram elucidados.

“Esse nome “EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE” QUEM DEU FUI EU, quer dizer, num tinha. O pessoal falava Educação Popular” (Eymard Vasconcelos na entrevista).

Desde os conturbados anos 70, configura-se no país uma relação entre profissionais de saúde, intelectuais e a população voltada para novas formas de construção de conhecimento e de organização social, inicia-se assim a Educação Popular e Saúde (EPS). Eram experiências variadas: junto às CEBs da Igreja Católica; de profissionais de saúde com movimentos populares; ações de sindicatos; trabalhos em prefeituras. Ocorria também o surgimento de serviços comunitários de saúde sem vínculos com o Estado, rascunhos das experiências de organização de ações de saúde integradas à dinâmica local, assim como o surgimento de movimentos sociais envolvidos com a saúde, como o Movimento Popular de Saúde (MOPS¹⁰). Nas entrevistas Eymard Vasconcelos e Helena relataram que seus primeiros contatos com a EP, ainda que inconscientemente, foram nesta época:

“Eu participava de um Encontro de Jovens, que já tinha um pouco essa questão da Teologia da Libertação, eles falavam em Paulo Freire, mas eu nunca pensei em mexer com isso, é.... Eu entrei no curso de medicina pra ser pesquisador de laboratório! mas eu me frustrrei muito quando eu comecei a fazer estágio (...) eu achei muito CHATO, lá no laboratório, e fiquei pensando até de largar o curso. E foi aí, em 1974, que a gente, o Centro Acadêmico de... de Medicina organizou a Primeira Semana de Saúde Comunitária. Foi o PRIMEIRO EVENTO NACIONAL do Movimento Sanitário... foi iniciativa dos estudantes e...foi um Encontro lá em Belo Horizonte, mas veio gente de vários estados, inclusive o Gastão já foi uma pessoa que se destacou MUITO, é ...o Eduardo Campos,

¹⁰ Movimento social criado em 1981, que visa articular e fortalecer as lutas pela saúde da população e de suas organizações. Deriva das participações de grupos populares de igrejas, de associações, dentre outros nos Encontros Nacionais de Medicina e Experiências Comunitárias (ENEMECS), nos anos 70, promovidos por uma rede composta por profissionais de saúde, estudantes e religiosos. Segundo Stotz (2005a,2005b:54), o

agora, ele foi um articulador desse Encontro lá em Belo Horizonte e, enfim, eu fui porque tinha alguns amigos E EU Gostei MUITO de fazer Saúde Comunitária e logo depois tinha um estágio no Vale do Jequitinhonha, que o pessoal da organização fez.” (fala de Eymard Vasconcelos) “(...) acho que não tem um momento que marca, né, “agora eu estou começando a trabalhar com EP”. Eu, antes de fazer enfermagem, fiz um técnico de enfermagem, lá em Petrópolis com as irmãs do Colégio Santa Catarina, que a Irmã Dulce, que era diretora na época, já estava envolvida com as discussões da Teologia da Libertação, na verdade nós como alunas não percebíamos isso de uma maneira muito clara, só as que estavam mais engajadas mesmo dentro dos movimentos da Igreja da década de 70. Mas o foco de discussão de Saúde Pública dentro desse curso, já tinha uma certa VOCAÇÃO pra trabalhar dentro da área da EP. E em 79-80, eu já tava na faculdade e, embora gostasse muito dessas discussões eu não estava engajada, então ela me chamou para ajudá-la, junto com outras pessoas, para fundar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (...) e eram umas discussões, mas era muito engraçado, porque o BISPO não podia saber. Então o Padre Paulo, que era responsável pela Paróquia da Catedral, Leonardo Boff, que ainda era frei na época, a Irmã Dulce, mais algumas pessoas, tinha até uma advogada que era fundadora do PT de lá (...) então estas pessoas se reuniam escondidas na catedral porque se o Bispo soubesse, ainda tinha toda uma coisa de repressão...” (fala de Helena David)

Traços Presentes no Início da Participação

Alguns destes traços, e não são poucos, se mantêm ao longo do engajamento, mas a ênfase em alguns sentimentos é maior ao se contar o começo da trajetória na EPS. Sentimento de inconformismo em relação ao mundo em que se vive; fascínio frente a experimentação e as possibilidades de construir algo junto com as classes populares; vontade de saciar dúvidas e ansiedades sobre os porquês das injustiças, da pobreza; identificação com publicações da esquerda (Jornal Brasil de Fato no caso de quem vos escreve) e grupos da sociedade civil que possuem discussão política; grande satisfação em

MOPS nasceu e se desenvolveu a partir dos ENEMECS, mas “jamais conseguiu reunir em torno de si as vertentes da EPS”

ouvir mais do que falar, nos primeiros contatos com pessoas de maior experiência de militância; entusiasmo ao se perceber num processo de aprendizado; enorme vontade de partilhar os novos conhecimentos adquiridos por leituras ou conversas; vontade de transmitir o estado de espírito as outras pessoas; vontade de agir revolucionariamente; necessidade de se perceber um ser revolucionário; exultação de alegria ao entrar em contato com histórias de participação popular, dos Círculos Populares de Cultura, de experiências de EP que deram certo, de receber conselhos e de assumir tarefas do grupo. Estes sentimentos vão de encontro aos descritos durante as entrevistas. Sonia Acioli ao falar sobre seu início na EP, contou o quanto ficou encantada *“Com o trabalho na Ilha da Conceição e o contato com o Valla, no curso de Especialização em Educação em Saúde Pública da UFF e depois no trabalho da Ilha se abriu assim um MUNDO NOVO e eu fiquei muito ENCANTADA com a perspectiva do campo da Saúde Pública (...) O Valla era uma figura assim... distante, muito distante, ele participava de muitas coisas fazia discussões sobre fracasso escolar, coordenava o grupo de Educação, Saúde e Cidadania do Departamento de Ciências Sociais da ENSP com o Eduardo, a Maria Alice, Sandra”*.

A fala de Eymard sobre sua experiência no povoado de Engenheiro Xingô, no Vale do Jequitinhonha também é elucidativa: *“Então a gente chegou lá, primeiro, bem essa realidade NOVA do meio popular, mas principalmente a partir desse mote, né, de estar discutindo, de fazer reunião, então os pequenos problemas me FASCINAVAM, como é que tinha ganchos, os problemas específicos, como é que tinham ganchos, os problemas conjugais, os problemas políticos e não sei o quê, isso me fascinou muito e ao mesmo tempo sentia O SIGNIFICADO que a gente tinha, apesar da precariedade da formação, de conseguir criar ESPAÇO de discussão, né, e como isso desencadeava ações, então, eu me fascinei MUITO com isso, não é? E muitos estudantes foram fazer esse estágio, e depois a gente criou um centro de estudos de SAÚDE no Centro Acadêmico e aí a gente começou a aprofundar muitas coisa e aí, como eu fiquei FASCINADO, eu todas as férias arrumava algum ESTÁGIO pra fazer também... e fui me aproximando desse jeito da Educação Popular, enfim, então foi essa, foi o meu CAMINHO de aproximação”*

O que representa o início do engajamento parece ser bem explicitado por Ferreira (2002,67) que coloca que ao ingressar na militância *“Ao indivíduo era oferecida uma*

ordem simbólica, racionalizada e sistematizada, permitindo a ele manejar imagens e representações tranqüilizadoras.”

Participação Popular na Política de Saúde

Segundo Vasconcelos (1998), durante a repressão militar, a política de saúde foi direcionada para a expansão de serviços médicos privados, enquanto os movimentos sociais, sem a força de partidos e sindicatos, procuraram o apoio da Igreja Católica, o que favoreceu o engajamento de intelectuais oriundos de diversos campos do conhecimento, inclusive de profissionais de saúde, insatisfeitos com as práticas mercantilizadas e tecnicistas dos serviços de saúde, e de intelectuais “encurralados nos espaços acadêmicos” (Oliveira 2003:29), culminando na criação de novos espaços de produção de conhecimento orientados pelos pressupostos da Educação Popular. Estas vivências possibilitaram aos intelectuais o acesso à dinâmica de luta e resistência das classes populares e iniciaram um processo de reconhecimento destes indivíduos enquanto atores, o que talvez tenha sido o início de uma cultura de relação com as classes populares e de uma tradição menos autoritária na Educação e Saúde.

A incipiente participação dos setores populares organizados no setor Saúde, dura até a década de 1970, quando ocorre, conforme Vasconcelos (2000:33), “a consolidação da participação popular na dinâmica de funcionamento dos serviços de saúde”. Com a abertura política e o projeto democrático a ser implantado, no final da década de 70 e início dos anos 80, alguns movimentos passam a reivindicar serviços públicos locais e a exigir participação no controle de serviços já estruturados.

Os trabalhos de EP no campo da Saúde aparecem na década de 70, inspirados nas idéias e práticas desenvolvidas por Paulo Freire desde a década de 50. Os anos 70 representam, para Brandão (2001:26) “o momento em que se pode, bem mais do que nos anos 60, falar de uma “experiência de Educação Popular na área da saúde”. E ela se realiza quando o trabalho profissional de Saúde Pública funde-se em um trabalho cultural de Educação Popular por meio da Saúde. Quando a ação médica e a de outros profissionais da “área da Saúde” não se limita a uma assistência a clientes do povo. Quando ela se estende a uma ação cultural ampliada de diálogo e de crescimento de parte a parte, em busca de

saídas e de soluções sociais a partir do que se vive e do que se troca, do que se aprende e do que se motiva, quando se dialoga crítica e criativamente sobre vida e o mundo por intermédio do corpo e da saúde.” Todavia, muitas são as experiências de EPS com poucos ou nenhum registro, até porque, como bem coloca Pagliaro (2004:22), “o *status* do registro e da visibilidade”, é atribuído as atividades do movimento de EPS que compreendem uma participação nos organismos institucionais de saúde, e daí decorrem ‘injustiças’ ao se tentar localizar historicamente tal movimento.

As primeiras experiências de EPS foram organizadas entre 1975 e 1985 nas periferias das grandes cidades e nos municípios do interior e, foram sistematizadas durante encontros populares que vieram a compor o ideário do que passou a se chamar de movimento da Reforma Sanitária, conforme Stotz (2005a; 2005b).

Eymard em sua entrevista lembra que foi durante seu trabalho de EP, no interior do Nordeste, que descobriu o valor da Saúde, enquanto mobilizadora social: *“Na época da campanha da fraternidade Saúde para Todos, foi a campanha que mais mobilizou, a gente viu a FORÇA da Saúde como instrumento de mobilização social e por isso a gente não esperava, então por essas coisas... Muitos profissionais de saúde trabalhavam a EP e a EPS era meio ENVERGONHADA, porque o importante era a luta do sindicato, da terra, de não sei o quê. A gente não valorizava a dimensão Saúde. Aí no MOPS a gente viu que isso era nacional (...) aí eu comecei a participar do MOPS. Fui o primeiro coordenador do MOPS lá na Paraíba. Nesse momento eu fui expulso da região, porque esse negócio de direitos humanos não podia”*

Para Vasconcelos (2001:12,17), a expressão EPS é utilizada com o intuito de contrapor a educação normatizadora, como “uma bandeira para marcar a diferença da educação “toca boiada” que ainda predomina nas práticas de saúde.” e que, para muitos serviços de saúde, tem sido um instrumento fundamental na construção histórica de uma medicina integral. Além disso, Vasconcelos (2001:16) também afirma que as “experiências de EPS estão voltadas para a superação do fosso cultural existente entre os serviços de saúde, as ONGs, o saber médico e mesmo as entidades representativas dos movimentos sociais de um lado e, de outro, a dinâmica de adoecimento e de cura do mundo popular.”

A construção compartilhada do conhecimento em saúde é uma metodologia desenvolvida na prática de Educação e Saúde que se baseia nesta perspectiva de educação popular e faz-se necessária para compreender a construção da ANEPS.

Vale lembrar que o que se entende aqui como a perspectiva de EP é a transgressão do modelo biomédico, hospitalocêntrico e normativo, ainda fortemente presente no setor Saúde, procurando a formação crítica dos sujeitos, contribuindo para o aumento da autonomia, da politização e da compreensão das questões que perpassam o dia-a-dia e que têm relação com a saúde, ou seja, nesta perspectiva há o reconhecimento dos homens enquanto sujeitos, cidadãos e apóia-se o controle público¹¹, através de suas lutas e movimentos em prol da qualidade de vida. Todavia, a EPS parece ser mais analisada com prolixidade do que com precisão por seus promotores.

Segundo Carvalho (2001), a idéia de construção compartilhada do conhecimento implica um processo comunicacional e pedagógico entre sujeitos de saberes diferentes convivendo em situações de interação e cooperação, que envolve o relacionamento entre pessoas ou grupos com experiências diversas, interesses, desejos e motivações coletivas.

“É um conceito construído no decorrer de uma experiência na qual a teoria é desenvolvida a partir da prática. Nesse sentido, a dinâmica e o processo de conhecimento produzido vão demarcando o caminho conceitual e teórico em função da realidade e da prática estabelecida” (Carvalho, Acioli & Stotz 2001:101-14).

A relação pedagógica horizontal e dialógica entre a classe popular, os técnicos dos serviços e acadêmicos torna possível uma maior interação nas relações sociais, que influencia a qualidade de suas vidas. Para Freire, o diálogo verdadeiro pressupõe um pensar verdadeiro, um pensar crítico, pensar que percebe a realidade como um processo.

Segundo Acioli (2001), é preciso considerar os homens em situação, e em diálogo com esses homens não só a objetividade em que estão inseridos, mas, a consciência que tenham desta objetividade. Portanto, o trabalho educativo deve partir da situação dos sujeitos no

¹¹ Termo usado em contraposição ao termo controle social, que indica controle governamental sobre a população, diferindo deste por seu caráter popular, pela pretensão de construir um processo no qual ocorra a efetiva participação das classes populares nas decisões do Estado. Apesar de que, o controle social está garantido com um sentido mais próximo ao do controle público na Lei N° 8.142, de 28/12/1990, que institui os conselhos e as conferências de Saúde como instâncias de controle social do SUS, mas três esferas de governo – federal, municipal e estadual. Estima-se que haja mais de 100 mil conselheiros de saúde no país.

mundo, que se manifesta nas suas formas de agir. Existe assim um potencial da Educação Popular em contribuir com as equipes de saúde, “por ser um processo contínuo e participativo que visa ao entendimento do processo saúde-doença-saúde, sendo a promoção da saúde essencial para garantir a integralidade das ações” (Albuquerque & Stotz, 2004: 261) e por ter atividades que redirecionam a dinâmica do serviço, por fortalecerem a participação popular. “A educação popular é um instrumento de reorganização institucional do setor saúde” (Vasconcelos, 2003 apud Albuquerque & Stotz, 2004: 272).

Cordeiro (2001:13) é bem cético ao escrever que “na América Latina, o enfraquecimento dos Estados tem inviabilizado as políticas efetivas de busca da equidade e as taxas de investimento e de emprego reduziram-se, tendencialmente, na maioria dos países. A concentração da riqueza e da renda se acentua cada vez mais, ao mesmo tempo que se difundem exemplos de como é possível superar a pobreza pelo voluntariado, as iniciativas da filantropia e a “compaixão” entre as pessoas.” Diante deste panorama, a sociedade civil, com destaque aos movimentos sociais, vem procurando participar não apenas discutindo a utilização de verbas públicas, mas reinterpretando várias questões, como as da Saúde, se reorganizando para propor e para agir, objetivando transformações sociais. No primeiro capítulo desta dissertação, vê-se que é possível colocar a EP como uma proposta de alternativas, freqüentemente utilizada pelos movimentos sociais. Valla (1993:104) considera que uma das características da Educação Popular é a indicação de problemas concretos e o esforço para a resolução dos mesmos. “poder-se-ia dizer que, no campo da educação popular, a partir do problema formulado, busca-se uma metodologia adequada. O processo é freqüentemente inverso na academia (...) A vida – isto, é, os problemas que os homens enfrentam para garantir sua sobrevivência – é a referência da educação popular”.(Valla,1993:104) E agora, neste segundo capítulo, pode-se avançar relatando que os atores sociais ligados a EPS, começaram a se articular e a buscar o que de fato significava a Educação Popular em interface com a Saúde.

Segundo Marteleto & Valla (2003:6,13), a EPS atua a partir de problemas de saúde específicos ou de questões relativas ao funcionamento geral dos serviços. Procurando entender, sistematizar e difundir as lógicas, os conhecimentos e os princípios que regem a

Essas instâncias são formadas por 50% de usuários do SUS, 25% de trabalhadores de saúde e 25% de

subjetividade dos diferentes atores, de modo a tornar os conflitos conscientes e explícitos. A ênfase no saber local capaz de embasar ações políticas, a crença no valor de todo tipo de conhecimento para a transformação e democratização da sociedade, a preocupação com as formas de organização social e com a interface entre os ambientes formais e informais de construção de conhecimento sobre saúde são alguns dos princípios da EPS.

A Saúde Pública é um dos serviços básicos das grandes cidades que a proposta neoliberal, implantada mais assiduamente após o início do Governo Collor, em 1989, foi capaz de agravar, conforme Valla (1993:103), isto aconteceu “a partir das políticas de “enxugamento do aparelho do Estado” e no processo de “municipalização” dos serviços. Desde antes já existia uma notável falta de habilidade e de capacidade dos municípios em lidar com a Saúde, seja por escassez no repasse de verbas, seja pela resolutividade que extrapolava o âmbito municipal e que era exigida pelas questões. Ainda segundo o autor, tais questões eram para ser enfrentadas pela EPS, que percebia a necessidade de monitorar o Estado. Entretanto, a disponibilização de dados públicos também era um problema. Para Valla (1993:105), o quadro de uso privado de dados públicos apresenta como fatores causais: incapacidade municipal de gerar seus próprios dados, imprescindíveis para o planejamento e a execução de políticas; a sonegação ou deturpação de dados por parte das prefeituras envolvidas com o turismo ou/e em períodos eleitorais e; a inadequação da formação acadêmica, que menospreza muitas vezes o campo da Saúde Pública nos cursos universitários. Com este quadro somado ao Governo Collor, foi possível “vislumbrar as nefastas conseqüências de uma municipalização sem repasse de verbas tanto quanto do aparecimento de epidemias como resultados de um nível de vida baseado num dos salários mínimos mais baixos do mundo”. (Valla, 1993:106)

As propostas de EPS deste período são várias. O mesmo autor apresenta como exemplos a brasileira de Diagnóstico Participativo, desenvolvida na região da Leopoldina, no município do Rio de Janeiro, e a argentina de Epidemiologia Comunitária, iniciada na província de Córdoba.

Ao longo da década de 90, os municípios brasileiros passaram a gerenciar um sistema municipal de saúde atrelado ao SUS e, conseqüentemente, adquiriram maior responsabilidade e autonomia na implementação das ações de saúde voltadas para seus

cidadãos. No Rio de Janeiro, foco desta dissertação, a municipalização ocorreu em 1999, quando a prefeitura assumiu 28 unidades federais, contudo foi fruto de um decreto assinado pelos governos federal e municipal, sem a discussão ampla na sociedade.

II. III. - Primeiro Marco: o surgimento da Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde

A partir do propósito analítico desta pesquisa, o primeiro acontecimento tido como relevante para a mesma, considerado como o marco inicial do movimento de EPS no estado, foi a criação da Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde, no Rio de Janeiro, em 1990, constituída por profissionais de saúde e acadêmicos, cujos objetivos eram, conforme o primeiro Boletim (1992), produzir novos espaços de divulgação e reflexão de experiências; criar infra-estrutura institucional de suporte à Articulação; lutar para aprofundar a participação popular no SUS; aprofundar caminhos metodológicos e; contribuir para a formação de recursos humanos do SUS, na perspectiva de valorização do saber e da iniciativa popular.

Havia um grupo restrito denominado CONEPS - Comissão Nacional de Educação Popular e Saúde, que era o responsável pela organização das atividades, pelo recebimento das cartas e dos telefonemas, pela confecção dos boletins desde a escrita dos textos até sua confecção (custo, tamanho, tiragem, diagramação) e postagem, tanto que os boletins eram intitulados Boletins da CONEPS.

Os boletins, ao todo nove exemplares, bem como as entrevistas realizadas constituem as fontes para se conhecer a Comissão.

No Boletim de nº 2, de 1993, além de se falar sobre o projeto de uma “ANEPS”, enfatiza-se a existência de dificuldades para sua execução, por falta de apoio financeiro e, comenta-se sobre a estratégia de fortalecer o próprio boletim, para criar “unidade”. Ainda neste mesmo número, há o registro do I Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde, em 1991, realizado pelo Movimento de Educação Popular e Saúde/ CONEPS e se constituindo, segundo a fonte, num momento crucial para definição das características do movimento. Esse I Encontro, em dezembro de 1991, em São Paulo, foi, segundo Stotz et al (2005), o momento exato de criação da Articulação.

O Boletim nº 1 trás um histórico interessante: “Apesar de sua importância no contexto do movimento sanitário brasileiro, estes profissionais, marcados pelo método da Educação Popular, não vinham conseguindo organizar espaços mais amplos de troca de experiências e aprofundamento de sua dinâmica de atuação. Somente a partir do III Simpósio Interamericano de Educação em Saúde, realizado no Rio de Janeiro em 1990, se iniciou uma articulação nacional que se ampliou durante o I Congresso Brasileiro de Epidemiologia em Campinas/SP. Conseguimos, com muita dificuldade, organizar, em dezembro de 1991, o I Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde, realizado em São Paulo. Nele foi formada uma Comissão Nacional para coordenar e dinamizar o movimento.” A formação da CONEPS veio a ser uma forma de gerar a circulação das idéias do grupo em textos impressos, com uma “política” editorial particular, coordenada sistematizada e definida.

Sonia Acioli, ao ser indagada sobre como e por quem a Articulação foi criada corroborou, ainda que de forma imprecisa, para respaldar o conteúdo do Boletim da CONEPS nº 1: “(...) *ela teria sido criada num evento grande que teve no Hotel Glória, não sei se da própria UIPES/ORLA, em que parece... que houve um constrangimento e, sei lá, o grupo de pessoas que estavam lá e que não conseguiram entrar..., talvez um evento que foi elitizado – só o próprio Hotel Glória, né?! – e aí estas pessoas tinham se reunido no corredor, ou do lado de fora e teriam se juntado. Não sei se foi aí ou se era uma idéia já... embrionária. E aí eu acredito que não tem como fugir da figura do Valla e da figura do Eymard... Eu acho que são as pessoas de referência deste movimento e logo com a figura do Eduardo. Porque ele é muito próximo do Valla, né, eles têm maneiras diferentes de trabalhar, o perfil é diferente. (...) O Valla é que trás o Eduardo para a ENSP. Então eu fico imaginando que é coisa da própria militância do Valla. O Valla é um militante, de Esquerda (...) Então não tem como fugir da MILITÂNCIA POLÍTICA e dessa inserção, dessa forma de trabalho, que ele sempre teve, esse tratamento diferenciado (com os pares e a população) assim... e é o mais antigo mesmo. E o Eymard vem depois, eu acho. (...) Ele (Valla) é uma referência de todos nós”.* Percebeu-se que Eymard saberia responder tal questão com mais conhecimento de causa e foi o que aconteceu: “*Quando eu terminei o mestrado foram dois livros: A Medicina do Pobre e Educação Popular nos Serviços de Saúde e estes livros foram importantes na criação da ARTICULAÇÃO Nacional de*

Educação Popular em Saúde, que depois virou a REDE, que depois virou a ANEPS. É foi 199... e aí a União Internacional para a Educação e Saúde, a UIPEs, né, eles organizaram um FÓRUM internacional, de todas as Américas, aqui no Rio. Então a gente veio, a gente fez questão de vir, porque NÃO TINHA espaço pra discutir. Tinha o espaço do MOPS, mas era um espaço muito militante, né. O MOPS nesse tempo já tinha se desgastado um pouco, por umas opções políticas que o MOPS fez, aí foi perdendo essa capacidade de articulação como um todo. Aí a gente veio, só que o Encontro era uma Educação em Saúde BEM tradicional, aí as pessoas vinha com essa questão do IMPACTO de ação, bem assim que era. Mas muitos brasileiros que vieram. Era um encontro no Hotel Glória, bem sofisticado e as pessoas viram aquele tema e, os brasileiros começaram a ficar incomodados com o tipo de temática, com a maneira que ela era discutida. Aí nesse tempo eu montei minha banquinha pra vender livro e aí a banquinha foi um pouco O ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO das pessoas, as pessoas iam CONVERSAR, DESABAFAR, é aí a gente começou a marcar reuniões na hora do almoço, depois do final, pra discutir a necessidade de... CRIAR UM ESPAÇO entre a gente e foi aí que nasceu a IDÉIA DA ARTICULAÇÃO. (...) Eu não fui como MOPS, como movimento, eu fui como educador iniciante, como teorizador. Eu fui pra discutir. Era um evento. E foi aí, a Erundina era prefeita de SP, tinha a secretaria de Saúde, que começou a dar um certo apoio. Tinha a Beatriz, que participava de um Centro de Formação, que tinha lá em São Paulo. E propôs de se criar um... primeiro teve um Encontro da Abrasco lá em Campinas e a gente marcou de amadurecer isso lá em Campinas e, eu acho, que foi até quando o Victor Valla entrou. Lá no Hotel Glória o Valla não tava, não. Aí, durante a... a gente começou a fazer militância, a botar os educadores populares e aí começou a criar a articulação, que eu acho que nem tinha esse nome ”

Nos boletins fica claro que a participação variava ao longo do tempo, mas a Comissão se mantinha a mesma. Os textos eram elaborados e editados por apenas três pessoas, Valla, Eymard e Mônica de Assis. O trio contava com colaboradores, que mudavam um pouco a cada edição. Elisabeth Smeke de Campinas/SP (atual membro da Rede e da ANEPS-SP), Vera Lúcia Dantas (atual membro da Rede e da ANEPS-CE) e Maria do Socorro Figueiredo (membro do Núcleo Executivo da ANEPS-RJ), são alguns dos voluntários. No primeiro número, que data de agosto de 1992, consta que o movimento

era composto por 23 profissionais de saúde e educadores de oito estados e que 348 pessoas já haviam participado das reuniões de articulação em 21 estados e em outros três países (Argentina, México e Espanha). O terceiro número, já trás a notícia de que 1.200 nomes estão cadastrados por todo o Brasil. “Durante quase uma década funcionou como uma frágil mas persistente relação direta e informal entre profissionais de saúde, pesquisadores e algumas lideranças de movimentos sociais para a troca de idéias e apoio”. (Stotz et al, 2005b:53)

Helena, Graciela, Márcio e Sonia e Eduardo disseram não ter participado deste momento do movimento. Contudo, Sonia estava iniciando o trabalho na ENSP com o Valla nesta época: *“Eu cheguei a acompanhar à distância algumas reuniões da Articulação e eu me lembro da figura da Mônica de Assis, do Dimas (ex marido da Mônica), Valla e Eduardo (Stotz), ainda não conhecia Beth Smecke, São Paulo e Maristela Fantini, de Santa Catarina, e depois que comecei a me aproximar. Porque não era um grupo grande nem aberto, né, era a minha visão de fora. Era um grupo pequenininho, que não tinha recurso pra nada, dinheiro pra nada, que fazia aqueles boletins. Me parece que a arte dependia dessas pessoas pra fazer , pra acontecer, mas era tudo muito artesanal, a Maria Alice também fez parte deste grupo, mas eu não cheguei a fazer. Eu me lembro de uma grande reunião, mas eu não me sentia parte desse grupo, É um grupo de envolvimento pessoal, profissional, é como você chegar num grupo de amigos que se conhece há anos, então é natura .”* E Helena disse que, apesar de não estar inserida, além de Valla e Mônica de Assis como atores importantes, lembra que o MOPS do Nordeste se fazia presente.

Márcio e Graciela tomaram conhecimento dessa Articulação durante o ano de 2004, quando exemplares e boletins pertencentes à ONG CEDAPS foram “apresentados” por Vanessa Oliveira e Ana Paula Baptista, membros da ONG e do Núcleo Executivo da Articulação, durante uma reunião da ANEPS-RJ e tiveram uma parte de sua história resgatada por Socorro, médica do Centro de Saúde da ENSP e antiga militante da EPS, que foi colaboradora do CONEPS e hoje é do Núcleo Executivo da ANEPS-RJ

Os temas abordados nos Boletins e nas atividades presenciais, que eram marcadas durante eventos do setor Saúde, eram diversos: controle social, rede nacional de parteiras tradicionais, a Coordenação de Informação, Educação e Comunicação (IEC) do MS, congressos, encontros, relatórios dos momentos presenciais, dentre outros. As sessões

intituladas *Relatos de Experiências e Carta dos Leitores* recebiam correspondências de diversos cantos do país. Eram relatos de atividades, parabenizações pela iniciativa e divulgações de eventos. Também foi criada a sessão *Mapeando a Produção na Área*, que apresentava livros e artigos sobre Educação e Saúde e EPS.

Em 1994, no Boletim nº 3, foi anunciada a nova sede: o CEPEL¹², mas o endereço para correspondência oscilou, ao longo dos exemplares, entre uma sala em Olaria e o Departamento de Endemias da ENSP. Nesse mesmo número, também se falava do grupo de trabalho de Educação em Saúde da Abrasco, que cresceu, assim como o grupo de EP da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e das parcerias com o Conselho Nacional de Saúde, com o setor de Educação em Saúde do MS, via apoio financeiro do BM ao IEC.

O Controle Social no SUS sendo fortalecido pela Comunicação e a Educação em Saúde ocupou a primeira página do Boletim nº 5, de junho de 1995. Era a segunda parte do relatório da Oficina de Educação e Comunicação em Saúde da Abrasco, ocorrida em junho de 1994, ou seja, um ano de defasagem na publicação. “A consolidação do controle social é um dos principais desafios na implementação do Sistema Único de Saúde. As desigualdades de acesso à informação, ligadas à tradição política autoritária do país, e a sistemática difusão da lógica individualista e privatizante nos meios de comunicação de massa, são fatores que têm dificultado esse processo.” (CONEPS, 1995:1)

Como colocou Sophia (2005), o ideário da Esquerda no setor Saúde re-atualizado após a queda do socialismo, materializou-se nas noções de equidade, universalidade e integralidade, bem como em muitas das terminologias lançadas após a VIII Conferência Nacional de Saúde.

Este mesmo número trazia um artigo, escrito por Eymard, sobre a Oficina de Educação, Saúde e Ecologia, realizada pela Articulação durante o VI Seminário

¹² Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina - ONG que atuava na região da Leopoldina de 1988 a 2005, no campo da EPS. Sua motivação inicial foi realizar um mapeamento da região em termos geográficos e o acompanhamento do movimento cotidiano das classes populares para entender como estas se organizavam para enfrentar os problemas gerados pelo empobrecimento. Cruzava as informações disponibilizadas pelo Poder Público, pelas universidades e pela própria atividade de pesquisa junto à população, devolvendo suas sínteses à população. Produzia o jornal SINAL (Sistema de Informações ao Nível Local). Valla foi seu presidente e montou e coordenou um projeto dedicado a investigar as relações entre a religiosidade e a luta pela saúde no âmbito das classes populares da região. O Centro chegou a fazer um trabalho de assessoria e de articulação junto aos movimentos populares.

Internacional: Universidade e Educação Popular, que parece ter sido realizado em João Pessoa, Paraíba, em julho de 1994. Nele o autor descrevia a atividade, que durou três dias e teve suas vagas esgotadas semanas antes. Tem-se a impressão de que o desfecho do texto serve como desfecho para tantos outros eventos de EPS. É impregnado pela simplicidade e perseverança típicas do militante de EPS: “O que fica de encontros como este? Nenhum manifesto, nenhum planejamento de ampla ação política. Ficam, no entanto, marcas da experiência vivida a impulsionarem desdobramentos na vida de cada participante. Fica uma rede de amizade que se une a outras redes como a Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde. Fica uma maior convicção na metodologia da Educação Popular, pois, afinal, a oficina foi a aplicação, em nós mesmos, desta metodologia: partimos das práticas e dos saberes dos participantes, estabelecemos um espaço de diálogo, valorizamos, através de dinâmicas, dimensões afetivas do processo educativo, etc... O fato da nossa oficina ter obtido a melhor avaliação entre todas as 10 oficinas realizadas durante o Seminário (...) fortaleceu a *convicção da precariedade da proposta metodológica de condução de encontros voltada para obtenção de uma diretriz única de ação política ou para a condução dos vários participantes em direção às reflexões e teorias consideradas mais avançadas. Hoje é fundamental uma postura real de valorização da diversidade de projetos.*”

Em 1993, no Boletim nº 3, discutia-se a queda do Presidente Fernando Collor (1992), que gerou mudanças no Fundo Nacional de Saúde (FNS), inclusive na sua diretoria, fazendo com que o possível apoio à Articulação, não fosse mais possível. Neste mesmo exemplar ocorreu a primeira aparição da palavra “rede”: “estamos caminhando na perspectiva de consolidar nossa rede” (1993:3), e a definição das características do movimento: “sua função não é a articulação de movimentos populares voltados para as questões da saúde (para isto existe o MOPS), mas sim dos agentes educativos neles inseridos.”

II.IV. - O Conceito de Intelectual

Percebe-se que há algum tempo a palavra intelectual vem aparecendo neste trabalho e, portanto, sente-se a necessidade de se definir tal conceito. Para Gramsci (1985), poder-se-ia dizer que todos os homens são intelectuais, apesar de nem todos desempenharem a função de intelectuais na sociedade. Tal concepção fornece fundamentação teórica para uma análise democrática e dialética das relações entre os intelectuais e a sociedade, bem longe das que tendem ao aristocracismo. Ainda conforme o autor é possível caracterizar as atividades intelectuais levando em conta apenas às relações sociais gerais nas quais ocorrem. Essa idéia possibilita posicionar o intelectual da EPS na sociedade. Cabe colocar que, nesta pesquisa, refere-se aos atores da ANEPS ligados à academia, que costumam teorizar sobre a EPS e sobre a ANEPS, que possuem laços em torno da redação de boletins, como intelectuais. Gramsci contribui para os Estudos Culturais com o conceito de intelectual orgânico, que consiste no aparente alinhamento dos intelectuais com um movimento histórico emergente (no caso desta pesquisa, poderia tal movimento ser o surgimento da ANEPS), exigindo que os mesmos devam estar na vanguarda do trabalho teórico intelectual, o qual deve ser conhecido profundamente, sem fugir da responsabilidade da transmissão dessas idéias, desse conhecimento, por meio da função intelectual, àqueles que pertencem ao seu grupo. Para os intelectuais prevalece a negação da lógica individual, em nome da adesão a valores comuns (científicos, morais, ideológicos). Os intelectuais são um grupo social, segundo Sirinelli (Apud Hall, 2003) reduzido, de limites imprecisos e elitistas, que “organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de viver”. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, que muitas vezes formam redes que caracterizam um microcosmos intelectual particular, mas que não podem ser ignoradas.

A existência de muitos atores ligados à academia, ao menos na ANEPS-RJ, que também se empenham em elaborar interpretações sobre a realidade e produzem referenciais sobre a EPS, revelaram um possível papel de destaque que exercem dentro da EPS e, conseqüentemente, da Articulação. Os documentos examinados parecem trazer

constantemente pistas deste protagonismo. Por conta disto, o campo da História dos Intelectuais, um campo aberto e relativamente novo, tem lugar de destaque nesta pesquisa.

A História dos Intelectuais se organiza em função de representações de uma comunidade ideal e tem suas lendas e gurus funcionando por meio da repetição de modelos, clichês e estereótipos. Os valores compartilhados que norteiam as atividades na EPS têm como um de seus expoentes Paulo Freire.

Sobre o prisma da História dos Intelectuais, é possível pensar a história da construção da ANEPS como um estudo dos processos pelos quais os atores constroem os significados culturais e representações, atuando como geradores dos mesmos, e no qual as relações sociais podem sofrer influência das idéias, das ideologias e das interseções políticas dos intelectuais que fazem parte desta construção, permitindo compreender a localização destes dentro da Articulação.

II.V. - Segundo Marco: o surgimento da REDEPOP

A criação da REDEPOP, em 1998, representa a continuidade da Articulação anterior, que a partir de 1999, ao se apropriar da internet, adquiriu maior projeção nacional. A nova estrutura, mais organizada e dinâmica, reforçou a identidade do movimento, inclusive se fazendo presente em diversos fóruns e na interlocução com o MS e as secretarias estaduais e municipais de Saúde, “defendendo os princípios da Educação Popular como instrumento de gestão das práticas sanitárias”. A REDEPOP pode ser entendida como um outro estágio. Simboliza a diversificação das formas de comunicação. A lista de discussão pela internet, somada à página virtual, aos boletins e a novas publicações na área, como a Revista de Atenção Primária à Saúde revigoram o movimento de EPS e constituem as fontes para se conhecer a Rede. Membros do MS, da extinta SEGETS/MS, apoiadora da ANEPS, como José Ivo Pedrosa e Ricardo Bug Ceccim, fazem parte da REDEPOP.

Na entrevista Eduardo Stotz diz que a transformação da Articulação em Rede consegue produzir *“dois aspectos: uma organização, com uma instituição que assume na prática a elaboração dos boletins, que eram muito esporádicos, e o peso de profissionais de instituições públicas. Também com a lista pela internet, a Rede se amplia, aí a gente*

começa a utilizar a estrutura dos Congressos da Abrasco para realizar oficinas, a de 2000, por exemplo. Começamos então a ter uma cara de organização de um coletivo.” e contribui para a caracterização de seus membros: “... de 1999 a 2003 é praticamente uma rede de profissionais, diferente da ANEPS, na Rede a maioria é profissional de saúde e a maioria pesquisadores e professores.”

“Com o processo de democratização da sociedade brasileira, houve espaço para que a participação popular pudesse também ocorrer nas grandes instituições. Muitos técnicos formados nos espaços informais dos movimentos sociais passaram a ocupar cargos importantes nos órgãos implementadores das políticas de saúde procurando aplicar, neste novo espaço, a metodologia da Educação Popular.” (Vasconcelos, 2001:16) O autor ainda aponta a existência de uma inadequação das metodologias de ação, oriunda da pretensão em aplicá-las sem quaisquer adaptações aos novos espaços de ação, o que não se constituiu em um empecilho para o florescimento de novas experiências. A própria REDEPOP surgiu neste contexto e, segundo Vasconcelos (2001:16) articula profissionais de saúde e lideranças populares envolvidas nestas experiências, vem se expandindo e consolidando sua trajetória de atuação nos novos serviços de saúde a partir do instrumental da Educação Popular”. É questionável a presença de líderes populares na REDEPOP. O que se entende por líder popular? Quem são estes líderes? Porque a Rede é muito mais virtual e ainda não é tão fácil ter acesso à internet; porque a REDEPOP faz seus encontros presenciais muito espaçados e em datas estratégicas de cunho nacional, clarificando, que sejam capazes de congregar membros de todo o país ao mesmo tempo em que se possa catalizar novas adesões – congressos, fóruns, simpósios, seminários, ou seja, locais muitas vezes elitizados, a começar por suas taxas de inscrição.

Sonia Acioli ao procurar se lembrar do início da Rede, foi capaz de esclarecer pontos da dinâmica do funcionamento e estruturação da Rede. Indicou o que talvez seja o perfil e a função social de cada membro no grupo e contribuiu com um novo dado sobre o movimento: a tentativa de se formar um curso de pós-graduação, na perspectiva da EPS, que pudesse favorecer a ampliação do movimento, uma vez que concatenaria militantes de diversas realidades e inserções pelo país: “*Não sei como nasce essa idéia. Isso deve ter uma influência grande do Eduardo, porque é a CARA do Eduardo essas coisa de rede de ampliar e tal, aí tem mais gente, ampliar, eu sou chamada,... É uma coisa que eu nem me*

lembro direito como é que foi, quem é que tava... Aí eu tava participando, eu fui pro ELOS era a idéia de a partir do curso de Especialização de Educação e Saúde, e há muitos anos parado, há uma tentativa de reestruturação desse curso, antes coordenado pela Maria Alice (eu, Zé, Maria Alice) e, aí há uma tentativa de chamar pessoas de referência da Educação Popular, não era um curso normal, era um curso militante. Então era a Ana Paula Figueiró, a Renata Pelkeman, a Paulette Cavalcanti. Eu que registrava as coisas . Eu e Alice. Eduardo registra muito pra ele . Zé nada registra. Não deu muito certo, porque a gente achava que a Rede poderia trabalhar muito em pólos, idéia recuperada da anterior. Fizemos reuniões de pólos... Sudeste, eu participei de uma no Sul e depois morreu essa idéia e aí foi por outro caminho. Aí vem a lista de discussão, aí a REDEPOP se abre mesmo, cresce. Apesar de ter um grupo de pessoas antigas, de líderes desse movimento, há uma abertura, há mais gente que se aproxima.”

A informação sobre o curso dada por Sonia foi completada numa conversa com Renata Pekelman, que disse ter participado na verdade de um Curso de Aperfeiçoamento, de uns vinte dias de duração, que possuiu mais de uma edição. Tal informação vai de encontro a um dos itens da sessão *Agenda* do primeiro boletim da Rede (março/abril/maio de 1999), que ainda não se chamava Nós da Rede, no qual era divulgada a página virtual do Curso de Aperfeiçoamento de Educação e Saúde, a ser realizado na ENSP, no segundo semestre de 1999, cujo objetivo era “preparar a ementa e capacitar docentes para a realização de um Curso de Especialização de Educação e Saúde descentralizado, estruturado através da Rede”. Na nota também constava que em breve, tais informações específicas seriam divulgadas via a lista de discussão virtual.

Stotz et al (2005b) fala em “unidade de propósitos” entre os participantes do movimento e que a mesma consistiria “em trazer, para o campo da saúde, a contribuição do pensamento freiriano, expressa numa pedagogia e concepção de mundo centrada no diálogo, na problematização e na ação comum entre profissionais e população. É importante ressaltar, na identidade do pensamento de Paulo Freire e na dos participantes do movimento de EPS, a convergência de ideologias aparentemente díspares, quais sejam, o cristianismo, o humanismo e o socialismo”.

Em muitas fontes, a Rede é tida como “uma articulação de profissionais de saúde, pesquisadores e lideranças de movimentos sociais que acreditam na centralidade da

Educação Popular como estratégia de construção de uma sociedade mais saudável e participativa, bem como de um sistema de saúde mais democrático e adequado às condições de vida da população” (REDEPOP, 2004). E é tida como “uma evolução da Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde (...) procura integrar os protagonistas das tão diversificadas iniciativas de reorientação da assistência à saúde e de luta por melhores condições de vida da população que têm se organizado na América Latina, inspiradas na Educação Popular. A integração entre saber científico e saber popular e entre iniciativas de técnicos e de ativistas de movimentos sociais têm resultado na construção compartilhada de soluções extremamente criativas e mobilizadoras na área da saúde. Até há bem pouco tempo, estas iniciativas se encontravam dispersas, sem uma organização que as tornasse capazes de influenciar mais fortemente no jogo político e institucional em que são definidas as políticas de saúde e de formação de recursos humanos.”

Helena David, ao ser entrevistada, diz que *“a Rede pra mim é um espaço até DIFÍCIL de definir, porque ele tem uma FLUIDEZ muito grande, né, ele é um espaço de PLURALIDADE e aí paga o preço da fluidez. É um espaço de acolhimento de idéias, das mais diversas, eventualmente até estapafúrdias, né, na minha opinião, embora eu possa dizer que é estapafúrdia eu JAMAIS vou estar ... trabalhando com a idéia de que isso não resta... a gente lida com o pressuposto dentro da Rede, da idéia de que é uma rede mesmo, onde cabe tudo, e acho que paga-se um preço: a gente tem pouca agilidade, resolução de coisas...; a gente tem pouca operacionalidade; a gente tem momentos de muita fertilidade de idéias; mas a capacidade de sistematização é as vezes limitada, né?!; mas ela é um espaço de CRIAÇÃO também, de poieses, né, o Júlio que usa muito isso “ de poesias e poieses, da coisa que nasce e que brota; é um espaço que permite isso, né, esse é o lado bom dela, o espaço pra coisa que não está nem elaborada direito pela gente ainda. A lista é um espaço importante de comunicação da Rede, da Rede estar se mantendo, embora eu ... eu estou na coordenação da Rede, mas eu não, eu não consigo ... não sei exatamente qual é A IDENTIDADE da Rede..., o que que ela é exatamente. Talvez o Eymard tenha isso claro (...) Acho que ela não é um espaço pra liderança. O Márcio (Villard) às vezes me cobra isso: “ - Helena, você é uma liderança!” Por favor, né... Eu acho que a Rede se confunde com a lista hoje, porque como os espaços presenciais são poucos....”*

Em agosto de 2001, a Rede foi a responsável pelo II Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde, do qual participaram cerca de 650 pessoas de todo o país. O Encontro ocorreu durante o II Seminário sobre Educação e Saúde no Contexto da Promoção da Saúde, organizado pelo Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Brasília (UNB), em Brasília.

A Rede, em consonância com tradição dialógica e construtivista da EP, procura ressaltar a compreensão de que a própria definição da saúde como direito de todos e dever do Estado envolve a compreensão da integralidade como diretriz fundamental do sistema de saúde, tal como está consagrado no artigo 196 da Constituição Federal.

A Revista Tema de novembro/dezembro de 2001, que cobriu todo o evento, em seu editorial, colocava que pretendia refletir as peculiaridades da área da EPS e apontava como sendo a mais significativa o respeito profundo à diversidade de saberes e à maneira dialógica de avançar em direção ao(s) conhecimento(s). E mais, ainda justificou a ilustração da publicação com as fotos das atividades, devido ao clima festivo, “uma regra na convivência dos profissionais e militantes da área.” (Radis, 2001:2)

Em 2001, pela HUCITEC, a REDEPOP publicou seu primeiro livro, *A Saúde nas Palavras e nos Gestos: reflexões da Rede de Educação Popular e Saúde*, que conta com vários textos organizados por Eymard Vasconcelos. Logo na introdução o organizador e co-autor esclarece “Este livro é mais uma etapa do trabalho da Rede. Temos atualmente muitos pesquisadores produzindo textos interessantes, mas que nem sempre conseguem circular entre públicos maiores. Como Paulo Freire fez nos anos 60 e 70, precisamos avançar na sistematização teórica que esclareça os desafios que marcam nosso trabalho, neste início de século, e difundir este “saber-fazer” para além dos limites das experiências locais.” (2001: 19) São 21 participantes, dentre eles referências na EP, como Carlos Brandão, antigos membros da CONEPS, como Elizabeth Smeke, Mônica de Assis, Maria Alice Pessanha de Carvalho e Valla e, nomes que aderiram a REDEPOP mais recentemente, como José Ivo Pedrosa. O livro parece representar bem a heterogeneidade e a pluralidade que dão o tom ao movimento, organizado nacionalmente, uma vez que reúne pessoas com histórias de vida e origens muito diversas, Amazonas, Piauí, Paraíba, que escrevem sobre suas reflexões e experiências práticas no Amazonas, no Piauí, na Paraíba, no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo. Os participantes chamados por Vasconcelos de pesquisadores, podem

também ser chamados de intelectuais. Isto ficou mais evidente ao se realizar uma pesquisa na Plataforma Lattes, página virtual do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que disponibiliza os currículos da comunidade científica brasileira, apenas uma das co-autoras não foi encontrada possuindo currículo. Todos os demais são mestres, sendo dois desses doutorandos e treze doutores, sendo quatro os com um ou mais pós-doutorados. Muitos são docentes em universidades públicas e/ou pesquisadores de centros de excelência, como a FIOCRUZ. Quanto às referências utilizadas pelos autores, pode-se dizer que a EPS escrita e construída por eles se alimenta de fontes diversas, de vários campos da ciência. Paulo Freire, como já era de se esperar, é o mais citado autor. Seguido de Brandão e Vasconcelos, Stotz e Valla. Bourdieu, Illich, Lênin, Foucault, Gramsci fazem parte das referências desta publicação da REDEPOP.

Há alguns anos, a REDEPOP conseguiu ocupar uma outra arena política: os Grupos de Trabalho (GTs) da Abrasco. O GT de EPS da Abrasco é considerado um “importante espaço de poder”, conforme costuma colocar Eymard, e no qual o movimento de EPS parece se reafirmar constantemente. Segundo o Nós da Rede (2004), a criação da lista de discussão pela internet, que é considerada uma das mais ativas do setor saúde se deu em conjunto com a organização desse GT.

Cabe ressaltar que os atores que circulam pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e, conseqüentemente, pelos eventos conduzidos pela entidade são os chamados formadores de opinião, docentes ou futuros docentes, pesquisadores, profissionais dos serviços de saúde, estudantes de graduação. Embora sendo visto como um GT alternativo, ele consegue se manter, mediante o esforço de uns poucos participantes. O coordenador é José Ivo Pedrosa, ainda que um pouco afastado contribui para a manutenção do GT, uma vez que é tido como “um ser da política, um diplomata”, como foi colocado durante uma reunião do GT com a ANEPS-RJ, em março de 2006. Isto porque ele além de Professor Doutor na Universidade Federal do Piauí é membro do MS, um dos poucos ligados à EPS que se manteve no Governo sendo atualmente Coordenador de Apoio à Educação Popular e Mobilização Social da Secretaria de Gestão Estratégica (SEGEP) e antigo Coordenador Geral de Ações Populares de Educação na Saúde da extinta Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Nesta mesma reunião, uma frase dita por Mônica de Assis pareceu reveladora de um protagonismo por muitas vezes

pormenorizado: “Criamos várias casinhas - REDE, ANEPS, GT – que às vezes se confundem. Aí vem a pergunta: é para elas todas existirem? Não é mais para operacionalizar?” Os intelectuais da EPS foram os que criaram as chamadas “casinhas”. Eles que se articulam e produzem frutos desta articulação desde a década de 90, sua maioria vive na cidade do Rio de Janeiro, município que possui instituições formadoras de renome e que, portanto, atrai moradores de outras cidades para seus cursos. Compreende-se que a referida operacionalização diz respeito ao movimento de EPS primeiramente impulsionado pelo grupo da CONEPS, do qual Mônica fez parte, ampliado pela REDEPOP e ampliado mais ainda, agora talvez, com membros das classes populares mais intencionalmente engajados, com a ANEPS. Na página virtual da Rede parece que escapa uma sensação de orgulho do filho concebido, talvez com uma certa pretensão, mais precisamente no trecho “Hoje os educadores populares do setor saúde podem se sentir participando de um movimento organizado.”

Em julho de 2004, durante o III Fórum de Educação e Saúde da Região Centro-Oeste e Distrito Federal e Seminário Nacional de Educação Popular e Saúde, em Brasília, foi referendado em plenária o nome de Helena David para ser a coordenadora da Rede, substituindo Eduardo Stotz.

Quando indagada a respeito de para que a REDEPOP serve, Sonia Acioli responde, dando a impressão de que formular uma resposta não é fácil e diz não considerar a Rede suficientemente ágil para ser entendida enquanto um movimento: “... *serviu e ainda serve para articular grupos, experiências, especialmente de profissionais. Então é uma polêmica... Me lembro de alguns encontros, se eu não me engano o Eymard muito embricado de que a Rede é uma articulação basicamente de técnicos e profissionais, de acadêmicos e profissionais, vamos dizer assim, e a ANEPS é de movimentos. Serve para ampliar discussões, sensibilizar para essas práticas, para esse campo, para a formação. MAS A REDE NÃO É PARA UMA AÇÃO. Uma vez o Eduardo falou que a Rede é um movimento. Eu não acho que seja um movimento... acho que ela é hoje... está muito limitada, focada na lista de discussão, porque ela não é só isso. Tenho questionamentos desde o início... os vários sentidos de rede. A lista é muito mais rápida para trocar experiências e resolução. A Rede não tem a agilidade própria de um movimento.*”

É preciso se posicionar em relação ao destaque dado à este trecho da entrevista de Sonia, principalmente a impressão relatada sobre a Rede não ser um movimento. A REDEPOP é um movimento social sim. Usando Alvarez (2000) e Torres (2003), pode-se considerá-la como tal por: não ser pontual; reunir indivíduos com interesses e motivações comuns, num sentido de transformação social, ainda que no plano das idéias; construir e se apropriar de espaços públicos (respectivamente sexta-básica e ciberespaço), nos quais cria identidades e lapida demandas; colocar em práticas políticas culturais já que reconstrói coletivamente significados dominantes e por extrapolar, principalmente com sua fluidez enquanto rede, os limites institucionais.

Com o estreitamento das relações com o MS, algumas idéias já discutidas na lista ganharam corpo, ou melhor, viabilidade financeira, ao menos temporária. O Nós da Rede, boletim nº 7 de dezembro de 2004 teve apoio do MS e tiragem de cinco mil exemplares, nele o papel de destaque ocupado pela ANEPS, não foi a única contribuição a esta dissertação. Seu editorial afirma que o movimento de EPS surgiu há 14 anos, independente da atuação do MOPS, ou seja, em 1990, ano em que a primeira Articulação foi iniciada na cidade do Rio de Janeiro, contando com a participação de personagens de vários estados. “Há 14 anos, iniciou-se a organização do movimento de educação popular em saúde no Brasil, unindo profissionais e militantes, entusiasmados pelas potencialidades desse movimento, na reorganização das práticas de saúde e, preocupados com o aperfeiçoamento e a divulgação de sua metodologia de atuação. Inicialmente, formou-se a Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde, que depois se transformou na Rede de Educação Popular e Saúde. Muitos boletins foram produzidos. Conquistamos espaço próprio nos congressos de saúde coletiva. Livros foram publicados. Vários companheiros terminaram teses e dissertações sobre o tema. Encontros estaduais e nacionais foram realizados.”.

O Almanaque de Educação Popular em Saúde, que até o presente momento não foi publicado, está também dentre os frutos acordados como certos desta parceria. Em maio de 2005, foi criado um diário virtual (<http://almadasaude.blogspot.com/>), com vistas a facilitar a divulgação do processo de confecção da publicação, contudo não é atualizado desde dezembro de 2005. “Diário do Almanaque de Educação Popular em Saúde: Anotações das Viagens, Visitas, Conversas, Oficinas, Diálogos, Trocas, Construções e Criações para o Almanaque de Educação Popular em Saúde. Nos Blogs ou Diários Virtuais os textos mais

antigos ficam no final da página.” Renata Pekelman e Júlio Wong eram os responsáveis pelo diário. Em dezembro de 2005, sob o título de *Novas Pendências...*, Júlio Wong escreveu: “O conteúdo e o tom do primeiro almanaque estão prontos. Mas o projeto gráfico devia ser ousado e popular. Pensamos em literatura de cordel (na verdade, nas xilogravuras). E a idéia do lunário perpétuo como inspirador de uma estética barroca e nordestina.”. As bonecas (modelos) tanto do Almanaque quanto do Cadernos de EPS, outra idéia da REDEPOP para divulgar reflexões em toda a rede de serviços do SUS, já estão prontos há quase dois anos, entretanto suas publicações continuam em suspenso, primeiro por uma possível falta de vontade política associada à uma burocracia e a lentidão como um todo do MS e, após a mudança ministerial, por falta de poder de barganha dos simpatizantes e militantes da EPS que se mantiveram no MS, tais como José Ivo, Renata Pekelman (consultora) e Oswaldo Bonetti. Mesmo diante de entraves como o mencionado acima, a produção de publicações sobre o tema EPS aumentou significativamente ao longo dos oito anos de constituição da REDEPOP.

II.VI. - Terceiro marco: o surgimento da ANEPS

O arranjo recente deste movimento de EPS recebe o nome de ANEPS, lançada em 2003. Segundo seus documentos e participantes, a ANEPS foi criada em 15 de julho de 2003, sendo uma iniciativa de organizações nacionais, tais como a REDEPOP, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Direção Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), o Movimento de Reintegração dos Atingidos pela Hanseníase (MORHAN), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Saúde e Alegria/ Grupo de Trabalho da Amazônia, o Movimento Popular de Saúde e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR- Brasil). A proposta, ainda segundo as mesmas fontes, é articular movimentos e práticas de EPS em todo o país de modo a dar visibilidade e reconhecimento as suas experiências e reivindicações, iniciando um processo de reflexão e de sistematização capaz de contribuir, na perspectiva da Educação Popular, para a formulação e implementação de políticas de Saúde. Esta Articulação tem tido parceria e apoio técnico-operacional formal, no qual se inclui o apoio

financeiro, da SEGETS/MS, através da Coordenação Geral de Ações Populares de Educação em Saúde.

A Articulação, segundo Stotz et al (2005b), “aponta, pela primeira vez desde a tentativa dos ENEMECS, a possibilidade de que movimentos e práticas locais possam adquirir voz e reconhecimento públicos, que venham a ser apoiados como elementos fundamentais para a própria renovação da política de saúde e das práticas do SUS”

Para Pagliaro (2003:25) a ANEPS representa uma possibilidade de se conhecer quem são e o que fazem os atores sociais dos movimentos sociais. “Esta articulação é uma iniciativa da Rede Nacional de Educação Popular e Saúde junto a setores sociais como o DENEM, a Setorial Saúde do MST, a CUT, o MORHAN, dentre outros viabilizada por apoio do Ministério da Saúde. O objetivo é pensar formas de articular as várias iniciativas de organização de movimento sociais da sociedade civil de caráter popular, de modo a possibilitar a construção de uma agenda pública comum entre vários movimentos sociais e a elaboração de uma política voltada para os mesmos (ANEPS, 2004). Junto com a organização de encontros estaduais, realizados em 22 estados da federação, está sendo possível realizar pesquisas de mapeamento traçando o perfil dos movimentos e práticas de educação popular e saúde, definindo as atividades desenvolvidas por estes movimentos e práticas, e identificando as questões mais relevantes na atuação.” (Pagliaro, 2003:25)

De acordo com o projeto da ANEPS (2003), desde a organização institucional do Governo Lula, no início de 2003, vários movimentos e articulações de movimentos procuraram o MS, por meio da SEGETS, para discutir demandas e reivindicações. Tal contexto propiciou, em maio de 2003, a realização, no Rio de Janeiro, de uma reunião de técnicos comprometidos com a Educação Popular. Este evento, que aconteceu na ENSP, teve como finalidade pensar como seria possível organizar as iniciativas que chegavam ao MS, de modo a viabilizar a construção de uma agenda pública comum. O resultado foi a proposta da realização de encontros de movimentos e práticas de EPS em todo o país, que culminassem num encontro nacional. Contudo, há indícios de que existe outra versão para esta história.

Levanta-se aqui a hipótese de que a essência da ANEPS está no fato de ser um movimento social latino-americano, perpassado pela “noção de coletivo socialmente heterogêneo” (Moisés, 1979 In Valla, 1986:26), cuja unidade é alcançada no plano da

política. Tal movimento se constitui em uma rede de atores sociais, na qual os que já têm uma participação na política mais ativa, ou seja, os intelectuais, relacionam-se com os que ainda estão à margem da mesma, num momento no qual há espaço para a discussão e a experimentação de propostas, no sentido de reorientar o modelo de atendimento dos serviços de saúde. A ANEPS pode ser encarada como uma articulação que foi reinventada a partir que conjuntura política atual. Reinventada porque, no decorrer desta pesquisa, a ANEPS e a EPS remetem cada vez mais a “invenção das tradições”¹³ de Hobsbawn (2001). Segundo o autor, não se deve esquecer a ruptura da continuidade que às vezes está bem visível. Recomendação que se aplica no caso da ANEPS, uma vez que alguns de seus intelectuais, ao menos durante o primeiro ano de mestrado, tentaram não mencionar a existência, mesmo que embrionária, do projeto de uma articulação com nome e propósitos tão semelhantes, nos anos noventa, que aparece registrada no Boletim da CONEPS, de nº 2 e de nº 3, ambos de 1993. O que era mais intrigante é que alguns dos intelectuais da ANEPS, também fazem parte da REDEPOP e fizeram parte do CONEPS, sendo atores importantes neste movimento dos anos 90. Passa-se a encarar as constatações de tal descontinuidade com as ações passadas como uma pista, já que se trabalha com a evocação do passado que certos atores colocam, durante esta pesquisa.

Voltando no tempo: alguns momentos que antecederam o Congresso da Abrasco de 2003

A ANEPS surge, ainda que num esboço, de acordo com os entrevistados e documentos analisados, em 2002, quando, no Brasil, Lula foi eleito para a presidência. Ao entenderem tal momento como propício, membros da REDEPOP iniciaram durante A Oficina de EPS, realizada no âmbito da III Conferência Regional Latino-Americana de Promoção da Saúde e Educação Para a Saúde, reunindo pesquisadores, profissionais de saúde, membros de ONGs e estudantes, a elaboração de uma carta para ser enviada ao MS. Em entrevista, Eduardo Stotz diz: *“Então com a expectativa do Governo Lula vem a perspectiva de realizarmos uma Oficina, em dezembro de 2002, no âmbito Conferência*

¹³ “É essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado mesmo que apenas pela imposição ou repetição.” (Hobsbawn, 2002:12) Sendo mais difícil descobrir a origem das tradições, quando são inventadas por grupos fechados ou informalmente.

Ibero-Americana de Educação Para a Saúde, da UIPES/ORLA e essa oportunidade, a Rede, isso foi uma iniciativa da Rede. A Rede já começou a discutir a participação no Governo. Olha, dos nomes que eu lembro a Waldenez, a Mônica, o Zé Wellington, a Ana... Ana Cláudia Figueiró, o ... Eymard não foi..., a...(hoje eu estou com a memória péssima!), depois eu lembro o nome dela. Bom, e aí chegaram os estudantes, e a maioria era do Rio Grande do Sul, a Etel, aquele menino que foi do Ministério também... o Cariri. Nessa oportunidade a gente discutiu que nós sabíamos que esse governo seria um governo que, RETÓRICAMENTE, iria defender a participação, mas que a gente tem que atuar no sentido de GARANTIR A EFETIVAÇÃO PRÁTICA dessa participação e que todo mundo ia passar a falar em termos de educação popular. Lembramos até da polissemia, né. (...)Eu acho que já tinha uma tradição da população que não era uma tradição nossa. Eu vou te falar depois, que no ano de 2002, que no início de dezembro, já sabendo que o Governo tinha ganho, já sabendo que iríamos participar, com todas as restrições, que iríamos participar e, é... TINHAMOS os NOMES que inclusive, que nós gostaríamos de ver dentro do ministério e tal... Colocamos numa carta..."

A Carta ao Governo Lula, também tem sua história contada no Boletim nº 7 da Rede, que reforça a fala de Stotz e coloca que a mesma foi escrita no final de 2002, quando o presidente se preparava para tomar posse, e que seu conteúdo propunha que a EP fosse considerada pela nova gestão um importante instrumento para a democratização e a humanização da atenção à Saúde no SUS. “Assim, na nova estrutura do Ministério da Saúde foi criada, dentro da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, uma Coordenação Geral das Ações Populares de Educação na Saúde e que está sendo assumida por um antigo membro de nossa Rede: José Ivo Pedrosa.”

No Rio de Janeiro, em maio de 2003, a REDEPOP realizou uma reunião na ENSP, cujos três pontos para discussão, segundo seu relatório, foram: Que contribuições a Rede de Educação Popular e Saúde tem para oferecer ao MS?; Como podemos ser uma rede real? Como nos organizamos para não sermos rede virtual? e; Como cada um se vê nesta rede? Com 26 participantes, dentre eles antigos membros do CONEPS e atuais membros da REDEPOP, como Maria Alice Pessanha, José Wellington Araújo, Valla e Monica de Assis, bem como participantes dos primeiros meses da ANEPS-RJ (Luisa Alonso; Elaine Savi;

Lúcia Osório; Alda Lacerda, do primeiro ano (Kena Silva; Celina) e, participantes que permanecem até os dias atuais (Graciela Pagliaro; Vera Joana; Teresa Neves).

O Relatório tem diversos trechos interessantes: a REDEPOP como uma assessora do MS, um canal de interlocução entre o MS e as classes populares “... pela primeira vez o MS está se propondo a uma aproximação com as classes populares. Foi sugerido então, que os membros da Rede de Educação Popular e Saúde poderiam entender seu papel neste processo como de um ouvidor coletivo, que possa oferecer sua impressão de como as classes populares percebem o governo Lula, em especial no tocante à saúde; organização do serviço; acesso; qualidade e quais as alternativas que a população tem buscado para suprir as falhas do sistema de saúde.”; a REDEPOP com essência crítica capaz de elaborar uma forma de sistematizar a EPS e impedir desvios do que se entende como EPS “... a descrição de um método da educação popular, com o referencial em Paulo Freire, seria fundamental para que programas autoritários não possam usar este termo sem estarem verdadeiramente engajados neste movimento. A Rede de Educação Popular e Saúde tem como essência a crítica. É um lugar onde acontece uma análise crítica que tem potencial para chegar aos profissionais que estão na ponta dos serviços de saúde e também ao Estado. Para isto encontros regionais periódicos, para trocas e reflexões de experiências do dia-a-dia, envolvendo as pessoas que estão desenvolvendo as práticas educativas, são fundamentais. (...) O Estado tem a imensa capacidade em manter afastados aqueles com discurso crítico e progressista e isto poderia ocorrer mesmo em um governo democrático como o que julgamos ter agora no Brasil.”; o receio de uma “revolução pelo alto”: “A Rede de Educação Popular e Saúde precisa estar bastante firme em sua posição de trabalhar *de baixo para cima*.”; o auto-questionamento, uma vez que muitos também pertencem à algum serviço de saúde e/ou órgão do Governo “... uma pergunta difícil a qual temos que tentar responder: *Como é o Estado em nós?* Existe uma deficiência em fazer uma análise do seu próprio processo de trabalho. Muitas vezes são os próprios profissionais de saúde que passam “por cima” da população, desconsiderando sua construção de saúde baseada em sua realidade específica. Devemos cada um fazer uma crítica pessoal de nossas ações.”; a afirmação de um trabalho que vem de longa data “... As experiências passadas que já foram analisadas criticamente podem ser usadas para que sejam feitas mudanças agora. Não é preciso começar um grande trabalho de diagnóstico da situação. O desafio é uma

metodologia que faça aparecer o que já está diagnosticado nas relações diárias, seja pela comunidade, seja pelos técnicos.”; o que representa o novo Governo e a conjuntura “Há uma expectativa de que, com o governo de Lula, o Estado comece a ser democratizado. O Estado de direito é algo que não existe. Os Conselhos de Saúde são marcados pela democracia representativa e não participativa. São uma legitimação do sistema de saúde precário, assistencialista, etc, que temos em vigor. A grande questão é a democratização do Estado, a necessidade de se romper com o já citado fluxo *de cima para baixo*. É imprescindível que o serviço esteja subordinado às necessidades da população e não o contrário, como temos observado. O MS não pode se relacionar com cada grupo, cada ONG individualmente. Por isto temos que estar articulados em rede para dialogar com o MS.”; a utopia a ser alcançada “... há uma necessidade imediata de agir. Não podemos ter a ilusão de que todas as transformações acontecerão apenas com uma secretaria no MS. Mas a Rede de Educação Popular e Saúde tem aí um papel, pois o ponto de vista coletivo ainda não é uma realidade, é um sonho, um horizonte utópico.”; as imbricações próprias da EP “... A maioria das pessoas não percebe com clareza o seu *ser educador* em cada ato. Além disto, é posto que a população deve ser ouvida a partir de seu local de construção de vida de cada dia e que a Rede de Educação Popular e Saúde não pode ser mera tradutora das falas populares. Faria uma “tradução criticada””; a existência de simpatizantes da EPS dentro do MS “Existe no MS um desejo forte de que o nível local esteja pautando as formas de ação possíveis.”; a ruptura com o basismo e a questão da formação “A ouvidoria não deveria ser apenas para as classes populares, mas para todos os sujeitos sociais: a população, os profissionais e o governo. A maior parte dos profissionais de saúde, ao saírem da graduação não consegue romper com a prática tecnológica individual para que são preparados”; a falta de interlocução com os ACS e com Conselhos de Saúde “São espaços potenciais de participação popular e educação em saúde que não têm sido aproveitados como poderiam e, normalmente, fora da perspectiva da educação popular.”

Dando seqüência às pistas do protagonismo dos membros cariocas da REDEPOP em relação à construção da Articulação, em uma mensagem enviada para a lista da Rede, Stotz conta sobre a reunião no Rio e sobre a reunião da Coordenação da Rede em Brasília, envia o relatório da primeira, divulga e afirma as novas metas para alcançar os movimentos de projeção nacional e os locais, bem como convoca todos a participar: “O próximo

encontro da Rede Rio de Janeiro de Educação Popular e Saúde ficou marcado para o dia 18 (...) Sonia Acioli ficou de conseguir uma sala de aulas da UERJ capaz de abrigar um número maior de pessoas, num local mais acessível que a Fiocruz, uma vez que pretendemos fazer uma mobilização mais ampla. Temos de nos mobilizar para atingir as pessoas e grupos que não interagem mediante listas na internet. Devemos buscar contatos também no interior do estado. Neste momento devemos buscar mais a representatividade do que a amplitude. Devemos estimular que as pessoas isoladas procurem vinculações ou estabeleçam entre si alguma forma de organização (parece-me ser o caso de estudantes de pós-graduação). Temos boas notícias da reunião da Coordenação da Rede, realizada em Brasília nos dias 2 e 3 de junho. Foi uma jornada intensa. Posso adiantar que provavelmente contaremos com o apoio do Ministério da Saúde para encaminhar nossas propostas. Teremos de elaborar projetos e participar. Uma decisão da reunião em Brasília foi promover, este ano, **encontros de movimentos e práticas de educação popular e saúde por um Sistema Único de Saúde participativo**, fazendo convergir para a 12ª Conferência Nacional de Saúde, um movimento que venha a integrar a Redepopsaude a outras redes, ao MOPS, ao Morhan, Setorial saúde do MST, no nível nacional e principalmente, em encontro municipais e estaduais as ainda inúmeras iniciativas locais e municipais que nem sempre assumem explicitamente o referencial da EP&S. Contamos com a participação de vocês”

A Articulação pelo Brasil

A visão de uma Articulação Nacional só foi possível após a reunião organizada pela REDEPOP, em agosto de 2003, durante no Congresso da Abrasco, em Brasília, conduzida Eduardo Stotz e outros membros que apresentavam. Verônica Santa Cruz e José Ivo Pedrosa, ambos da REDEPOP, como companheiros da EPS que passavam a fazer parte da equipe do novo MS, mais precisamente da Coordenação Geral das Ações Populares de Educação em Saúde do DGETS, estava disposta a apoiar, inclusive financeiramente, os movimentos e práticas de EPS a se unirem, de modo a efetivar a participação popular na gestão da Saúde. Cabe lembrar que José Ivo já era do MS, mas trabalhava com a Promoção da Saúde. Todos os presentes na reunião, curiosos, simpatizantes e membros antigos ou

recentes da REDEPOP foram convidados para serem atores de uma grande articulação de movimentos e práticas de EPS. Todos eram bem-vindos, enquanto co-fundadores, fossem estudantes de graduação, pós-graduação, membros de entidades da sociedade civil, profissionais dos serviços de saúde, docentes, pesquisadores. A ANEPS tinha urgência em se concretizar, em mapear e articular movimentos e práticas de EPS conhecidos e desconhecidos, para promover um encontro por estados e um encontro nacional antes da 12ª Conferência Nacional de Saúde, espaço oficial de participação popular e portanto, fazia-se imprescindível a participação de todos os que pudessem contribuir para o movimento de alguma forma.

As pessoas foram convidadas a se juntarem por estado de origem para uma primeira conversa, para a elaboração de uma agenda comum, já tendo em mente a urgência em se realizar os encontros estaduais antes de dezembro, e, se possível, para a escolha de uma pessoa, que ficaria responsável por coordenar o processo de construção no estado.

Não havia pessoas de todos os estados, mas as rodas de conversa, pequenas ou grandes, como a do RJ, o que já era de se esperar, foram dando forma à mais nova tentativa do movimento de EPS de trabalhar junto com as classes populares, pensando questões não só locais como também nacionais. Alguns estados tiraram seus coordenadores, montaram um primeiro cronograma e colocaram, durante a plenária maior, suas possíveis datas para a realização dos encontros estaduais. Havia muito trabalho a ser feito em cinco meses. Só a mobilização já pode ser considerada um sucesso do movimento.

No I Encontro Nacional, em 2003, ao qual cada estado encaminhou, preferencialmente, membros de movimentos populares ou de práticas de EPS com desenvoltura e perfil de articulador escolhidos por consenso, foi deliberado que cada estado formularia seu projeto estruturante para ampliar e consolidar a articulação nos estados até o final de 2004. Os estados começaram a ser assessorados pela equipe do DEGETS/MS e, primeiramente, pela Coordenação Nacional e depois pelo Núcleo Articulador da ANEPS.

O Encontro Nacional foi seguido da 12ª CNS. Algumas fontes consideram que os movimentos e práticas da ANEPS que participaram, fizeram uma grande articulação nos Grupos Temáticos e na Plenária Final no intuito de aprovar uma agenda de EPS para o país no decorrer dos anos seguintes, como as Conferências Temáticas para 2004 e 2005.

Conforme mencionado acima, foi constituída uma Coordenação Nacional, composta pelos movimentos e organizações populares nacionais, como o MST, o MMC, o Saúde e Alegria, o MORHAN, o DENEM e a REDEPOP. Dela também participavam: Vanderléia Daron, consultora do MS e militante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR/RS); Luiza Huber, que é terapeuta corporal, mestre em Saúde Coletiva e secretária nacional da ANEPS; Rodrigo Cariri, ex-membro do DENEM, membro da REDEPOP e assessor de José Ivo e; mais eventualmente, o próprio José Ivo e Ricardo Ceccin, ambos do MS, além de outras pessoas. Eduardo Stotz foi escolhido para ser coordenador nacional da Articulação.

Uma mensagem enviada por Stotz à lista de discussão da ANEPS, na qual ele anexa o relato de uma das várias reuniões da Coordenação em Brasília, se constitui numa fonte no mínimo curiosa. Isto porque a concepção de ANEPS presente neste relato, ou seja que provavelmente foi verbalizada por algum(s) participante(s) destoa das que vem sendo colocadas como a verdadeira. O sentido de ser a “personificação” da vontade dos movimentos e práticas de EPS é substituído por um sentido de “instância de interlocução” entre movimentos e gestão federal do SUS, que por um lado, se propõe a participar da formulação da política de EPS e, por outro, o faz elaborando uma agenda comum. Por isto mesmo, a posição assumida formalmente na reunião a partir de intervenção de Ana, da direção nacional do MORHAN, é a de que a ANEPS tem por principal objetivo, como o próprio nome diz, articular e não representar movimentos e organizações populares e sociais. O relato alerta que “é indispensável ter uma visão estratégica: A ANEPS envolve, portanto, uma parte da sociedade civil e o governo, numa relação que tem identidades imediatas na área da saúde - a exemplo do fortalecimento da participação popular nos conselhos de saúde, a organização de cursos de formação com base nos princípios da educação popular, etc. Mas a ANEPS pode também desafiar o próprio Estado a avançar políticas intersetoriais no nível nacional, políticas a ser sustentadas por meio da mobilização social.” E que, por ser uma “instância de interlocução” sofre problemas de autonomia e de cooptação diante dos recursos financeiros e do poder. Este entendimento da Articulação, de que não é estatal e tampouco não-governamental, mas que se configura como “um inovador espaço público” também está presente no texto escrito por Luiza Huber, no Boletim da Rede (2004) O conteúdo deste

relato remete imediatamente à Beisiegel (1974, 1984), quando ele coloca a EP como uma invenção de um pequeno grupo de intelectuais, cheio de boas intenções, visando preparar as classes populares para certos fins ou quando diz que a elite intelectual da EP se considera “única interprete credenciada dos interesses populares”. Remete também à Dagnino (2002), quando fala na tendência ao deslocamento do entendimento a cerca da representatividade, quando certas lideranças se vêem e se comportam ou são consideradas como únicos porta-vozes dos interesses da sociedade civil de caráter popular. E lembram também, mesmo que partes do discurso venham a negar este tipo de postura, o conceito gramsciano de “revolução sem revolução” ou qualquer outro sinônimo que pretenda dizer que mais uma vez alguns poucos, os mesmos mais próximos do poder, participam mais do que o restante da população, seja ela engajada ou não. Como não ter receio desta cristalização de interesses, se por mais que mudem os Governos, que os movimentos sintam-se constantemente renovados, há sempre um mesmo grupo de pessoas que se mantém no poder? O movimento de EPS iniciado com a primeira Articulação tem suas semelhanças com o Movimento Sanitário, pois também se nutre de utopias igualitárias, do ideário da Esquerda, considera a participação popular como motor de transformações sociais, mas costuma tentar conduzi-la como melhor crê convir.

Esta reunião da Coordenação Nacional, ocorrida em 15 de março de 2005, tinha uma pauta extensa: panorama da Articulação em cada estado; ampliar a participação popular como um grande desafio; construir uma agenda própria com base numa pauta de lutas, capaz de ser ampla o suficiente para incorporar iniciativas locais e orientadora da agregação de forças neste nível, fortalecendo as bases da EPS; ampliar a ANEPS; estabelecer cronograma de atividades. Foram formadas três comissões abertas a novos participantes, com nomes de referência, para unificar o trabalho de organização dos projetos para serem encaminhados ao MS e a outros órgãos da saúde, locais e estaduais. Eram elas: “a) formação: Rede (Eduardo), MST, MMC, DENEM (Carolina), MS (José Ivo, Vanderléia); b) comunicação: MORHAN (Ana), DENEM (Vinícius), ENEENF (Carmem), ANEPS estadual (Vera, Ceará; Carlos, Pernambuco; Juliana, Acre), Grupo de Trabalho da Amazônia (Arnaldo); c) organização: Luiza, Rodrigo Cariri, Liliana, CEPEL (Kena e Saul).” Interessante perceber que alguns movimentos foram colocados como membros da comissão de formação, mas sem o nome de seu representante. Sem uma pessoa para

intermediar, representar, atuar em conjunto com os outros membros da Coordenação Nacional, esta sinalização de participação de um movimento acaba sendo uma vaga ociosa, um assento vazio sem poder de decisão, que pode também deslocar o entendimento do que vem a ser representatividade. Parece que atualmente esta necessidade por respaldo vindo da participação de movimentos “mais famosos” anda meio esquecida. Os documentos oficiais sempre mencionavam a participação de movimentos sociais de projeção nacional, como o MST, o MOHAN, dentre outros. A entrevista com Márcio parece ser um tanto quanto reveladora *“Os movimentos, essas pessoas, MST, Morhan, estudantes de medicina e de enfermagem, MOPS, quem estava, mas sabemos hoje que nunca se envolveu, né, o CONTAG, GT Amazônia atuam, sim (...) Então eu vejo que as pessoas da academia que são do contexto da EP, elas foram fundamentais nesse processo, para dar eco e visibilidade, pra mexer com as outras que poderiam estar mais sem lugar (instituições). Teve um grupo grande que com certeza, hoje está sendo assim.”*

Ao que tudo indica, a ANEPS parece estar articulada em 21 estados, isto porque em alguns lugares ela é um movimento mais do eu sozinho, de um grupo bem pequeno, incapaz, como tantos outros movimentos sociais, de dar conta do esforço laborativo que a ANEPS exige e, portanto, de dar prosseguimento à mesma. Este é o caso, por exemplo do Espírito Santo (ES). A ANEPS-ES se mostrou ativa até 2004, participando inclusive da Oficina Nacional da ANEPS, no âmbito do Fórum de EPS, em Brasília. Naquele momento, eram 23 os estados que se organizavam para a construção de seus projetos para 2004, pois Rondônia e o Distrito Federal haviam sido incorporados.

Quem está efetivamente envolvido

Conforme os entrevistados, são muitas as pessoas envolvidas. Algumas de maior destaque, por suas histórias de vida e/ou posturas frente ao movimento, como Eymard Vasconcelos (ANEPS-PB), Márcio Villard (ANEPS-RJ) e Simone (ANEPS-SE), ou por serem do Núcleo Articulador, como Vera Dantas (ANEPS-CE). *“Eu não vejo a Aneps, eu vejo as lideranças”* (fala de Márcio Villard).

“... um movimento todo nosso, da Rede que vai... é... REDUNDAR na Articulação Mas antes eu quero te dizer o seguinte: a proposta da articulação não, não é uma

proposta nossa. A Articulação é uma RESPOSTA... a um período de desorganização e de crise, que se, situa a... a uma PROFUNDA... DESAGREGAÇÃO, digamos assim, né, do..., da máquina, do aparelho, do... (o nome agora não me vem a cabeça), é... vamos dizer assim, do PARQUE industrial brasileiro, que com a seqüência da política dos dois Fernandes, do Collor e do Henrique Cardoso, hum, 96 talvez tenha sido o ano em que esse processo foi mais, mais amplo e, ao mesmo tempo, foi mais profundo e pela primeira vez no Brasil a gente assiste ao chamado desemprego estrutural. No ano 2000, a CUT apóia a iniciativa da primeira articulação nacional, que foi a Articulação do Semi-árido, né, que é uma resposta ao, à situação do desemprego, porque ao lado do ASA tem outras iniciativas que caminham na mesma direção, né, é o surgimento da chamada Economia Solidária” (fala de Eduardo Stotz). Graciela Pagliaro coloca durante a entrevista: “São vários... Os atores sociais... acadêmicos estão um pouco afastados... mas assim o Eduardo está bem afastado, da ANEPS nacional ele está bem afastado... O pessoal da academia, os pesquisadores, fora a Teresa, estão bem afastados, não tem ninguém mais da proposta inicial (...) Só o Eymard que eu vejo que está lá agora na Paraíba, que ficou um TEMPÃO parada quando ele tava no Rio,, arregaçando as mangas, lá com os estudantes, com o movimento de estudantes lá da universidade pra alavancar a ANEPS lá” Com as falas acima e respaldando-se em Sirinelli (2003) é possível afirmar que, apesar das constantes formas de manifestar a adesão aos valores comuns da EPS negando a individualidade, os intelectuais têm sua lógica e atos individuais evidentes ou evidenciados muitas vezes, tal como se pode perceber na narrativa. Sem querer desmerecer o exemplo da Articulação do Semi-árido (ASA), por mais que o ASA expresse a busca de uma alternativa que não a via mais capitalista, para a precarização do trabalho, ele não diminui a importância histórica que o movimento de EPS iniciado com a Articulação Nacional de EPS, em 1990, que se transformou em REDEPOP e que tem muitos intelectuais do Rio de Janeiro como membros e referências, na constituição mais recente de seu arranjo: a ANEPS.

Os membros do Núcleo Articulador da ANEPS, constituído, após discussões, avaliaram como inadequada a existência de uma Coordenação Nacional. Isto porque a idéia de coordenação não condiz com uma Articulação que deveria trabalhar da forma menos hierarquizada possível. Um grupo de pessoas que pudessem representar cada região do país e que, preferencialmente, tivessem experiência na militância, foi formado para,

provisoriamente organizar as demandas de todos os estados, de forma a dar suporte aos estados. Passados alguns meses, percebeu-se que o Núcleo provisório tinha dificuldades de se reunir com todos os seus membros, uma vez que os representantes de alguns movimentos nacionais estavam sempre ausentes. Em Brasília, em 2004, durante a Oficina Nacional da ANEPS, o Núcleo foi repensado. Algumas pessoas colocaram suas dificuldades para continuar no grupo e, por meio de consenso, foi constituído um novo Núcleo, que manteve formato do provisório, dividindo-se em cinco eixos: Comunicação, Lutas Gerais, Pesquisa, Formação, Organização e Secretaria, tendo como responsáveis, respectivamente, Vera Dantas da ANEPS-CE, Bernadete Ferreira da ANEPS-TO, Sílvia Amaral da ANEPS-SP, Carlos Silvan da ANEPS-PE, Ricardo Malacarne da ANEPS-SC e Luiza Huber e mais três funcionários do MS, até 2005, sendo eles José Ivo, Rodrigo Cariri e Inessa Malaguth. Os movimentos de projeção nacional, com agendas ditas lotadas, foram entendidos como um bloco que poderia dialogar com o Núcleo Articulador, por meio de suas já conhecidas executivas. Ou seja, eram constituídos dois grupos que iriam interagir sempre que necessário para ajudar na evolução da Articulação.

Segundo a fala de Bernadete Teixeira, membro da ANEPS-TO e da Executiva Nacional, no vídeo *Nas Águas do Rio Eu Vou...*, “a ANEPS é um sonho, uma colcha de retalhos de pessoas que não querem viver do sonho apenas o sonho espera”.

Como é o contexto que favorece a existência da ANEPS

A eleição de Lula foi apontada por todos os entrevistados como um grande facilitador. Márcio Villard responde à pergunta feita em relação ao contexto da época da criação da ANEPS da seguinte forma: “*Governo PT, a academia, por mais que eu tenha falado dos desconfortos, problemas, dificuldades, ela ainda é muito dinâmica. A academia tem seus problemas mas é importante. É uma das instituições que mexe com as estruturas, que mobiliza a partir das idéias, a partir de movimentos, de projetos que são trabalhados lá dentro.*” Quanto questionado sobre a política ministerial ser uma surpresa ou um objetivo da ANEPS, Márcio é taxativo: “*Hoje eu sei que foi uma jogada. Foi meio que dar doce para as crianças, só que nem ele (MS), sabia que ia mobilizar, mexer tanto. Então assim quando eu digo Ministério, não são as pessoas interessantes que foram*

ocupar setor do Ministério como o pessoal do RS, de SP ou da ENSP. Mas eu digo a inteligência que nunca sai de governo nenhum. Tá sempre lá dentro mantida, e é ela que faz a máquina pública seguir e trilhar daquela forma. Então hoje eu vejo que nós temos no nosso setor público muita coisa ainda pra mexer, muitas estruturas para serem mudadas. E eu penso que a ANEPS e outros espaços que surgiram a partir desses espaços novos do MS mexeram. Ex.: Educação Permanente: eles tiveram tanta vontade de montar isso e eles depois embarriaram tudo isso, tanto investimento, ...e pra mim tem tudo a ver com a EP. (...) eu não sei como cada um estava com poder naquele momento, Tenho pra mim que a grande maioria do que hoje é a ANEPS foi surpresa, a não ser as pessoas que vinham militando, vinham acompanhando o processo eleitoral e de alguma forma já estavam trabalhando na perspectiva de um Ministério da Saúde assim ou assado. Lembro que em 2003, quando o Lula ganhou, fui como conselheiro municipal à Brasília. O Humberto já estava com uma equipe junto com o sucessor do Serra, e ele estava já envolvido, mas não sei como estava o desenho desse Ministério. Acho que pessoas como o Arouca, com certeza devem ter sido chamados e ter tido uma importância grande na reestruturação desse Ministério.”

A leitura das fontes diversas sobre a CONEPS, a REDEPOP e a ANEPS proporcionaram uma reflexão sobre as representações da EPS, sobre os ideais relativos ao SUS e à democracia, que aparecem desde a década de 90, inscritos nos textos que compõem tais fontes. Quanto questionado à respeito da relação da Articulação com o SUS, os entrevistados divergem. Graciela, por exemplo, diz que “*a relação com o SUS fica a desejar... ainda temos que trabalhar muito*”, já Helena é categórica: “*ela não existe*”, enquanto Márcio Villard tem uma visão mais otimista e relativista: “*é estreita, depende de que momento, aonde e com quem. Porque, assim: a proposta é pró-SUS, mas esse movimento tem que ser mais intenso, tem que acontecer mais, porque assim a gente ainda está muito no discurso, na vontade*”

A reinvenção dos espaços de articulação política se favoreceu da difusão e da utilização das tecnologias de informação e de comunicação, dada a capacidade das mesmas em promover mudanças substanciais no modo de vida da sociedade contemporânea, equiparáveis, segundo Nunes (2004:2), “*àquelas que o automóvel e a eletricidade exerceram no passado*”. Com o advento e a expansão da rede internacional de

computadores (internet¹⁴), que se propaga de forma anárquica, independente de uma hierarquia ou comando central, de acordo com Kaminski (2000 in Nunes, 2004:2), ocorreu a utilização corrente do termo ciberespaço¹⁵, cuja aplicação que interessa a este trabalho acontece no campo de ação “resultante da interação entre pessoas... (essencialmente o domínio da internet)” (Kitchin, 1998 in Nunes, 2004). Muitos são os movimentos sociais que se apropriaram do ciberespaço reinventando sua militância, agora com páginas virtuais e listas de discussão, capazes de manter a circulação de jornais, artigos, idéias e utopias, e reunindo pessoas distantes no espaço físico e real.

As listas de discussão possibilitaram a percepção do alcance que a organização em redes, ao se apropriar do advento da internet, conquistou. Mais do que isto, constituiu uma arena de construção da própria EPS, na qual posso observar o discurso proferido por atores de diversos estados, que debatem entre si problemas e situações locais ou nacionais relativos à saúde, dificuldades de financiamento para seus projetos de EPS, concepções sobre EPS, estratégias de participação mais efetiva em políticas da Saúde, além de divulgarem e organizarem eventos, manifestos e lutas.

Os movimentos de EPS parecem estar conseguindo montar pontes entre o ciberespaço e o espaço geográfico, desde que se disponibilizaram a mapear suas redes. A REDEPOP talvez seja a pioneira em explorar esta intercepção, que adquiriu concretude embrionária com a ANEPS, mais precisamente com a elaboração do *Catálogo de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde 2003*. Embrionária porque não havia uma intencionalidade em se desvendar como os diferentes grupos se comunicam através da internet ou se possuem ou não infra-estrutura básica para que o fluxo de informações ocorra no ciberespaço. Nesta publicação virtual, é possível encontrar a resposta para a seguinte pergunta: Quem tem acesso e usufrui do Ciberespaço, que é a representação da localização dos utilizadores das redes globais de informação?

“A Rede e a Aneps são espaços para o educador popular em saúde se articular para influenciar a política estadual e nacional” (Nós da Rede, 2004)

¹⁴ O termo é usado para referir exclusivamente seu principal caminho de acesso: a WWW.

¹⁵ Termo criado pelo autor William Gibson em seu conto *Burning Chrome*, 1982, como forma de descrever um mundo interconectado por computadores e a sociedade que se desenvolve em torno dessa rede. (Nunes, 2004)

Desde 2003 a ANEPS vem juntando pessoas, entidades e acontecimentos. Contando e recontando histórias, reinventando a participação no SUS. Dentre os muitos fatos marcantes, optou-se aqui por se expor um em particular: a saída do ministro da Saúde Humberto Costa. A escolha foi feita por seu peso político e por se constituir num exemplo de como a ANEPS, enquanto uma Articulação nacional, exercita o diálogo entre membros e parceiros de diversas regiões do país.

No dia 06 de junho de 2005, o Governo divulgou uma reforma ministerial que tinha como uma das mudanças a saída do ministro Humberto Costa, apesar de toda a manifestação dos movimentos sociais e da tentativa de formar uma rede de apoio que pudesse enviar mensagens pela internet para o Planalto, promovida pela ANEPS, por meio das listas de discussão da ANEPS (aneps@yahoogrupos.com.br), do GT de Comunicação (comunicaneps@yahoogrupos.com.br) e da REDEPOP (edpopsaude@yahoogrupos.com.br). Várias foram as mensagens enviadas à Casa Civil, ao próprio Humberto Costa e a vários funcionários do Governo Federal, demonstrando apoio e solicitando a permanência do ministro e de sua equipe. Carlos Silvan, Vanderléia Daron, Júlio Wong Um, Helena David dentre outros enviaram suas posições e análises políticas, além de incitarem uma manifestação maior. “Pessoal! Seguindo nossa rede de apoio sugiro que enviemos mensagem pedindo a permanência de Humberto também para as seguintes pessoas: Gilberto Carvalho: g.carvalho@planalto.gov.br, Solange Fonseca: solange.fonseca@planalto.gov.br, Berger:berger@planalto.gov.br, jb@planalto.gov.br Mas é preciso agilidade e urgência! Vamos trabalhar com a idéia de rede, além de nós quem mais podemos articular para fazer o mesmo.” Vanderléia, em 09 de março de 2005.

Eduardo Stotz dando concretude aos comentários feitos pelas entrevistadas Graciela, Helena e Sônia, que disseram que ele é quem melhor analisa conjunturas, lançou uma provocação questionadora da adoção de tal posicionamento por parte dos membros por meio da mensagem intitulada “apoio a Humberto Costa - por que?”, enviada para a REDEPOP e para a ANEPS, em 10 de março de 2005: “Amig@s, tenho lido as mensagens de apoio à permanência de Humberto Costa no Ministério da Saúde. Mas ninguém disse porque assumia esta posição. Temos de aproveitar as crises para analisar a situação, saber o que mudou e não mudou mas deveria mudar, em que direção, com que forças, etc. Não creio que estejamos todos contentes com a situação do SUS, mas ao defender Costa,

suponho que se trata de defender, como diz a imprensa, a "blindagem" dos ministérios sociais, ou seja, manter esses ministérios sob controle do PT. É uma posição defensiva pouco sustentável. O governo Lula encara o preenchimento dos ministérios como parte da assim chamada governabilidade, agora, depois do assombro de Severino, transformada em constituição imediata de um governo de coalizão com o PMDB ampliado com a saída de Roseana Sarney do PFL e o PP (pior que Severino são Dornelles, Maluf & Cia) mas o nome mais cotado para substituir Humberto Costa não vem do PP e sim do PPS, isto é, Ciro Gomes. De nosso lado, precisamos dizer que a permanência de Humberto Costa significa não apenas a afirmação dos princípios republicanos - a defesa da coisa pública - e democráticos - participativos - mas objetivos e metas que materializam estes princípios. Gostaria de ouvir isto de pessoas mais próximas do governo, principalmente quando sentimos as ameaças que pairam sobre o SUS e quando o Conselho Nacional de Saúde esvazia as conferências capazes de mobilizar bases sociais em defesa do SUS." Infelizmente, ou como já era de se esperar, as "pessoas mais próximas do governo" não se manifestaram nas listas de discussão até a data oficial de divulgação da reforma ministerial. Todavia, a mensagem de Eduardo recebeu algumas respostas, como a de Vera Dantas, ANEPS-CE, em 10 de março de 2005, na qual justificava o apoio ao ministro, inclusive enquanto forma de tentar evitar a efetivação de rumores relativos à indicação de Ciro Gomes para a pasta ministerial e a conseqüente perda de poder da Esquerda: "Nosso posicionamento tem a ver com as razões apontadas por Eduardo e também por conhecermos de perto o jeito de fazer política do Ciro, que, aqui no Ceará, sempre se alinhou com as propostas do Tasso Jereissati e cia Ltda. Com toda certeza teremos também aqui no Ceará o reflexo disso, com o avanço de determinadas forças que estão no campo das alianças dele e que significam sem dúvida o avanço do campo da direita disfarçada de progressista." e; como a de Raul Monteiro (ANEPS-CE), que parece ser impregnada pelo imaginário de luta utópica comum à Esquerda: "... estando mais perto da base do Ciro e tendo participado do enfrentamento não só ao seu amigo (dele) Tasso, como também o "PT governo", aqui em Fortaleza, compartilho plenamente as suas preocupações e sei que são concretas. (...) Só que, lutar contra isto, é exatamente a razão essencial de ser da Educação Popular e da ANEPS. Estamos fazendo isto com eficácia? Mesmo com todo o cuidado que

os riscos exigem? Se isto não foi feito, nem denunciado, nos enfraquecemos e não contribuimos para sustentabilidade do Humberto Costa. Aqui, não parece que vai ser fácil... (...) Eu acredito na participação popular! Sei que ela é nossa força, nossa criatividade e nossa capacidade de voar. Já que não somos muitos...” Dois dias depois da primeira mensagem enviada, o título havia mudado para “apoio a Humberto Costa - por que? para afirmar a cidadania” e Eduardo expunha seus desejos sobre a participação de alguns membros na discussão, bem como se posicionava a favor do apoio: “Gostaria muito de ler alguma coisa vinda de Pernambuco, de Paulette e de José Carlos porque estão mais próximos de Humberto Costa. Mas se não bastasse a nossa reflexão, temos agora o fato da intervenção - finalmente! - do governo federal no sistema hospitalar da cidade do Rio de Janeiro. O que se seguirá? Passar a estrutura "saneada" às mãos do governo de Garotinho é pior ainda. Sistemas consorciados, regiões metropolitanas podem ser soluções... a médio e longo prazos. Qual o papel dos conselhos gestores da rede de serviços neste processo? Não está na hora de ampliar a participação para incluir os movimentos sociais e as organizações de portadores, de prevenção, o espectro maior da sociedade civil? A emergência deve ser permanente, até que a palavra cidade contenha de fato a palavra cidadania. Sim, vamos apoiar Humberto Costa para avançar na afirmação do direito à saúde.”

Júlio Wong Um, coordenador da lista de discussão virtual da REDEPOP, em 01 de julho de 2005, enviou sua manifestação de apoio, na qual dentre outras coisas dizia: “Um dos pontos altos do Governo do PT é, sem dúvida alguma, a gestão da Saúde desde o Ministério. De uma forma séria, sistemática e continuada, a equipe liderada pelo Dr. Humberto Costa tem desencadeado um conjunto de mudanças profundas na forma em que se faz a saúde no Brasil. Mudanças na graduação em saúde, nas residências e especializações, na educação (permanente) dos trabalhadores de saúde e na educação popular em saúde; no aprofundamento e avaliação da estratégia da saúde da família; na estruturação da vigilância à saúde, sanitária e de planos privados; na atenção à saúde em geral... dentre outros processos valiosos, foram radicalmente iniciados, ou aprofundados, pela atual gestão do MS. (...) Apesar dos possíveis erros e omissões, acredito que esta gestão é uma das mais interessantes e sérias, nas dimensões política, ética e técnica. E é de essa integração (entre política, ética e capacidade técnica) que o Brasil precisa mais. Nunca um Ministro e suas equipes tiveram tanto respaldo e diálogo com a Sociedade Civil, os

Movimentos Sociais e os Grupos Populares. Múltiplas iniciativas estão sendo canalizadas com apoio do Ministério. Uma mudança de pessoas e especialmente, de concepção e de rumos, seria condenar processos valiosos a ficarem trancos. Também seria um desrespeito à fé e confiança conquistada, dia-a-dia, com base a acordos políticos e técnicos e, também, com base ao respeito e ao interesse mútuos. Peço, por estas razões (fundamentais para mudar a saúde e melhorar a democracia real no país) a permanência do Ministro Humberto Costa e sua equipe. Os que acreditamos na Saúde e na Vida não podemos sequer imaginar que a Saúde seja objeto de negociação política para satisfazer interesses egoístas. Não foi essa a luta do PT ao longo de mais de 20 anos?”

Não demorou para as dúvidas à cerca da viabilidade da Articulação surgirem. Com o título “Como ficará a ANEPS com a saída do ministro Humberto Costa?” Rogério Dias da ANEPS-AL escreveu uma mensagem à Executiva Nacional da ANEPS preocupado com a permanência de parceiros comprometidos com a perspectiva da EPS no MS, em 08 de julho: “Aos companheiros da Coordenação Nacional da ANEPS, gostaria de saber quais são as expectativas sobre a situação dos companheiros da ANEPS que ocupam cargos no governo e sobre os projetos, será que o novo ministro vai mudar tudo? Qual nossa estratégia agora? Um abraço, já sugeri que a Maria Luiza se pronunciasse. Até agora não sabemos o que conversam nas alturas... mas vamos continuar... com ou sem o Ministério...(vai ser complicado trabalhar junto com as conservas (nada espontâneas... criadas a dezenas de anos atrás...)”

Odila Fonseca da ANEPS-SP, repassou para a lista da ANEPS a resposta que Ricardo Burg Ceccim, até então diretor do DEGES/MS, havia enviado apenas para a REDEPOP, da qual faz parte há alguns anos. Ele escreveu sobre uma urgência em se procurar dialogar com o novo Ministério, já que a ANEPS era natural para a gestão de Humberto Costa, mas sequer existia até o presente momento para o novo ministro Saraiva Felipe. Ao analisar tal mensagem, esta vem a parecer por hora oportuna. Talvez um sinal de vida conhecida a ser defendida dentro do MS em prol da continuidade da cooperação MS/REDEPOP mediante manifestações. ”Muito sinceramente, acho que todos devíamos procurar o novo ministro, tanto individual como coletivamente: como pessoas, entidades e associações de entidades ou articulações entre entidades, assim como Aneps. Não nos iludamos, mudou o governo da saúde, então a Aneps não é mais interlocutor natural e

muito menos a educação popular, isto terá de ser refeito. Acho que já na segunda-feira. Pedir marcação de audiência e, além disso, pedir, enviar e-mail, fax e carta para o ministro, o chefe de gabinete, o secretário executivo e as lideranças do PMDB. A direção da Sgtes e do Deges devem mudar, por isso aqueles que querem que os compromissos continuem devem se manifestar seja para que as pessoas fiquem, seja para que as idéias fiquem ou, ainda, para que as cooperações fiquem. Um posicionamento honesto quanto a continuarem as pessoas, a política e os dispositivos será ótimo para a Redepop e a Aneps, que sempre estiveram fora ou não existiam.” Odila também chegou a responder Ceccim e ousou conseguir um espaço na agenda ministerial, o que ficou sem retorno, ao menos para a lista da ANEPS: “Ricardo, obrigada pela sua devolutiva...Rogério de AL e eu já vínhamos questionando esta desarticulação num momento tão crucial como este. Por que a executiva não chamou um encontro e fez uma proposta, não sei! Encaminhei este pedido há dias atrás para que escrevêssemos uma carta de intenção e fossemos entregá-la ao Ministro.Se alguém tem que dizer "não" não seremos nós...Para ter claro as intenções nossas, além do que já acumulamos nestes dois anos....temos que fazer uma síntese e encaminhamentos... Existem projetos não concluídos pela executiva da ANEPS. Autonomia deveria estar norteando sempre nossas ações... Como sujeitos históricos não podemos ser tão pouco capazes de nos manifestarmos e reorganizarmos nossa prática. Deixo um grande abraço a vocês todos do SEGETES E DEGES...foi um trabalho que nos proporcionou uma experiência fantástica de trocas...façamos a síntese junt@s? vale a pena.Tem como marcar uma audiência com o Ministro já esta semana?”

“A Aneps sou eu, parte deste todo,

A Aneps somos nós,

Parte deste sonho,

Parte deste povo.”

Foi com as palavras acima que Geraldo Domont da ANEPS-PA fechou sua contribuição problematizadora a respeito do que vem a ser a ANEPS para essa discussão, tendo como ponto de partida sua vivência no Pará: “Antes de responder as preocupações da rede, quero começar fazendo uma pergunta. Quem é hoje a ANEPS? O processo participativo na construção da Educação Popular através da ANEPS nos identifica como um todo derivado do "pedacinho" de cada um. O processo que começamos e fortalecemos a

cada encontro, roda de conversa, colóquios, reuniões, etc, é um processo que não tem mais volta, pois entrou no sangue militante a construção de um Brasil mais justo e solidário, com a perspectiva do fortalecimento da democracia participativa. Acredito será a resposta a está politicalha que se descobre, e que estava debaixo do tapete. Ninguém seria tão inocente de achar que nós faríamos esta revolução silenciosa, sem que houvesse a resposta das forças conservadoras deste país que não querem perder a rapina, não querem perder este poder. Nós do movimento popular que sempre trabalhamos no limite, não deixamo-nos esmorecer, pois a figura do Ministro, apesar de grande apoiador do projeto, é humana, e o nosso projeto, não no sentido de posse, mas de sujeito na construção deste, o nosso projeto é bem maior. Precisamos sim rever nossas estratégias, ver como vamos continuar, apesar dos que "caíram" no fragor da batalha. Nossas estratégias sim, são o princípio, o sustentáculo. A partir de nosso cenário Estadual, com um governo com característica neoliberal, monoculturista, utilizador do poder econômico para se sustentar no poder. Com viés assistencialista, que promove a saúde com característica "campanhista" enquanto morrem crianças aos "montes" e a Hanseníase em nosso Estado é epidêmica, para citar alguns exemplos. O movimento a partir das bases populares, se organizou a partir dos Encontros da ANEPS, tirou uma estratégia de organização Estadual mais dinâmica, partindo da organização de 8 Encontros Regionais, onde se viabilizará o reencontro com a concepção da Educação Popular, promovendo assim a articulação de vários atores, O segundo ponto se dará a partir das discussões de uma política específica para a Região (Hanseníase, Malária, Leishimania, DST, etc.). O Terceiro ponto se dará naquilo que precisamos fortalecer no Brasil todo. Radicalizar da democracia participativa, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Saúde, Conselhos de Segurança Alimentar e os Pólos de Educação Permanente e outras instâncias de participação popular. O Ministro e o Presidente Lula foram os que abriram a muralha, o caminho. O processo utópico construído até o momento só se transformará em realidade se nós continuarmos a construir esta realidade. A partir do 2º Encontro da Aneps/PA nós já conseguimos articular quase todos os 8 Encontros Regionais. no mesmo deliberou-se pela criação do Fórum Paraense de Fitoterapia e a criação do Fórum Paraense de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (dando resposta ao que foi criado pelo Governo Estadual, sem a participação popular, e que em agosto será realizado no Município de Capanema, com perspectiva de se realizarem em

mais 10 Municípios, e com certeza outros virão. Então companheir@s vamos a luta, nada é impossível de Mudar!!!!!!” (em 10 de julho de 2006)

Para finalizar está exemplificação de trabalho de articulação política via ciberespaço, que nem sempre surte os efeitos desejados, fica a mensagem-resposta à Geraldo, enviada por Odila, na qual ela enaltece o que é ser militante de Esquerda: ”Geraldo, sua manifestação foi ótima. Acho que vc. reacende este desejo militante... entusiasmado. Também quero acreditar que não tem mais volta. Mais um bom motivo para, como vc. disse, revermos urgentemente nossas estratégias. Com certeza não será como antes...e tão pouco absorvermos esta pecha de que "somos bons só na oposição"...Um grande abraço”

Cabe lembrar que existiram outras formas de luta, mesmo que muitas vezes oriundas mais de um esforço individual do que coletivo. Carlos Silvan foi entrevistado representando a ANEPS pela Agência Carta Maior numa matéria que mostrava as críticas dos movimentos sociais à saída do ministro. Ele disse que: "Nunca se avançou tanto no campo da participação popular como nos últimos anos. O fortalecimento dos conselhos de saúde e a nova forma de construir relacionamento e agenda do ministério com os Movimentos Sociais levou os movimentos e práticas de educação popular a produzirem novas formas de construção de agenda para o campo da saúde e da educação popular em saúde através da ANEPS. Humberto foi importante na condução das políticas de saúde, podemos perceber isto a partir da quebra de patentes para a produção de medicamento para a AIDS e o projeto de células-tronco. Humberto sempre teve a tese de garantir o direito à saúde e a participação popular" (Intervozes,2006).

A ANEPS-RJ nesta época estava as voltas com a realização das Oficinas Locais, concentrando todo seu esforço laborativo no detalhamento e execução de seu Projeto. Nas reuniões chegava a tocar no assunto da troca de ministros, mas sempre sem se aprofundar muito. Os participantes que costumam estar mais presentes no ciberespaço chegaram a enviar mensagens de apoio para os correios eletrônicos do Governo Federal e tentaram ampliar a rede de apoio, a partir de seus contatos. Na reunião de 07 de julho de 2005, Graciela Pagliaro, que é um membro habitualmente conectado à internet, propôs logo no início da reunião uma avaliação do momento político. A idéia foi aceita e Márcio falou que

nas listas estavam sendo veiculados diariamente posicionamentos e falas, mas nenhum da Articulação do Rio. Esther do Repartir colocou que “estão todos mudos porque é uma interrogação até para Brasília”. Felipe, ACS do Morro do Boréu, trouxe a informação de que o Movimento de ONGs Aids formulou um documento para enviar à Brasília, solicitando a continuidade das ações do MS e sugeriu que a ANEPS fizesse o mesmo, só que, apesar do discurso valorar as especificidades locais e uma estrutura horizontal excludente até mesmo de coordenações, parecia haver uma espera por uma decisão tirada como nacional, que fica clara no discurso de Márcio Villard: “Carlos Silvan falou que a Executiva Nacional da ANEPS não tirou um posicionamento. Eu, particularmente, acho esta posição comodista. É o “esperar para ver”, até porque se está colado com o DEGES. Quando estivemos com o José Ivo, vimos a fragilidade e ele falou que será bom para a Articulação ver se consegue caminhar sozinha”. Irene, do Instituto Noos, chegou a se manifestar contra essa visão da existência de uma espécie de fluxo na tomada de decisões frente a conjunturas nacionais: “Eu acho complicado esta coisa de se querer que a Articulação tire um posicionamento, que uma “direção” tire por tantos outros pequenos.”

Inicia-se uma exposição mais amiúde do que vem a ser a Articulação no Rio de Janeiro. Rumo ao terceiro e último capítulo!

CAPÍTULO III

A ANEPS no Estado do Rio de Janeiro e seu Processo de Construção

“Enquanto existirem homens cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação perante as iniquidades das sociedades contemporâneas, eles carregarão consigo os ideais que há mais de um século têm distinguido todas as esquerdas da história” (Norberto Bobbio)

“Não há homem justo sobre a terra, que faça o bem e que não peque.”
Eclesiastes, 7, v. 20.

De volta ao Rio de Janeiro, em agosto de 2003, agora sob a coordenação de Sonia Acioli, deliberada no âmbito do VII Congresso da Abrasco, em Brasília, durante a primeira roda oficial enquanto ANEPS-RJ, foram feitos inúmeros encontros, no mínimo semanais. A meta era contatar todos os possíveis envolvidos com EPS e uni-los para que juntos pudessem propor rumos pertinentes à situação de Saúde local, para serem apresentados, por representantes das entidades escolhidos em plenária, posteriormente, num grande encontro Nacional que reunisse todas as ANEPS estaduais, no qual se pudesse trocar experiências e se formular uma proposta de posicionamento durante a 12ª Conferência Nacional de Saúde. Portanto havia muito trabalho a ser feito em cinco meses. Só a mobilização já pode ser considerada um sucesso do movimento.

Os participantes eram de origens diversas e, constantemente, de muitas inserções. Todavia o espaço era tão acolhedor e talvez ou justamente por ser de EPS, que a freqüente “esquizofrenia identitária” comum aos que são convidados a representar uma determinada entidade ou instituição e não a outra da qual também fazem parte, era deixada de lado. Ao contrário de vários fóruns de discussão, ser de mais de um movimento, serviço ou instituição era motivo de alegria para os demais. A polissemia, a diversidade, o conflito eram muito bem-vindos, desde que ficasse claro que estava se iniciando um processo de construção compartilhada de algo maior, de uma Articulação que pudesse influenciar nos rumos do Governo. Dentre os participantes da época estavam: Vanessa Fonseca, então mestrande e funcionária do CEDAPS; Kátia Mendes,

especialista em Educação e Saúde pela ENSP, dentista do município de Friburgo e da ONG Solidariedade França-Brasil; Elaine, mestranda, professora do curso de Especialização de Educação e Saúde da ENSP e membro do grupo de pesquisa do Valla; Nora Ribeiro Campos, mestre e membro da UIPES/ORLA/BRASIL; Teresa C. Neves, mestre e pesquisadora da ENSP/FIOCRUZ; Vera Joana Bornstein, enfermeira, doutoranda da ENSP e membro da Solidariedade França-Brasil; Kena Silva, coordenadora do CEPTEL; Alda Lacerda, mestre em Saúde Pública pela ENSP e pesquisadora visitante da ENSP; Celina, médica do Centro de saúde da ENSP; Eliane, médica do Centro de Saúde da ENSP; Graciela Pagliaro e; Eduardo, que era coordenador nacional da Articulação, mas assessorava sempre o Rio. Todos os nomes listados acima, estiveram presentes na reunião da REDEPOP, em maio de 2003.

No estado do Rio de Janeiro, a ANEPS após várias reuniões sediadas na UERJ, realizou, no mesmo local, o I Encontro Estadual de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde, em outubro de 2003. Deste encontro, segundo a ANEPS-RJ (2004), participaram cerca de 75 grupos, além de facilitadores e equipe de apoio, totalizando uma média de 170 pessoas participantes de associações de moradores, grupos de mulheres, religiosos, ecológicos, afrodescendentes, organizações não-governamentais (ONGs), além de profissionais de saúde, educação e outras áreas. Ainda nesta ocasião, foram coletados os dados do estado do RJ para a Pesquisa Nacional da ANEPS intitulada “Perfil dos Movimentos e Práticas em Educação Popular e Saúde no Brasil, 2003”, cuja publicação, sob a forma de catálogo, se encontra disponível na internet, mais precisamente, na página da REDEPOP desde julho de 2004.

Durante o evento, que teve a duração de dois dias, houve a oportunidade dos grupos fazerem uma primeira troca de experiência e a escolha de cinco representantes do estado, eleitos em plenária, para participar do I Encontro Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde, realizado em Brasília, em dezembro de 2003. Tal Encontro antecedeu, estrategicamente, a 12ª Conferência Nacional de Saúde, na qual a Articulação esteve presente.

Em 2004, reuniões mensais com os movimentos e práticas de EPS foram realizadas. De acordo com o Projeto da ANEPS-RJ intitulado *Projeto de Ampliação e Estruturação da ANEPS Núcleo do Estado do Rio de Janeiro* (2004), em março, ocorreu a I Oficina da ANEPS-RJ, com 37 grupos participantes, em razão da necessidade de: retornar aos participantes do I Encontro Estadual com os resultados

oriundos do Encontro Nacional e da Pesquisa feita no estado; planejar uma agenda conjunta para 2004 e 2005; levantar a possibilidade da criação de um Fórum Permanente. A oficina visava assim contribuir para a mobilização dos grupos já envolvidos e para a ampliação da ANEPS-RJ. Durante plenária final, ocorreu a pactuação do desenvolvimento de um trabalho conjunto entre os 37 grupos participantes que, dividiram-se em cinco grupos de trabalho denominados GTs de: organização, formação, comunicação, pesquisa e cooperação técnica.

Os participantes mais assíduos dos GTs, todos ligados à academia de alguma forma, constituíram o chamado Núcleo Operativo, responsável pela elaboração do projeto intitulado *Projeto de Ampliação e Estruturação da ANEPS Núcleo do Estado do Rio de Janeiro*, que “justifica-se pelo imperativo de um debate mais profundo das concepções que embasam a Educação Popular e Saúde local, a fim de fortalecer sua orientação metodológica.” (ANEPS-RJ, 2004).

A Articulação do RJ, de abril a setembro de 2004, apenas concentrou esforços em escrever o Projeto de Financiamento Estadual, participar do PEP e realizar encontros mensais, denominados de Sextas-básicas, por serem realizados na última sexta-feira de cada mês, que têm como objetivo oficial a reflexão de temas pertinentes à EPS. As Sextas-básicas, realizadas em parceria com a REDEPOP, vieram suprir um pouco a sede da Articulação por atividades relativas à formação independentes de financiamento. De maio até outubro foram realizadas sete Sextas-básicas, cujos respectivos temas e convidados por conduzi-los foram: “*Espiritualidade e Ciência*” com Eymard Vasconcelos (UFPB) e Eduardo Stotz (ENSP); “*Comunidade, Comunidades*” com Ana Paula Baptista e Vanessa Fonseca (CEDAPS¹), Júlio Wong Um (INCA) e Mara (liderança da comunidade Alto Simão); “*Agentes Comunitários de Saúde*” com Helena David (UERJ), Vera Joana Bornstein (Projeto Saúde da Maré), Anamaria D’Andréa Corbo (FIOCRUZ), Kátia Pereira, Rozana Santos e Ana Lourdes Demonel (ACS da Maré); “*Pensando a 1ª Conferência Nacional de Informação, Comunicação e Educação Popular em Saúde*” com Rogério Lannes (RADIS Comunicação em Saúde/ENSP/FIOCRUZ); “*Homeopatia e Educação Popular*” com Graciela Pagliaro (ONG HAPS) e Janaína Pinto (IEDS); “*EAD e Educação Popular*” com Elomar

¹ Centro de Promoção da Saúde é uma ONG, sem fins lucrativos, criada em 1993, que atua no Rio de Janeiro e, mais recentemente, em outros estados.

Christina Barilli (ENSP/FIOCRUZ). Alguns participantes da ANEPS-RJ consideram que a metodologia do evento precisa ser repensada, de modo a torná-lo menos expositivo e o mais inteligível possível, tendo-se o cuidado de retomar a escolha dos debatedores, de modo a voltar a convidar pessoas pertencentes não só ao serviço ou a academia, uma vez que a EPS está alicerçada, ao menos em tese, nas contribuições que militantes oriundos dos movimentos, dos serviços e da academia, após uma construção conjunta venham a proporcionar ao setor Saúde.

A inexistência de verba para atividades, em 2004, impulsionou a Articulação a planejar estratégias menos onerosas de aproximação com as várias lutas da saúde já existentes no estado. Os atores se dividiram por atividades e arcavam com os custos de deslocamento, indo, no máximo, quatro por evento. Em dezembro, por exemplo, a Articulação organizou uma oficina para cerca de 40 pessoas na *I Mostra de Atenção Básica do Município do Rio de Janeiro: A Estratégia de Saúde da Família em Nossas Mãos*. A atividade, cujo título era "Oficina de Educação Popular e Saúde na Atenção Básica: Caminhos a se Construir", pretendia gerar como desdobramento a construção de um seminário estadual para a formação de agentes de atenção básica, em 2005.

Até o início de 2005, a ANEPS-RJ, além das Sextas-básicas, realizava reuniões semanais para efetivar a execução do projeto para 2004, elaborado “em decorrência da necessidade de ampliação e estruturação da Articulação no estado do Rio de Janeiro e sua inserção no conjunto das políticas e ações do SUS e demais programas sociais.” (ANEPS-RJ, 2004:2), pois o financiamento para as atividades no estado foi liberado pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) no final do mês de fevereiro de 2005 e o prazo para o uso do recurso foi prorrogado até setembro de 2005.

O movimento (ANEPS-RJ) definiu coletivamente a sua estratégia de ação para o período de 2004 e 2005, e ao responder o formulário de Acompanhamento dos Projetos Estruturantes, elaborado pelo Núcleo Articulador, também chamado de Executiva Nacional, apontou como aspectos facilitadores a coesão do grupo, formado efetivamente por quinze pessoas, e o histórico do estado, que é endereço da ENSP, dos referenciais da Articulação - Valla, Stotz e de muitas experiências de EPS, como as desenvolvidas no Complexo da Maré, inclusive junto ao CEPTEL. Já como “aspectos dificultadores”, elegeu a falta de informação a respeito da formatação dos projetos nos moldes da OPAS e a demora na liberação do financiamento.

A diminuição do prazo para utilização do recurso financeiro e um certo esvaziamento nos momentos presenciais, fizeram com que as atividades do ano de 2005 praticamente se sobrepusessem umas as outras. O Núcleo Executivo, temerário em não dar conta da realização de todas as propostas contempladas no projeto, se desdobrou e passou a ter, ainda que a contra-gosto de alguns, decisões tomadas de forma isolada. Os GTs ficaram de lado, pois todos tiveram que fazer de tudo. O ritmo imposto pelo financiador estava na contramão dos preceitos da EP, abalando seus membros, impossibilitando uma elaboração maior do GT de pesquisa e suscitando discussões até hoje. Ao menos o orçamento previu, ainda que de forma modesta, uma ajuda de custo aos facilitadores das oficinas, o pagamento de uma assessoria para a oficina de formação e o de uma secretária, que ficou sendo Dayse Marie. Após muitas divergências e consensos, conseguiu-se realizar a *Oficina de Integração e Reflexão da ANEPS-RJ*; oito Oficinas Locais, no intuito de ampliar, “capilarizar” e interiorizar a Articulação, ou seja, mais do que o Projeto previa; a produção da página virtual; várias reuniões e oficinas preparatórias para o II Encontro Estadual e; o próprio II Encontro Estadual, no dia 27 de agosto de 2005.

Oficina de Integração e Reflexão da ANEPS-RJ, em maio de 2005, foi o nome dado a oficina de formação. Helena David conduziu toda a Oficina, cujo rico produto ainda não foi suficientemente explorado. A sensação que fica é que é um trabalho intenso e que nem todos conseguem se dispor a realizá-lo, seja por compromissos outros, seja por falta de vontade. Como sinalizou Dagnino, o esforço para manter a ANEPS-RJ é quase o mesmo de uma ONG/entidade, enfim nem todos têm tempo hábil, principalmente na região metropolitana do RJ, que é repleta de fóruns de articulação política. Durante a Oficina, teve-se a impressão de que existe um imaginário a respeito do educador popular mais próximo da academia. Expectativas e (pre)conceitos em relação aos intelectuais eram acentuados entre os membros das classes populares e foram muitas vezes expostos e conversados durante principalmente o I Encontro Estadual do Rio de Janeiro e a Oficina de Formação da ANEPS-RJ. A aceitação parece ser gradativa, num crescente reconhecimento de que todos os participantes da Articulação são igualmente construtores dela, mas ainda é latente a sensação de que existe apenas um pequeno grupo, mais próximo à academia, que fica à frente, que lidera as tomadas de decisão e o direcionamento de todo o tipo de recurso para os objetivos fins.

Quanto às Oficinas Locais, essas aconteceram de maio a julho de 2005, na Zona Norte (Tomás Coelho e Leopoldina) e na Zona Oeste (Campo Grande e Jacarepaguá) da cidade do Rio de Janeiro; na Região Metropolitana (Piabetá/Magé, Nova Iguaçu, na qual foram reunidos participantes de Mesquita, Queimados, Nilópolis, Japeri, Seropédica, Itaguaí e Belford Roxo); no Médio Paraíba (em Piraí, na qual estiveram participantes de Barra do Piraí, Valença, Volta Redonda, Rio Claro, Rezende e Areal); na Região dos Lagos (Búzios, reunindo participantes de Araruama, Rio das Ostras, São Pedro d'Aldeia, Iguaba Grande, Saquarema e Cabo Frio). O primeiro passo para a interiorização da ANEPS-RJ só foi possível graças à SES, que por meio das coordenações de IECs, viabilizou o contato do Núcleo Executivo com estas regiões. Foram ao todo cerca de 132 participantes de diferentes formas de fazer, trabalhar e militar. “Todas as oficinas representaram um espaço de convivência inédito para muitos participantes” (Boletim ANEPS-RJ, 2006) Durante a Oficina de Tomás Coelho, o Canal Saúde da FIOCRUZ filmou toda a atividade, proporcionando ao movimento um vídeo que além de trazer esta oficina, contava também com entrevistas e uma reunião do Núcleo Executivo e que foi exibido em oficinas e no II Encontro Estadual.

A idéia da Articulação ao elaborar as Oficinas Locais era constituir Núcleos Locais da ANEPS-RJ, o que até o presente momento só aconteceu em dois lugares. Piraí, por meio da Luanda do IEC/SMS, e Magé, através de Rosa e Carlos do Ecologicbike, representam, para os entrevistados da ANEPS-RJ, o início de uma participação popular na Articulação mais ativa, menos intimidada, talvez pela idéia do núcleo local proporcionar mais identidade com o contexto em que se vive, levando a articulação para o fórum do particular, da realidade local à qual verdadeiramente se pertence. O Núcleo de Magé já fez um encontro na região. Em Piraí, cuja referência é Luanda, uma vez que partiu dela todo o esforço em contatar grupos e secretarias de outros municípios, além do seu, para participar da oficina local e, conseqüentemente, da ANEPS-RJ, o Núcleo parou temporariamente, pois sua articuladora esteve fora. Nas demais regiões sinalizadas quase não se têm notícia dos possíveis Núcleos.

Os membros entrevistados consideram que no Rio de Janeiro, por ser um estado de grande mobilização e com muitas ONGs e núcleos acadêmicos prestando assessoria aos movimentos, organizam-se inúmeras redes sociais, fóruns de discussão, que chegam a sobrecarregar os militantes dos movimentos e suas agendas, reduzindo a participação mais constante na Articulação. A esta característica do estado, somam-se o medo da violência e as dificuldades financeiras à lista de barreiras à participação. A ânsia por

ocupar os espaços diversos, principalmente os espaços públicos de interlocução com o Estado, conforme Dagnino (2002), expressa nessa sobrecarga de compromissos de alguns militantes, demonstra que a necessidade de articulação entre as organizações da sociedade civil é uma forma de assegurar a representatividade.

Em 2006, foram feitas várias reuniões e, no mês de março, o Núcleo Executivo da ANEPS-RJ promoveu em parceria com o Centro Cultural da Saúde o lançamento do vídeo *Nas águas do rio eu vou...* produzido por Odila (ANEPS-SP), com recursos do GT Nacional de Comunicação. Cerca de 65 pessoas de diferentes regiões, tais como Petrópolis, Barra Mansa, Armação de Búzios, Angra dos Reis, Itaboraí, Mesquita e do Rio de Janeiro participaram do evento.

III.I. - Crise no SUS

Em tempos de ANEPS-RJ, o SUS completou 15 anos em crise na cidade do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2005, várias denúncias relativas ao SUS, aliás, antigas, chegaram à imprensa - falta de pessoal, de remédios e de equipamentos, excessos de filas, baixa cobertura da atenção básica, carência de programas de prevenção, situação de greve nos hospitais da Lagoa e do Andaraí, falta de contratos de manutenção, registro de preços suspensos desde junho de 2004, não-pagamento das cooperativas médicas, emergências fechadas e; no Hospital da Lagoa, 75% dos leitos desativados e 100% das salas cirúrgicas sem condições de uso. Em abril, a intervenção do governo federal no Rio, segundo a Radis (2005) “acendeu uma luz vermelha no painel de controle do SUS, abrindo uma oportunidade de ouro para análise do nosso modelo de saúde e reflexão sobre o futuro... do sistema, exemplo internacional de política pública de saúde de que a agenda neoliberal do Estado mínimo faz tudo para acanhar...”. No Rio de Janeiro, a universalidade, a integralidade, a equidade e a descentralização, com ênfase na municipalização “foram golpeados de morte”.

No dia 1º de abril de 2005, a REDEPOP e a Articulação promoveram a Sexta-básica, cujo tema era *A Crise do SUS*. O evento, que aconteceu na FENF/UERJ, teve como debatedores convidados Ricardo Ceccin, Valcler Rangel (então Secretário Municipal de Nova Iguaçu e militante da Saúde no Rio), Victor Grabois (subsecretário de Saúde de Niterói, professor visitante da ENSP, ex diretor do Hospital Geral de Bonsucesso - HGB, do Hospital de Curicica e do Hospital do Andaraí) e Valla. Helena David foi a facilitadora. O tema e a divulgação atraíram bastante participantes: Alda

Lacerda, Ana Paula, Carla – IMS/UERJ e REDEPOP, Eduardo Stotz, Elaine, Eliane – ENSP/FIOCRUZ, Graciela Pagliaro, Irene – Instituto Noos e ANEPS-RJ, José Wellington, Júlio Wong, Lúcia Osório, Luciana Barone, Marcelo – ANEPS-RJ, Maria Beatriz Guimarães – ENSP/FIOCRUZ, Maria Ivone – FENF/UERJ, Maria Pedro – ANEPS-RJ, Marta Sorvi – ENSP/FIOCRUZ, Monica de Assis, Renata – FENF/UERJ, Nora, Renata – Projeto Alto Simão/FENF/UERJ, Rodrigo – Faculdade de Medicina Souza Marquês e Executiva de Estudantes de Medicina, Sonia Acioli, Teresa e Vanessa. Segundo o relatório do evento, Valcler colocou que a crise vem da época da municipalização dos hospitais federais e que a municipalização não passou por comissão tripartite, nem pelos conselhos de saúde e que na época ele era da Secretaria Estadual de Saúde (SES). De uma só vez mais que dobraram a rede de saúde do município, o que foi feito sem aprofundamento de discussão. Houve dificuldade pelo fato de ser a cidade de alta complexidade. Grabois enfatizou que a população da Baixada Fluminense tem o direito de escolher o hospital no qual quer ser atendido, mas que também tem o direito garantido de ser atendido no seu próprio município e de não precisar viajar 30 ou 40 km para ser atendido num hospital geral. Valla apontou os resultados da pesquisa da Ouvidoria Coletiva e a votada e aprovada “Dupla Entrada no SUS” no RS (que se resume, basicamente, em quem pode pagar, pode ter atendimento diferenciado) como razões para se crer na ameaça ao SUS e seu possível desaparecimento, que não foi à toa que o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, criou um plano de saúde para os funcionários do município “A intervenção do MS no RJ não foi proposta pelos movimentos sociais, mas a ANEPS pode ser uma animadora da população, para que se venha a lutar contra a crise, a se manifestar.” Valla fez uma proposta à ANEPS-RJ: visitar os Conselhos de Saúde e ver como estão fazendo o controle do SUS, cada área programática (AP) tem um Conselho Distrital e a ANEPS-RJ pode ir até os mesmos e ver de fato o quê está sendo discutido. Todos saíram animados pela discussão e mostrando-se dispostos a construir, a partir do relatório, um posicionamento frente à crise, o que não aconteceu, assim como a organização de um trabalho junto aos conselhos.

Márcio Villard comentando o que pensa a respeito da relação da ANEPS-RJ com o SUS, durante a entrevista, tocou nos mesmos pontos levantados por Valla: *“A gente está caminhando, está bem antenado, mas está faltando a ANEPS-RJ ter um posicionamento mais concreto com o controle social do SUS, acho que a via, a meu ver, para ser facilitador, um é através do controle social (conselhos e participação da*

população atendida em conferências e outros espaços, conselhos de estudos locais, que têm dinâmicas com equipes do PSF, para começar a participar e intervir e o outro viés é via serviços que já estamos caminhando bem”

A Revista Radis da Fiocruz, em maio de 2005, lançou excelentes reportagens sobre o tema. Abaixo ganharam destaque as falas de Nelson Rodrigues, Humberto Costa, Arthur Chioro e Gastão Wagner. A crise existe na cidade, na região metropolitana e em todas as regiões do país. Para Nelson Rodrigues² a intervenção no Rio só obterá bons resultados se o MS reorganizar o sistema municipal de saúde, com baixa resolutividade na Atenção Básica que não pode mais se manter hospitalocêntrico e afirma “a crise do Rio é apenas a ponta do iceberg”. O ex-ministro da Saúde, Humberto Costa, afirmou que o Rio necessita de 15.027 leitos hospitalares e tem à disposição 20.967 leitos e que das 191.808 diárias de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) disponíveis, usou em 2004 apenas 69.402 diárias. Para Humberto o problema maior foi a ausência de ações nos postos de saúde, de atendimento de baixa complexidade, o que levou à superlotação dos hospitais, que deveriam oferecer apenas serviços de média e alta complexidade, como exames e cirurgias. Solange Belchior, representante dos trabalhadores no CSN, foi taxativa ao colocar que o maior problema foi como a prefeitura do Rio usou os recursos recebidos. “Sendo a saúde o segundo maior orçamento, no qual 65% do dinheiro são custeados pelo governo federal e os outros 35% pelo próprio município, um montante considerável, que deveria ser da saúde, está sendo aplicado em outros fins”. (Radis, 2005:15) Arthur Chioro, então diretor do Departamento de Atenção Especializada do MS, destacou que o Rio de Janeiro é a capital brasileira com a menor cobertura de Atenção Básica.

Vale lembrar que o Programa Saúde da Família (PSF³) é uma das principais estratégias da Atenção Básica, todavia não tem recebido a devida importância no município do Rio. O Programa é um ambiente favorável para a EPS, como a Revista Tema nº 21 (2001) apresentou em duas experiências pernambucanas, no município de

² médico-sanitarista especialista em SUS e ex-secretário executivo do CNS, entrevistado pela Radis (2005) lembrou que o movimento pela municipalização, começou antes da criação do SUS, no contexto das lutas pela reforma sanitária e da busca de solução para os problemas sociais decorrentes da explosão demográfica, que dobrou o número de periferias pobres nos anos 70.

³ Consiste na reorientação da prática de Atenção à Saúde e do modelo assistencial, priorizando a prevenção, a promoção e a recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua. O atendimento é prestado na unidade básica ou em domicílio pelas equipes compostas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, dentistas e agentes comunitários de saúde (ACS), sendo que a idéia é expandir a gama de profissionais.

Recife e no município de Camaragibe. Dois exemplos de institucionalização da EPS muito discutidos durante o II Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde, em 2001. Em Camaragibe o PSF foi implantado em 1994. Em 1999, recebeu o prêmio de melhor PSF do Brasil, concedido pelo MS e, em 2001, cobria cerca de 95% da população. A estratégia de desenvolvimento institucional da Secretaria de Saúde, contava com “a educação popular como instrumento capaz de articular o modelo com o saber popular e, dessa forma, tornar possível o enfrentamento de problemas que vão da falta de recurso à necessidade de capacitar os profissionais para trabalharem no novo modelo.” (Tema, 2001:22) O município de Camaragibe contava também com uma equipe, na qual muitos já se conheciam de experiências de EPS anteriores, inclusive na própria cidade. Carmem Clemente, que vinha do movimento popular ligado à Igreja Católica, o prefeito que assumiu em 1997 e foi reeleito em 2000, Paulo Santana, que vinha do MOPS, Ana Cláudia Figueiró, coordenadora estadual de Educação em Saúde de 1995 a 1998 e então assessora do setor de Educação e Saúde da Secretaria de Saúde de Recife e, Verônica Santa Cruz, que era diretora da Secretaria de Saúde de Recife e funcionária de Camaragibe, que veio a ser coordenadora da SEGETS, durante os primeiros meses, já que a SEGETS parece ter sido negociada entre os PTs do Nordeste, e, atualmente, é membro da ANEPS-PE.

Percebe-se que é imprescindível uma maior participação da sociedade civil organizada na luta por uma rede eficiente de atendimento básico, visto que o SUS, bem como a população que dele depende, sofre com obstrucionismos e sabotagens constantemente impostos à Saúde pública, sob o risco desse Sistema se tornar um inólcuro vazio, no interior do qual progrida a destruição dos serviços existentes.

Gastão Wagner⁴, médico-sanitarista e professor da Universidade de Campinas, demite-se do Governo por divergências quanto aos rumos das políticas de Saúde, em novembro de 2004 e, em entrevista à revista Radis (2005), afirma que se o Governo não mudar a política econômica, o SUS permanecerá incompleto e ameaçado. O ex-secretário do MS colocou o SUS como uma política generosa, voltada para os interesses populares. Citou alguns obstáculos à continuidade do SUS, como “o contexto de ajuste econômico e de contenção dos gastos públicos na área social, paralelamente a uma expansão de gastos com serviços da dívida e manutenção do equilíbrio monetário”

⁴ Gastão Wagner de Sousa Campos assumiu a Secretaria-Executiva do MS logo após a posse do presidente Lula, a convite do ministro Humberto Costa. Em 2004 pediu para sair do cargo, sendo exonerado. Consentiu a entrevista à Revista Radis via endereço eletrônico.

(Radis, 2001:19), a cultura ainda muito clientelista, o mau funcionamento da máquina pública, a baixa capacidade de gestão da maior parte dos municípios, a reduzida capacidade criativa e propositiva atual do movimento sanitário, “talvez por haver se colado em excesso à perspectiva oficialista de alguns governos” e a baixa capacidade da sociedade civil de impulsionar e de controlar o governo “Esse fato é o principal responsável pela forma heterogênea e desigual com que o SUS vem se implantando.” Disse ainda que a universalidade e o direito à saúde ainda não foram plenamente alcançados, mesmo com a atual variedade de serviços colocados à disposição dos cidadãos.

Para Gastão, o futuro das políticas sociais depende da modificação do padrão de gasto excedente de riqueza produzido no país, de um forte movimento social, da opinião pública e de um governo que tenha a grandeza de realizar essas negociações sem levar o Brasil ao isolamento. “O SUS tem sido tenazmente combatido e criticado por todos aqueles que aderiram à baboseira reacionária do discurso neoliberal. Uns a classificam de populismo ou de demagogia, outros argumentam sobre a inviabilidade – o Brasil não teria dinheiro para sustentar esse tipo de luxo. Apesar dos agourentos, o SUS encontrou um *modus operandi* moderno, racional e que inovou o modelo de gestão e de atenção. Isso explica o porquê de se conseguir prestar tantos serviços com tão pouco recurso.” (Radis, 2005:19) Contudo é urgente uma “reforma da reforma” do SUS e uma nova postura frente ao desmando e à omissão dos governantes quando o assunto é política pública.

Partindo das idéias de desmando e de ameaça, é pertinente mostrar alguns Projetos de Lei (PL) que estão na “contra-mão” do SUS, ferindo abertamente artigos, princípios e diretrizes constitucionais. O PL 3.268/04, apelidado de “SUS de Luxo”, de Francisco Gonçalves (PTB/MG), o PL 4.332/04, de Adenor Vieira (PMDB-SC) e o PL 318/05 do prefeito de São Paulo (SP), José Serra, batizado pelos opositores de “PAS do Serra⁵”, deixam os brasileiros diante da privatização do Sistema.

O PL 3.268/04 trás como conteúdo de seu primeiro parágrafo que “caberá ao usuário arcar com as despesas das acomodações e dos honorários profissionais” (Radis, 2005:24). O apelido dado ao PL vem da suposta condição que dará ao usuário de

⁵ referência ao fracassado Plano de Atendimento à Saúde implantado por Paulo Maluf, que terceirizou a rede municipal através de cooperativas privadas e foi acusado de desvios de recursos públicos.

escolher uma acomodação mais confortável e o profissional que irá atendê-lo, independente do hospital ser privado, contratado ou conveniado.

O segundo Projeto mencionado é o PL 4.332/04, que, de acordo com a mesma fonte, se propõe a instituir em todo o território nacional o “Tíquete-Saúde”, “que permitirá a todo trabalhador brasileiro realizar sua primeira consulta e exames laboratoriais básicos em instituições de saúde privadas, com vistas à identificação ou prevenção de possíveis enfermidades” e estabelece, dentre outros acintos ao SUS, que o Governo repassará os valores hoje pagos ao SUS aos órgão que distribuirão o tíquete.

O PL 318/05, de José Serra (PSDB) permite que organizações sociais – instituições privadas e sem fins lucrativos – gerenciem serviços nas áreas da educação, saúde, cultura, esporte e meio ambiente sem licitação de serviços públicos. Contudo o mais grave é que, conforme o Jornal Brasil de Fato (2005), o então prefeito já estava colocando em prática a sua política de terceirização, antes mesmo da aprovação do PL. O Hospital Municipal do Campo Limpo recebeu doação de R\$ 8 milhões da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein para reforma e ampliação, cujo presidente é o ex-secretário da Saúde de São Paulo, Claudio Lottemberg. O Albert Einstein foi contratado também para fazer projetos de reforma de 12 prontos-socorros municipais. Uma unidade de emergência foi entregue ao Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim. Outras três unidades básicas de saúde serão reformadas pela Universidade de Santo Amaro, da qual a atual secretária da Saúde de SP, Maria Cristina Faria da Silva Cury, foi reitora. O pronto-atendimento Gloria Rodrigues Santos Bonfim terá a reforma custeada pela indústria farmacêutica Eurofarma. Os promotores do Ministério Público (MP) encaram tais ações como formas de burlar as licitações e os concursos públicos, ao passo que sindicatos e movimentos sociais denunciam que os contratos de gestão propostos são a privatização do sistema e que a argumentação tucana de mais agilidade e menos burocracia não se fundamenta, pois a terceirização e a transferência de recursos públicos para o setor privado não garantem a melhoria do serviço oferecido. O PL 318 contraria a Constituição, porque descumpre os artigos 196 e 198, não cria concursos para a contratação de profissionais, desvaloriza e flexibiliza suas atividades, e não obriga a participação das organizações sociais em conselhos gestores, o que retira toda a possibilidade de controle social do uso dos recursos públicos. O então governador de SP e atual candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin (PSDB) utiliza o modelo de organizações sociais na administração de

hospitais e ambulatórios e, em 2004, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) alertou o governo sobre falhas no sistema.

Se todos estes Projetos de Lei, concessões e contratos já realizados são inconstitucionais, porque é que continuam impunes? O que tem a ver a Articulação surgir em meio a esta crise do SUS? A ANEPS-RJ, ainda que não tenha escrito um manifesto ou mobilizado uma passeata, já é por si só uma forma de protesto contra o autoritarismo centralizador, contra a estagnação da efetivação do SUS, pois conforme coloca Singer (1980), Fleuri (1998) e Dagnino(2002), a busca de estratégias que visem consolidar uma relação mais direta com o Governo, já evidencia essa precariedade. Princípios como a equidade e a integralidade do SUS são ainda insipientes, pois não há iguais condições de acesso e visão interdisciplinar capaz de convergir promoção, prevenção e recuperação num SUS que não prioriza a Atenção Básica, sem número suficiente de exames de sangue, com demora na entrega de resultados, com entrega de remédios em grande quantidade, gerando desperdício e alto custo do serviço, com Conselhos Municipais de Saúde sendo criados via câmaras de vereadores ou secretarias de Saúde, sem a participação popular.

Existem obstáculos à transformação do modelo de Saúde e, portanto, há necessidade de se melhorar as relações humanas e de humanizar a tecnologia, procurando-se modificar as relações de poder, de modo a superar, como costuma colocar Eymard, o fosso existente entre os profissionais de saúde dos serviços, da gestão e a população.

III.II. - O Trabalho em Equipe: indivíduos num coletivo

Nas entrevistas foi possível perceber que os mesmos nomes são citados por todos, raros pequenos acréscimos em cada lista resgatada na memória individual, como os efetivos participantes, ou seja, como organizadores e “líderes-portadores da ideologia”, conforme coloca Singer (1980). A capacidade de se comunicar com outros estados e com membros do próprio Rio de Janeiro, principalmente via internet, também parece influenciar nisso, já que até os entrevistados mais afastados física e/ou temporalmente da ANEPS-RJ citam os mesmos componentes. Foi o que aconteceu quando se perguntou à Sônia, ao Eduardo, agora raramente presentes na ANEPS-RJ, e ao Eymard, que não participa da Articulação do Rio, sobre quem está efetivamente envolvido na Articulação. Graciela, Márcio, Nora, Ana Paula, Irene, Teresa, Vera Joana e Márcio

foram alguns dos nomes citados. Márcio é encarado como um dos mobilizadores da ANEPS-RJ, que por sua inserção no serviço, na academia e no movimento da ONG Aids tem muitos contatos; é tido como o responsável pelo suporte logístico, até por contar com sua equipe da SMS para assessorá-lo.

Quanto questionada a respeito de quem participa da EPS, Sonia Acioli respondeu: *“Quem se interessa por esse assunto, teve momento que virou moda, tem momento em que o Estado tem interesse. Quem permanece são pessoas engajadas em alguma militância política, movimentos sociais, profissionais de Saúde e Educação com essa preocupação, intelectuais orgânicos. É bem comum ver gente super autoritária, que é uma atitude contrária a EP”* A entrevistada ajudou a sinalizar que, mesmo estando alicerçada nos mesmos motes de Esquerda da Saúde - participação popular, integralidade, universalidade, equidade e descentralização, existem nuances diferenciadas na percepção de cada militante à respeito dos assuntos levantados dentro do campo. Mesmo com toda a lógica natural de um movimento em se respaldar no plural, no nós e no eles, pormenorizando o eu e o outro, existem opções pessoais na escolha dos caminhos que, ainda que semelhantes, evidenciam a autonomia de cada sujeito para criar as suas próprias posturas no mundo, inclusive as que contradizem em seus atos o que preconizam e, quase messianicamente pregam com suas teorias.

Para Márcio Villard o trabalho em equipe é *“Um trabalho que prima o social, que objetiva o coletivo, trabalha com dialógico, com subjetivo, com espaço de participação de voz, estamos sempre aprendendo, o processo não está dado, não está posto. Tem sempre a conjuntura. Nós no Rio já vivemos muito isso... Nosso trabalho em equipe é muito rico, é o que mais fomenta a continuidade, porque se não for ele a gente não teria nada. Por mais que tenham divergências, a gente chega num denominador comum, acho que nem divergimos tanto. Acho que eu fomento/crio algum desconforto ou conflito pela minha maneira de me posicionar ou de ser, porque, assim, o movimento social embrutece a gente, a gente é muito brigão, é vendo gente que morre, é lutando, é brigando por liberação, e o trabalho no serviço também embrutece, porque o cotidiano de dificuldade de não ter o básico, o elementar; politicagem puxadas de tapete e , assim a gente fica muito armado, muito pronto para o debate e é óbvio que a aprendizagem é um processo . Acho assim que todos vêm aprendendo, é rico, não depende de uma pessoa. Você sofreu o acidente e é muito ativa no processo, foi obrigada a se afastar, tem perdido as discussões, porque elas continuaram e outras pessoas chegaram. É muito dinâmico. Acho que tem o grupo como nós, que é assim, mais da história, do*

início desse caminhar eu , você, Graciela, Ana, Vanessa, Teresa, Nora, depois Irene, Vera, muita gente e esquecemos, Dimas que veio depois e já foi, Heloísa...”

A Articulação exige um esforço laborativo que a torna um outro movimento/prática/ONG para os seus participantes e, os entrevistados demonstraram ter consciência disso. *“Eu não posso só me dispor a ir, a fazer uma oficina na UERJ e não me dispor, não querer ir numa oficina na Maré. A Articulação exige, tem um trabalho árduo, sabe, exige DEDICAÇÃO e... eu não vejo mais essas pessoas que trabalham na academia, na hora de arregaçar... eu não vejo mais”* (discurso de Graciela Pagliaro)

Márcio Villard ao falar durante a entrevista sobre os atores envolvidos *“No RJ têm várias instituições importantes, ativistas que trabalham, e o movimento forte de ONG/Aids. Bacana é a participação dos serviços, município e estado, e vivemos numa conjuntura de conflito forte, porque a relação da SMS com a SES não é fácil, mas a ANEPS consegue articular as duas no espaço e a gente trabalha junto, na mesma perspectiva. Tem uma atuação importante da Fiocruz, das pessoas do contexto da Fiocruz”* deslocou o foco, como acontece em outros espaços, da identidade individual para a identidade coletiva. Questão de ajuste de lentes, ferramenta da História Oral: Antes de tudo a Articulação é um movimento de pessoas, de seres humanos que trazem consigo idéias, experiências, representações, imaginário, memórias, ideais e que vivem na América Latina de hoje, na qual considerável fração da luta política é travada sobre os possíveis projetos alternativos para a democracia. O movimento de EPS desempenha um importante papel nesta luta, na qual estão em jogo os parâmetros da democracia, bem como as fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campos de ação.

Durante as entrevistas foi curioso perceber que todos pareciam ter ciência das funções dos outros dentro do grupo e expunham-nas com facilidade. Todavia em nenhuma das falas se evidenciava a auto-percepção da função de cada entrevistado. Modéstia? Receio de se destacar? Eduardo foi apontado como o idealizador de muitos caminhos, da articulação, do curso de especialização em Educação e Saúde da ENSP, já com vistas a congregar ativistas de EPS de várias regiões do país, formando uma articulação; do formato virtual da REDEPOP; foi tido como o responsável pela apropriação do ciberespaço; encarado como o mais habilidoso para analisar conjunturas e disseminar rapidamente as mesmas; o que faz várias anotações para si em todos os momentos presenciais. Eymard foi colocado como o estimulador do surgimento da Articulação, na década de 90; é tido como o de melhor visão para publicações e como

incentivador das mesmas. Sônia é tida como uma boa relatora. As influências e os referenciais podem ser os mesmos, mas existem nuances diferenciadas na percepção de cada um à respeito dos assuntos levantados. O que também comprova que, apesar de caminhos semelhantes todos os intelectuais têm autonomia para criar as suas próprias trajetórias.

As mensagens que circulam nas listas de discussão da ANEPS são de naturezas diversas. Não é fácil tentar mensurá-las e tampouco afirmar categoricamente as razões que levam alguns membros a escreverem mais do que outros. O que se pode apontar, ainda que sem muita precisão, é que cada um parece apresentar um estilo de contribuição, até porque, por mais que a individualidade e a subjetividade sejam muitas vezes negadas em prol de uma noção de grupo e de uma latente necessidade de se marcar sempre o “pertencimento” a um movimento ou instituição, cada indivíduo é único. Conforme já foi colocado, existem mensagens de diversas naturezas: comunicados internos; elaboração de apresentações em seminários, fóruns, congressos e demais eventos; construção de oficinas e espaços de ação; divulgação de assuntos veiculados ou não na grande mídia; comentários e reflexões a cerca dos assuntos divulgados pela mídia; manifestações de solidariedade e afeto para com os participantes em situações específicas, tais como, perda de um familiar, acidente, doença ou posicionamento em relação a algum assunto específico, como a defesa de um local para sediar um Encontro Nacional da Articulação; divulgação de eventos dos movimentos e convites para os mesmos; discussões mais específicas do campo da Saúde, como as sobre as questões dos ACS e sobre a Saúde Indígena; divulgação de jornais e textos de Esquerda escritos por intelectuais ou não; etc.

Em janeiro de 2006, por exemplo, foi veiculada na lista de discussão da ANEPS uma mensagem de Vanderléia Daron⁶ intitulada “Os movimentos sociais e seus desafios em 2006 por Emir Sader”. O corpo do texto vinha com uma breve fala da participante “Uma contribuição para nossas reflexões!” seguida de um trecho em destaque do texto de Sader “A capacidade de seguir mobilizando o povo nas suas lutas dependerá da proposição de alternativas - teóricas e práticas - superadoras do neoliberalismo. Se não podem substituir os partidos, os movimentos sociais têm de atuar estreitamente ligados a eles, para construir o pós-neoliberalismo.”, de modo a

⁶ Filósofa, mestre em Educação, militante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, cuja dissertação “*Educação, Cultura Popular e Saúde: experiências de mulheres*”

constituir possivelmente uma tentativa de tornar mais atrativas as cinco páginas escritas pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. Os próprios títulos, tanto o da mensagem quanto o do texto “Os movimentos sociais e seus desafios em 2006”, eram um convite para o despertar das festividades de fim de ano e do pessimismo de todas as análises conjunturais que contribuíram para o desânimo generalizado com o qual 2005 foi fechado, no que se refere à realidade brasileira. Até porque a vitória de Evo Morales nas eleições presidenciais da Bolívia, no final de 2005, foram sentidos por muitos movimentos sociais como um sopro de esperança para a América Latina. Discutia-se, o plano de ajuste fiscal, que no Brasil teve o nome de Plano Real, cuja a rápida estabilização financeira deu legitimidade ao governo de Collor, até ser deposto, ao de Itamar Franco que era vice-presidente de Collor e aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Os movimentos sociais bem como a oposição política foram minados pelo engodo da estabilidade. As lutas de resistência ao modelo neoliberal eram isoladas e protagonizadas por grupos isolados, tais como os de servidores públicos, de estudantes, de camponeses e de indígenas, que conforme Sader (2005), ainda estavam isolados pelos efeitos propagandísticos dos planos de ajuste. Em 1999, a crise brasileira trouxe à tona os efeitos negativos da política adotada e, conseqüentemente, cresceram as manifestações de protestos. Lula foi o primeiro presidente latino-americano eleito num contexto de vontade coletiva por mudanças que influenciou também nas eleições em 2003 de Nestor Kirchner, na Argentina, e de Lúcio Gutierrez, no Equador, que foi posteriormente retirado do poder pelos mesmos movimentos que o tornaram presidente; em 2004 de Tabaré Vasquez no Uruguai e, em 2005 de Evo Morales na Bolívia, e de Michelle Bachelet no Chile. Todos governos que se dizem ou diziam opositores aos planos de ajuste fiscal oriundos das políticas neoliberais iniciadas na região na primeira metade da década de 90 foram apoiados por muitos movimentos sociais, protagonistas das lutas de resistência ao neoliberalismo. Por toda a América Latina as eleições “marcaram uma virada no consenso existente até então, que encontrou nos Fóruns Sociais Mundiais sua expressão mais clara da necessidade um outro projeto de sociedade” (Sader, 2005).

A análise de Sader, trazida para suscitar reflexões entre os participantes da ANEPS, diz que a situação levava a crer que as lutas de resistência dos movimentos

trabalhadoras rurais” foi fruto de um estudo sobre o movimento, participante da ANEPS-RS e consultora do MS, desde a gestão de Humberto Costa.

sociais permitiriam a superação do modelo neoliberal, mas que passados alguns anos, nenhum dos governos eleitos até 2004 deixou de ter como prioridade as metas econômico-financeiras. Os movimentos sociais passaram a enfrentar desafios políticos, isto é, possibilidades de colocar em prática alternativas ou fazer parte de frentes políticas antineoliberais. Sofreram e sofrem conseqüências negativas, em decorrência de rupturas internas, já que se dividem entre os que continuam apoiando o governo eleito e os que se colocam como oposição. No caso dos movimentos brasileiros, Sader comentou que “guardam distâncias e desenvolvem críticas – mais ou menos profundas, conforme o movimento - sem, no entanto, romper com o governo. Permanecem com a consciência de que os avanços possíveis se darão no marco destes governos e que as alternativas serão de retorno da direita tradicional, no marco atual da relação de forças.” À época desta análise não havia corrido o episódio da Aracruz Celulose, então será que a postura continua a mesma?

Concorda-se com Graciela Pagliaro e com Helena David, em sintonia com Dagnino (2002), quando ao serem entrevistadas dizem que a ANEPS-RJ precisa ser mais propositiva e desenvolver sua capacidade reivindicatória, pois por mais que seja um movimento social relativamente novo, não pode perder a perspectiva de transformação política iminente.

III.III. - Comparando Momentos do Movimento de EPS

Desde 1990, ano dos primeiros momentos da Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde até os dias atuais, anos de ANEPS-RJ, a EPS se constitui como um instrumento que vem possibilitando a sociedade civil de caráter popular elaborar suas propostas alternativas e apostar numa atuação conjunta com o Estado, o que segundo Dagnino (2002) emerge no cenário brasileiro na década de 90, subjacente ao esforço de criação de espaços públicos e não deve obscurecer, não sendo contraditória, as relações que se estabelecem entre ambos, sociedade civil e Estado, e que foram observadas ao longo desta dissertação.

Para Helena a Articulação de 90 foi a constituição do campo da EPS e a Articulação atual “*tem uma clareza política muito maior*”.

Sonia Acioli aponta as dificuldades em 1990 como maiores que as atuais “... *a tentativa de articular, de trocar conhecimentos numa perspectiva contra-hegemônica. Era uma coisa totalmente não apoiada institucionalmente. Marginal (...) Fizemos*

reuniões de pólos: Sudeste; eu participei de uma no Sul e depois morreu essa idéia e aí foi por outro caminho. Aí vem a lista de discussão, aí a REDEPOP se abre mesmo, cresce. Apesar de ter um grupo de pessoas antigas, de líderes desse movimento há uma abertura, há mais gente que se aproxima” e compara os momentos “A CONEPS tinha/era centralizada no Sudeste com figuras de referência no Rio e algumas pessoas de fora. E na ANEPS é o contrário, existem pessoas de referência, existe um núcleo propositivo, mas se trabalha localmente na perspectiva de descentralizar essa organização, tem núcleos regionais e a participação... Nos boletins da CONEPS se vê muitas pessoas, mas estavam ali passivas.”

Todos os entrevistados afirmaram como diferencial da ANEPS-RJ em relação aos outros momentos históricos o fato de ser uma tentativa de estruturação e de articulação local e, ao mesmo tempo, representar a mais ampliada articulação que já se conseguiu bancar. *“No Rio o nosso histórico ajuda. A gente vem trilhando seu caminho, porque a conjuntura política do Rio tem dois lados e é muito complexa. Aqui não é como Norte, Nordeste que tem um papel, uma dinâmica com a população. Nós aqui temos muita riqueza, muita coisa interessante e muita gente interessante da academia. Só conhecemos metropolitana, quando fomos fazer interior, fora da cidade, que é quase um estado, ficamos surpresos. Agora que o contato está maior até com a Baixada.”*

As entrevistas e demais fontes, explícita ou implicitamente, são capazes de evidenciar atores políticos relativamente engajados na vida da cidade e nos locais de produção e divulgação de conhecimento e proposição de debates, cujos papéis na Articulação são os de criadores e mediadores culturais, ou seja, os de intelectuais. Não só nos “microclimas” (Trebitch in Gontijo:2005,262) constituídos na década passada, CONEPS e REDEPOP, como também na ANEPS-RJ é fácil perceber que alguns sempre se definem em referência a uma herança, quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma “tentação de fazer tábula rasa”, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita.” Sirinelli (in Gontijo:2005,2002). Acredita-se que a ANEPS-RJ é um exemplo da escolha primeira pela ruptura, talvez como mera construção do imaginário de modo a prevenir o estabelecimento de mais uma forma de manifestação exclusivamente de graduados, neste sentido mesmo de “tábula rasa”, de que é desnecessário se contar as tentativas de Articulação anteriores.

A Articulação reforça a existência de uma sociabilidade específica no meio dos intelectuais da EPS, ainda que polimorfa e polifônica, desenvolvida a partir de bens

simbólicos. Conforme Gontijo (2005) citando Sirinelli, “como em toda microssociedade, a atração, a amizade e o afeto, assim como a hostilidade, a rivalidade e o rancor desempenham um papel importante no mundo intelectual”. Os membros da REDEPOP por já terem suas experiências mais sistematizadas, explicitam em textos como o de Stotz et al (2005:8) o estabelecimento de uma “cultura de relações militantes, amorosas e estéticas, onde se cria “uma casa comum para o aconchego e não um lugar de briga”. Amorosidade e respeito ao outro diferente, lugar privilegiado das diversidades e da troca entre visões, saberes e sabedorias. Eis a *poiesis* da Rede, os caminhos da criação, da experiência poética coletiva, dentro e fora da internet”.

A ANEPS-RJ difere da primeira Articulação e da REDEPOP em três pontos: na frequência com que consegue marcar seus encontros presenciais, possuindo uma agenda mensal de reuniões e eventos estratégicos para a ampliação da Articulação e divulgação das suas propostas; na participação, ainda que menor do que a desejada em sua idealização, de indivíduos membros apenas de movimentos populares sem vínculo com a academia, e; na utilização de um endereço-sede como ponto de encontro e de uma instituição responsável, que no caso do Rio é a ONG Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), desde junho de 2004, com o aval do seu diretor-presidente Daniel Becker, segundo relatório de reunião, como referência para angariar fundos, receber correspondências, participar de seleções de projetos.

Por sua vez, os pontos em comum entre os três momentos de organização da EPS são muitos. Tem a ver com suas representações de participação popular, papel do Estado, representações essas construídas sobre o mundo e que geram uma pauta de existência em comum, constituindo-se, segundo Pesavento, (2004:39) em “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.”

Segundo Arouca (1999), a Reforma Sanitária brasileira era um movimento social que nasceu na luta contra a ditadura, com o tema Saúde e democracia, e estruturou-se nas universidades, no movimento sindical, em experiências regionais de organização de serviços. Vinte anos depois, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Globo, apoiados por laboratórios farmacêuticos e pelo MS, promovem um fórum, em março de 2006 no Rio de Janeiro, com o mesmo tema: *Saúde e democracia: uma visão de futuro para o Brasil*. Discutiram-se os caminhos do SUS e,

mais uma vez as tradições do setor Saúde foram reinventadas, sendo inegável o papel que representa Arouca no imaginário dos intelectuais da Saúde.

O Movimento Sanitário e o Movimento de Educação Popular e Saúde, acompanhado desde a primeira Articulação até a atual, têm em comum o envolvimento com os grupos populares, considerando-os como engrenagem ímpar do próprio movimento, e a conquista de um contato maior com esses grupos cerca de uma década após da constituição inicial do movimento. O PMC e a ANEPS elucidam e comprovam este fato. Únicos pontos em comum entre ambos? Não. Algum tempo depois de elaborar o Capítulo II desta dissertação no qual aparecem conceitos gramscinianos, entrou-se em contato com o artigo de Gastão *A Reforma Sanitária Necessária*, que utiliza Gramsci para pensar o movimento sanitário. Primeiro a surpresa, rapidamente seguida pela reflexão e constatação do óbvio: os referenciais dos dois movimentos, e quem vos fala se inclui no segundo, são os mesmos, assim como são bem semelhantes aos dos comunistas da década de 40. A diferença é que, passados vinte, trinta anos, os nomes de quem era militante da Reforma Sanitária estão em inúmeras referências de trabalhos e pesquisas de Saúde Pública e Coletiva, acima ou abaixo dos nomes de seus (pode-se dizer também nossos) próprios gurus. Hobsbawn foi muito feliz ao construir seu conceito de reinvenção das tradições. É tudo o mesmo. É tudo novamente inédito. É fácil comparar a sensação à de Pablo Picasso, quando, em 1940, conheceu a caverna de Lascaux⁷, na França, e impressionado com sua modernidade disse: “Não inventamos nada.”. A faixa presa na entrada do prédio da ENSP relativa à Semana Patrimônio Fiocruz, realizada de 24 de maio a 1º de junho de 2006, trazia uma citação que vem a dar mais corpo ao que se explicita: “Em verdade, só há um meio de assegurar a defesa do patrimônio de arte e de história do país: a educação popular”. A frase de Rodrigo Mello Franco de Andrade, seja lá quem ele for, num evento realizado pelo IOC, a EPSJV, o CICT e a CCC evidenciam que o imaginário dos intelectuais da Saúde, seja onde estiverem, é o mesmo.

É interessante perceber que o livro do historiador Jorge Ferreira, *Prisioneiros do Mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930 – 1956)*, no qual o foco é a cultura comunista dos militantes do PCB, no período indicado no título, elucidada na reconstituição do cotidiano de pessoas comuns cujas vidas foram dedicadas à crença na causa do fim da exploração capitalista e à construção de uma

⁷ Considerada a Capela Sistina da pré-história, de 17 mil anos. Fonte: O GLOBO. Sáb, 03/06/06. p. 44 O Mundo/ Ciência e Vida matéria: Descobertas na França pinturas de 29 mil anos.

sociedade mais justa, é recheado de semelhanças com as motivações dos militantes da EPS. O que se quer dizer é que a cultura e o imaginário político daqueles anos parecem estar de certa forma, reiterados atualmente. Com desprendimento singular, renunciando às necessidades materiais mais elementares, os comunistas estudados por Ferreira se lançaram na missão de salvar a humanidade das guerras, das injustiças e da fome. A militância passou por mudanças nos últimos anos, veio a expressão “Nova Esquerda”⁸, mas o texto de Ferreira se encaixa bem na descrição dos entrevistados, entendendo também como seus “antepassados” os comunistas de 1930, 1940 e 1950. Irene, do instituto Noos, constatou em uma reunião da ANEPS-RJ: “É nítido que somos todos grupos da Esquerda...”. “O homem moderno conserva vestígios comportamentais de seu antecessor (...) Ele rompeu com as matrizes de sua imaginação (...) mas não conseguiu se livrar delas em definitivo. Entre os comunistas, os *slogans* que chamavam por liberdade, paz, abolição das classes, igualdade e solidariedade humana, entre outros, resgataram antigos mitos e se traduziram em imagens, nostalgias, desejos, devaneios e entusiasmos que mobilizaram milhões de pessoas em todos os países (Eliade, 1991, p.6). Tais *slogans* atuaram como mitos revolucionários, é verdade, mas, de qualquer maneira, mitos, ainda que disfarçados por uma linguagem secularizada e científica. (...) Continuaram a oferecer ao homem moderno, e aos revolucionários em particular, crenças, aspirações e representações sociais.” (Ferreira, 2002: 25;26)

Em muitas reuniões da ANEPS-RJ se falou em como gerar o “sentimento de pertencimento” naqueles que se aproximam pela primeira vez da ANEPS. A primeira vez em que se ouviu tal expressão foi, em uma reunião em 2004, pela pesquisadora da Fiocruz (PMAGS/DCB/ENSP) e atual membro do Núcleo Executivo da ANEPS-RJ, Teresa Cristina Neves formulou uma questão a respeito da ampliação da Articulação, na qual usou a expressão. A partir daí seu emprego ficou corriqueiro, mas até hoje os membros da ANEPS-RJ ainda não encontraram as respostas para a ausência ou a presença de tal sentimento. Em entrevista, Graciela Pagliaro exclamou: “*É preciso tentar comprometer mais as pessoas! Somos poucos!*” A impressão que se tem, a partir da análise das fontes, é que os membros dos movimentos de EPS tidos como marcos

⁸ Criada por um grupo de historiadores ingleses oriundos do partido comunista, dentre eles, Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, que pretendiam escrever a História “de baixo para cima”. “Em seus estudos eles colocaram em evidência a importância das idéias e da cultura política, valorizando grupos, movimentos, vários tipos de associações, organizações e partidos – revelando a riqueza de seus debates e contradições internas, formulações teóricas originais e a crítica das experiências concretas (...) mostraram a importância que tem, para o conhecimento da sociedade, o estudo da produção social das idéias, das

desta pesquisa, se conhecem há tempos e possuem inclusive laços afetivos fortes, parecendo retratar uma família, que mesmo separada por habitar espaços distintos, no caso deles instituições de trabalho ou serem de estados diferentes, não medem esforços para estarem convivendo sempre que possível, seja em Congressos, Seminários, sempre celebrando esta sensação de unidade. Tal característica, tão latente na REDEPOP e na ANEPS, também foi observada de certa forma no PCB por Ferreira, que diz que ao se tornar “partido das massas”, as representações familiares surgiram com maior frequência no imaginário comunista tanto que cita Jorge Amado: ““eis o Partido, juventude do mundo, esperança do mundo, alegria final do ancião. É a maior família do Brasil”. Como comunidade à parte da sociedade, perseguida e incompreendida, os comunistas reforçavam os laços de solidariedade grupal, surgindo, entre eles, uma imagem de partido sólido, homogêneo e fraterno, como somente ocorre no ambiente familiar.” (Ferreira, 2002:43) Só que esta identidade comum, mesmo que não verbalizada, parece ser detectada por todos os que de alguma forma são entendidos como participantes da ANEPS e talvez seja o ponto chave para o tal sentimento de pertença. Talvez para aderir seja necessário se identificar minimamente com este grupo mais sólido, mais antigo. Talvez por este motivo, seja mais comum a adesão dos que têm alguma passagem pela academia, através de cursos de graduação, especialização, mestrado ou pesquisa científica, mesmo que com ressalvas, como a colocada por Márcio Villard ao falar sobre o a origem da ANEPS *“A ANEPS surgiu da ação de alguns movimentos iniciais nacionais importantes, dessa reunião que houve em Brasília, no início do Governo Lula, com estas representações, inclusive o movimento estudantil e tal. Ela hoje vem sendo, o processo histórico vem sendo colocado nas discussões, nas listas, que oficialmente ela nasce no I Encontro, em dezembro de 2003, na pré-conferência nacional 13ª Conferência Nacional de Saúde, estão colocando ali. Eu não concordo. Eu discordo. Eu acho que ali teve o momento histórico, uma questão diferencial que ninguém vai questionar, porque o país inteiro foi representado. Culminou ali (eu e ele), mas a ANEPS nasce a partir de cada Estado, de cada Núcleo, de cada lugar, aonde as pessoas começaram a se reunir, se juntar e falar ANEPS. Eu nem entro na discussão (sobre o início), porque como é uma discussão de pessoas grandes e de pessoas importantes dentro da Articulação. Assim, eu vou acompanhando e ouvindo, mas eu não concordo mesmo. E quando tiver discussão em roda, como já*

imagens, dos símbolos, das visões de mundo e das concepções políticas de uma determinada época” (Araujo, 2000:12).

teve, eu coloco mesmo, ou ela nasceu nestes movimentos antes do Congresso da Abrasco ou nasceu na Abrasco, que ali foi o espaço mais interessante até todos os outros acontecerem. Os estados saíram do Congresso da Abrasco com toda aquela motivação, com todo aquele estímulo ‘quando a gente chegar lá , a gente vai se reunir’. O Rio, no caso , já tinha feito várias reuniões. Então ali já era só pra fortalecer mesmo e já se tirou inclusive um representante.”

Interessante perceber que um movimento que prega a horizontalidade a hierarquia apareça tão arraigada. O entrevistado talvez por ter sido aluno de alguns dos quais tratou como “pessoas grandes, pessoas importantes”, mesmo sendo visto nacionalmente como ator importante no Rio de Janeiro, se retrai diante dos demais. Talvez o que esteja por trás deste relato seja a tão negada, no discurso da EP, superioridade do conhecimento científico/acadêmico em detrimento dos demais.

“O sentimento de pertença ao movimento vem carregado de uma subjetividade que busca dar sentido às suas próprias vidas e às trajetórias de vida. A organização passou a ser a possibilidade de ser e de se sentirem sujeito ativo e construtoras da história.” (Daron, 2003:111,112)

Quanto aos referenciais da EPS, todos falaram em Paulo Freire e no próprio Valla. Uns entrevistados citaram os outros. Mesmo os intelectuais que não adquirem uma reputação, podem representar um “fermento” aos outros intelectuais e ocultar seus intelectuais de referência, que lhe serviram como marcos de gerações anteriores, tornando mais inteligíveis os percursos dos intelectuais.

O Papel do Mito

O mito é um modelo exemplar reverenciado. Fomenta o espírito, nutre de esperança os homens e os impulsiona a criar, porque os mitos demonstram que as transformações são possíveis, são viáveis, são realizáveis. O mito, segundo Eliade, “garante ao homem que o que ele se prepara para fazer *já foi feito*, e ajuda-o a eliminar as dúvidas que poderia conceber quanto ao resultado de seu empreendimento” (1972:125 Apud Ferreira, 2002: 49) Ousa-se colocar aqui Paulo Freire como um mito para os integrantes da ANEPS. Ferreira considerou como mito do movimento comunista o intelectual George Politzer, que “apresentava aos comunistas uma *história exemplar*, um modelo de comportamento humano, como deveria ser e como deveria portar-se um verdadeiro intelectual revolucionário: estudioso dos quatro clássicos do marxismo

(Marx, Engels, Lênin e Stálin), paciente, humilde, modesto, severo consigo mesmo, incapaz de desdenhar o trabalho prático e que aderiu ao comunismo por uma questão de honestidade intelectual e probidade mental. Este precedente exemplar de todas as ações e situações vividas por um intelectual comunista garantia sua validade e veracidade pela própria recitação do mito, pela narrativa da vida de Politzer, neste caso. Seja pelo esforço em seguir o modelo inspirado por ele, seja simplesmente escutando o relato mítico, os membros do grupo “sabiam” que a *história exemplar* iria se repetir” (Ferreira, 2002:177). Mesmo que não exista referencial mítico tão próximo ao descrito acima para a EPS e/ou acesso a história de vida de Politzer, algumas características da vida deste intelectual parecem ser entendidas por membros da ANEPS também como pertinentes e de sua importância para uma postura política, ética e humana. Valla, Stotz e Eymard vieram à memória ao ler sobre este modelo de intelectual revolucionário.

Ao oferecer crenças, imagens e representações sociais, o mito proporciona, segundo Ferreira (2002: 208) que se “formule utopias, ou seja, um lugar essencialmente diferente do mundo conhecido e que se perdeu em um passado mítico e longínquo, mas que pode ser resgatado e revivido.” Ou seja, trabalha-se aqui com o sentido da utopia⁹ como possível.

A idade coletiva do grupo, que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem é um dos ordenadores da memória coletiva, segundo Le Goff (1996:431), contudo não se pode falar que os entrevistados sejam de uma mesma geração, mas não se pode negar que parece haver entre os intelectuais um pacto secreto a uni-los, por terem tomado pra si papéis sociais, identidades a partir de uma visão da história como permanente oposição, como permanente luta entre oprimidos e opressores que caminha para a superação das injustiças sociais. É incrível dar-se conta de que o imaginário de um grupo contribui para constituir a matéria de um movimento, de lugar de antigas utopias.

⁹ “Segundo o Dicionário Houaiss, utopia é [...] qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade, " Ou numa derivação de sentido, é um " [...]projeto de natureza irrealizável; idéia generosa, porém impraticável; quimera, fantasia". No marxismo, é [...]modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à organização social existente, porém inexecutável por não estar vinculado às condições políticas e econômicas da realidade concreta, como na idéia de socialismo abstrato.Para sociólogos, [...] como Karl Mannheim (1893-1947) ou filósofos como Ernst Bloch (1885-1977), projeto alternativo de organização social capaz de indicar potencialidades realizáveis e concretas em uma determinada ordem política constituída, contribuindo desta maneira para sua transformação” (Sophia:2005)

“Nascemos e morremos mais de uma vez, despertados que somos, nas dimensões profundas de nosso ser, pelo encontro e a travessia do outro.” (Eduardo Stotz sobre o filme Diário de Motocicleta numa página na internet)

A Decepção com os Rumos do Governo

O que representou para alguns participantes atuais da Articulação conseguir eleger um presidente de Esquerda e viver quatro anos sob a gestão do PT começou a entrar em colapso ainda em 2003. “A opção pela dita governabilidade pode botar tudo a perder.” (ANEPS, 2003b) era o que afirmava Stotz em uma reunião da ANEPS-RJ. O desmoronar de um mundo de possibilidades, trouxe todos, após a longa espera pelo prometido financiamento para o projeto de 2004, que só foi liberado em fevereiro de 2005 e fez com que todo o trabalho ficasse quase parado, postura ingênua talvez, mas que remete a importância das representações construídas à respeito do Governo e da equipe do MS que lidava diretamente com a Articulação, - a um retorno forçado à uma realidade destituída de um modelo exemplar, constituído no imaginário sobre o DEGES, sobre o MS e, principalmente sobre o governo do presidente Lula. Toda uma ordem simbólica, idéias, crenças, valores, códigos comportamentais e todo um conjunto coordenado de representações, símbolos e imagens começou a ruir, perderam o sentido e a capacidade explicativa não só para a maioria dos entrevistados, mas para toda a Esquerda brasileira.

Cabe também dizer que, conforme Pesavento (2004:41) “As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, constituídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.” Ou seja, a necessidade de decodificação pode até existir, mas sendo muito mais científica.

Stotz em entrevista se mostrou bastante cético com relação ao Governo desde que Lula foi eleito e disse que os membros da REDEPOP estavam todos “*com o pé atrás*”. O que evidencia, conforme Dagnino (2002), que as relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil são sempre tensas e permeadas por conflitos, mesmo que o MS tenha reconhecido a pluralidade e a legitimidade dos interlocutores dos movimentos e práticas de EPS articulados, mesmo que se tenha uma grande mobilização e organização dos movimentos sociais envolvidos e uma coincidência de propósitos com o Estado.

Ainda diante de todo o risco da cooptação pelo Estado, da perda da autonomia, de se dissipar energias que poderiam estar concentradas na mobilização social ou de se subordinar aos propósitos e necessidades do governo, a passagem do movimento de EPS para uma forma de atuação que se caracteriza pela “inserção institucional” e que privilegia os processos de negociação com o Estado no interior dos novos espaços trazidos pelos avanços democráticos já representam um ganho para a ANEPS e todo o movimento de EPS que ela representa.

Na Faculdade de Enfermagem da UERJ, no dia em que foram feitas as primeiras entrevistas, havia um cartaz em um dos murais cujo título era “Pode contar com o SUS” Sua diagramação era a de história em quadrinhos colorida. Exibia uma narrativa dividida em seis quadros sobre uma senhora que, socorrida pelo vizinho, foi muito bem atendida no SUS, pôde contar com a presença do vizinho durante toda estada na unidade de saúde e descobriu que existem grupos abertos à população dos quais foi convidada a participar. O desfecho da estória estava num balão em destaque com o seguinte conteúdo: “Se você quer conhecer um pouco mais dessa história, pegue já sua cartilha”. O cartaz era do HUMANIZASUS – Política Nacional de Humanização¹⁰ do MS. Tal material, tão bem feito deixou de ser foco de atenção ao se ler a palavra utopia “pichada” em letras de forma logo acima da sigla-título “SUS”. O que queria dizer quem escreveu aquele complemento no cartaz? A dúvida foi preterida pela presença de uma estudante do último período de Enfermagem que participou da ANEPS-RJ e que veio dizer “O tempo de ANEPS foi o melhor da minha faculdade. A ANEPS me dava energia para continuar estudando. Pena que agora estou em internato...”. Não se saberá qual foi o tipo de crítica pretendida, mas que a utopia continue a servir para que, conforme Galeano, seja possível seguir caminhando.

¹⁰ Instituída em 2003, segundo a página virtual do MS (2006), a Política Nacional de Humanização (PNH) tem o objetivo de traduzir os princípios do SUS de maneira a operar, no cotidiano, as práticas de atenção e gestão, através de construção entre gestores, trabalhadores da saúde e usuários, de trocas solidárias, comprometidas com a produção de saúde e a produção de sujeitos. É uma política transversal que deve permear as diferentes ações e instâncias gestoras do SUS. “Queremos um SUS humanizado, comprometido com a defesa da vida e fortalecido em seu processo de pactuação democrática e coletiva”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Das Utopias

Se as coisas são intangíveis... Ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não fora,

A presença distante das estrelas!

(Mário Quintana)

Acredita-se que o objetivo de construir uma trajetória que permita compreender a formação recente da ANEPS tendo como foco a Articulação no Rio de Janeiro, suas bases, objetivos, motivações e formas de relação com o SUS, foi alcançado.

Observou-se o peso que teve a Articulação Nacional de Saúde e a REDEPOP na congregação de pessoas, na maioria intelectuais e/ou profissionais dos serviços de saúde com laços estreitos com a academia, na elaboração das idéias e da constituição do arranjo recente do movimento de EPS, que desde de 2003 vem adquirindo força e projeção nacional, conseguindo dar mais voz e destaque aos movimentos populares e às práticas de EPS de todo o país ao unir as redes sociais já existentes no que se chama ANEPS e ao se ver com representantes da EPS dentro do MS.

É inegável a influência da Esquerda, bem como de todo o imaginário e de todo o conjunto de crenças e valores que são associados ao termo. As antigas utopias igualitárias são reiteradas a todo instante nesta Articulação, são a motivação dos intelectuais da EPS que, no Rio de Janeiro, somente após uma década e meia de organização, conseguem ver os diversos movimentos e práticas que se entendem como entidades que trabalham com a perspectiva da EPS fazendo parte de uma Articulação nacional, que conta ou contou, porque a dinâmica é muito intensa, com cerca de 900 entidades e não se sabe com quantas pessoas.

Entende-se que a relação entre a ANEPS-RJ e o SUS, se dá de várias maneiras, mas que ainda não é capaz de afirmar uma influência concreta e direta na política de Saúde. A participação de membros da equipe de Educação em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (SES), a participação de membros da SMS, a participação de conselheiros de saúde municipais e distritais e a existência de diálogo entre todos é apontado como um mérito da ANEPS-RJ e como um laço estreito com a Saúde Pública, ou seja com o

SUS. Compreende-se que este é um caminho, sim, mas só possível pela presença de menos que meia-dúzia de pessoas, que não necessariamente tem um peso político decisório. Sem desmerecer nenhum parceiro, afirma-se que a EPS continua sendo muito mais subversão, muito mais forma alternativa de se trabalhar com a Saúde, do que opção oficial, até porque a lógica hospitalocêntrica, o fantasma higienista e o foco na doença ainda estão muito arraigados no setor Saúde. Além disso, cada transformação que pode ser feita hoje na política de Saúde está concatenada a transformações na política de habitação, educação, transporte, cultura, lazer; enquanto o desenvolvimento de todas estas áreas não se der de forma concomitante e integrada, não será fácil escapar de defasagens e retrocessos. É o que acontece na efetivação do SUS que, apesar de ser um modelo admirado em várias partes do mundo, é o resultado de uma equação, que não anda muito favorável à população brasileira. A instituição do Sistema Único de Saúde, seus princípios e diretrizes, foram influenciados pelas mudanças na forma de intervenção do Estado, na geopolítica mundial e nas telecomunicações. O SUS que se experimenta hoje é fruto da utopia registrada em Constituinte somada aos desejos elaborados, acordados e publicados após cada Conferência Nacional de Saúde, mas que muitas vezes não chegam a ser divulgados e aplicados, somado a outras tantas lutas, muitas vezes com suas vozes, que não participam do “controle social oficial”, abafadas, adicionado à etapa de implementação das políticas que, historicamente, por si só já é muito difícil.

Ficou claro que, para os entrevistados, a relação com o SUS ainda pode ser melhorada, mas que este é um processo ainda em curso, com seus altos – apoio do MS em 2003 – e, com seus baixos – mudanças na pasta ministerial.

Identificou-se que os atores efetivamente envolvidos na construção da ANEPS-RJ diferem ao longo do tempo, mas que existe um protagonismo, ainda que velado, de intelectuais e de profissionais de saúde com laços fortes com os núcleos de Saúde Pública, de Educação em saúde e da própria EPS existentes no meio acadêmico. Tal necessidade em se evitar algum tipo de destaque por parte destes participantes, ainda que nem sempre com resultado, parece vir da vontade de se ver as classes populares plenamente conscientes de seus direitos, com formação política, capacidade reivindicatória e expressivo poder de mobilização realizando ansiadas transformações sociais. Mas já que se prega tanto um trabalho coletivo entre profissionais, docentes, discentes e classes populares, porque não se assume que a vontade e a luta também vêm dos intelectuais? Acredita-se que existe um receio de se reproduzir mais uma “revolução

pelo alto”, como a que ocorreu na Reforma Sanitária brasileira. Talvez permaneça um pouco de basismo. E parece haver a compreensão de que, por serem os intelectuais da EPS um grupo com exercitado poder de abstração, facilidade para a elaboração escrita, habilidades com a retórica, experiência na iniciativa de organizar discussões e formações políticas, também existe a tendência constante de serem sugeridos como representantes, porta-vozes dos movimentos que integram e, devido suas inserções múltiplas e a crença de que os movimentos só são legítimos se forem entendidos como os movimentos dos que sofrem mais diretamente as mazelas sociais, fazem a opção por se “apagarem”, por acompanharem de longe, por atraírem novos nomes, com menos estrada acadêmica, para não serem, em hipótese alguma, vistos como os líderes da Articulação. Mesmo que este tipo de esforço tenha tido seus resultados, uma vez que a ANEPS-RJ passou a ter Núcleos Locais inclusive fora da Região Metropolitana, o Núcleo Executivo da ANEPS-RJ continua tendo a maioria dos membros “cativos” de participantes com inserção acadêmica e, desde o começo de 2006, vem trabalhando cada vez mais de perto com os membros do GT de EPS da Abrasco, ou seja, com mais doutores e mestres, alguns dos que participaram da CONEPS e que participam da REDEPOP.

Considera-se que esta pesquisa que narra e procura reconstruir e explicar, a partir dessa narrativa, a dinâmica interna, em seu contexto de ocorrência, de um movimento como tantos outros, feito e vivido por pessoas comuns, detectou que esta experiência compartilhada de engajamento, destes intelectuais na EPS, representa para eles uma vivência de liberdade e de iniciativa. A identidade é construída não só da luta contra o sucateamento do SUS ou a pobreza, mas do fato de serem sujeitos de iniciativa que criaram entre si um espaço de liberdade real de ação, sem limites contratuais ou de qualquer outra espécie.

Percebe-se a Articulação como lugar de expressão plural de ideários e identidades, construídos em torno de utopias igualitárias de longa duração histórica, cujos contornos são dados pelas idéias de democratização do direito à Saúde, de participação popular e pelas utopias igualitárias de longa duração histórica. Surpreendentemente, não nos deparamos com devoções ao passado. O que consideramos um ponto positivo, principalmente se levarmos em conta o que Nietzsche (IN Robin, 1989:9) escreveu à respeito da grande devoção que o ser humano pode ter do seu passado: “Este peso do passado o impede justamente de criar.”

Ao que tudo indica, a ANEPS-RJ se constituiu numa tentativa de diminuir a distância entre intenções e gestos, na esperança de tornar possível /plausível/ real uma participação popular no movimento de EPS iniciado na cidade do Rio e que se ampliou e se consolidou como uma rede nacional, se integrando aos diversos e polissêmicos movimentos de EPS existentes não só em outros Estados, como também no Rio de Janeiro, mas ainda com poucos integrantes das classes populares. E mais, a construção da ANEPS-RJ representa também a construção de uma nova arena política da Saúde, uma vez que é dentro da Articulação que seus participantes praticam políticas culturais, acordam novas parcerias, como as existentes entre movimentos populares, Secretarias, Conselhos, Instituições Privadas, ONGs e reinventam a participação na Saúde.

Ao longo desta dissertação foi possível se deparar com grandes lutas que foram sufocadas ao atingirem alguns de seus objetivos; grandes lutas que não foram levadas a cabo para produzir reformas; reformas que não produziam e ainda não produzem os efeitos esperados; transformações que, empreendidas à custa de um extremo esforço e quase de um enfraquecimento dos movimentos envolvidos, os deixaram como que desorientados frente ao resultado alcançado e quase impotentes para aproveitá-los como deveriam. Viu-se que as instituições não eram tudo, mesmo antes de uma apropriação das mesmas, de uma institucionalização. Percebe-se que urge a necessidade de profundas e efetivas mudanças institucionais, que por sua vez parecem depender de uma coalizão de forças sociais, cuja unidade parece ser construída em torno da utopia. Sente-se, enfim, que o constante exercício de analisar, de esmiuçar a realidade, deve ser acompanhado de uma abertura para se modificar a racionalidade sob o crivo da realidade vivenciada, experimentada a todo instante, reinventando caminhos e possibilidades, com o intuito de manter cada vez mais atreladas as abstrações e as ações sobre a realidade, de modo a corroborar para um agir crítico e transformador do *status quo*. *Faz-se* necessário repensar os pressupostos teóricos em conexão com as práticas políticas que surgem a cada momento, inclusive com a construção da ANEPS-RJ, no intuito de indicar que os dilemas encontrados podem ser resolvidos, ao se reconstruir o conhecimento, a cada passo, a partir da capacidade coletiva de enfrentar as contradições atuais.

Permitimo-nos impregnar pelos Estudos Culturais, pela História dos Intelectuais, pela História Cultural, Oral, que desde o início desta dissertação foram fornecendo certas respostas, algumas um tanto quanto precárias, bem como suscitando novas questões. Procuramos discutir o conjunto de idéias que viabiliza a construção da ANEPS-RJ e sua relação com a política de saúde no contexto do SUS. Restam questões e a consciência de que a pesquisa não foi suficiente para aplainá-las, mas fica a certeza de que uma contribuição, ainda que humilde, foi feita para a reflexão sobre a Educação Popular e Saúde e o papel dos movimentos sociais, dos quais participam sim intelectuais, nas políticas de Saúde.

O processo de construção da ANEPS-RJ não se esgota, felizmente, ao término destas linhas. Isto ocorre não só por causa das escolhas metodológicas da dissertação, mas porque a ANEPS-RJ continua a ser construída. É um processo que, ao que tudo indica, parece estar, ainda que de forma lenta e gradual, conseguindo enfrentar as dificuldades e atingindo seu objetivo de articular movimentos e práticas de EPS de modo a dar visibilidade e reconhecimento as suas experiências e reivindicações, iniciando um processo de reflexão e de sistematização capaz de contribuir, na perspectiva da Educação Popular, para a formulação e implementação de políticas de Saúde.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ANEPS, 2003. Projeto para Financiamento de Encontros Estaduais e Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde. Rio de Janeiro: 18 ago.

ANEPS, 2004. Relatório da pesquisa *Perfil dos movimentos e práticas em educação popular e saúde no Brasil, 2003*. Mimeo, Brasília: ANEPS/MS.

ANEPS-RJ, 2004. Projeto de Ampliação e Estruturação da ANEPS Núcleo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: jul.

ARAÚJO, J. W. G., 2001 Promoção da Saúde: Ottawa ou Bogotá? Nós da Rede – Boletim da Rede de Educação Popular em Saúde. Ano 1 –nº 4/2001 p.10-11

BOLETIM DA ANEPS-RJ, 2006. Boletim nº2. abril 2005-abril2006.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, 1992. nº 1. ago. Rio de Janeiro: SDE/ENSP/FIOCRUZ.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, 1993. nº 2. mai. Rio de Janeiro: SDE/ENSP/FIOCRUZ.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, 1994. nº 4. out. Rio de Janeiro: SDE/ENSP/FIOCRUZ.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, 1995. nº 5. jun. Rio de Janeiro: SDE/ENSP/FIOCRUZ.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, 1995. nº 6. out. Rio de Janeiro: SDE/ENSP/FIOCRUZ.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE,
1996. nº 7. jul. Rio de Janeiro: SDE/ENSP/FIOCRUZ.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE,
1997. nº 8. mar. Rio de Janeiro: SDE/ENSP/FIOCRUZ.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE,
1998. nº 9. jun. Rio de Janeiro: SDE/ENSP/FIOCRUZ.

CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA A ALCA E REDE JUBILEU SUL/ BRASIL,
2005. Assembléias populares: reinventando a democracia. n.3 mar Cartilha Para Entender a
ALCA.

CATÁLOGO DE MOVIMENTOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE
2003. ANEPS e MS. <http://www.redepopsaude.com.br/principais/index-> Consultada em
10/06/2005.

ELOS, 2004. [on line]. Disponível na internet via www.ead.fiocruz.br/elos/ Consultado em:
02/03/05.

FREIRE, P. IN: Flores, O., 2004. IN Manual do Participante do III Fórum de Educação e
Saúde.

<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=8257>. Gustavo Gutierrez é
aplaudido de pé na Conferência sobre Cristianismo. 30/07/03. Brasil – Igrejas - Especial.
Consultada em: 18/11/2005.

http://www.coc.fiocruz.br/areas/dad/guia_acervo/arq_pessoal/conferencia_nacional.htm.
Consultada em 18/03/06 às 22:37.

<http://www.intervozes.org.br/noticias/07-05-003.htm> Consultada em 10/03/06.

<http://www.jubileubrasil.org.br/alca/campanhanacional/auditoriaexplica.htm> Consultada em 08/11/2005.

<http://lattes.cnpq.br/index.htm>

http://www.mtl.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=174&Itemid=33

<http://www.pelavidda.org.br/index1.html> Consultada em 08/11/2005.

HUMANIZASUS. http://portal.saude.gov.br/saude/area.cfm?id_area=389. Consultado em 24 de maio de 2006. (humanizadas@saude.gov.br/www.saude.gov.br/humanizadas).

JORNAL BRASIL DE FATO. Edição Nº 146 - De 15 a 21 de dezembro de 2005

MARINGONI, G., 2006. Traços de Realidade: Populista, um novo xingamento
IN:http://agenciartamainor.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3063
Colluna de 08/05/2006. Consultada em 12/05/06.

NÓS DA REDE – Boletim da Rede de Educação Popular e Saúde, 1999. ano 1, nº2. Rio de Janeiro: “ENSP/FIOCRUZ”.

NÓS DA REDE – Boletim da Rede de Educação Popular e Saúde, 2000. ano 1, nº3. Rio de Janeiro: “ENSP/FIOCRUZ”.

NÓS DA REDE – Boletim da Rede de Educação Popular e Saúde, 2001. ano 1, nº4. Rio de Janeiro: “ENSP/FIOCRUZ”.

NÓS DA REDE – Boletim da Rede de Educação Popular e Saúde, 2003. ano 3, nº5. Rio de Janeiro: “ENSP/FIOCRUZ”.

NÓS DA REDE – Boletim da Rede de Educação Popular e Saúde, 2004. nº7. Brasília, Rio de Janeiro: “ENSP/FIOCRUZ”.

REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE, 1999. ano 1, nº1. abr/mai/jun. Rio de Janeiro: “ENSP/FIOCRUZ”.

REVISTA RADIS, 2005. nº 33. mai. Rio de Janeiro: Ensp/Fiocruz

REVISTA TEMA, 2001. Educação Popular em Saúde. nº21. nov/dez. Rio de Janeiro: RADIS/ENSP/FIOCRUZ.

SADER, E., 2006. O Mundo pelo Avesso: Povo, Popular, Populismo? IN: Agência Carta Maior de 07/05/2006.

http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3062.

Consultada em: 12/05/06.

SADER, E., 2005. Palestra de abertura do Seminário Internacional de Políticas Públicas de Cultura. de 09 a 10 de maio. Rio de Janeiro: UERJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, S., 2000. Novas Práticas em Saúde: estratégias e táticas de grupos populares no enfrentamento de questões cotidianas. Série de Estudos em Saúde Coletiva. n.202. Rio de Janeiro: UERJ/IMS.

ACIOLI, S., 2001. Reflexões sobre a Construção Compartilhada do Conhecimento em Saúde na localidade do Alto Simão / Vila Isabel – RJ. Rio de Janeiro.

AGUIAR, D. S. de, 1998. A Saúde da Família no Sistema Único de Saúde: um novo paradigma? Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ENSP/ FIOCRUZ.

ALBUQUERQUE, P. C. de & STOTZ, E., 2004. A Educação Popular na Atenção Básica à Saúde no Município: em busca da integralidade. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 8: n.15 mar/ago: p259-74. Botucatu: Editora UNESP.

ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. 2000. Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ARATO, A., 1995. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil – Orientações para novas pesquisas. n. 27 ano 10. fev. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS.

_____, 2002. Representação, Soberania Popular e Accountability. n.55-56. São Paulo: Lua Nova Editora.

ARAÚJO, M. P. N., 2000. A Utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ARRUDA, M., 1999. Dívida E(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

ASSIS, M. de, 1992. Da Hipertensão à Vida: por uma práxis comunicativa na Educação e Saúde. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IMS/ UERJ.

BARONE, L. G., 2003. Reflexões Sobre o Processo de Conhecimento de Participantes de Um Projeto de Extensão Universitária em Pedras de Fogo, Paraíba. Monografia. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

BEISIEGEL, C. de R., 1974. Estado e Educação Popular. São Paulo: Pioneira.

_____, 1982. Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Editora Ática.

_____, Apud PAIVA, V., 1984. Perspectivas e Dilemas da Educação Popular. Rio de Janeiro: Graal.

BENJAMIN, C., ALBERTI, A. J., SADER, E., et al, 1998. A Opção Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.

BERLINGUER, G., TEIXEIRA, S.M.F. & CAMPOS, G.W. de S., 1988. Reforma Sanitária Itália e Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC/ CEBES. Tradução: Tânia Pellegrini.

BEZERRA, A., 1977. As Atividades em Educação Popular. Apud BRANDÃO, C. R. (org.), 1980. A Questão Política da Educação Popular. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora s.a.

_____, 1978. As Atividades em Educação Popular. Educação Popular II – CEI Suplemento. Rio de Janeiro: Tempo e Presença.

BORDIEU, P. (coord.), 2003. A Miséria do Mundo. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes.

BRANDÃO, C. R. (org.), 1980. A Questão Política da Educação Popular. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora S.A..

_____, 1982. Lutar com a Palavra. p.42. Rio de Janeiro: Graal. Apud VASCONCELOS, E. M., 1998. Educação popular como instrumento de reorganização das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. 14. supl.2: 43. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

BRANDÃO, C. R., 1984. Educação Popular. . São Paulo: Livraria Brasiliense Editora S.A..

_____, 2001. A Educação Popular na Área da Saúde. IN: VASCONCELOS, E. M., 2001. A Saúde nas Palavras e nos Gestos: Reflexões da Rede Educação Popular em Saúde. São Paulo: Editora HUCITEC.

CAMARGO, C. P. F. de, SOUZA, B. M. & PIERUCCI, A. F. de O, 1980. Comunidades Eclesiais de Base. IN: SINGER, P. & BRANT, V. C. (orgs), 1980. São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Editora Vozes em co-edição com CEBRAP.

CAPRISTANO FILHO, D & PIMENTA, A. L. (orgs.), 1988. Saúde Para Todos: Um desafio ao município. São Paulo: Editora HUCITEC.

CARVALHO, M. A. P., ACIOLI, S. & STOTZ, E. N., 2001. O Processo de Construção Compartilhada do Conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. IN: VASCONCELOS, E. M., 2001. A Saúde nas Palavras e nos Gestos: Reflexões da Rede Educação Popular em Saúde. pp.101-114. São Paulo: Editora HUCITEC.

CORDEIRO, H., 2001. Descentralização, Universalidade e Equidade nas Reformas da Saúde. Trabalho apresentado em conferência na abertura do Seminário Descentralización y Nuevas Fornas de Gestión Social, ALAMES, Rio de Janeiro: UERJ, 3-4 de setembro de 2001. 14 p.

COSTA, S. G., 1995. Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez.

COUTINHO, C. N., 1989. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Editora Campus.

_____, 1990. Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Nossa Terra/ Oficina de Livros.

DAGNINO, E. 2002. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. IN: DAGNINO, E. (org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Editoras UNICAMP e Paz e Terra.

DARON, V. L. P., 2003. Educação, Cultura Popular e Saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo.

DAVID, H. M. S. L., 2001. “Sentir Saúde”: a religiosidade como categoria metodológica no trabalho de educação em saúde junto às classes populares. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

DOIMO, A M., 1984. Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular. Petrópolis: Editora Vozes.

_____, 1995. A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil Pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

SCOREL, S, 1998 (ou 1999?). Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

FERNANDES, R. C., 1994. Privado Porém Público: o terceiro setor na América Latina. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

FERREIRA, J., 2002. Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930 – 1956). Niterói e Rio de Janeiro: EdiUFF e MAUAD.

FLEURI, R. M., 1998. Educação Intercultural: desafios emergentes na perspectiva dos movimentos sociais. IN: FLEURI, R. M. (org.), 1998. Intercultura e Movimentos Sociais. Florianópolis: Mover/NUP.

FOOTE-WHITE, W., 1990. Treinando a Observação Participante. IN: GUIMARÃES, Alba Zaluar, 1990. Desvendando Máscaras Sociais. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.

FREIRE, P., 1978. Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos. 3ª Ed.. São Paulo: Editora Paz e Terra.

_____, 2002. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra.

_____, 2002. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 23ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.

GADOTTI, M. e TORRES C. A., 1994. Educação Popular: utopia latino americana. São Paulo: Editora Cortez: Editora da Universidade de São Paulo - USP.

_____, 2001 Conceção Dialética da Educação: um estudo introdutório. 12ª Ed. São Paulo: Editora Cortez.

GARCIA, P. B., 1993. Libertação como Plano e Sonho de Deus e de Homens. Uma experiência de Educação Popular em área rural. Petrópolis: Vozes. Apud VALLA, V. V.,

2003. Educação popular, religião e pobreza. Trabalho apresentado no GT de Educação Popular da ANPED, Caxambu, 2003.

GENRO, T., 1996. O Enigma do México. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 fev. Caderno I, p.3. Apud VALLA, V. V., 1999. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. v.15 supl.2. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

GIL, A. C., 1991. Métodos e técnicas em pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas. Apud SIMIONI, A. M. C., LEFÈVRE, F. & PEREIRA, I. M. T. B., 1996. Metodologia Qualitativa nas Pesquisas em Saúde Coletiva: Considerações Teóricas e Instrumentais. São Paulo: USP.

GINSBURG, C., 2006. O Queijo e os Vermes. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras.

GIOVANELLA, L. & FLEURY, S., 1996. Universalidade da Atenção à Saúde: Acesso como Categoria de Análise. IN: EIBENSCHUTZ, C. (org.), 1996 Política de Saúde: o Público e o Privado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

GONTIJO, R., 2005. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. IN SOIHET, R., BICALHO, M., F. B. 7 GOUVÊA, M. F. S. (orgs). Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad.

GRAMSCI, A., 1985. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A..

GUIMARÃES, M. B., LIMA, C. M., VALLA, V. V., STOTZ, E. N., LACERDA, A., CARDOSO, E., SANTOS, M. S. & SAVI, E., 2004. Os Impasses da Pobreza Absoluta: a experiência da ouvidoria coletiva. Relatório de Pesquisa produzido na ENSP.

GULLAR, F., 1983. Cultura Popular. IN: FÁVERO, O. (org.), 1983. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições GRAAL.

_____, 2001 Conceção Dialética da Educação: um estudo introdutório. 12ª Ed. São Paulo: Editora Cortez.

HALL, S. 2003. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HOBBSAWN. E., 2002. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra.

IDE , P. 2000. A Arte de Pensar. 2ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

KAMINSKI, O., 2000. A Internet e o Ciberespaço. IN NUNES, F., 2005. Cartografar os Territórios Invisíveis do Ciberespaço. A Presença de Portugal nas Redes Globais de Informação. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(2): 1-19, jul-dez – 2004(ISSN1678-698X) – www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm

KITCHIN, R., 1998. Ciberespace. The World in the Wires. IN NUNES, F., 2005. Cartografar os Territórios Invisíveis do Ciberespaço. A Presença de Portugal nas Redes Globais de Informação. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(2): 1-19, jul-dez – 2004(ISSN1678-698X) – www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A., 1986. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas.

LEGISLAÇÃO DO SUS, 2003. 3ªEd. Rio de Janeiro: Central de Concursos/ Degrau Cultural.

LE GOFF, J., 1996. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão et al. 4ª Ed. Campinas: Editora UNICAMP.

LEPETIT, B., 1998. Sobre a Escala na História. Apud REVEL, J. Jogos de Escala: a Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Editora: FGV.

LEVCOVITZ, E., 1997. Transição X Consolidação: o Dilema Estratégico da Construção do SUS – um estudo sobre as reformas da política nacional de saúde 1974-1986. Rio de Janeiro: Tese de doutorado IMS/UERJ, 286p. Apud: CORDEIRO, H., 2001. Descentralização, Universalidade e Equidade nas Reformas da Saúde. Trabalho apresentado em conferência na abertura do Seminário Descentralización y Nuevas Fornas de Gestión Social, ALAMES, Rio de Janeiro: UERJ, 3-4 de setembro de 2001. 14 p.

LOWY, M., 2000. A Guerra dos Deuses: Política e Religião na América Latina. Petrópolis: Vozes. Apud VALLA, V. V., 2003 Educação popular, religião e pobreza. Trabalho apresentado no GT de Educação Popular da ANPED, Caxambu, 2003.

_____, 2005. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo.

LOVISOLO, H., 1990. Educação Popular: Maioridade e Conciliação. Salvador: OEA/UFBA/EGBA. Coleção Cidadania.

MARTELETO, R. M. & VALLA, V. V., 2003. Informação e Educação Popular – o conhecimento social no campo da saúde. Perspectivas em Ciência da Informação. V.8 nº especial jul/dez. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG.

MARTINS, C. E., 1983. A Questão da Cultura Popular. IN: FÁVERO, O. (org.), 1983. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições GRAAL.

MARTINS, J. S., 2002. A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes.

MATTOS, R. A., 2003. Integralidade e a Formulação de Políticas Específicas de Saúde. Apud MATTOS, R. A. de & PINHEIRO, R. (orgs.), 2003. Construção da Integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: Editora UERJ, IMS: ABRASCO.

MINAYO, M. C. S., 1992. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Editora Hucitec - Abrasco. Apud SIMIONI, A. M. C., LEFÈVRE, F. & PEREIRA, I. M. T. B., 1996. Metodologia Qualitativa nas Pesquisas em Saúde Coletiva: Considerações Teóricas e Instrumentais. São Paulo: Editora da USP.

MOISÉS, J. A., 1979. Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais. Ano 1. Revista de Cultura e Política. São Paulo.: IN: VALLA, V. V. (org.), 1986. Educação e Favela – Políticas para as Favelas do Rio de Janeiro, 1940 – 1985. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

NIDELCOFF, M. T., 1982. Uma Escola para o Povo. 14ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

NIETZSCHE, F. *Les considérations intempestives*. IN: A. FINKEL-KRAUT, A. 1986. “Âge de l’idéologie, âge des cultures” , in *Mémoire et Histoire*, Paris, De-noél, 1986, p. 110. IN: ROBIN, R., 1989. Le roman mémoriel: de l’histoire à écriture du hors – lieu. Montreal: Le Préambule. Cap. II. Traduzido por Rachel Soihet, Rosana Márcia A. Soares e Suely Gomes Costa.

NORA, P., 1978. Mémoire collective. Apud. LE GOFF, CHARTIER, R. & REVEL, J. (org.), 1978. La nouvelle histoire. Retz, Paris. IN: LE GOFF, J., 1996. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão et al. 4ª Ed. Campinas: Editora UNICAMP.

NUNES, F., 2005. Cartografar os Territórios Invisíveis do Ciberespaço. A Presença de Portugal nas Redes Globais de Informação. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(2): 1-19, jul-dez – 2004(ISSN1678-698X) – www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm

O'DONNELL, G., 1987. Transição Democrática e Políticas Sociais. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 21(4), set/dez. Apud: TEIXEIRA, S. M. F., 1988 A Reforma Sanitária Necessária. IN: BERLINGUER, G., TEIXEIRA, S.M.F. & CAMPOS, G.W. de S., 1988. Reforma Sanitária Itália e Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC/ CEBES. Tradução: Tânia Pellegrini.

OLIVEIRA, R. M., 2000. A Produção do Conhecimento em Saúde em Escala Local: Repensando a Relação Científica e a Experiência dos Grupos Populares. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

_____, 2003. A Construção de Conhecimento nas Práticas de Educação em Saúde – repensando a relação entre profissionais dos serviços e a população. Perspectivas em Ciência da Informação. V.8 nº especial jul/dez. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG.

ORNELLAS, C. P., 1981. Educação em Saúde: Prática Sanitária ou Instrumento de Ação Ideológica. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

PAGLIARO, G. E., 2004. Prática Homeopática e Educação Popular: Pauta para um diálogo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ENSP/ FIOCRUZ.

PEDROSA, J. I., 2004. Educação Permanente em Saúde – operacionalização do PEP-RIDE. Brasília: MS. Trabalho apresentado em mesa redonda durante o III Fórum de Educação e Saúde da Região Centro-Oeste e Distrito Federal e Seminário Nacional sobre Educação Popular e Saúde, realizado em Brasília, de 21 a 24 de julho de 2004.

PESAVENTO, S. J., 2004. História & História Cultural. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

POPKEWITZ, T, S, 1991. A Political Sociology of Educational Reform: Power/ Knowledge in Teaching, Teacher Education, and Research. New York: Columbia

University, Teachers College Press Apud Torres, (org.) 2003. Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.

POSSAS, C., A., 1988. Prefácio IN: BERLINGUER, G., TEIXEIRA, S.M.F. & CAMPOS, G.W. de S., 1988. Reforma Sanitária Itália e Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC/CEBES. Tradução: Tânia Pellegrini.

RELATÓRIO DO I ENCONTRO SOBRE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1991 Rio de Janeiro. Apud ASSIS, M. de, 1992. Da Hipertensão à Vida: por uma práxis comunicativa na Educação e Saúde. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IMS/ UERJ.

RÉMOND, R. (org.), 2003. Por Uma História Política. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV.

RIVERA, F., 1989. Planejamento de Saúde na América Latina: revisão crítica. IN: RIVERA, F.(org.), 1989. Planejamento e Programação em Saúde: um enfoque estratégico. São Paulo: Editora Cortez.

RIZZINI, I., CASTRO, M. R. & SARTOR, S. D., 1999. Pesquisando: Guia de Metodologia de Pesquisa para Programas Sociais. Rio de Janeiro: USU Editora.

ROBIN, R., 1989. Le roman mémoriel: de l'histoire à écriture du hors – lieu. Montreal: Le Préambule. Cap. II. Traduzido por Rachel Soihet, Rosana Márcia A. Soares e Suely Gomes Costa.

SARAIVA FELIPE, J. 1987. MPAS – o vilão da reforma sanitária. Depoimento. Brasília, 1987. mimeo. Apud: TEIXEIRA, S. M. F., 1988 A Reforma Sanitária Necessária. IN: BERLINGUER, G., TEIXEIRA, S.M.F. & CAMPOS, G.W. de S., 1988. Reforma Sanitária Itália e Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC/CEBES. Tradução: Tânia Pellegrini.

SCHALL, V. T., 1999. Educação em saúde: novas perspectivas. Cadernos de Saúde Pública, 15 supl.2, Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

SCHERER-WARREN, I., 1998. Movimentos Sociais e a Dimensão Intercultural. IN: FLEURI, R. M. (org.), 1998. Intercultura e Movimentos Sociais. Florianópolis: Mover/NUP.

SIMIONI, A. M. C., LEFÈVRE, F. & PEREIRA, I. M. T. B., 1996. Metodologia Qualitativa nas Pesquisas em Saúde Coletiva: Considerações Teóricas e Instrumentais. São Paulo: Editora da USP.

SINGER, P., 1980. Movimentos Sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. IN: SINGER, P. & BRANT, V. C. (orgs), 1980. São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Editora Vozes em co-edição com CEBRAP.

SOPHIA, D. C., 2005. Os Intelectuais da Saúde e a Invenção das Utopias: 1970-1990. Dissertação de Mestrado. Niterói: ESS/UFF.

SOUZA, M. F. (org.), 2004. A Real-idade do PSF: conversando com quem faz. Rio de Janeiro: CEBES.

STOTZ, E. N. & SILVA, A. G. da Jr, 1994. Conselhos de Saúde Como Parte de Arenas Redistributivas: uma reflexão sobre a equidade. Trabalho apresentado na Oficina de Trabalho “Controle Social no SUS: a prática e os Desafios”, no âmbito do IV Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – ABRASCO. Recife, 19 e 20 de junho de 1994.

STOTZ, E. N., 2005a. A Educação Popular nos Movimentos Sociais da Saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. Trabalho, Educação e Saúde. V.3 n.1,p.9-30 Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

STOTZ, E. N., DAVID, H. M. S. L. & WONG-UN, J. A., 2005b. Educação Popular e Saúde – Trajetória, Expressões e Desafios de um Movimento Social. , Educação e Saúde. Revista de Atenção Primária à Saúde. V.8 n.1,p.49-60. Juiz de Fora: NATES/UFJF.

TEIXEIRA, S. M. F., 1988 A Reforma Sanitária Necessária. IN: BERLINGUER, G., TEIXEIRA, S.M.F. & CAMPOS, G.W. de S., 1988. Reforma Sanitária Itália e Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC/ CEBES. Tradução: Tânia Pellegrini.

TORRES, C. A (org.), 2003. Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.

TRIVIÑOS, A. N. S., 1997. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Ática.

WARREN, K. B., 1998. Os Movimentos Indígenas como um Desafio ao Paradigma do Movimento Social Unificado na Guatemala. IN: FLEURI, R. M. (org.), 1998. Intercultura e Movimentos Sociais. Florianópolis: Mover/NUP.

VALE, A M. (org.), 2001. Educação Popular na Escola Pública. 3ª Ed.. São Paulo: Editora Cortez.

VALLA, V. V. (org.), 1986. Educação e Favela – Políticas para as Favelas do Rio de Janeiro, 1940 – 1985. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

_____, STOTZ, E. N., 1989. Participação Popular e Saúde. Petrópolis: Editora Cddh / Cepel.

_____(orgs.), 1993. Participação Popular, Educação e Saúde: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

VALLA, V. V., 1998. Movimentos Sociais, Educação Popular e Intelectuais: entre algumas questões metodológicas. IN: FLEURI, R. M. (org.), 1998. Intercultura e Movimentos Sociais. Florianópolis: Mover/NUP.

_____, 1999. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. v.15 supl.2. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

_____, 2003. Educação popular, religião e pobreza. Trabalho apresentado no GT de Educação Popular da ANPED, Caxambu, 2003.

_____, 2004. “Educação Popular, Religião e Pobreza. Palestra realizada na Faculdade de Enfermagem da UERJ, em 30 de abril de 2004.

_____, 2005. “Entrevista”. Trabalho, Educação e Saúde. V.3 n.1,p.227-238. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ”.

VARGAS, E. P., 1998. Corpo e Sexualidade através das Imagens em Vídeo. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VASCONCELOS, E. M., 1998. Educação Popular como Instrumento de Reorientação das Estratégias de Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias. V.14 supl.2 Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

_____, 2000. Os Movimentos Sociais no Setor de Saúde: um esvaziamento ou uma nova configuração? IN: VALLA, V. V. (org.), 2000. Saúde e Educação. Rio de Janeiro: DP&A editora.

_____, 2001. A Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede Educação Popular em Saúde São Paulo: Editora Hucitec.

_____, 2001. Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família. 2ª Ed.. São Paulo: Hucitec, Sobral: Uva.

ANEXO I - Roteiro de Entrevista

Bloco 1: Participação na Educação Popular e Saúde

- 1) Quando você começou a trabalhar com EP?
- 2) Em que?
- 3) Aonde?
- 4) Como foi a experiência?
- 5) Já conhecia algum participante da ANEPS de outras experiências?

Bloco 2: Educação Popular e Educação Popular e Saúde

- 6) Na sua opinião, o que é a EP?
- 7) Na sua opinião, o que é a EPS?
- 8) Quem participa?
- 9) O que foi a CONEPS?
 - 9.1) Como e por quem foi criada?
 - 9.2) Em sua opinião para que serviu?
 - 9.3) Quais as diferenças e semelhanças entre CONEPS e ANEPS?
 - 9.4) Quem fez parte?
10. O que é a REDEPOP?
 - 10.1) Como e por quem foi criada?
 - 10.2) Em sua opinião para que serve?
 - 10.3) Quais as diferenças e semelhanças entre REDEPOP e ANEPS?
 - 10.4) Quem faz parte?

Bloco 3: ANEPS

- 11) Na sua opinião para que serve?
- 12) O que suscita a criação da ANEPS?
 - 12.1) O que tem o Estado a ver com esta criação?

- 12.2) Foi criada ou reinventada em 2003?
- 13) A que a ANEPS se propõe?
- 14) Quais são os pressupostos teórico-metodológicos e objetivos da ANEPS?
 - 14.1) Como Paulo Freire subsidia a constituição da ANEPS?
 - 14.2) Assim como Paulo Freire, outros intelectuais subsidiam a constituição da ANEPS?
 - 14.2.2) Quais?
 - 14.2.3) Como?
- 15) Como foi formulada e é organizada?
- 16) Quem está efetivamente envolvido?
- 17) Como é o contexto que favorece a existência da ANEPS?
- 18) Em sua opinião a política do MS foi um objetivo ou uma surpresa para a ANEPS?
- 19) Em sua opinião qual a relação da Articulação com o SUS?
- 20) Como é realizado o trabalho em equipe?

Bloco 4: ANEPS-RJ

- 21) Quem efetivamente está envolvido?
- 22) Qual a relação da Articulação do Rio de Janeiro com o SUS?
- 23) Para você como é o trabalho em equipe?
- 24) Em sua opinião existe um diferencial da ANEPS-RJ?
 - 24.1) Qual?

ANEXO II - Termo de Consentimento

Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública
Departamento de Endemias Samuel Pessoa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento o convida a participar da pesquisa intitulada “A Construção da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde no Rio de Janeiro”, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro e que tem como objetivos: Construir uma trajetória que permita compreender a formação recente da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS), suas bases, objetivos, motivações e formas de relação com o SUS; Identificar quais são os atores efetivamente envolvidos na construção da ANEPS-RJ e como os mesmos pensam a Articulação; Discutir o conjunto de idéias que viabiliza a construção da ANEPS e sua relação com a política de saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e, contribuir para a reflexão sobre a Educação Popular e Saúde e o papel dos movimentos sociais nas políticas de saúde.

Sua participação se dará por meio de uma entrevista e através da mesma você poderá contribuir para a sistematização teórica da Educação Popular e Saúde (EPS), para uma maior reflexão sobre as experiências de EPS, sobre as práticas, os movimentos sociais e os indivíduos que compõem a luta pela saúde, especialmente pelo SUS. Tais contribuições poderão ser utilizadas em outras investigações científicas, na formulação e na implementação de políticas públicas, que possam vir a beneficiar a sociedade.

Este Termo lhe garante o direito de: solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; a possibilidade de se recusar a responder a qualquer questão ou a fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral ou social; a opção de requisitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; desistir de participar da pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Luciana Garritano Barone
pesquisadora

Endereço: Departamento de Endemias Samuel Pessoa Rua Leopoldo Bulhões, 1480, térreo, sala 03. Manguinhos, Rio de Janeiro CEP: 21041-210

Telefone: 2598-2661.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Entrevistado

ANEXO III

**CADERNOS DE ENTREVISTAS
VOL II**

Transcrição de entrevistas apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Saúde
Pública da Escola Nacional de Saúde
Pública para obtenção do grau de Mestre

**Rio de Janeiro
Janeiro de 2007**

SUMÁRIO

1 Entrevista: Márcio Villard	03
2. Entrevista: Sonia Acioli	22
3. Entrevista: Graciela Pagliaro	42
4. Entrevista: Helena David	48
5. Entrevista: Eduardo Stotz	59
6. Entrevista: Eymard Vasconcelos	68

Márcio Villard

Entrevista realizada por Luciana Garritano Barone

Data: 16/03/2006

Local: Rio de Janeiro

[FITA 1 – LADO A]

Luciana - Como foi e quando começou a sua participação na educação popular?

Marcio – Cronologicamente quando eu comecei a trabalhar com Educação Popular... Acho que quando a gente está na Saúde Pública, de alguma forma a gente meio tem algum envolvimento com Educação Popular... Mas eu passei a ter um maior entendimento sobre educação popular em meados dos anos 90. Foi quando eu comecei a estudar mais educação e saúde, ter conhecimento dessa área dentro do setor saúde. A Educação Popular sempre esteve presente, agora, através do curso de especialização de Educação e Saúde da ENSP isso ficou muito mais estreito e muito mais próximo, até porque existe uma linha de investigadores e estudiosos lá dentro que têm isso como um trabalho... Lá eu comecei a ter uma compreensão maior e um entendimento bem mais amplo. Isso foi no final dos anos 90 e no início já de 2000.

Luciana – Me diz uma coisa, Márcio.. Em meados dos anos 90 você já estava [...] sua proximidade com a Educação Popular.

Marcio - Pois é.. Na verdade eu cheguei ao serviço público quase no final dos anos 80. Eu sou oriundo da SUCAN, que é a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. Na SUCAN eu trabalhava no Programa da Dengue. Eu tinha feito um concurso e passei a trabalhar em uma coisa que eu nunca tinha esperado na vida trabalhar. Naquela época não havia graduação. Eu era laboratorista. Nunca tive pretensão nenhuma de trabalhar com Saúde Pública. Fiz por fazer e depois não sabia por que eu havia feito.. Mas aí são aquelas coisas na vida acontecem. Na SUCAN eu entrei para ser agente de saúde. Desde o início até mais ou menos 87 trabalhei com projetos de saúde mesmo... Casa a casa.. Fazia controle.. Essas coisas. Depois, descobriram que eu era laboratorista. Precisavam de laboratorista no laboratório e fui eu trabalhar no laboratório e aí eu passei a trabalhar mais dentro de minha formação. Aí eu comecei a estudar, a fazer graduação, fiz curso de biologia e aí comecei a ter envolvimento com outras instituições, aprendendo mais coisas de laboratório. Quando foi em 92... Naquele período eu era laboratorista e palestrante. Márcio: vem dar uma palestra na escola. E eu ia dar uma palestra na escola com os moradores... Aí a gente vai aprendendo a fazer um pouquinho de cada coisa. Em 92, pela primeira vez me encaminharam para fazer um curso.. A SUCAN já tinha deixado de existir porque veio o Governo Collor em 90. Ele extinguiu a Fundação SESP, SUCAN e juntou na FUNASA que hoje é a Fundação Nacional de Saúde... Então era uma fase de transição, uma fase política muito difícil. Estava tendo essa situação de duas histórias diferentes num mesmo espaço, então aquela disputa... Estava tendo uma

série de cursos para tentar integrar para tentar conhecer um pouco da prática do outro porque a Fundação SESP tinha uma história e a SUCAN tinha outra história. Aí fui fazer esse curso. Nesse curso eu conheci o pessoal da área de Educação e Saúde, porque foram eles que promoveram. Achei tudo interessante.. Eu sempre gostei de trabalhar com as coisas mais dinâmicas, da coisa da troca... Claro que eu sempre adorei trabalhar em laboratório, mas era um trabalho mais isolado.. Muito fechado. Essa coisa de Educação e Saúde me despertou porque eu estava vivendo um momento institucional muito infeliz, muito ruim... Era um período ruim naquela época.. Naquela época era a época do *impeachment*.. Ruim do ponto de vista da gente estar vivenciando aquilo.. E, de repente.. Ninguém gostaria.. Ótimo... Fez... Tirou, mas a gente já estava angustiado. Existia uma angústia muito grande na maioria dos brasileiros. Então, a área deu uma mexida na minha cabeça de cara. Eu fui para esse curso .. Eu lembro que foi no meio do ano.. Foi fora do Rio .. Foram duas semanas.. Era um grupo grande e difícil.. A gente tinha problemas de divergências muito fortes e eu sempre fui uma pessoa de posicionamento.. Toda a minha vida eu sempre fui uma pessoa de posicionamento. O que eu não sei, eu procuro me inteirar.. O que eu não concordo eu procuro dar as minhas argumentações e isso às vezes chama, na maioria das vezes as pessoas ficam assim. A pessoa responsável da época me notou no meio da multidão e me indicou para um segundo curso. Nesse segundo curso eu já estava sendo indicado para ser capacitado para atuar no processo de mudança... Então foi assim.. Uma coisa atrás da outra. A FUNASA, quando foi formada, a área de Educação e Saúde da Fundação SESP era muito forte e atuante. A Fundação SESP trabalhava nessa linha da problematização... Era muito forte.. Eu tive contato com a problematização há muito tempo atrás. Agora, quando o povo está na lista falando de problematização.. Isabel dos Santos.. Eu tive essa formação no início porque toda a minha formação pedagógica foi voltada para essa coisa do estudo da realidade, de estar conhecendo essa realidade, fazendo todo aquele processo de estar fazendo o processo do [...]. Eu já vinha então de alguma forma trilhando esse caminho. Nesse período houve essa situação dos cursos, eu imediatamente eu fui convidado para ir para a área de educação, eu saí do laboratório, vim trabalhar na área de educação... Tive m período muito rico, de muita aprendizagem em 92 até 96.. Foi uma época que a gente desenvolveu e trabalhou muitas coisas interessantes na FUNASA.. Então... O que eu queria dizer.. Eu não sou servidor do município... Eu vim para o município por conta da descentralização. Eu cheguei ao município em 2000. Então... Até esse período a minha relação é Federal, que é meu

vínculo.. De onde vim. A gente praticamente que instituiu a área... Porque assim: a área de Educação e Saúde do município, segundo dizem, era muito boa e muito forte, inclusive o Joaquim Cardoso de Melo estava na frente da área no município na década de 80, mas eu não o conheci nesse período e não tive esse contato. O Joaquim Cardoso de Melo é um dos grandes educadores. Ele é muito referenciado na educação. Ele tem vários artigos, publicações, faz um histórico da Saúde Pública muito interessante, da Educação em Saúde... Depois eu posso até te passar algumas referências. Inclusive ele é da FIOCRUZ. Ele era funcionário da FIOCRUZ... Era desse grupo da Educação e Saúde. Não da Educação Popular. Do Rio e nacionalmente.. Porque ele era de São Paulo e depois ele veio para cá.. Parece que ele era professor da USP. Não tenho essa informação muito concreta na cabeça, mas aqui no Rio ele teve influência que eu particularmente não vivenciei... Então quando a gente chegou em 2000 ainda não existia essa área que era a “EDUCOM” que é a área que a gente vem construindo e vem tentando institucionalizar na secretaria porque também é uma área específica. A área de Educação em Saúde na qual eu gerencio hoje não é uma área que permeia a secretaria como todo como hoje a Promoção da Saúde conseguiu se institucionalizar. Então a gente vem trabalhando para tentar também ter esse mesmo desenvolvimento de ser uma referência da secretaria, que é o plano de nossa superintendência... Então tem toda essa idéia. Então, fechando essa questão inicial do meu contato, do meu início na Educação Popular. Acho que não tem assim uma marca, mas eu posso dizer que com o pessoal da ENSP, principalmente o Valla, Stotz, que eu comecei a compreender mais... Depois tive contato mesmo com todos os outros. Tive a oportunidade de ir em 2000 em Brasília, no Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde.. Foi uma riqueza.. Ainda é uma das minhas melhores referências de espaço, de poder.. Tem Miguel Arroyo.. Foi um encontro muito rico e muito grande. Esse que eu estive agora no ano passado foi muito bom, muito rico, mas não chegou perto. No ano passado teve um junto com o do professor Ouviaomar.. O Fórum, mas esse que foi feito em 2001 foi mega...teve uma participação incrível. Não sei se é porque eu não conhecia todos... Então era a primeira vez que eu participava de um evento específico da educação popular.. É o primeiro namoro...

Luciana – Você acha que dá para comparar?

Marcio – Você tem razão. O outro era muito mais específico. Esse é meio que uma agenda paralela a um outro evento.. Uma outra discussão que tem interfaces, que se relaciona. O outro foi estruturado, foi construído na linha mais da Educação Popular e

levando pessoa, grupos... Muitos grupos.. E não era o primeiro.. Acho que já havia acontecido outro anterior em 1990.. Levaram dez anos para que acontecesse outro.

Luciana – Além do Stotz.... Você lembra de outros que fazem parte da ANEPS e você conheceu já em outros momentos?

Marcio – No curso... No curso eu conheci um grupo grande que é o grupo que milita na educação popular que é a Sônia Acioli, Maria Alice, Wellington.. Que eu acho, na minha visão.. A Educação Popular tem dois lados: tem o lado prático, o social.. Que está nas bases... e tem o lado acadêmico de quem pensa, sistematiza e trabalha mais com a teoria e as concepções.. Nessas linhas todas.. Então, do lado do pesquisador, esses que eu cito mais são os que ficam mais vivos.. Por exemplo: o Valla é uma pessoa que eu não vou esquecer nunca mais. Ele me fala fico hipnotizado.. Mas também é o jeito dele.. A empatia que ele transmite às pessoas. E dois... porque a coerência da fala é algo que mexe com quem trabalha na área social, principalmente na área da saúde. O Stotz tem uma coisa muito do raciocínio, ele amarra bem... Faz uma discussão muito interessante.. Sistematiza muito bem, essa coisa de conjuntura... Ele faz uma análise de conjuntura, mas eu acho que o Valla puxa para uma outra fonte que é a experiência que ele teve com os grupos, com as comunidades... O trabalho que ele fez a vida toda.. Que é um pouco dentro da academia e um pouco lá mesmo onde ele adquiriu essa bagagem toda. Tem essas coisas... As outras pessoas também... Cada um tem uma interface diferente. Acho que o grande barato da Educação Popular é que ela não molda... Não tem como dizer Não! É tudo em uma mesma postura, numa mesma forma de ver, conceber... Quando eu vou para uma fala do Eymard, eu vejo, absorvo e acho que ele tem uma condução de uma forma.. Acho que o grande barato da Educação Popular é que cada um contribui, constrói, trabalha a sua tese e faz o seu discurso. E os grupos que não têm essa discussão teórica, mas têm um relato e um trabalho tão interessante, principalmente os grupos que temos tido contato do Nordeste, de várias regiões ... A ANEPS tem produzido isso.. Eu fico encantado!!! Não tem essa experiência aqui no Rio, porque a Educação Popular aqui no Rio tem outra trajetória.

Luciana - Acho que ela está mais perto da academia...

Marcio – Na experiência que venho tendo, posso dizer que a Educação Popular é muito forte na academia, tem uma produção considerável... Por exemplo: eu não conhecia a Mônica de Assis, depois que passei a conhecer, depois que ela participou de um dos cursos que fiz na ENSP e que ela apresentou o trabalho dela lá... Eu achei fantástico e é uma pessoa que é próxima de nós... [...] acho que o Rio, não sei se os grupos têm essa

clareza de Educação Popular. Eles se entendem enquanto promotores atuando nessa perspectiva... Agora, com certeza, algumas lideranças sim.. Lideranças que tenham esse entendimento. Grupos que a gente tem na ANEPS a gente tá identificando agora. A gente veio com a proposta na ANEPS e as pessoas falam: Peraí! Nisso aí eu acho que me encaixo. Não havia essa consciência.

Luciana – O que é a Educação Popular na Saúde?

Marcio – Ainda tenho muito que ter contato e entrar mais de cabeça porque a clareza , ou melhor, a compreensão que eu dei de evidências de Educação Popular é muito dentro da relação na saúde, porque Educação Popular da base, de movimentos sociais, de grupos diversos [...], eu confesso que eu não conhecia. Eu já peguei do contexto da saúde que a gente conhece que o setor saúde trabalhou ou vem trabalhando ao longo do tempo. A base mesmo, como tem referências de trabalhos publicado! Eu confesso que eu não cheguei a ter contato, até porque no curso, até porque a Educação Popular era considerada, mais conceitualmente ela não foi tão trabalhada, então era uma coisa mais de busca mesmo da gente ter as referências dos autores...[...]

Luciana – Quem você acha que participa então? Você falou dos grupos, dos líderes, do pessoal da academia? Tem mais alguém que participa? Da classe popular? Classe média?

Marcio – É bom deixar claro ... Acho que quem está com a [...] é a ANEPS. É ela quem está dando visibilidade e está tentando apreender os espaços e articular as diversas forças. Agora, acho que é um espaço muito diverso, muito rico e que tem todos os segmentos e representações. Desde um usuário, enfim, que tem toda uma relação e uma vivência até o Doutor.. É um espaço de encontro.. Na experiência que a gente vem tendo no Rio tem demonstrado que a convivência, a troca e o intercambio é grande. Às vezes a gente não consegue conceber essa harmonia porque há divergências muito grandes [...]

Luciana – Me diz uma coisa, Márcio, o que é ANEPS?

Marcio – Depois que a gente se juntou na ANEPS foi resgatado a idéia de que as vontades são as mesmas...

Luciana – Tinha gente da Argentina.. Da Alemanha..

Marcio- Tinha um grupo muito interessante.. Você, Ana e outras pessoas que andaram pesquisando, buscando, acho que o CEDAPS tem algum acervo, algum material que foi produzido e publicado.. Adoraria ter contado para que futuramente a gente pudesse fazer mais discussões.. Porque assim: acho que através da história e desse resgate é que

a gente vai fortalecendo os laços, os vínculos, fomentando, trazendo outros.. A gente não pode ficar só na coisa do momento. O momento é muito legal, agrega, a gente consegue fazer um projeto, mas eu tô vendo é fácil de acabar.

Luciana - É difícil saber quem.. Como foi criado para quem está do lado de fora.

Marcio - Em relação a essa questão específica da ANEPS, eu sinceramente não tenho referencial.

Luciana- O que você acha da Rede Pop?

Marcio - Eu conheci a Rede Pop na época do curso, depois a galera da Rede Pop no encontro de 2001.. Acho que a Rede Pop tem um papel e uma importância enorme para a Educação Popular, até porque é um grupo que participa ativamente da lista de discussão.. Acho que a lista é UM dos canais porque a Rede não é só a lista de discussão. A gente já viu que a Rede é o espaço de articulação de todos esses profissionais, estudiosos e até curiosos porque têm muitos profissionais que entram na lista da Rede sem ser da Educação Popular pela dinâmica que é, entendeu? Aquelas discussões, aquelas temáticas.. Não têm um encaminhamento só.. Várias formas de discutir, várias questões.. Tanto o momento político quanto a questão do Programa Saúde da Família, os agentes comunitários de saúde ou da pedagogia da problematização, enfim... É muito rico! É muito amplo! Agora, eu... particularmente, algumas pessoas que eu tenho abertura, é muito complicado dizer isso se você não acompanha, se você não se sente totalmente contemplado, de alguma forma ir se colocando para ver se de repente as coisas mudam ou não. Acho que em alguns momentos ela fica voltada para o próprio umbigo, fica muito corporativista, mas isso é tão dinâmico que uma semana depois alguém leu alguma coisa, aí as pessoas já têm uma outra performance..

Luciana - Me dá um exemplo!

Marcio - De repente eu estou debatendo minha tese e aí o outro vem também falar e tal e aí exclui... Aí fica uma coisa muito específica.. Aí não tem problema, porque se tem coisa que eu não acompanho, eu tento acompanhar e fico tranquilo, mas têm coisas que às vezes me incomodam e são aquelas que eu acabo participando, mandando e mail ou respondendo alguma coisa porque eu acho que o que mexe com a gente é o que a gente acaba soltando mais.

Luciana – Qual a diferença entre a Rede e a ANEPS?

Marcio – Eu não vejo a ANEPS muito deslocada da Rede Pop. Acho que o que diferencia a ANEPS da Rede Pop é a dinâmica de interação.. Acho que a ANEPS é mas

da base, da ponta, não que seja isso, mas a dinâmica é mais assim.. A Rede está mais restrita aos espaços formais que ela promove, que de repente os eventos da área da saúde promove e ela tá atuando, participando.. Por exemplo: a lista da Rede, se a gente for fazer um estudo, dá uma abordagem [...] apesar de que elas já estão quase a mesma coisa, mas ainda tem diferença. A discussão na lista da Rede é mais engajada. O que quero dizer... Ela é assim mais centrada, objetiva nos temas. A da ANEPS é mais dinâmica... É mais voltada para o universo da ANEPS. Na ANEPS a gente geralmente discute o universo da ANEPS que é a Educação Popular e é o que a ANEPS vem criando enquanto entidade. Por exemplo, uma coisa que estava para estourar na lista da ANEPS é o II Encontro da ANEPS. É uma coisa que a gente vinha discutindo em Brasília em dezembro e que agora vem para o grupo grande porque a gente não consegue definir o local para fazer o II Encontro.

Luciana – Você sabe quem criou a Rede Pop? Por quem ela foi criada e quais as pessoas envolvidas?

Marcio – Na verdade eu sei que a Rede Pop nasceu do I Encontro. Ela foi um dos resultados do I Encontro e ela, no início, tinha uma dinâmica, um trabalho muito de pessoas e profissionais da ENSP, era um grupo grande de pesquisadores que estavam no mestrado, doutorado, que tinham relação com a Educação Popular e estavam naquele contexto. De lá com certeza dinamizou para outros lugares.

[LADO B]

Luciana - Para quê você acha que foi criada a Rede Pop?

Marcio – Para ampliar, para fortalecer, para dinamizar, pra criar uma dinâmica diferenciada, porque uma lista de discussão é pró dinâmica, pró-ativa porque a rapidez, a facilidade, enfim, potencializa muito que é dali daquele momento. Por exemplo: se tem uma questão surgindo e eu boto ali, na lista, de repente várias pessoas vão tocar esse debate, essa discussão.

Luciana - Para que serve a ANEPS na prática?

Marcio – acho que não é nem uma questão de necessidade, enfim, acho que a ANEPS retomou desejos, posturas, a ANEPS é muito politizada. Ela tem a intenção de várias pessoas, tanto da Educação Popular como do movimento social como um todo porque a ANEPS, por mais que ela seja a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde, a gente vivenciou aqui no Rio, ela tem uma bandeira social, ela tá fazendo as pessoas se identificarem como ela porque o discurso dela é muito pró.. Então isso cria uma identificação muito grande.. Mas, dentro do que a gente

pode considerar como aspecto prático, acho que acaba sendo uma lacuna porque a Rede Pop não estava atingindo, não estava ampliando, expandindo, fazendo a congruência das várias inserções, então surge...

Luciana – é como se conseguisse atingir pessoas que nem a Reforma Sanitária atingiu direito... O pessoal da base mesmo... Das classes populares.. O pessoal da academia.

Marcio- Você sintetizou a sensação que tenho. Toda essa história, todo esse movimento, toda essa participação, ela vem desse contexto, do Movimento da Reforma Sanitária, de todo o momento político da Reforma setorial que o país presenciou até o clímax disso tudo que foi a Oitava Conferência Nacional de Saúde que foi assim, né? A gente vê, de fato, lá na Oitava Conferência Nacional de Saúde todos os representantes, ou melhor, sujeitos representantes desses diversos locais, enfim, acho que ela herda muito desse momento de participação porque na verdade, o grande barato do campo da Educação Popular é a questão da autonomia.. É trabalhar o sujeito na perspectiva do protagonismo social, dele fazer essa reflexão, de estar se conhecendo de fato como sujeito, que a partir daí que todo o processo começa a ser desencadeado que às vezes a gente molda, faz acontecer de alguma forma e tem uma cara participativa, democrática.. Mas eu acho que no contexto da Educação Popular a receita disso é mais verdadeira, mais transparente, não sei...

Luciana – O que suscitou a criação da ANEPS?

Marcio - Acho que foi o momento político preponderante porque a gente freqüentemente discute isso na lista: quem vem primeiro? O ovo ou a galinha? Porque a ANEPS fica muito... Porque foi criado no Ministério a Coordenação das Ações de Educação Popular lá na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, naquela época, no Governo Lula .. Então, a partir daquela coordenação nova, das pessoas do movimento e da Educação Popular que foram ocupar esse novo espaço, essa nova área, de alguma forma propiciaram uma retomada e todas as pessoas envolvidas nesse contexto se viram lá também porque a partir do momento que você vai ocupar esse lugar lá é claro que eu vou me ver lá com você .. Porque a gente milita aqui na base, a gente está na mesma busca,então isso eu acho que no primeiro momento foi importante para dar aquela sacudida.. E todo mundo que vinha só através de um evento aqui e ali de uma troca muito isolada, a coisa cresceu... Sendo que eu não acompanhei a formação quando a célula mesmo foi fertilizada, eu estava um pouco fora....

Luciana – Quando o MST chegou .. Com o movimento das mulheres.. Negras..[..]

Marcio- A gente aqui no Rio foi chamado na ENSP para participar das reuniões que começaram a surgir depois dessa situação lá.

Luciana- essas reuniões começaram antes do Congresso da Abrasco?

Marcio- sim.. Bem antes.. Eu me lembro bem porque foi assim: eu, no início, quando as reuniões começaram no Rio eu até perdi a oportunidade de estar nas primeiras reuniões – 2 ou 3- foram vários colegas do grupo e eu só fui quando eu recebi o primeiro relatório. Foi uma reunião por volta de maio e eu ia entrar de férias em junho. Achei legal porque o Eduardo respondeu que era importante minha presença.. A Sônia reforçou em outro e mail... Quando eu voltei de férias... Na verdade, depois que eu fui à primeira reunião na UERJ, no campus maior, não foi na Faculdade de Enfermagem.. A gente já estava num movimento para um segundo encontro, a gente já tinha voltado da ABRASCO.

Luciana – Você foi ao Congresso da Abrasco?

Marcio- Fui, naquele movimento todo..

Luciana – Você tem aquele documento? O relatório?

Marcio – Esse relatório eu tenho, de repente a gente pega na caixa de e mail.. Eu tenho umas pastas no meu e mail que é fácil de resgatar... Esse relatório mexeu comigo.. Caramba, é um movimento....Uma coisa de identidade. Detalhe: quando eu fui para o Congresso da Abrasco, eu não fui para a oficina da Rede, eu fiz a Oficina de Promoção da Saúde porque eu ainda não estava totalmente consciente de que isso era um movimento e quais eram os objetivos desse movimento, mas, quando a Maria Alice falou para gente: “Márcio, você tem que participar com a gente, vai ter gente do Conselho Nacional”, aí eu comecei a me dar conta de que não era um movimento isolado da academia para discutir especificamente questões mais acadêmicas da Educação Popular.. Porque isso sempre me incomodou ,porque eu não sei se eu tenho um perfil acadêmico .. Eu gosto muito dessa coisa de “vamos fazer”, “vamos chamar”, “vamos puxar a reunião”, e às vezes essa postura que a gente tem que ter mais trabalhado até pro processo fluir melhor, claro que a academia está muito diferença, ela é diversa e não está mais assim.. Mas eu tinha essa visão. Lá na Abrasco, quando a gente voltou para o Rio, eu percebi .. Não sei se foi por causa do encontro, das reuniões... O retorno que a gente teve.. O que a gente não esperava que a coisa fosse trilhar o que trilhou. Hoje, olhando para trás, parece que foi tudo muito fácil.. Foi tudo muito simples... E a gente sabe que a coisa foi bem complexa.

Luciana – Você fala do curso pré-congresso, você acha que ele pode ter tido algum peso na formação da ANEPS?

Marcio – é, porque foi feito na oficina, as lideranças, os representantes, as pessoas envolvidas com a Educação Popular estavam lá, gente do país inteiro, acho que isso foi crucial porque aquele último dia do Congresso, aquele auditório cheio.. Lembro que estava o José Ivo, o Eduardo, tinham mais outras pessoas na frente.. Tinha uma mulher do MOHAN.. Representante do MOHAN.. E aquela galera toda.. Muito diversa.. O movimento estudantil, no início da ANEPS tinha uma inserção enorme....

Luciana- Pode parecer redundante, mas eu vou perguntar o que teve a ver o estado com a criação da ANEPS?

Marcio- O Governo Lula veio com uma proposta de Reforma Social e a gente estava com uma expectativa muito grande em relação a essa reforma .. Então, no início, mexeu com todas as estruturas, e ainda mexe.. Eu ainda não perdi todas as esperanças! Apesar dos pesares, eu tô com meu pé atrás com muitas coisas, mas a chama ainda está acesa.. Eu creio que as coisas vão ser revistas, vão ser trabalhadas seriamente, mas eu quero crer que todas as idéias que o PT dinamizou no país desde a década de 80 até os dias atuais, que aquilo não foi só discurso, não foi só chavão, história para inglês ver.. Porque é impossível que essas pessoas todas sérias.. Porque tem muita gente séria envolvida com essa proposta, com esse projeto de nação, tivesse.. Todo mundo enganado, blefando.. Enganando e roubando.. O Ministério da Saúde deu um salto que modernizou.. Criou áreas importantíssimas como à gestão participativa, a gestão do trabalho e da educação na saúde.. O próprio Conselho Nacional deu uma guinada.. Passou a ter outro posicionamento porque também estava institucionalizado, muito normativo, perdendo aquela característica que é o controle social que demanda, entendeu? Para todos os demais para qualquer lugar do país. Isso tudo foi um momento. Agora, eu posso dizer que não foi o Governo, mas as pessoas envolvidas com as causas, com as propostas.. Porque o Governo tem um papel diplomático... Ele tanto tenta agradar aqui ou acolá.. Essa questão o Governo propiciou, ele acabou sendo um facilitador da retomada. A dinâmica, a formação e a construção foram às pessoas envolvidas. Essas pessoas que a gente conhece e sabe o histórico delas na área.. Essas pessoas são as cabeças. Aqui no Rio nós temos o Eduardo que é um pai da ANEPS.

Luciana – Ela foi criada ou reinventada em 2003?

Marcio - eu tenho essa dúvida. Acho que a ANEPS tal como a gente conhece foi criada, agora a ANEPS que a gente sabe, que a gente vai entender, é óbvio que ela já existia e

já estava acontecendo... Essa que a gente está dinamizando nesse momento foi criada.. Nós é quem fomos os promotores.. Até porque o perfil de atuação, a gente tem que entender.. O que existia antes era uma coisa muito técnica porque o que existe hoje é uma coisa muito diversa, muito dinâmica, então, naquela época, o que motivou? As pessoas que estavam motivadas, as pessoas que estavam envolvidas em um ou outro processo, não é essa diversidade que é hoje, né? Hoje você vê o acadêmico, o estudante, aquele que está fazendo o mestrado, que é envolvido no trabalho social de uma ONG... Quanto de repente àqueles curiosos que é de liderança comunitária.. Tem um trabalho social fortíssimo, mas não tem essa coisa próxima da saúde, mas quando é convidado para uma discussão ele levanta a mão e quer participar e começa daí...

Luciana – A ANEPS , de fato, se propõe a que?

Marcio - A ANEPS hoje, na minha concepção e dentro do que a gente tem discutido no Rio de Janeiro tem um compromisso muito grande com o SUS. Acho que ela está muito atenta, quer contribuir e fortalecer a implementação desse sistema e fazer valer o que esse Sistema preconiza... Tanto que os pilares que é a base de organização desse Sistema, até as coisas mais simples que o Sistema não está dando conta. Eu vejo que os objetivos dela estão muito próximos do SUS, da mesma forma que a gente também percebe que ela também quer contribuir dentro dos processos de formação, contribuir para se repensar porque a gente tem uma academia formando profissionais de saúde e tem uma realidade precisando de outros profissionais de saúde. Tem muita gente boa que tem chamado atenção e isso vai muito para o debate, da mesma forma que o foco da educação popular é uma busca constante para entender os processos metodológicos.

Luciana- Quais são pra você os pressupostos teórico-metodológicos e objetivos da ANEPS?

Marcio – Isso ainda está um pouco solto e está se consolidando... Isso está sendo trabalhado mais porque tem muitas influências.. Tem muitas discussões. A gente teve em 2004 um seminário específico lá em Brasília nacional de formação que tratou muito dessa questão dos pressupostos, das concepções.. De que forma a estratégia da ANEPS vai atuar junto ao sistema formal.. Seminário nacional e eu também posso te passar o relatório. O Aprender SUS já é um programa, é um programa que veio desse governo também, mas nessa perspectiva das mudanças dos currículos, mas foi uma doideira.. A área de educação não tem essa aventura e ninguém concebe.. Como você vai discutir um currículo que tem toda uma tradição arraigada formativa?[...] O corpo docente às vezes não vê importância nenhuma na área de extensão e hoje a gente sabe que a extensão é

um dos principais canais para fazer essa articulação porque é quando os profissionais começam a se abrir um pouco mais, interagir... Essas concepções e pressupostos metodológicos da ANEPS vêm de uma base pedagógica que fundamenta a educação popular do ponto de vista teórico e acadêmico e que tem um trabalho muito voltado para essa perspectiva do construir coletivamente, de resgatar o que cada um já tem e o que cada um de alguma forma já trabalha no dia a dia.. já é do seu conhecimento, já é do seu saber.. a nossa grande lacuna é hoje trabalhar melhor isso , interagir mais porque somos diferentes e diversos. EU não sou do contexto acadêmico, mas existem pessoas de dentro da ANEPS que são do contexto acadêmico e são muito mais trabalhadas. Tem outros colegas que não são do contexto acadêmico e nem dos serviços, que é o meu caso. Eu estou muito envolvido com o serviço, a gente está tendo contato com isso porque é o que fundamenta, fortalece as bases de uma ação, de um setor. Eu ainda não tenho claro comigo que concepções e que bases são essas , mas eu posso dizer que o Paulo Freire é uma grande referência principalmente para essa questão da autonomia, da política. Essas concepções vão buscar essas concepções de sujeitos sociais, autônomos, humanista... sabedor da sua inserção naquele contexto, que é a nossa grande dificuldade enquanto cidadão brasileiro.. a gente não tem essa clareza e identidade.

Luciana - Você lembra também o nome de outro intelectual que ajudou também na construção da ANEPS?

Marcio- Têm vários.. No dia-a-dia o próprio Eymard e os teóricos da educação com todo... Às vezes dá um branco.. Stotz... Mas tem um grupo grande só de brasileiros.. O Miguel Arroyo eu não conhecia... Depois que eu conheci lá em 2001, eu busquei outras referências dele e fiquei encantado.. O próprio Darcy Ribeiro é um nome importante para a nossa discussão e leva para esse campo da educação popular. Acho que a área de educação pó si só ela já congrega muito saber interessante porque aí você cria... Vai pegando algumas referências que são específicas do campo da Educação Popular.. Porque o Valla, por exemplo, eu não vejo só como uma referência no campo da educação popular, mas uma grande referência no campo social. Tenho nele não uma coisa fechada da educação popular, mas uma coisa mais aberta porque inclusive ele faz uma discussão grande do empoderamento. Ele fala de uma inteligência..Ele extrapola essa campo, da mesma forma que eu acho interessante que outros deles têm outros envolvimento, por exemplo... Essa coisa de religião é muito forte no Valla, no Eymard e outros temas , então é isso.

Luciana - Como a ANEPS foi formulada?

Marcio - Nacionalmente é o que você comentou e o que a gente estava discutindo no processo de surgimento. Ela nasceu pela ação e alguns movimentos sociais importantes, dessa reunião em Brasília no início do Governo Lula com essas representações.. Inclusive como movimento estudantil, e tal... Ela , hoje, vem sendo..O processo histórico vem sendo colocado.. Oficialmente ela nasce no primeiro encontro, em dezembro de 2002.. Tem a pré conferência nacional.. Ali teve um momento histórico, uma situação diferencial... O país inteiro foi representado... A ANEPS surgiu em cada estado, em cada lugar, onde as pessoas começaram a se juntar e falar ANEPS.

Luciana- É um paradoxo.. [...]

Marcio- Eu nem entro na discussão, porque, como é uma discussão de pessoas grandes e importantes dentro da articulação eu vou acompanhando ouvido.. Assim.. Eu não concordo mesmo.. E quando tem discussão em roda eu coloco claramente que pra mim ou ela nasceu nesses movimentos de antes do Congresso da Abrasco ou ela nasceu na Abrasco, porque ali foi o espaço mais interessante até todos os outros acontecerem [...].

Luciana – Quem efetivamente está envolvido no processo de criação?

Marcio – os movimentos, essas pessoas ... O MST, o MOHAN, os estudantes de medicina, de enfermagem, o MOPS esteve envolvido desde o início.... Saúde Alegria da Região Amazônica...

Luciana – Que contexto favorece a ANEPS? Tem mais coisa pra falar além do Governo do PT?

Marcio- Acho que a academia, por mais que eu tenha falado algumas coisas de d desconforto em relação à academia...

[FITA 2 – LADO A]

Marcio – A academia, ela pode ter alguns problemas sim.. Ela pode ter algumas barreiras, tradicionalismo, mas assim: a academia ainda é uma das instituições que mexe as estruturas, que mobilizam a partir das idéias.. De movimentos e projetos e são trabalhados lá dentro. Eu vejo que as pessoas da academia que são do contexto da educação popular, elas foram fundamentais nesse processo para dar eco, visibilidade, para mexer com as coisas que de repente poderiam estar mais no seu lugar.. Teve um grupo grande, com certeza, hoje está sendo assim.. A gente observa dessa forma. Aqui no Rio a gente tem bons exemplos disso que eu estou falando.

Luciana - Você acha que para o Ministério da Saúde foi uma surpresa a criação da ANEPS?

Marcio – Eu hoje eu sei que foi uma jogada.. Eu hoje eu vejo que foi uma jogada.. Foi meio que dar doce para as crianças... Mas nem ele sabia que a coisa iria mobilizar tanto. Quando eu digo Ministério não é as pessoas que foram ocupar setores do Ministério como o pessoal do Rio Grande do Sul.. Pessoal de São Paulo ou o pessoal da ENSP, mas eu digo da inteligência que nunca sai de governo nenhum. Está sempre lá dentro mantida e é ela que faz a máquina pública trilhar e seguir daquela forma. Nós temos no nosso setor público muita coisa ainda para mexer, muitas estruturas para serem mudadas. A ANEPS e outros espaços que surgiram a partir desses espaços novos do Ministério, mexeram. Por exemplo: a educação permanente. Eles tiveram tanta vontade de criar e trabalhar isso que depois eles mesmos travaram tudo isso. O investimento e toda a proposta com a Educação Popular...

Luciana – Eles não ganhavam três mil reais...

Marcio – O tutor da educação permanente.. Não, porque no início eles não ganhavam nada.. Depois foi feito um movimento e aí se barganhou , a ENSP também correu atrás.. Mas eu nunca nem.. Porque quando foi feita a primeira consulta para o Banco, para selecionar.. O que esse falava é que não ia ter nada.

Luciana – Daqui para a ANEPS.. A política do Ministério da Saúde... Quem estava bolando a articulação tinha esse objetivo ou foi uma felicidade saber que essa política estava mudando e que essa política, aberta essa articulação. Para a ANEPS, você acha que foi uma surpresa para o Ministério da Saúde?

Marcio- Sim.. Foi uma novidade.. Eu não vejo ainda a ANEPS, eu vejo as lideranças e as pessoas.. Eu não sei como cada um estava com o poder no momento. Eu tenho para mim que a grande maioria do que hoje é a ANEPS foi uma surpresa, uma novidade, porque ninguém estava com expectativa, a não ser aquelas pessoas que, de repente, já vinham militando e acompanhando o processo eleitoral e de alguma forma já estavam trabalhando na perspectiva do Ministério da Saúde assim ou assado. Eu lembro que quando o Governo Lula ganhou em 2003 eu fui à Brasília para o Conselho Nacional da Saúde e tivemos uma plenária nacional naquela época. Ainda não tinha mudado o Governo, mas o Fernando Henrique havia feito acordo para o que seria o Governo Lula e então aquele era um governo transitório. O Humberto Costa já estava com uma equipe junto com a equipe que era do Serra ou que era do outro..O Negri Barjas... O Ministro que sucedeu o Serra. Eles já estavam meio envolvidos, mas eu não sei como o desenho do novo Ministério estava ou ..Mas teve pessoas como Arouca.. Pessoas importantes que com certeza já deviam ter sido chamados. Com certeza pessoas como o Arouca..

Pessoas importantes que com certeza já deviam ter sido chamados.. Pessoas como o Arouca devem ter tido uma importância grande no Ministério.

Luciana - Qual é a relação da Articulação com o SUS?

Marcio – É bem estreita, mas depende em que momento e da onde e com quem. A proposta é Pró-SUS. Os objetivos são fortalecer, implementar e fazer todo esse trabalho para o SUS. Esse movimento ainda tem que ser mais intenso.. Tem que acontecer mais. A gente está muito no discurso, nas propostas e na vontade, mas na prática a gente ainda não desenvolveu e começou a ter um trabalho em equipe.

Luciana – Como é realizado o trabalho em equipe?

Marcio – Nos moldes de um trabalho social, que prima o coletivo, que trabalha com processo dialógico, com processo comunicativo no sentido de não só entender mas de dar aquele espaço participação e voz.. Nós estamos sempre aprendendo, o processo não está dado, não está posto porque na maioria das vezes ele tem muito que era aquele momento, a conjuntura, o que está demandando para a participação. No Rio, por exemplo, vivemos vários momentos: cada por conta do que movia naquele momento.

Luciana - Você já falou muita coisa da ANEPS do Rio. Quem estaria envolvido efetivamente na ANEPS Rio?

Marcio - De uma forma geral tem muita gente. Talvez possam retomar o que está acontecendo na ANEPS nacional. Talvez o que sejam menos envolvidos no Rio sejam as estruturas menos formais, por exemplo, os movimentos sociais que a gente conhece e legitima a gente ainda não tem a participação deles como a gente gostaria que tivesse.. O MST, o próprio MOHAN.. A gente tem representantes nesse movimentos, mas assim.. A participação da estrutura maior do movimento, em compensação a gente aqui no Rio temos uma participação grande do Movimento de Luta Contra a AIDS. Várias instituições e lideranças. Eu me encaixo nesse contexto. Eu tenho uma história de participação nesse contexto. A gente tem várias instituições importantes.. Pessoas ativistas que trabalham. Por outro lado acho que a gente tem uma coisa bacana que é a participação desses serviços e aí não é só uma inserção, mas diversas inserções. A gente tem estado.. Nós vivemos numa conjuntura de conflitos fortes. No município do Rio de Janeiro não tem relacionamento com o estado do Rio de Janeiro e a ANEPS consegue articular os dois espaços. A gente tem uma atuação importante da Fundação Oswaldo Cruz, de pessoas no contexto da Fundação...

Luciana - Quando você entrou no Pela Vida?

Marcio – Entrei em 94, já por conta da Educação e Saúde. Entrei para adquirir.... Para estar conhecendo mais esse contexto da luta contra a AIDS , das campanhas, do que havia mesmo para a gente aprender.. De cara o trabalho me contagiou.. Fiz um curso para ser monitor desse programa... Disque AIDS.. Que até hoje existe.. As pessoas ligam anonimamente.. Tive o aval da instituição para participar.. Depois me distanciei por um tempo do grupo.. Nesse período não me considerava uma pessoa envolvida com a causa..Considerava-me uma pessoa sensibilizada que de alguma forma tem algum envolvimento e depois, em um período afastado, fui considerado em 99 para fazer outro projeto de capacitação que era o Viva Voz e depois , quando eu voltei para o Viva voz eu era outro Marcio, estava com a cabeça amadurecida.. Já tinha percorrido um pouco mais, já tinha uma visão política diferente e quando retomei nessa época eu comecei a perceber outras questões que são institucionais. Por que o grupo efetivamente existe? Não é o trabalho de receber , de acolher só. É uma coisa política...

Luciana – Quantos anos você tem, Marcio?

Marcio – 40, 41...

Luciana – Outra coisa. Qual é a relação da ANEPS Rio com o SUS?

Marcio – A gente está caminhando... A gente já está bem antenado.. As coisas já vem sendo discutidas em vários espaços.. Está faltando a ANEPS Rio ter um posicionamento mais objetivo, mais concreto com o controle social no SUS. Acho que, para uma articulação como a nossa, pode ser facilitador: um.. É através do controle social que a gente pode começar a participa e a contribuir mesmo efetivamente.. Nas edições, na construção das políticas públicas.. Outro viés é SUS nos serviços que eu acho que a gente vem caminhando melhor e já vem tendo uma inserção mais ativa.

Luciana – Quando você está falando de Controle Social você está falando dos Conselhos?

Marcio – Também. Porque quando eu digo o controle social, você não pode pensar os conselhos de saúde porque o controle social é a participação da população no sentido de se antenar com a política pública de saúde, de se posicionar em relação à política pública de saúde e aí o conselho é o espaço mais visível e mais consolidado, mas a gente tem conferências, a gente também pode abrir outros espaços.. Hoje, o que vem surgindo no Brasil são os Conselhos Gestores Locais. Na minha comunidade eu monto um conselho gestor local e vou ter uma dinâmica com a equipe do PSF ou com o postinho de saúde que tem lá na minha comunidade.

Luciana – Como você vê a nossa construção e trabalho em equipe?

Marcio - Acho muito ruim. Acho que o trabalho de equipe é o que mais fomenta a continuidade, porque se não fosse o trabalho em equipe a gente não [...] outra coisa.. É mais de cada um.. O trabalho em equipe, por mais que aconteçam divergências ou formas diferentes de atuar e participar, a gente sempre chega a um denominador comum, com a gente chegou ao ano passado no projeto porque para promover e implementar todos entenderam.. Na verdade eu acho que a gente nem diverge tanto. A gente passou um bom tempo.. Falo muito por conta de mim que acabo criando algum desconforto.. Porque assim: o movimento social às vezes embrutece a gente, principalmente no Movimento de AIDS.. A gente é muito brigão porque a gente vivencia a coisa ali. É na pele, no dia a dia, é vendo a pessoa morrer, não tendo a assistência mínima que deveria ter, é a ação política do nosso sistema jurídico briga ali para internar.. Por outro lado o serviços também embrutece porque a gente vive um cotidiano de dificuldade, de não ter o básico, elementar, então... Sabe.. Um às vezes puxando o tapete do outro, tomando porrada... Às vezes a gente fica um pouco assim muito armado e pronto para o debate. Obviamente a aprendizagem é um processo. Na ANEPS eu venho aprendendo porque cada um vem de uma participação, vem de uma história. A gente tem pessoas de vários contextos. É um processo de trabalho rico, que não depende de uma única pessoa [...] outras pessoas chegaram porque é um processo muito dinâmico, porque Às vezes você precisa se afastar por um motivo ou por outras pessoas vão chegando porque é um processo muito dinâmico .. Pessoas que vão tomando conhecimento, vão participando.. Vai renovando...tem aquele grupo como nós que é o grupo mais da história, do início desse caminhar que é eu, você, Graciela.. Ana, Vanessa, Tereza, Nora.. Tem essas pessoas, depois Irene, Vera.. Tem muita gente... Chegaram pessoas mais recentes como o Dimas que também já foi, como Heloisa que você não conhece tanto....

Luciana - Existe um diferencial na ANEPS Rio?

Marcio – Todas as ANEPS são diferentes nos estados.. Não enquanto filosofia, mas como ela se constrói, se estruturou localmente. Acho que no Rio de Janeiro, o nosso histórico de.... Há diferencial sim... E... É... No Rio de Janeiro a gente percebe muito isso.. Agora que a gente esteve em Brasília com diversos estados. Nós do Rio estivemos em um grupo muito grande... Tivemos assim o número de 6 ou 7 no fórum em dezembro de 2005. O Rio, por exemplo, não é melhor nem pior, mas ele vem trilhando o seu caminho. A conjuntura política do estado do Rio de Janeiro tem dois lados e é uma conjuntura muito complexa e muito diferente... Por outro lado os grupo aqui no Rio

não têm essa característica dos grupos de outras regiões como o norte e nordeste, que têm um papel social, que tem uma dinâmica com a população. Aqui a gente tem muita riqueza, muita coisa interessante porque aqui a gente só conhece a área metropolitana... Quando a gente foi fazer as oficinas locais, quando a gente foi fazer oficinas diferentes é que a gente se surpreendeu..Caramba! No Rio de Janeiro! Legal! OU seja: a gente não conhece muito bem o nosso estado, a gente não tem muito essa visão fora dessa cidade, que é quase um estado, que já foi um estado. A Baixada ainda é uma coisa muito nova para a gente. [...] É o governo do PT, é uma busca das pessoas de lá... Eu não vejo as ANEPS iguais, mas vejo dentro da mesma perspectiva, dentro de um mesmo movimento, na mesma sintonia.. Agora.. Se estruturando localmente de acordo com a sua realidade, de acordo com a sua dinâmica social desses lugares.

Sonia Acioli

Entrevista realizada por Luciana Garritano Barone

Data: março de 2006

Local: Rio de Janeiro

[FITA 2 – LADO A]

Luciana – Quando você começou a trabalhar com Educação Popular?

Sônia – comecei a trabalhar com Educação Popular a partir da minha inserção na atividade, eu fui durante 15 anos enfermeira no Hospital Universitário Antonio Pedro da UFF no ambulatório Infantil aonde esse ambulatório trabalhava com desenvolvimento infantil, trabalhava na verdade com o que a gente chama hoje de saúde mental e não de tratamento de doenças e a gente tinha um trabalho que articulava desenvolvimento e aprendizagem. Eu trabalhei lá 15 anos e ... Antes do mestrado...89.. 88, talvez por aí. Nesse serviço a gente tinha atividades com grupos de crianças, grupos de pais com acompanhamento dentro e fora do hospital e aí eu comecei a ser responsável a partir de certo momento ao trabalho que a gente fazia em uma comunidade que existia em Niterói chamada [...] da Conceição. A gente fez um trabalho muito forte com agentes comunitários de saúde e era um trabalho... Na verdade era um trabalho de saúde pública dentro desse serviço de [...] infantil. Talvez seja aí... Talvez tenha começado aí minha inserção na Educação Popular pela forma como a gente fazia esse trabalho, quer dizer, a gente não chamava de Educação Popular e nem eu pensava sobre isso, mas era um trabalho que partia dos interesses desses grupo com os quais a gente trabalhava articulados com os serviços de saúde, então era um trabalho que incluía a perspectiva tanto dos agentes quanto dos usuários nas propostas de Educação e Saúde que a gente trabalhava junto com a população. A gente criou um grupo nessa época. Nesse momento é que eu fui fazer uma especialização em saúde pública, que era um curso que tinha na UFF no Instituto de Saúde da Comunidade... E aí conheci o Valla porque o Valla deu aula nesse curso.. E também conheci o Valla porque ele era orientador do meu marido na época, e aí a gente chamou o professor Valla pra estar junto nesses momentos...a Akita , a mulher do Valla, que trabalhava com educação artística e chegou a se inserir nesse grupo. Acho que não claramente.. A gente não falava que era educação popular. O que aconteceu.. Isso era muito antes de eu pensar em fazer mestrado.. Eu era uma enfermeira inserida num serviço no hospital que tinha um serviço diferenciado.. Eu trabalhava em uma equipe multidisciplinar.. Eu não tinha o papel de uma enfermeira tradicional... Eu fiquei tão afastada da enfermagem na época que eu até fiquei na dúvida se eu era enfermeira... Até porque eu também tinha feito um curso de desenvolvimento infantil, então eu trabalhava também como estimuladora.. Era um curso de estimulação social ao desenvolvimento. Foi uma experiência muito diferente. Quando eu comecei a

trabalhar nessa comunidade e comecei a ter contato com o Valla... Aí se abriu um mundo novo e depois eu fui fazer especialização, mas era uma especialização de 1000 e tantas horas, normalmente as especializações são de 380 horas.. Eu fiquei muito encantada na perspectiva do campo da Saúde Pública. O que eu fazia era uma coisa mais ampla, mas estava dentro de uma área específica que era a psiquiatria infantil e o desenvolvimento infantil, ainda que a gente fizesse um trabalho muito diferente. O trabalho era um desdobramento das atividades desenvolvidas nesses serviços... Esses serviços não trabalhavam no ambulatório e tinha esse desdobramento fora do ambulatório. Era a perspectiva que a gente tinha na época de que não era suficiente trabalhar dentro do serviço.. A gente tinha que sair e no que tinha que sair a gente incluía residentes.. Então era uma coisa muito avançado... Residentes de psiquiatria.. Os residentes iam também e era uma coisa muito diferente.. A gente se articulava com os serviços de saúde desse lugar.. Na perspectiva do desenvolvimento infantil.. Então eram agentes que iam fazer levantamento e diagnóstico e identificar crianças em situação de risco.. Uma coisa bem diferentes do que era comum. Eu comecei a me encantar muito por esse caminho com a coisa de estar fora do hospital.. Aos poucos eu fui me encantando e resolvi fazer o mestrado na ENSP em 80.. Eu fui procurar o Valla. O Valla foi muito distante de mim na época... Quase inatingível na época... Não existia essa... Pra mim... De estar na vida acadêmica... Nem imaginava ser professora... Era a opção por um caminho diferente...

[LADO B – FITA 2]

Luciana – Nessa época, de sua primeira experiência, de Educação Popular.. O Valla?

Sônia - A pessoa de referência foi o Valla. O principal de referência foi o Valla e as pessoas que trabalhavam com a gente na época.. A gente trabalhou com pessoas do próprio movimento popular da Ilha da Conceição, era uma aproximação misturada, ao mesmo tempo da inserção política dessas pessoas e ao mesmo tempo do contato com a comunidade, com as pessoas do lugar. Esse movimento já existia, se entendiam enquanto movimento e tinha uma representação no movimento de Niterói. Isso está relatado na minha dissertação de mestrado. Eu acabei fazendo um trabalho de mestrado articulado com o grupo de Saúde da Comunidade.. Porque mais tarde, com o processo de aproximação [...], acabei conhecendo as pessoas que tinham uma inserção nesse debate, na militância, Niterói tem espécie de tradição por conta do projeto de Niterói, na história da coisa dos debates da Saúde Pública e do movimento de Reforma Sanitária.. Tem uma trajetória. Aproximei-me muito do Aluísio da Silva Junior, o Aluísio que

depois foi orientando de Doutorado do Eduardo Stotz. Era professor da UFF na época e tinha um grupo de trabalho que estava fazendo uma pesquisa participante sobre conselhos e eu estava exatamente querendo estudar no mestrado a dinâmica de participação no conselho. A gente fez o trabalho de campo junto. Juntou com o pessoal que eu trabalhava na Ilha... Principalmente com pessoas que eram militantes antigos [...], que foi candidato muito tempo pelo PT.. Ele era alguém de referência na época na Ilha da Conceição e participava do conselho e eu acabei fazendo uma ponte. Essa vivência na Ilha da Conceição, aí vai juntando tudo... O Valla sempre foi da ENSP e da UFF na Educação.. Só que ele dava uma aula nesse curso de especialização e ao mesmo tempo eu comecei a ter contato com ele e conhecia pessoas que havia feito mestrado com ele na educação e não na ENSP.. Então a gente chegou a convidar o Valla.. Mas para gente o Valla estava sempre muito distante.. Era uma figura de referência.. Na época o Valla fazia discussões sobre o fracasso escolar.. Ele ainda era do Departamento de Ciências Sociais da ENSP, ele e Eduardo.. E aí existia ainda ... Ele ainda coordenava o Núcleo de Educação e Cidadania.. Tinha um Departamento no qual fazia parte ele, Eduardo, a Maria Alice Pessanha, a Sandra.. Algumas pessoas....E tem mais uma pessoa que eu estou esquecendo o nome.. Uma outra pessoa da ENSP.... Depois eles acabam com essa proposta nessa perspectiva .. Tinha um encontro com usuários.. Tinham debates grandes, e o Valla, quando eu fiz meu mestrado no Departamento de Ciências Sociais na área de saúde e sociedade...

Luciana – Mas conseguiu casar sua experiência anterior com a dos conselhos, né?

Sônia – consegui.. Na verdade tinha todo a ver .. Não sei se o Valla estava interessado diretamente, mas foi uma coisa que tinha a ver porque o Núcleo trabalhava questões de educação, saúde e cidadania. Acho que era esse o nome do núcleo. Todo o caminho de pesquisa do Valla e do Eduardo especialmente estava dentro da Educação e Saúde, movimentos sociais e saúde, participação popular. Naquelas coisas.. A discussão, antes da construção compartilhada.. Como você tem.. Aí nasce a escuta do outros, de você ouvir o que o outro diz.... Tudo estava naquele meio, naquele miolo, então , a capacitação técnica depois é criticada pelo próprio Valla... Era o debate sobre a necessidade de capacitar tecnicamente.

Luciana - ele vai falando... Ajudar a população porque o sindicato não conhece a contabilidade.. Manter.. [..]

Sônia – a idéia da construção compartilhada... Essa coisa da capacitação abrindo a ENSP.. Abrindo as salas para as pessoas...

Luciana - O Valla gosta mais de terceiro saber.

Sônia- tem um momento que a discussão é capacitação técnica mesmo... Isso internamente tem toda uma crítica, né? Acho ...

Luciana - nem falei que é um prazer estar aqui com você pensando nas voltas que o mundo dá.. Você estava lá naquele congresso, naquela roda... O Valla até perguntou se eu iria entrevistar a Sônia. Aí eu disse para o Valla: você não lembra, Valla? Estava com você marcada... Em sua opinião, o que é Educação Popular?

Sônia – acho que na prática a Educação Popular é uma prática pedagógica.. Não é só pedagógica.. Uma proposta que envolva questões centrais de interesses de grupos da população que tem como perspectiva uma mudança.. Uma transformação social. Uma coisa que tem a ver com questões específicas mas que não pode estar centrado só nessas questões específicas.. Tem que estar articulado a um contexto social e político de transformação, de mudanças.. De um *status quo* que tem a ver com questões da dinâmica do processo de trabalho , tem a ver com questões políticas também.. Eu não consigo dizer processo de Educação Popular que não envolva perspectiva política de transformação social e que tenha uma proposta clara política sem neutralidade.. Não pode ter neutralidade nenhuma mesma... Até pela origem.. Nasce essa idéia de Educação Popular.. Não existe dúvida de que existe toda uma influência de Paulo Freire.. Acho que Paulo Freire coloca bem nisso .. Como a gente está falando de uma educação banhada de ideologia.. Então eu acho que aceitar isso é ao mesmo tempo meio confuso.. Dá margem a confusão.. O que é popular.. É algo público? Tem relação com as pessoas pobres? Uma confusão.. Não é todo mundo que ouve a expressão educação popular e que associa com transformação social e política....

Luciana – Achei um texto bem legal do Ferreira Gullar que eu usei para falar desse popular.. Desse adjetivo.. Gostei também do Brandão quando ele fala.. Mas eu gostei mais dele quando ele fala que o popular é usado pra enfatizar mesmo a questão política, da necessidade de mudança... O popular dá o sentido de engajamento...

Sônia - eu entendo que isso pode acontecer em vários níveis e acredito nas mudanças e possibilidades de mudanças a partir do pequeno movimento, do local.. Não acho que as coisas têm que mudar só a partir de grandes mudanças e grandes movimentos. Nesse sentido eu entendo que a gente pode ter a proposta de educação popular em vários tipos de lugares, vários tipos de grupos... Até mesmo dentro de instituições de ensino...

Luciana – Educação Popular em Saúde seria...

Sônia – Para mim seria essas propostas desse tipo que envolvam a questão .. Tudo o que tem a ver com a perspectiva da educação e da saúde.. Você tem propostas de transformação em saúde sendo desenvolvidas em vários espaços e que estejam ligadas no contexto da saúde. Isso daí é confuso também para a gente porque a gente tem uma prática muito comum de alguns profissionais de saúde principalmente de que educação e saúde é alguma coisa na perspectiva tradicional. A prática da educação e saúde pode estar limitada a essa linha de espera, de palestras.. Coisas que podem ser até muito legais e podem estar sendo feito na perspectiva de educação popular ou não.. Tradicionalmente não estão. Quando a gente junta educação popular e saúde, acho que é porque a gente entende que são dois campos, mas a gente está falando de uma inserção prática no campo da saúde. É educação, mas é educação articulado a uma prática de saúde. Não sei se isso é um entendimento de todo mundo porque você tem textos que falam de educação E saúde, educação EM saúde, educação PARA saúde.. Aquela coisa....Independente se ela está na perspectiva popular ou não. A sala de espera pode ser feita na perspectiva da educação popular.. Mas pode não ser também...

Luciana - Quem você acha que participa da educação popular em saúde?

Sônia – quem.. Você diz que tipo de profissional?

Luciana - Quem participa?

Sônia - eu percebo que quem se interessa por esse assunto... Eu já peguei vários momentos... Momentos que ninguém se interessava.. Momentos que virou moda.. Momento que passou a ser visível no Estado, para o Ministério da Saúde. Uma coisa que eu acho que permanece é que são pessoas engajadas em alguma militância política-partidária, em movimentos sociais, profissionais que chamamos de intelectuais orgânicos.. Profissionais de saúde que têm a perspectiva de trabalho, interesses populares... Sejam da saúde ou sejam da educação ou de outras áreas no campo da Saúde Coletiva.. É interdisciplinar por natureza. Uma coisa que a gente deixa de todas as áreas. Se a gente foi pensar em um profissional graduado.. Se a gente for pensar em gente que é militante ou pessoal que é do movimento que não necessariamente fez curso de graduação ou que esteja inserido academicamente , aí é qualquer pessoa mesmo.. Aí é o grupo da militância, que está no movimento.. Que não necessariamente está fazendo na perspectiva da educação popular.. Porque também eu acho que é bem comum militante de movimento, gente da população super tradicional e super autoritário, que é uma atitude contrária à proposta de educação popular. Todo mundo que é do movimento

está na perspectiva da educação popular, mas não dá pra pensar que gente.. É muito mais difícil você ver o trabalhador formal inserido nesse processo de trabalho formal estar inserido em um grupo de educação popular.. Geralmente não é esse perfil.

Luciana - Você sabe me dizer o que foi o CONEPS?

Sônia – quando eu me aproximei do Valla, desse grupo.. Esse é um movimento que eu me aproximo, comecei a ser orientanda do Valla.. Eu comecei a participar de uma série de movimentos também.. Isso gradativamente e depois que acabou o mestrado, eu , na verdade, eu fui cedida para a ENSP e fiquei durante uns quatro ou cinco anos participando do grupo de pesquisa do Valla. Eu era da UFF do Hospital Universitário Antônio Pedro e o serviço me cedeu para a ENSP,.. O Valla me solicitou e o serviço me cedeu para a ENSP.. Na verdade foi um processo meio misturado.. Foi também um momento de separação.. Eu fui casada.. No mesmo tempo que eu me desinteresse em continuar... Apesar de toda a vanguarda que foi.. O quanto foi importante para participar daquele serviço.. Eu também participava na época de grupos de pesquisas.. Tive experiência de trabalhar em Moçambique.. Foi um troço muito bacana... Então eu tive uma experiência muito importante. Esse espaço a gente articulava pessoas da UFF nesse Instituto, como enfermeira.. Foi, a nível pessoal eu estava me separando e então eu precisava me afastar daquele espaço. Eu estava absolutamente encantada pela Saúde Pública. Eu não queria mais ficar pelo lado da Saúde Pública. Eu cheguei à Saúde Pública através da Saúde Mental que tem a ver, né? Mas eu queria estar na Saúde Pública de corpo inteiro e eu estava me afastando, na verdade.. Aí eu fui cedida na verdade por essa solicitação porque eu tinha esse desejo.

Luciana – eu perguntei por que você me disse que foi cedida para a ENSP e começou a trabalhar na ENSP e eu perguntei pra você do CONEPS.

Sônia - eu comecei a participar de uma série de atividades em movimentos.. Eu me inseri em um monte de coisas que estava acontecendo ligada ao grupo do Valla. Nesse momento eu cheguei a acompanhar a distância algumas reuniões que era chamado Articulação.. Nacional.. De Educação Popular.. E eu me lembro da figura da Mônica de Assis.. Do Dimas, que na época era casada com ela também...lembro-me do Valla, do Eymard e do Eduardo.. Eu ainda não conhecia a Beth, a Karina que .. Depois que eu comecei a me aproximar.. Porque não era um grupo grande e aberto, da minha visão de fora.. De alguém que estava chegando a esse grupo. Era um grupo pequenininho que não tinha recursos para nada, não tinha dinheiro para nada.. Fazia aqueles boletins.. A articulação dependia dessas pessoas... Dependia de um trabalho voluntário e da

disposição dessas pessoas. Acho que tinha uma tentativa de juntar pessoas de vários lugares no Brasil, mas era muito artesanal.. Eu não cheguei a participar mas eu me lembro dos encontros.. Talvez a Maria Alice Pessanha, que está hoje na ENSP na Escola de Governo.. Ela é uma pessoa muito interessante... A Maria Alice acompanhou tudo isso muito de perto. Eu me lembro sim de uma grande reunião.. Quando é que eu me insiro mais diretamente? Estou acompanhando e tal.. Algumas vezes eu estava presente mas não me sentia parte desse grupo até que acontece uma tentativa de transformar essa pequena articulação em uma Rede, em um grupo maior e mais amplo e aí já vai se constituindo a Rede de Educação Popular em Saúde.

Luciana – Um pouquinho antes disso.. O que te levava achar que você fazia parte?

Sônia - É um envolvimento pessoal e profissional... Como você chegar a um grupo que já se conhece há muitos anos... Você tem que chegar aos poucos.. Eu estava acabando de chegar e essa articulação não tinha esse caráter assim tão aberto e tão grande na minha visão. Talvez eles que estavam dentro.. Tinham inclusive os encontros... Os boletins tentavam ampliar. O que eu estou falando das reuniões para trabalhar , para pensar coisas... Estou falando do momento que eu me aproximo e que eu noto que existe esse grupo... Mais a frente.. Eu não sei como nasce essa idéia...do próprio Valla, que é sugestão do Eduardo.. Quem teve a idéia de transformar isso em rede.. Acho que teve uma confluência grande do Eduardo porque é a cara do Eduardo rede..... Ampliar.. Aí eu sou incluída, tem uma grande reunião chamando pessoas até de fora do Brasil. Inclusive tem a Angélica que é da lista.

Luciana –Você começou a chegar mais perto quando estava discutindo..

Sônia - Eu tenho alguns registros, se você me quiser procuro, das reuniões.. Eu tenho que procurar. Eu tenho de procurar porque era uma coisa que eu nem me lembro direito para contar.. Quem é que foi.. Quem é que estava.. Talvez eu nem me lembre direito para contar, mas uma coisa que teve a ver.. E aí não é só uma impressão é que a idéia que a gente teve no início da rede.. Aí eu já estava direto com o próprio grupo, inclusive porque eu fui do ELOS.. É a idéia de que a gente na verdade é que a partir da recuperação do curso de educação e saúde que tinha na ENSP coordenado pelo VALLA e pela Maria Alice historicamente existia esse curso há muitos anos.. O Valla tinha o nome dele lá cativo, mas na prática quem coordenava era a Maria Alice... Daí a gente fica mais ou menos um tempo parado e aí teve uma tentativa de reestruturação desse curso e ao já foi uma participação ativa minha , do Valla, do Wellington.. O primeiro foi

à tentativa de chamar pessoas de referência na educação popular em saúde. Esse curso era uma tentativa de constituição da rede.

Luciana - Se parar para pensar, a primeira turma eram as pessoas mais velhas.

Sônia – É por isso: não era um curso normal, era um curso militante. Veio a Ana Cláudia Figueiró de Recife.. tinha experiência com a Paulette.. a Renata Beck.. eu tenho a lista desses nomes.. Tenho a lista dos nomes das pessoas da primeira turma e fiquei assustada com essas coisas. O Wellington não registra nada. Por que eu estou falando disso? Porque a gente achava que a Rede poderia trabalhar em pólos.. Pólos do sudeste, pólos no sul.. Talvez fosse uma idéia anterior que pudesse ser recuperada no momento. Aí eu vou fazer reuniões.. A gente chegou a fazer reuniões de pólos.. Eu cheguei a fazer uma reunião no sul.. E depois morreu essa idéia e depois passou para outro caminho. A idéia da lista de discussão nasce, cresce...

Luciana - A lista de discussão surge bem junto com a Rede, né?

Sônia – A transformação da articulação em rede, porque na verdade quando acontece essa transformação se abre, apesar de ter um grupo de pessoas antigas que eram os líderes desse movimento, tinha o movimento de construção dessa articulação, há uma abertura.. Um monte de gente que se aproxima.

Luciana - Para que você acha que servia essa articulação?

Sônia – Acho que era uma tentativa de fazer o que o nome diz.. De articular grupos, de profissionais de saúde e educação que estavam afim.. De trocar experiências de fortalecimento de uma proposta contra-hegemônica.. Na época era essa a perspectiva da educação popular em saúde. Como era uma coisa totalmente não apoiada institucionalmente, marginal...o Eymard falando: estou cansado de ser alternativo: quero ser hegemônico! Isso era uma polêmica que aparece depois na ANEPS, que é a institucionalização...

[FITA 3 – LADO A]

Sônia- Através do Valla e depois do Eduardo.. Ou talvez dois juntos.. Por que eu estou falando isso? É a coisa do boletim.. Saía pelo CEPES e pela Fiocruz.. Tinha uma ligação...

Luciana - Na sua percepção na UERJ você já contribuía através da Mônica...

Sônia- Eu não sei como era a vida da Mônica nessa época, eu não sei se a Mônica já estava na UNATI.. Não sei qual era... Provavelmente eu fui lá algumas vezes aqui.. Mas eu não tinha.. Também.. Era distante, era uma referência, não tinha intimidade com essas pessoas.

Luciana - Você chegou a saber como ela foi criada?

Sônia - Isso tem que ser checado, mas eu me lembro de algum momento que ela teria sido criada num evento grande que teve no Hotel Glória ...[...] você já deve ter isso em algum vestígio.. E que parece que houve um constrangimento e.. Sei lá.. O grupo de pessoas que estava lá e que não possibilitaram talvez um evento que tinha um perfil.. O próprio hotel Glória.. Aí essas pessoas teriam se reunido fora do hotel e teriam se juntado, mas eu não sei se foi ali ou se foi uma idéia embrionária... Estou imaginando que sim e aí não tem com fugir da figura do Valla e da figura do Eymard provavelmente.. Porque eu acho que foram as pessoas de referência no momento.. O Eduardo está colado com o Valla.. Ele tem uma maneira de trabalhar diferente do Valla.... Um perfil diferente .. A participação é do Valla.. O Valla é que traz o Eduardo para a ENSP . Eu estou imaginando que já fosse alguma coisa da própria militância do Valla.. O Valla era militante.. Ele foi militante o tempo todo de esquerda, mesmo quando tinha inserção religiosa. Quando ele foi religioso ele já era militante. Toda a trajetória do Valla é de militância .. Acho que não tem como fugir da militância política e da inserção, da forma de trabalhar.... Ele sempre teve uma inserção acadêmica diferenciada aqui e é o mais antigo... O Eymard veio depois. Aí eu acho legal checar como essa reunião começa.

Luciana – Sobre o Hotel Glória o Valla vive falando disso.. E o próprio Eymard deve falar alguma coisa. Achei bacana.. Mas ele está numa fase que está dando entrevista.. Acho até que ele está pensando que vai morrer... Andou falando por aí... O orientador de um amigo meu falou: que isso, Valla? Você é uma referência...

Sônia - Ele é uma referência para todos nós...

Luciana - Você consegue falar para mim as diferenças e semelhanças entre a Articulação e os serviços mais de longe e a articulação de hoje?

Sônia - Eu vejo de cara duas diferenças entre a articulação anterior e a Aneps hoje. A ANEPS não veio de educação popular. Eu vejo assim.. Primeiro é a ampliação da participação. A articulação era um grupo muito pequeno e era um grupo que estava centralizado em regiões.. Poderia ter esse desejo, mas concretamente não tinha...[INTERROMPE GRAVAÇÃO] figura de referência... Centralizado principalmente no sudeste, Rio com algumas pessoas de fora. A ANEPS é ao contrário.. Existem pessoas diferentes.... Existe uma coordenação que eles chamam de núcleo executivo mas tem a perspectiva de descentralização .. Então têm núcleos regionais.. E a participação.. A ampliação. Você tem numa... Estou imaginando pelos documentos da

época.. Alguns documentos que eu vi.. Cheguei a participar de um daqueles encontros de educação popular em saúde que a articulação esteve envolvida ...tenho documentação disso, de quem participou, quem poderia falar mais disso.. A Mônica.. Mas, efetivamente, apesar, tanto que você vê.. Do boletim, tem não sei quantos mil pessoas inscritos mas na prática você tem um número menor, então aquilo não necessariamente traduz a participação e o envolvimento da articulação, pelo contrário, as pessoas estava passivas recebendo informações do grupo central. A tentativa da ANEPS é ao contrário, trabalhar localmente na perspectiva de descentralizar mesmo essa organização e essa articulação.

Luciana - Você acha que a Rede serviu para quê?

Sônia - Acho que a Rede serve para articular grupos, experiências, especialmente de profissionais. Isso é uma polêmica que tem... Se não me engano o Eymard, de que a rede é uma articulação basicamente de técnicos e profissionais , acadêmicos e profissionais e a articulação de movimentos.. A ANEPS.. Eu acho que a Rede continua servindo para articular e trocar experiências no campo e pra ampliar discussões, pra mobilizar, pra sensibilizar para essa prática, para esse campo, para a importância disso para a formação profissional... Agora.. Ela é limitada.. Ela não tem assim.. A proposta da rede, na prática, ela não serve como uma ação.. Eu me lembro que eu ouvi algumas vezes, se não me engano do Eduardo.. Não.. A Rede é um movimento.. Eu não acho que a Rede é um movimento.. Ela hoje está muito limitada ou focada na lista de discussão. Eu vejo duas coisas diferentes: a rede é uma coisa, a lista de discussão é outra coisa.

Luciana – A rede está para articular no *ciber* espaço que tem uma articulação mais para a reflexão?

Sônia - Eu acho que a rede não está limitada a lista de discussão na internet desde o início, até por conta da palavra rede .. Isso foi uma coisa que ficou na minha cabeça quando eu estava fazendo doutorado que eram os vários sentidos de rede e era por causa disso, da discussão sobre o que é rede? No entanto, na prática, acaba ficando preso à lista porque a lista é mais rápida até como forma de troca de experiência de reflexão. Uma lista de discussão e uma articulação de rede que presencialmente acontece de eventos formais ou de oficinas dentro de eventos.. Ela não dá conta.. Ela não tem agilidade própria de um movimento.. Não dá.. [...] mesmo que ela não se limite ao virtual.. A troca de experiência é essencialmente no contato pessoal.. Ela é eventual porque ela se dá em alguns lugares, em alguns grupos e em alguns eventos.. Então, eu acho até que por conta disso.. Não sei.. Eu nunca perguntei.. A gente conversou muito

na época, mas eu acho que a idéia da ANEPS nasce muito por isso, a idéia de que a gente pudesse transformar a coisa.. Dar movimento, dar concretude à reflexão que a rede proporcionou e proporciona ainda.. E eu fico achando que é isso que está acontecendo.. Porque a ação política não está na rede.. Claro que ela está... Eu tenho ação política dentro da sala de aula, evidente que isso acontece.. Eu tenho ação política como profissional de saúde no serviço que eu estou trabalhando, mas é uma ação restrita...

Luciana – Ouvindo você falar me dá a sensação de que fosse um instrumento onde fosse possível a gente beber em uma fonte que nutre com utopias, ideais...

Sônia - Eu acho... Tanto que não sei se você lembra que na lista de discussão da Rede Pop teve uma época que as pessoas discutiam que tinha que ter rede.. A mistura Rede/ANEPS.. Tem que ter diferença? Tem que ter um e outro? Precisa? A Rede e a ANEPS são a mesma coisa? Não era bom que só tivesse a ANEPS?

Luciana - Para você.. A Rede e a ANEPS?

Sônia- Eu acho que eu já comecei a falar um pouco. A rede é basicamente um espaço de troca de experiência e reflexão e menos ação e a ANEPS ela amplia para o nível local... Acho que ela trabalha menos no virtual e mais no contato direto.... Na perspectiva do que foi pensado e do que eu leio.... Eu sei das oficinas, das atividades locais de cada ANEPS.. Então eu estou entendendo que a diferença vital seja essa... Como você vai incluir movimento na discussão pela internet?

Luciana - Você acha que estaria sendo a chance de estar incluindo pessoas das classes populares mais de perto e um grau menor de abstração? A tentativa de estar agindo mais?

Sônia – Estar criando uma pauta.. Está articulando os movimentos.. É o que o nome diz: articulação de movimentos e práticas.. O que eu acho complicado é a ANEPS virar uma instituição. Se é um espaço de articulação, tem que cuidar para que o espaço seja livre, né? Você imagina: se você tem que apoiar e dar voz aos pequenos movimentos nos vários lugares , facilitar essa articulação do movimento desses grupos para que eles possam estar interferindo nas políticas públicas e não falar por eles. Aí vira uma outra instituição, que eu acho que é o risco que qualquer um de nós corre.

Luciana – Acho que poderíamos fazer bebendo de outras fontes... Dos estudos culturais.. Sair da educação e saúde..Mas é que assim: as pessoas que participam dos movimentos tendem a ficar sempre as mesmas.. Os movimentos não mandam muitas pessoas.. Aí eu fico pensando como é essa resposta?

Sônia - Isso é a apresentação dos grupos nos locais...

Luciana – Está participando ou quem está participando é só a Graciela?

Sônia - Isso é o velho problema da representação e isso é um problema de mão dupla... É um problema muitas vezes de compreensão, que eu tenho que ouvir o grupo que eu represento e não necessariamente defender uma posição pessoal e às vezes é uma dificuldade do grupo lá dá uma resposta.. Não estar afim.. Você vai e resolve... Acho que isso é um problema de qualquer tipo de representação.. Isso já é velho, de qualquer representação... Eu tenho dúvidas .. Eu não me posicionei na época quando veio essa polêmica se era pra acabar [..]. Eu lembro da Helena que a gente se encontra aqui.. Eu não gosto muito de escrever na lista, eu escrevo pouco. Eu não sei... Fico achando legal ter a Rede, é legal ter a ANEPS.. Por exemplo: todos têm interesse na educação popular, mas têm pessoas que pela sua própria inserção, o que acabou acontecendo comigo.. Nesse momento eu não tenho a menor condição de ficar na ANEPS.. Não é porque eu não ache legal... Tem tudo a ver, mas eu tinha que ter uma coerência e uma capacidade de participação.. Acho que você fica acompanhando à distância, mas a minha participação maior é na rede.. Mesmo assim é pequena, to com pouca condição de participar, mas estou na revista APS.. Em algum momento participo dos debates.. Acho que quanto mais possibilidade de espaço que você tiver, melhor.. Não vejo como uma coisa que tenta excluir a outra não.. Acho que foi uma posição do Eduardo que achava que não tinha mais sentido.. É a coisa muito militante mesmo.. Você entender que não tem que estimular esse debate no espaço acadêmico, até porque eu estou muito no espaço acadêmico... Se você não tiver um grupo como esse que tem uma inserção no espaço acadêmico para poder influenciar a formação profissional na área da saúde, você perde... É mais palatável para as instituições um espaço instituído assim.. É pouco comum a participação dos movimentos e instituições de formação... É muito difícil, muito precário.. Tem uma articulação com os projetos de extensão.. Mas já vi que tem um grupo que está discutindo a questão da educação popular e extensão.. Que é minha prática hoje... [...] claro que não vou mais lá como eu ia.. Mas existe uma ida semanal lá, existe um contato.. É a perspectiva da transformação da extensão via educação popular....

Luciana - O projeto tem uma idéia pontual e você já tem uma familiaridade com as pessoas..

Sônia - Mas como a perspectiva da educação popular também vai se transformando.. As pessoas vão propondo e tal .. Não é uma coisa que eu levo e pronto: vai mudando de acordo com o grupo..

Luciana - O que você acha que suscita a criação da ANEPS?

Sônia – Pois é.. Eu não sei o que vem primeiro, porque a motivação, pelo fato de ter um Ministério da Saúde aberto como aquele momento que a gente tem um Departamento de Gestão da Educação em Saúde ou o fato de que já existia um grupo com o desejo de ampliar. Acho que já existia uma conjugação de interesses.. Não sei.. Porque tem , de um lado, esse processo que vem de anos e anos da articulação .. Com o Eymard, com o Valla, o curso de especialização que faz ponte com pessoas de vários estados já é um embrião de alguma maneira com as pessoas da ANEPS e isso tem a ver [...] não tem muito a cara nem do Valla nem do Eymard, acho que é uma visão estratégica que eles têm na época, apesar de não ter ficado muito claro na época.. De um lado tem isso e de outro lado tem a conjuntura política. Entra o Governo, o Ministério cria esse Departamento de Gestão da Educação em Saúde .. quem vai coordenar esse Departamento é o Ricardo Ceccim, que é alguém que estava aproximado da rede.. É alguém que tinha contato com a rede.. Tanto que há uma negociação.. Tinha três departamentos.. O de educação popular ligado à graduação e ligado ao ensino médio.. Há uma indicação de que a pessoa de referência na educação popular fosse uma pessoa da rede e no início foi : foi a Verônica, de Recife, que era uma pessoa de uma militância.. Querida nesse trabalho.. Que é o mesmo grupo do Carlos Silvan.. Há uma negociação da qual eu não fiz parte... De que fosse uma pessoa da rede.. Quem fez parte disso foi o Eymard, Valla.. Eymard e Eduardo.. E era a Verônica. O José Ivo nessa época é da equipe. Aí, o que acho? Não dá certo.. São questões.. Coisas que eu não sei... Não deu certo.. Então, agora.. Há um interesse do Ministério de apoiar esse tipo de proposta até por conta de criar um grupo de educação popular nesse departamento e o Zé era da equipe da Verônica. Ela foi a primeira, e ela era da Rede. A Rede, então, era referência na SGETS. Tudo nasce dessa ponte com o Ministério. Naquele Congresso da Abrasco em Salvador, em Brasília, em 2003, é que há essa chamado.

Luciana - Você chegou a participar nas reuniões que tiveram em maio aqui na ENSP..

Sônia - Cheguei.. As reuniões que acontecem eu cheguei a participar. Você está falando depois de Brasília?

Luciana - Não... Estou falando de antes de Brasília. Brasília foi em julho... Começo de agosto.. Antes teve reunião em maio na ENSP...

Sônia - Eu não estou lembrando, mas provavelmente eu participei. Eu não estava na Faculdade, na UERJ, porque era professora 20 horas.. Eu acho que teve uma conjugação de momento, houve uma oportunidade que foi a postura política do Ministério e havia um amadurecimento da Articulação anterior e aí eu acho que teve um pontapé chamando o Estado, mas teve uma conjugação do grupo que estava no Ministério com as figuras de referências..O Eduardo estava coordenando a Rede e esse impulso quem deu foi ele.. Não foi o Valla nem o Eymard.. Até pelo perfil do Eduardo...[interrompe]

Luciana - Para você, ela foi criada ou reinventada em 2002?

Sônia – Acho que ela foi criada.. Porque eu acho que a articulação anterior ela vem da rede e a ANEPS é uma outra coisa que se propõe a uma ação política e não dos movimentos, técnicos e profissionais. O tanto que ela ta dando conta disso eu não sei.

Luciana - Quais são os pressupostos teórico-metodológicos e objetivos da ANEPS?

Sônia – Pra mim.. Bom.. Pressupostos metodológicos para mim deveria ser os pressupostos da educação popular.. Para mim , que eu me lembro dos princípios da educação popular é a questão do ouvir, do diálogo.. Do partir da realidade, da transformação social... Da transformação política.. Acho que a ANEPS tem que ter isso na perspectiva de construção de uma pauta junto à .. Tentar construir uma pauta articulada que possa pensar políticas públicas que incluam esses movimentos na perspectiva da educação popular.. Tem que ter uma.. Na época lembro que a gente falava muito na construção de uma pauta conjunta.. Falava na época que estava pensando a ANEPS.. A idéia de articulação.. Grandes movimentos já estavam resolvidos.. Já tinham o seu diálogo e um espaço de demanda com o estado e os pequenos movimentos não tinham.. Então a idéia da ANEPS, o que era forte para mim era a possibilidade de fortalecer essa articulação entre os pequenos movimentos para que eles pudessem estar referindo e estar pautando as políticas...

Luciana - Além do Paulo Freire, você lembra de outras referências para a educação popular em saúde, para a ANEPS?

Sônia - Acho que o que a gente tem na linha da educação popular, a gente tem o Brandão.. O Arroyo.. O próprio Valla... O próprio Eymard.. Porque não é só alguém que seja da área da educação...

[FITA 3 - LADO B]

Sônia - Tem o Joaquim Cardoso de Melo que foi uma referência importante. Eu tenho ainda o Caderno Cebes 4 que foi de educação e saúde que não existe mais.. A gente tem um artigo dele importante.. Tem pessoas lá da educação e saúde que pensaram da

maneira da educação popular.. Você pega os textos e você percebe.. Agora eu não estou lembrando...

Luciana - Como foi formulada e está sendo organizada hoje a ANEPS?

Sônia - Como foi formulada porque com foi organizada eu não estou mais acompanhando de perto.. Como foi formulada foi na perspectiva da construção de núcleos locais, mais por estado que eu acho até que não dá conta porque, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro vai ter que ter muitos núcleos para poder incorporar a articulação... Se você pegar, por exemplo, o Rio já tem tantas diferenças internas dentro do próprio município, quem dirá no estado, mas a idéia eram regiões que tivessem uma executiva, agora tem uma vinculação na época forte com o Ministério.
[INTERROMPE]

Luciana - Quem está efetivamente envolvido hoje na ANEPS?

Sônia - O que eu vejo hoje na lista.. Era o próprio Eduardo, o José Ivo, o ministro Silvan, era a Verinha, pessoas de referência que eu via em todos os momentos.. a Vanderléia também.. tem a Odila.. tem a Graciela.. tem o próprio Marcio aqui no Rio...o Valla..não sei... eu vou ter dificuldade de nomear... eu conheci algumas pessoas e as pessoas que eu conheci devem estar envolvidas.. Bernadete.. algumas pessoas de referência que eu percebo que são mais a frente, mais atuantes.. eu não sei, sabe.. não sei se é isso que aparece na lista que é a participação. Eu acho que quem necessariamente escreve é quem está participando mais...[...] a própria rede.. trabalhando lá com o Eduardo.. porque ele tem isso tão incorporado que é automático.. para mim não é automático.. até porque você está falando para muita gente.. eu acho fantástico a forma simples como o Eymard coloca.. parece que está conversando na cozinha... eu não sei.. essa pergunta eu acho difícil de responder.

Luciana - Em sua opinião, qual é a relação da articulação com o SUS?

Sônia - Eu acho que através da participação que os grupos que estão envolvidos têm. Uma coisa que me chamou muita atenção quando foi criado o fórum de educação permanente foi uma situação que eu percebi que eram as pessoas quererem que a ANEPS estivesse representado no pólo.. acho um absurdo.. não faz sentido porque a ANEPS não é uma instituição...em alguns lugares tem ANEPS no pólo. Por outro lado, uma articulação está representada.

Luciana - Mas essa discussão que você está falando.. não era mais uma discussão que tinha a ver assim.. porque teve uma época que só podia participação popular se fosse via conselho.... estava achando que era só conselho que podia participar...

Sônia - Participação popular conforme o Valla conceitua não tem a ver com conselho. É um tipo de participação que define, interfere , planeja... isso pode acontecer via conselho ou não.

Luciana - Você me falando isso me veio uma reunião do [...] logo no começo que não era para qualquer um participar, era para determinadas inserções.. estudantes podiam...

Sônia – Podia.. lembro que na época eu estudei isso.. podia mas um pouco que deturpado.. a prática disso ficou deturpado e as tais rodas que tinham que ser abertas, foram fechadas... na verdade.. se você for ler a tal portaria , as pessoas podem entrar a cada rodada.. aqui não .. para entrar tinha data... se não entrasse estava fora! Tinha umas coisas esquisitas.. A gente acabou não entrando em roda nenhuma, apesar da gente ter participado no início porque um monte de outras prioridades.. acho que, em relação ao SUS é isso: é uma inserção bem direta.

Luciana – Como você acha que é realizado o trabalho em equipe?

Sônia – Não sei, porque eu não estou participando no dia a dia.. eu participei em um momento muito inicial da ANEPS que foi a construção.. de estar ajudando a articulação aqui no Rio de a gente fez o primeiro encontro.. o meu jeito de fazer a coisa foi tentar discutir sempre com o grupo .. que é muito difícil... mas na maneira que eu achava que aquele momento deveria ser, até porque a gente não ia discutir naquele momento o papel da ANEPS e nem como iria se dar a inserção dos grupos e dos movimentos na ANEPS.. o contexto era de que tinha muito mais que estar ouvindo, estar incorporando.. ali era um trabalho em equipe meio compartilhado entre todo mundo que estava querendo participar.. agora eu já não sei como se dá essa troca.. como incorpora os interesses de quem está fora... como é que o eventual recurso que chega é discutido... como isso está *linkado* ou não ao debate.. quem define as propostas.. acho que se a ANEPS não começar a ouvir os grupos ela está indo contra qualquer proposta de educação popular... eu não sei... aí vira um grupo institucionalizado e autoritário... aí repete o que a gente tem de mais antigo.. aí não vale a pena.. eu não sei como é que está...

Luciana - É.. as coisas são confusas mesmo... agora tem várias panelinhas.. eu tenho acesso à internet, mas quem não tem fica meio perdido...

Sônia – Uma outra coisa que eu acho complicada hoje é a questão da institucionalização e da articulação e da interferência ou não do estado e o limite disso. Na perspectiva de ampliação é importante você ter apoio.. mas o apoio financeiro, quando ele limita.. quando você só faz quando tem apoio financeiro.. é limitado... ao mesmo tempo, qual é

a idéia? Se você tem o apoio institucional, a instituição está bancando alguma coisa.. papel, telefone.. então imagino que o Marcio na secretaria usa muito a estrutura muito da secretaria.. o Eduardo usa muito a estrutura da Fiocruz... eu uso da UERJ.. acho que hoje a gente nem tem mais possibilidade de recursos financeiro... por outro lado, são limites e possibilidades de apoio... acho que hoje a gente nem tem mais possibilidade de recursos financeiros via Ministério, mas quando teve houve um debate.. a articulação atrelada ao Ministério? A idéia não era essa, mas é um risco.. como é o risco do conselho de saúde, era atrelada ao Estado.

Luciana - Você acha que a política foi uma surpresa para o Ministério?

Sônia – A ANEPS já existia.. foi uma consolidação ao mesmo tempo.. mas para os movimentos que começaram a participar foi uma surpresa.. tanto que foi uma surpresa e um estranhamento.. afinal, o que é isso? O que vocês querem? Aquela coisa que “muita esmola o santo desconfia”.. o grupo que estava lá, com todas as críticas que possa haver e as limitações, tinham de fato uma intenção boa.. acho que não havia intenção de usar os movimentos.. acho que não era isso.. é confuso.... é misturado.. é política...

Luciana - Quem você acha que está envolvido efetivamente na ANEPS Rio?

Sônia - Eu percebo através da lista o Márcio, a Graciela, a Nora, a Irene, a Ana Paula, você.. agora estou imaginando que tenha outras pessoas.. a Tereza.. agora estou imaginando que tenham outras pessoas que eu não conheço e que eu não vejo escrever...[...] agora, eu queria que, qualquer coisa que estivesse acontecendo na Rede eu envie uma mensagem ao Mário que eu estaria aberta para apoiar, para ajudar.. mas acho que também.. quando você não está no processo de construção do trabalho, a não ser que seja uma participação pontual.. é diferente.. então eu acho natural que , como eu não vou.. não participo efetivamente da construção das propostas por absoluta falta de tempo
mesmo... eu
estava inclusive inserindo os alunos do curso de graduação... também acho que é complicado hoje.. naquele momento eu tinha aluno hiper excepcionais...

Luciana - Em relação à articulação da ANEPS Rio com o SUS.. você pode dizer a mesma coisa?

Sônia - Isso é uma sensação... eu não tenho clareza.. eu não sei, por exemplo, se algumas propostas da ANEPS Rio está diretamente ligada a alguma ação proposta às instâncias gestoras do SUS, do controle social do SUS, mas eu imagino que alguns dos participantes, que sejam de alguns dos movimentos , estejam efetivamente envolvidos com instâncias de participação e controle do SUS ou através de conselhos, ou através de

alguma ação direta profissional, mas a proposta da ANEPS antes não era isso. Era de interferência mais concreta nas políticas.. ter o poder de transformação. Hoje, não sei como ficaria esse canal. Qual o canal que a ANEPS usaria para localizar essa pauta, para cobrar isso? Seriam as conferências? Não sei se isso está sendo discutido também...

Luciana - Em sua opinião, existe um diferencial da ANEPS Rio para outras ANEPS?

Sônia - A minha fala é de impressão. A impressão que tenho, de ler e conversar com a Helena e com o Eduardo...com a Tereza.. a impressão que eu tenho é que o estado do Rio é muito complicado para você implementar ações. Fico vejo a dificuldade da ANEPS do rio para fazer o processo de fortalecimento dessas articulações nas regiões dos estados, apesar das oficinas.. eu acompanhei um pouco o sucesso das oficinas, mas eu imagino que isso não está feito [interrompe].. pra fechar, o estado do Rio é muito complicado, fragmentado... politicamente é complicado também... nós temos muita briga política.. nós somos um estado de muita evidência.. isso , ao mesmo tempo em que facilita, também pode atrapalhar.. eu não sei como a ANEPS Rio está dando conta hoje dos caminhos que foram abertos pelas oficinas... para dar conta do estado.. e isso eu acho que é uma diferente para os outros..

Luciana - Foram 8 oficinas.. o que aconteceu? Tinha lugares que eles foram por conta própria.. até no dia 21 teve um evento na Praça XV para juntar todo mundo.. estava todo mundo falando que foi bom... mas a idéia era de estar retomando essas pessoas...

Sônia - Quem participa de movimentos sabe que são idas e vindas, são avanços e recuos, não dá pra achar que a ANEPS vai conseguir articular todos os movimentos de educação popular assim... isso é meta .. é perspectiva.. não acho que seja uma coisa simples.. acho que é um processo de ir sensibilizando....

Luciana- Se Educação Popular é tudo isso, transformação social... de construindo, desconstruindo e reconstruindo... as pessoas que estão se juntando com isso.. que seja...

Sônia - uma coisa complicada é que eu lembro na época que começou com a história da ANEPS, não é o momento de discutir.. o que é o movimento de práticas? O desafio que eu acho para a ANEPS é avaliar que é uma articulação que vai enfrentar esse debate interno sobre o que é educação popular para ver se a articulação é de movimentos e práticas da educação ou não.. não vale a pena esse debate e deixa a articulação rolar.. como a discussão não é teórica, mas de articulação política, o eixo principal não é como se articular, é a articulação entre os movimentos.. isso é um desafio... como você vai fazer essa discussão? Tem que haver um amadurecimento.. era uma preocupação que eu

tinha porque eu tinha dúvidas se tinha que fazer essa discussão.. se era melhor que não fizesse isso no momento.. qual era o momento....

Luciana – Era preciso muita energia porque precisa de muita mão para fazer todos esses movimentos...discutir teoricamente...

Sônia – Eu tô imaginando que é o momento... provavelmente é o momento de juntar...

Luciana - Estou pensando em uma coisa: talvez seja o momento para dizer que é uma articulação na perspectiva da educação popular em saúde... [...]

Sônia - Agora não tem que ficar brigando e nem fazer uma seleção.... Talvez isso seja até um viés da academia.. a gente saiu de uma rede de educação popular em saúde e aí.. quando foi falar de articulação de movimentos trouxe a história da educação popular em saúde que tem uma fundamentação teórica sim.

Luciana – Quando a gente falou, eu comentei alguma coisa e alguém foi comentar.. só sei que a resposta que foi dada foi muito acadêmica.. eram os professores falando... As pessoas têm essa percepção do professor...

Sônia – É difícil e não dá pra fazer de conta de que você é o que você não é se travestir de uma outra coisa.. Agora... Que tem que ter uma postura diferente tem...

Luciana - Aí fica aquela coisa de falar muito, mas não fala muito...

Sônia-tem que caminhar....

Luciana – Ainda não se conseguiu chegar nessa clareza coletiva... Não dá para dar conta de tudo..

Sônia - Até por isso eu acho que não é legal que tenha que acabar a Rede.. Deixa a rede sendo um espaço de alimentação dessas reflexões do próprio grupo... Não são grupos excludentes e nem são pessoas distantes... Na verdade, no início eram praticamente as mesmas pessoas.

Luciana - Agora teve a cesta básica e teve a tentativa de juntar.. Colocar uma pessoa mais da academia, outra do movimento e outra do serviço.. Só que depois de certo tempo que as pessoas acabaram ficando com medo de falar... Muita gente de fora ia uma vez... Ia duas.. Porque eu vou falar se já têm eles falando?

Sônia - Era até uma coisa legal para juntar a Rede e a ANEPS...

Graciela Pagliaro

Entrevista realizada por Luciana Garritano Barone

Data: 31/03/2006

Local: Rio de Janeiro

[FITA 4 – LADO A]

Graciela –.... E ele foi convidado pra coordenar a Secretaria...

Luciana – Ele estava lá com o Serra...

Graciela – Ele estava lá quando teve a mudança de governo, o Serra já tinha saído, não sei se o Serra tinha saído para se candidato... ele entrou para a educação popular ele disse: nós temos que fazer alguma coisa aqui, estamos aqui ocupando espaço e temos que ocupar esse espaço de alguma maneira. Aí ele chamou algumas pessoas da Rede, teve uma reunião na ENSP, lembra? Você estava! Foi em 2002...

Luciana – Você acha que o evento de promoção foi em 2001 ou em 2002? Quando ele construiu uma carta para mandar ao Governo?

Graciela- 2002, porque 2003 foi a ANEPS.

Luciana - Teve a reunião na ENSP.

Graciela - Teve a reunião da ENSP ficou delineado que era uma reunião da Rede, mas que ela tinha que trabalhar. O VALLA colocou na reunião que foi super importante.. Ele colocou essa coisa que era uma ouvidoria pública mesmo.. Ele estava colocando essa idéia de ouvidoria e colocando que a educação popular era a forma de poder saber o que acontecia e poder trabalhar junto com a população. Acho que essa reunião foi de alguma forma, a partir daí algumas pessoas foram chamadas como o José Ivo. Isso foi em maio de 2003. Não! Julho foi o Congresso da Abrasco. Foi em maio e aí, nesse momento, algumas pessoas, alguns grandes movimentos de Educação Popular foram convidados para esse diálogo para a construção de uma grande articulação, sabendo havia alguns movimentos que precisavam ganhar visibilidade. É isso. Eu entendo assim: como um projeto pra que ela pudesse de alguma forma estar constituída e tivesse construído mesmo, o projeto. O projeto foi o projeto da pesquisa e essa pesquisa foi o projeto inicial que permitiu que a gente fizesse as oficinas. Teve a reunião no Congresso da Abrasco. A gente fundou a ANEPS no Congresso. Depois, os estados foram se reunindo e em setembro aconteceu outra oficina.

Luciana - Tempos gordos, esses...

Graciela - É... Em setembro teve a oficina, foi dia 22.. Eu fui.. O Marcos foi.. E eu fui pela pesquisa. Eu e mais duas pessoas. Marcio também foi.. Mais para perto do encontro...

Luciana - Marcio participou da reunião em maio, participou do Congresso da Abrasco, ele chegou de repente na construção desse primeiro encontro estadual.

Graciela - Esse talvez ele não estivesse [...] não fui eu não, eu fui pela pesquisa, acho que foi uma outra pessoa. Nessa época eu nem estava na coordenação nacional da pesquisa, estava coordenando o estadual. Aí, depois disso, antes de setembro, teve o encontro. Depois tem mais oficina.

Luciana - O que para você é – pode até redundante-, mas pra você estar efetivamente envolvida na ANEPS geral, no movimento?

Graciela - Os atores iniciais, acadêmicos, talvez estejam um pouco afastados. O Eduardo, por exemplo, está bem afastado. Aqui no Rio todos os da academia, os pesquisadores- fora a Tereza- não tem mais daquele grupo inicial. [...] eu identifico que a ANEPS é isso, acho que tem um trabalho, mas é um trabalho árduo, que exige dedicação, agora essa história.. Eu não vejo essas pessoas na hora de arregañar as mangas

Luciana - Não vê mais?

Graciela - Não vejo mais. No momento que a gente precisava ele estava... Só o Eymard que eu vejo como uma pessoa que está lá fez uma oficina com os estudantes, que estão perto dos movimentos lá, estão ajudando, a Paraíba ficou um tempão parado quando ele estava no Rio. Quando ele foi para lá ele fez um trabalho, teve o programa da oficina que eles fizeram na Paraíba, pô.. Fantástico.. Tinha uma formação política, um engajamento político, qual o papel político de cada um na discussão, entendeu? Eu acho que esses atores estão meio distantes, mas esses profissionais e aí incluí os agentes... A Vera Dantas é um profissional de saúde, hoje em dia está trabalhando junto à secretaria de Fortaleza ou Ceará, eu não sei se é estadual ou municipal, mas é uma profissional de saúde que está engajada.

Luciana - Ela tem mestrado ou doutorado?

Graciela – Não sei. O Silva é uma pessoa que trabalha dentro da secretaria também. Não sei se ele é um profissional de ponta, se é um gestor, mas é um profissional dentro da secretaria. Das pessoas.. Tem assim: A Bernadete, de Tocantins, a Simone, são todas as pessoas do movimento, entendeu? Muita luta!

Luciana – Bom, mudando de pergunta: qual é o contexto que favorece a existência da ANEPS?

Graciela – Não sei falar. Eu já falei, mas acho que o contexto é um momento.. O Governo Lula de alguma forma no primeiro momento ele reascende as utopias da população, dá um gás, muito.. Muita esperança, muita crença de que as coisas fosse mudar, lembro que quando ele ganhou fomos para a Cinelândia.. Nossa senhora! Acho

que é um contexto super importante, mas não é só isso, acho que tem juntado a isso um nível de organização grande nos movimentos que já trabalhando educação popular, já com um nível de saúde muito bem constituído, acho que de alguma forma faz com que as pessoas da Rede se vêem envolvidas num clima de esperança.. Ocupam espaços dentro do Ministério.

Luciana - Parece que tem o sentimento de que o núcleo está mais forte.

Graciela – Acho que em geral, aqueles mais sofridos, e talvez aqueles não tão sofridos, por exemplo, o Acre tem uma situação muito mais extrema do que a nossa...

Luciana – A América Latina toda, né?

Graciela – Movimentos...

Luciana – Então, em sua opinião, foi uma surpresa para o pessoal que construiu a ANEPS a política do Ministério? Foi uma coisa mais procurada já, desde o movimento de promoção da saúde.

Graciela - Acho que, de alguma forma, enquanto alguns atores não estavam entendendo a oportunidade que o Governo Lula traria, acho que algumas lideranças conseguiram ver isso, perceberam o momento...

Luciana - Agora é a hora...

Graciela – É..

Luciana – Em sua opinião qual é a relação da articulação com o SUS?

Graciela - A relação entra essa questão, a gente faz saúde quando a gente vê a concepção de saúde mais ampla, quando a gente está falando de saúde pública, urgência, o corpo da mente [...]. Acho que quando a gente fala educação popular em saúde a gente está falando do SUS, naturalmente eu vejo que é uma relação que não tem como separar. Se a gente vai discutir educação popular em saúde e a gente está vendo a relação, as classes polares têm que se unir, as classes populares têm que resolver seus problemas de saúde é o SUS, então discutir a atenção básica, discutir a humanização, a integralidade...

Luciana - Como é realizado o trabalho em equipe? [INTERROMPE]

Graciela – A Nora, quando ela apresentou a ANEPS e, Nova Iguaçu, uma das coisas positivas que ela colocou no trabalho da ANEPS é o trabalho em equipe. Acho que.. Eu vejo que, de alguma forma, todo o trabalho feito na ANEPS, seja nas oficinas realizadas em Brasília, seja no trabalho da pesquisa, nos trabalhos que fizemos aqui ou outras instâncias que a gente acabou se unindo aqui ou fora do Rio priorizaram , colocaram como importante o trabalho feito com o coletivo, o coletivo como principal ator. Acho

que para mim é uma coisa fundamental. Vejo que é lógico que na medida em que você for coletivo e não funciona coletivo significa resultado do trabalho coletivo, significa basicamente a produção do trabalho a partir dos esforços individuais, né? O que individualmente você não faz não tem como produzir coletivamente, né? Aí quebra a corrente e é complicado. Aqui no Rio a gente conseguiu fazer isso e eu [...]. A questão que eu falei com relação ao pessoal da secretaria é uma coisa que incomoda.. O coletivo funciona aí, é uma coisa que incomoda, mas é uma coisa que fiquei muito surpresa agora no sábado, o Eduardo, coitado, foi para Jacarepaguá levando um material imenso sem carro, ele não teve nem carro para trazer o material para minha casa. Ele foi de ônibus levando um material pesadíssimo. Ele poderia ter chegado.. Poderia ter deixado na minha casa para eu poder levar de carro, porque eu fui de carro... Agora ele não teve carro para levar da secretaria e deixar na minha casa. Então ele teve que levar o material todo para a casa dele e depois levar o material todo para a oficina. Separou, e deixou uma parte comigo. Eu fico, apesar disso, eu fiquei muito feliz em ver que a gente tinha levado o material todo, entregar o material do SESC para ele poder divulgar o Sistema. As outras pessoas que ficaram lá que foram a Nora, Irene, Socorro, estava o Antônio por causa de uma oficina que ele estava do lado da nossa. Bem aquela coisa da ANEPS mesmo, bem educação popular.. O Socorro levou uma exposição de fotos com textos e aí , quando a gente voltou , estava quase tudo arrumado, eles tinham colocado um pôster.. E assim: a gente conseguiu dar conta

Luciana - É.. E cada um fazendo um pouquinho de cada coisa...

Graciela – É.. E isso a gente tem, quando a gente teve o primeiro encontro na ANEPS.. Todo mundo trabalhando, fazendo relatório.. Vejo que o trabalho coletivo.. Eu acabei entrando na coordenação nacional por causa de uma pesquisadora baiana que simplesmente não fazia nada.. Só a parte dela.. O que entendia que o coordenador nacional vai fazer? Fazer a análise dos dados toda, [...]. Mas era uma pessoa que tinha que ficar se comunicando o tempo todo com os coordenadores estaduais para saber para saber como está.. Aí eu acho que o trabalho de grupo, quando não tem uma pessoa e o grupo de trabalhos individuais não funciona, aí não tem como o trabalho coletivo estar aí, né?

Luciana – Eu vou entrar na ANEPS Rio. Acho que eu nem devia fazer essa pergunta porque você vai responder igual. É sobre a articulação do Rio com o SUS. É a mesma, né?

Graziela – é.. É a mesma.

Luciana – Em sua opinião, existe um diferencial na ANEPS Ro?

Graciela - Cada estado tem a sua característica. O Nordeste tem uma característica comum, os estados do Nordeste têm uma característica comum de ter uma participação grande de movimentos populares dentro dos núcleos executivos.. Acho que a gente tem uma característica de ser um núcleo executivo bem acadêmico- profissional profissional – acadêmico, menos popular.. Mas também não acho que a gente faça disso um espaço distante para qualquer movimento que chegue numa reunião nossa. Qualquer movimento que chegue ao nosso espaço e é atendido é capaz de entender tudo o que a gente fala. Acho que a gente fala de uma forma que não esteja muito distante da margem. Acho que a gente tem essa característica como ANEPS Rio no núcleo executivo, mas não vejo como ponto negativo não.. Foi constituído assim.. Temos muito desejo de militância. Tem uma coisa aqui , a gente vai, toma iniciativa, vai depois dessa reunião que a gente foi do curso, não pode perder a oportunidade de estar lá dentro. Na realidade não tem nenhum tema para discutir saúde, mas todos aqueles temas fazem parte da saúde na forma mais ampla. Tem um tema que é a questão urbana, são temas mais gerais, não tem um tema saúde. O tema saúde tem que ser horizontal em todos os módulos. Eu sei que no ano passado você acabou indo nas reuniões, também, ficava indo... são coisas que a gente se interessa , que vai como representante..

Helena David

Entrevista realizada por Luciana Garritano Barone

Data: 25/03/2006

Local: Rio de Janeiro

[FITA 5 - LADO A]

Luciana – Como foi sua experiência com o trabalho sobre educação popular?

Helena - Outro dia estávamos conversando sobre isso e eu meio que já tentando lembrar um pouco. Não tem um momento que marca. Eu, antes de fazer a faculdade de enfermagem eu fiz um técnico de enfermagem com as irmãs.. O colégio era um colégio de irmãs, lá de Petrópolis que a irmã Luci, que era diretora na época, já estava envolvida com a articulação da Teologia da Libertação.. Mas a gente como aluna não percebia isso de uma maneira muito clara, só as que estavam mais engajadas dentro da igreja, dos movimentos da igreja na década de 70. O foco da discussão da Saúde Pública dentro desse curso, já tinha certa vocação para trabalhar dentro da área com os pressupostos da educação popular. Em 79, 80, eu já estava na faculdade.. De alguma maneira eu gostava dessas discussões, embora eu não estivesse efetivamente engajada, ela me chamou para ajudá-la junto com outras pessoas estava fundando um centro de defesa dos direitos humanos, eu participei do momento de fundação e eram uma discussão escondida, porque o bispo não podia saber.. Era o Padre Paulo.. O Padre responsável pela paróquia da Catedral.. Leonardo Boff, que ainda era Frei na época.. A irmã Dulce.. Uma advogada que era fundadora do PT de lá.. Então essas pessoas se reuniam escondidas na catedral.. Ainda tinha toda uma coisa de repressão. Só que eu participei dessas primeiras discussões e depois, por conta de faculdade, de filho, eu me afastei.. Talvez essa tenha sido o primeiro contato de uma forma mais politizada de fazer educação. No final de 80... 89.. Por aí.. Eu retomei o contato com a irmã Dulce e ela começou a me contar que ela estava fazendo um trabalho com agentes comunitários de saúde. Eu fiquei interessada.. Achei interessante, mas não me engajei. Em 1991 fui transferida para Petrópolis e ela me chamou novamente. Ela me identificou muito mais como uma pessoa que trabalhava com educação popular do que eu buscando isso espontaneamente. Ela me chamou para trabalhar na formação de agentes comunitários e aí eu comecei a trabalhar e entrar em contato com a comunidade. Duas ou três vezes na semana ficava na comunidade com os agentes. São 10 anos de muita participação dentro da comunidade. Aí foi ficando muito mais uma coisa de educação popular para mim.

Luciana – E você antes era de Nova Iguaçu.

Helena – Eu era do estado, fiz um concurso em 85 e 86 comecei a trabalhar em Nova Iguaçu. Em Nova Iguaçu eu ajudei a fundar o MOHAN. Inclusive o Arthur que é presidente do MOHAN foi fundador porque trabalhava em Nova Iguaçu.. Então a gente fundou o primeiro núcleo do MOHAN, mas a gente não dava nome.. Não nomeava

como educação popular.. Mas era uma atividade muito interessante. Na verdade tinha a idéia de que o usuário fazia parte, não da organização administrativa, mas do planejamento dos serviços.

Luciana – [...] você depois continuou, depois que a prefeitura pegou para si..

Helena – Continuei com ela até 200.. Quase dez anos..

Luciana – Você acha que a educação popular em saúde foi institucionalizada?

Helena - Acho que não dá para dizer que a educação popular foi institucionalizada.

Luciana – Eu não lembrei do nome do livro pra falar com você

Helena – A institucionalização foi dos agentes comunitários. A gente tinha uma formação que era pautada em outros pressupostos e a institucionalização fez aquela coisa que eu chamo de domesticação, porque coloca um montão de regras.. Porque antes a gente trabalhava muito a partir do que a comunidade nos colocava como demanda. Durante muitos anos o agente fazia só injeção. Hoje isso é impensável.. Tem toda uma coisa da regulação do processo profissional que é impensável. A gente fazia o que era preciso. A gente ensinava a eles o que era preciso, o que a comunidade demandava. Não sei se ainda não é preciso. Hoje não pode mais.. Não pode mais tirar pressão.. Na época a gente ensinava a fazer curativos simples, a aplicar injeção.

Luciana – Você entrar de alguém que trabalha na educação popular que está na ANEPS?

Helena – É engraçado, porque eu voltei a participar de algumas atividades no Centro de Defesa. O Centro de defesa na época tinha uma linha editorial e uma das pessoas do conselho editorial era o Valla. O Valla, no meu curso de especialização em Saúde Pública, em 90 deu uma aula pra gente. Aí eu falei que trabalhava em Petrópolis, no Centro de Defesa e ele disse: conheço a Dulce e a gente achava interessante ter conhecido pessoas comuns. Depois eu reencontrei com a Akita, já em 91, 92... Quando eu fui fazer o Mestrado, eu já fui fazer com ele... Eu retomei o contato com ele... Eu já estava querendo trabalhar com alguma coisa nessa área mesmo. Fiz Mestrado e Doutorado lá dentro.. Não agüento mais porque satura. Fiquei de 1990 a 2001.

Luciana – Não... o meu mestrado foi em dois anos

Helena – Fiz de 90 a 2001. De 93 a 95, mestrado.. De 97 a 2001, Doutorado. Mas entre a especialização e mestrado eu fiz cursos lá.

Luciana – Vamos entrar agora no bloco dois sobre a educação popular e [...] O que difere a educação popular?

Helena - Educação popular são todas as oportunidades que a gente tem como intelectuais orgânicos, citando o termo de Gramsci ou de alguma forma, pessoas que têm a possibilidade de estar estabelecendo relações diferentes tem de estabelecer uma relação pedagógica com grupos que já não tem essa mesma oportunidade com grupos em situação de subalternidade, seja em exclusão social mesmo, seja subalternidade de gênero, né? Todas as situações de desigualdade.. Para tentar reverter essa situação de subalternidade para mim é educação popular.

Luciana - E na saúde?

Helena – Na saúde.. Aí tem uma questão até epistemológica que não chega a ser problema. Quando a gente vê a saúde como qualidade de vida a gente sempre coloca a saúde como tudo.. Acaba de alguma maneira sendo tudo, mas tem uma questão mais específica voltada para o Sistema de Saúde, já que o Sistema de Saúde é uma Política Pública de acesso universal. Na área de saúde me parece muito voltada para as possibilidades de acesso do usuário ao sistema e desse sistema abrir para as formas de pensar do usuário e isso significa muita coisa...

Luciana – Quem você acha que participa da educação popular?

Helena – Profissionais de saúde.... Acho que os profissionais de saúde tem obrigação. Profissional de saúde para estar dentro do SUS tem obrigação ética, profissional.. Deveria ser colocado como norma profissional e ele buscasse desenvolver uma prática pedagógica, incluindo os pressupostos da educação popular na relação com esse usuário. Ele pode até não ser ideologicamente comprometido com mudanças sociais mais profundas, mas ele deveria prestar atenção na relação pedagógica que ele estabelece com o usuário. Então, o profissional de saúde é quem participa para mim. O usuário também, tanto de forma organizada com representações como quanto usuário. A universidade tem uma participação muito pouco operacional.. Ainda no nível da formulação, no campo das idéias, mas acho que é um ator importante e tem possibilidade de ter uma atuação melhor.

Luciana – E quanto à [...].

Helena – Em Petrópolis... A articulação de lá com a educação popular é pequeno.. Até hoje.. Quando a questão do agente comunitário estava muito fervilhante, tinha a comunicação com a Sementinha e tinha algumas trocas.. Mas eu comecei a entrar em contato mais a partir de 93 e isso para mim da articulação não era muito claro, eu não participei da fundação, estava lá em Petrópolis... Eu conheço um pouco da história. Tem o Valla, que na época estava de alguma forma com trabalho no CEPTEL, tinha um

destaque grande na proposta da articulação.. A Mônica de Assis era importante.. A gente sente muita falta dela.. A Mônica é um ator importante.... O Eymard. Tinha principalmente a presença do MOPS. Várias lideranças do MOPS no nordeste, depois se diluiu.

Luciana - Você sabe me dizer a diferença do movimento da década de 90 para hoje para a ANEPS?

Helena - Acho que a ANEPS tem uma clareza de propósitos muito maior do que a articulação. A articulação me parece foi pioneira no sentido de juntar pessoas como meio de conformar as bases do campo da Educação popular, as estratégias, as reflexões, o que a gente quer, de [...] do Paulo Freire. [...] trabalhava muito com os pressupostos da educação popular, nunca teve junto com a articulação. O “Larga – escala” foi um projeto de ampliação da capacitação de enfermagem, utilizando a metodologia de problematização utilizando Paulo Freire. Então a gente não falava de educação popular em saúde, mas de problematização. Para mim é muito igual. Quando eu fui capacitada, mudou muito a minha cabeça e até hoje é uma capacitação que muda muito a cabeça das pessoas. Transmite de uma forma muito dramática que não adianta ficar falando... tem uma pessoa que foi muito importante nesse projeto que foi o Jorge Luiz Cardoso que era professor da ENSP e trabalhava educação polar. A articulação era mais política. Agora, a ANEPS acho que tem uma clareza muito maior.

Luciana – O que é a rede?

Helena – O espaço para mim é muito difícil de definir porque tem uma fluidez muito grande. É um espaço de pluralidade e paga o preço da fluidez. É um espaço de acolhimento de idéias das mais diversas.. Até estapafúrdia... embora eu possa dizer que são estapafúrdias, eu não vou estar trabalhando de que “isso não presta”, a gente tem por pressuposto na rede de que é uma rede mesmo e cabe tudo. Se paga o preço por isso. A gente tem pouca agilidade, tem pouca operacionalidade, tem momentos de muita fertilidade de idéias, mas a capacidade de sistematização é limitada, mas é um espaço de criação. [...] a coisa que nasce e que brota.. É um espaço que permite isso. Aí no caso a rede não é a lista. A lista é um espaço importante de comunicação da Rede. A lista tem uma coisa que ajudou muito na Rede que é estar se mantendo, embora.. Eu estou na coordenação da Rede.. Eu não sei muito bem qual é a identidade da Rede, o que ela é exatamente. Talvez o Eymard tenha isso claro... É um espaço de pluralidade, de diversidade, de acolhimento, de muita criatividade, de criação de uma coisa de brota, de fervilhar de idéias... E não é só isso.. Tem uma coisa interessante que é o espaço.. De

uma coisa que nasce no momento.. É tão novo na cabeça da gente que a gente não conseguiu nomear. Aí tem o outro lado de que fora da rede.. A parte de acolhimento, por exemplo, ela não tem.. Que é a parte da operacionalidade administrativa... As pessoas esperam uma liderança da Rede que eu acho que ela não é. É um espaço de criar. Esperam da coordenação que seja uma liderança. A gente sabe que algumas pessoas que entram na Rede acham isso. Agora a Rede se confunde com a lista porque como os espaços presenciais são poucos.

[...]

Luciana – Você sabe me dizer como e porque foi criada?

Helena – A Rede?

Luciana – É

Helena – Naquela época eu não estava, estava um pouco depois. A Rede foi criada num encontro de educação popular que o Ouviaomar organiza em Brasília, mas acho que foi por volta de 1986, 1987. Se não foi criada ela passa a ser chamada de Rede a partir de... A articulação começa em 90. A lista da Rede É uma lista inédita.. Quem acompanha essas coisas de internet mais de perto de educação à distância sabem que as listas tem tempo de duração limitado de oito anos. Aí é o seguinte: quando a gente cria a lista, a gente cria naquele encontro que teve em Brasília, a internet já estava ficando uma coisa mais sofisticada, mas a Rede talvez um pouco antes..

Luciana - O primeiro encontro que foi o da articulação...

Helena - Teve um encontro da Fiocruz, 97 ou 98, que já foi um encontro da rede... Um pouco antes da criação da lista, num auditório daqueles lá daquele prédio. Vou dar uma olhada para ver o que acho disso ao. O Eymard foi uma liderança muito importante na época.. O Ouviaomar não.. O Ouviaomar participou muito da organização do encontro, mas depois fica muito afastado das atividades da Rede. Por exemplo: em outro momento, acho que foi em 2000, a reunião que a gente fez no Congresso da Abrasco. [...] Sônia, a Iracema e o Ouviaomar. [interrompe], Ana Cláudia Figueiró como coordenadora dessa reunião.

Luciana – Não sei como vou colocar isso

Helena – Conversa com o Valla.. Você pode *scanear*, colocar em preto e branco e colocar para ilustrar. É uma parte interessante. [...]

Luciana - Para que a Rede serve?

Helena - A Rede serve para articular pessoas, para manter contato pessoas e idéias. Para mim, como é no plano das idéias, ela acaba ficando com a liderança. A gente, na

educação popular, ainda tem uma divisão entre o pensamento e a ação. A tendência é até valorizar os espaços acadêmicos mais do que o espaço da ação.

Luciana - Existe diferenças e semelhanças entre a Rede e a ANEPS?

Helena - Acho que não deveria. Para mim elas deveriam trabalhar juntas, mas acho que se demarcou um pouco a diferença de que a Rede ser espaço com uma característica mais acadêmica mais acentuada, acabou ficando mais um espaço de militância intelectual, enquanto que na ANEPS acabou virando mais um espaço de educação. Você tem uma cota de sacrifício que a militância da saúde impõe aos movimentos que não sei se as pessoas da Rede têm condições de assumir.. Algumas não têm condições mesmo. Não é questão de disposição, mas porque a inserção profissional das pessoas é outro. A coisa do Congresso de estarem indo, de estarem participando, de estarem disponibilizando seu tempo, uma agenda mesmo. Eu mesmo sou uma pessoa da Rede que estou cada vez com mais dificuldade. Aí a gente fica muito no plano de escreve idéias, joga idéias e aí vai virando uma divisão. Isso me preocupa porque acho que não deveria existir. Falar e o agir deveria ser uma coisa muito junto. [...] aí tem as pessoas aqui do rio, a Vera Dantas, que é uma pessoa bastante importante e muito estudante. Alguns estudantes acabam se engajando em trabalhos diversos como o Cariri que começa como estudante, depois vai trabalhar no Ministério. Tem alguns profissionais como a Paulette, Silvan, a Vera Dantas, o pessoal do Piauí também.

Luciana - Na prática, para que a ANEPS serve?

Helena – Eu não sei se a ANEPS serve para alguma coisa. Ela é o espaço de articulação de movimentos, mas ela tem um foco mais específico do que o da Rede. São lutas específicas mesmo relacionadas à saúde, embora ela seja espaço de reflexão em saúde riquíssima, aquela sistematização que eu mandei, tudo e eu fiquei com pena porque não se aproveitou muito aquele material.

Luciana – O que suscita pra você a criação da ANEPS?

Helena - Acho que suscita espaços de democracia participativa mesmo em saúde. A gente tem uma fragmentação da militância e a ANEPS é uma forma de focar, de concentrar esforços.

Luciana - Qual a relação do estado com a criação da ANEPS?

Helena – Olha, eu não participei assim, eu estava no Canadá na época que a ANEPS foi criada. Eu fui à primeira em Brasília no Governo Lula do gestor que queria aderir de alguma forma à educação popular, mas ninguém sabia como. Naquele momento, acho que foi em março de 2003 e em junho eu viajei. Mas eu não fazia parte da coordenação

da Rede não. Teve o Bernardo , teve a Ilza, o Eymard, a Verônica e o Ricardo Ceccim. Verônica estava lá. Naquele momento vimos mais a oportunidade de retomar as publicações, os Cadernos de Saúde Pública.. Tinha mais claro na cabeça das pessoas.. Ele tem um pensamento editorial... Tem a capacidade de articular as publicações..

[FITA 5 - LADO B]

Helena - Eu meio que consegui pela primeira vez me colocar de fora e perceber o quanto é confuso o que está acontecendo porque começou uma coisa.. A ANEPS, não-sei-o -que -lá, não estava entendendo muito bem.. Estavam querendo alguma coisa, mas ao mesmo tempo muito confuso. Muito confuso assim: teve um encaminhamento muito rápido, mas não tinha uma clareza do que era, o que se queria. [...] De vez em quando chega alguma expectativa, não entendem [...] quando eu voltei, logo em seguida quando eu voltei teve um encontro no Rio.. aquele encontro estadual. Seu orientador estava na direção.

Luciana – Em março de 2003, quando eu entrei, a Verônica já era da Rede?

Helena – Era da Rede, mas não era uma pessoa que eu conhecia muito. Agora o Eymard, as pessoas lá do nordeste eu conhecia mais como Paulette.

Luciana – Como você encara a ANEPS? Ela foi criada ou reinventada em 2003?

Helena – ela foi criada. Ela foi criada porque ela tem um espaço realmente de articulação dentro da política, levando a educação popular dentro da política de saúde, esse foi o pressuposto e isso é inédito, então ela foi criada mesmo. É um espaço de articulação com os movimentos populares pautados pela educação popular e interferindo na política de saúde.

Luciana – Quais foram os pressupostos teórico-metodológicos e objetivos da ANEPS?

Helena – Acho que metodológicos ela trabalha muito a partir de uma visão pedagógica de Paulo Freire do que é educação: educação como mediação social, espaço para estabelecer a transformação das relações entre os homens. Vem de uma tradição humanista, católica, eu mesma.. Lá trás tem um arzinho do humanismo católico aí.. Tem também a escuta, espaço de acolhimento, de escuta e a possibilidade não só de reconhecer [...] mas seja parte do saber maior do fazer saúde.

Luciana - Além do Paulo Freire, outros intelectuais que influenciaram a constituição da ANEPS?

Helena – Olha a gente a experiência do Bordenave que influenciou várias pessoas falando... Acho que Paulo Freire.. O próprio Valla quando traz as primeiras idéias dele desenvolvimento social no Brasil na relação do estado e sociedade, a própria idéia da

construção compartilhada como uma forma de instruir os movimentos sociais, aquela coisa da crise da compreensão... É uma intuição que o Valla teve que é muito importante... Não são as pessoas que não estão entendendo, nós que não estamos entendendo. Acho que isso é muito interessante. Agora eu acho que tem outros teóricos... O Eymard também..

Luciana – Você sabe dizer como foi formulada e como foi organizada a ANEPS?

Helena – Ela foi formulada como sendo um espaço de articulação dos movimentos sociais, mas ela precisava se constituir como uma entidade juridicamente reconhecida capaz de receber os recursos do Ministério da Saúde. Interferir na Política hoje, significa também estar podendo ter um suporte financeiro por parte do Ministério da Saúde. Então os núcleos institucionais estariam indicando alguma entidade, uma ONG ou uma entidade juridicamente conformada para que pudesse estar sendo feito os repasses e que sejam feitos projetos, pactuados, consensuais e que estariam sendo financiados. Acho que o primeiro projeto que saiu foi à própria pesquisa que teve como objetivo agregar o máximo de informação sobre quem está fazendo educação popular em saúde. [...] A ANEPS é um ponto de convergência que vai permitir dar continuidade, o crescimento, a conformação de um projeto conjunto. É como a AIDS. A AIDS teve a coisa da Rede. Tem ONGS de prostitutas, de travestis, de profissionais de saúde, de crente.. Tudo junto trabalhando, mas ninguém abre mão da sua forma de pensar, todo mundo trabalhando a favor da Política de AIDS. Acho que a ANEPS pode contribuir. [...]

Luciana – Como você caracteriza o contexto que favorece a criação da ANEPS?

Helena – Em primeiro lugar o Governo Lula.. Nós trabalhamos estimulando um governo popular.. A gente achava que seria popular na época, então.. Agora é a hora de a gente começar [...] vai ter escuta, vai ter acolhida para a criação desses espaços.

Luciana – Acho que você acabou de responder a pergunta seguinte que é: qual é a sua opinião a respeito da política do Ministério da Saúde que foi um objetivo e uma surpresa para a ANEPS...

Helena – Como assim?

Luciana – Você acabou de colocar que era o que se esperava do Governo Lula..

Helena – Não foi surpresa.. Foi uma consequência natural.

Luciana – Qual a relação da Articulação com o SUS?

Helena – É direta. A Articulação não tem, pelo menos que eu saiba.. Talvez exista a articulação de alguns núcleos.. Por exemplo: aquele de Ceará.. Odorico é o Secretário

de Saúde de Fortaleza.. Então está conseguindo fazer algumas coisas lá. Então, em função da existência ou não de pessoas engajadas nos cargos de direção do SUS como gestores, é possível haver articulação. Mas muito em função disso: pessoal. Não existe articulação independente da [...] pessoal. Por exemplo: você é secretário de saúde do Ceará.. É claro... Vou chamar o pessoal de saúde das ANEPS porque sou eu. Amanhã troca o secretário e.. Acabou!!

Luciana – O trabalho dentro da ANEPS? Como é isso?

Helena – Acho que têm algumas pessoas que têm o papel de liderança, até por conta dessa coisa da educação popular ser o espaço muito plural... é preciso que em alguns momentos chegue algumas pessoas que digam: péraí...vamos fazer isso, aquilo.. Ma sé um espaço de muito consenso. No último encontro que a gente teve em Brasília no fim do ano, consegui elaborar um documento....

Luciana - ANEPS Rio. Quem efetivamente está envolvido?

Helena – Márcia, Daniela, Vera, Nora (que vai muito para a região serrana), Socorro.. São as pessoas que eu vejo sempre articulando.. Ana Paula..

Luciana – Qual a sua percepção em relação a isso? A quem efetivamente está envolvido? Tem gente da lista de discussão?

Helena - Tem porque quando.. Como eu não tenho conseguido ir aos encontros, a minha bússola acaba sendo a lista, mas quando eu vou aos encontros às vezes a gente até se surpreende.

Luciana - Qual é a relação da ANEPS Rio com o SUS?

Helena - O SUS no Rio de Janeiro perdeu a característica de SUS, mesmo. Tem serviços públicos de saúde muito desarticulados, muito numa visão que parece que está voltando à época pré SUS, sabe? O hospital Geral de Bonsucesso [...] por terem sido órgãos separados, isso é muito forte. A prefeitura não consegue dar a cara de SUS para os serviços de saúde do Rio de Janeiro. Não tem discussão sobre a organização de sistema. Existe serviço público, mas não tem característica de SUS. Não tem organicidade.

Luciana – Como é o trabalho de equipe da ANEPS?

Helena - Acho que é bastante sobrecarregado.. Fica muito sobrecarregado na mão de Márcio.. Acho que a característica da participação popular é muito fragmentada, é muito centrada em ONGS e acho que a gente tem uma pluralidade de interesses que faça com que a gente não consiga focar muito. [...] O pouco que a ANEPS consegue fazer aqui no Rio, é muito .. É até surpreendente. É muito diferente fazer aqui do que no Nordeste.

Luciana – Existe um diferencial da ANEPS Rio?

Helena – Muito grande. Acho que existe essa coisa de que o mais difícil é você ter conjuntos, blocos mais consistentes de movimentos trabalhando. As pessoas que também têm outros interesses. Mas, ao mesmo tempo, tem uma capacidade de articulação e criatividade muito interessante... É uma forma muito carioca...

Eduardo Stotz

Entrevista realizada por Luciana Garritano Barone

Data: abril de 2006

Local: Rio de Janeiro

[FITA 6 - LADO A]

Luciana – quando você começou a trabalhar com educação popular?

Eduardo – quando exatamente? Educação Popular no sentido genérico quando eu entrei na Fiocruz... Em 1995.. Eu já venho de um grupo de pesquisa de educação, saúde e cidadania.. Uma linha de pesquisa que existe até hoje...vários projetos vinculados e alguns que não tem muito a ver com educação popular.. Quando eu falei quero dizer que o Valla trabalha nessa perspectiva da educação popular desde muito tempo.. Desde [...] .. Eu iniciei um trabalho aqui na ENSP que tinha a ver com o olhar que a sociedade civil na política de saúde. A sociedade civil entendia como sindicatos.. Instituições...inclusive aqueles que fazem parte, que está junto às escolas públicas. Então nessa pesquisa eu apoio como ponto de partida o olhar dessas organizações. A educação popular na saúde parte das práticas, das políticas, do saber da população ., das pessoas... E não o olhar dos profissionais, dos técnicos.. Nessa perspectiva a gente pode dizer que tem uma preocupação de [...].. Mas com uma tendência mais institucional.. Quando a educação popular se torna mais uma articulação com o Eymard, o Valla [...] o pessoal de Pernambuco.. Muita gente que continua mas não te tão popular assim. Nessa articulação em entrei em 1998 e a alteração na realidade [...] mas essa articulação em 91 ela conclui em 98 e em 98 tem uma reunião do boletim do que se tornou a rede de educação popular em saúde, que veio substituir essa articulação, por um aspecto; por outro aspecto tem a ver com a organização. A instituição com mais peso assume a prática, o funcionamento e um segundo aspecto dessa questão para a formação dos profissionais, técnicos vinculados a instituições federais. A rede ela tem essa conformação. Entre 99... Até o ano de 2003, ela é uma rede praticamente só de profissionais. Paralelamente a isso tem o MOPS, um a assembléia de saúde ..O MOPS está na origem da articulação da Educação Popular em Saúde. Educação Popular na área da saúde você vai ver quase trinta anos.. Eu só entrei muito tardiamente. A minha trajetória é a seguinte: eu sempre andei junto ao movimento sindical, então minha intenção era trabalhar com operário e trabalhadores organizados. Uma das características da educação popular é que ela vive muito menos com os trabalhadores [...] e muito mais com os trabalhadores informais que estão no mercado de trabalho. Esse é um traço histórico do movimento de educação popular em saúde. É estranho ter tanta coisa em comum...a importância do conhecimento do operário. A educação popular tem toda uma separação que tem com o próprio conhecimento do SUS, um dilema da Reforma Sanitária, praticamente herdamos . Na Reforma Sanitária há um momento que

existe uma participação conjunta.. Até a I Conferência Nacional de Saúde do trabalhador.. Logo após a VIII Conferência Nacional de Saúde e a partir daí os trabalhadores sintetizaram todos juntos, formalmente se mantém vinculados, mas na prática os sindicatos vão encaminhando soluções.. A própria participação na luta pelo SUS é muito mais discursiva do que prática, ainda que os representantes no Conselho Nacional de Saúde defendessem o SUS. Merecia um empenho das bases no sentido de lutar até de modificar o Sistema de Saúde no sentido de aproximar com a realidade dos trabalhadores das fábricas. No início ficou no meio do caminho. A educação popular participa do deslocamento, dessa cisão entre as classes trabalhadoras. Ela se torna um sinônimo da luta pela participação dos trabalhadores menos qualificados, das grandes massas excluídas.. Excluídas entre aspas porque a exclusão não existe.. José Martin que falou da exclusão precária ou período de exclusão que são características do capitalismo. Quando o movimento nesse segundo desvio.. Quando eu entro na educação popular na área da saúde em 98 eu estou entrando nesse curso de uma luta por transformar o SUS e a política de saúde em algo mais próximo da realidade desses trabalhadores informais, dos movimentos mais fragilizados, mais vulneráveis... Então educação popular tem muito dessa trajetória. Quando eu entro... Eu estou nela.. Eu não questiono...

Luciana - No momento de mudança da articulação para a rede.

Eduardo – Aí se tem então uma lista de discussão, consegue realizar... Boletim que era uma coisa muito esporádica, em velocidade maior... Através da lista se ampliam os contatos para várias cidades do Brasil. Aí a gente começa a aproveitar. Quando a estrutura institucional propicia a gente começa, dentro dos congressos, oficina de Salvador.. Começamos então a ter uma cara dentro da Saúde Coletiva. Era um embrião na verdade.

Luciana - Você lembra nesse período quem já estava na articulação?

Eduardo – Está é o de menos.. A Sônia Acioly... A Helena... Valla... Para responder essa questão talvez fosse interessante falar um pouco da diferença entre a rede e a Aneps.. A rede era mais formada por profissionais da saúde. A lista era composta em grande parte por profissionais de saúde, professores e pesquisadores.. A proporção eu não sei...então tem a expectativa do Governo Lula . Nós fizemos uma oficina em dezembro de 2002 dentro da Conferência da Educação para a Saúde e nessa oportunidade a rede .. Essa foi uma iniciativa da rede... A rede já começou a discutir a participação no governo. [...] Ana Cláudia Figueiró... O Eymard não foi...os

estudantes.... A maior parte deles era do Rio Grande do Sul.. Vieram participar e voltaremos ao ponto...aquele menino que foi do Ministério também..O Cariri... Nessa oportunidade nós sabíamos que retoricamente iria defender a participação mas que tínhamos que garantir a motivação prática da participação e que todo mundo iria falar no termo da educação popular.. Lembramos à coisa da polissemia.... As figuras da vez.. Temos também as palavras da vez.. Da moda. A visão sobre o governo já era uma visão que tinha um pé atrás na medida em que esse governo, nas suas experiências anteriores, sempre foi muito autoritário... Comprovou que foi profunda a participação... E não deu em nada.. Uma série de conferências na cidade.. Também não deu em nada.. Mas, nessa época, acho que já tinha uma tradição da palavra população que não era uma tradição nova. Em 2002, em dezembro, já sabendo que o governo estava chegando...colocamos uma carta mas tem um movimento nosso na rede que vai redundar na articulação. A proposta da articulação não é uma proposta nossa. A proposta da articulação é uma resposta ao período de organização de crise que se seguiu a uma profunda desagregação da máquina, do aparelho.. Do parque industrial brasileira, consequência da política dos dois Fernandos: do Collor e do Fernando Henrique Cardoso. Em 96 talvez tenha sido mais amplo e mais profundo esse processo porque pela primeira vez na história do Brasil a gente assiste ao desemprego estrutural. No ano 2000 a CUT apóia a iniciativa da Primeira Articulação nacional que foi a articulação do semi-árido, que é uma resposta à situação do desemprego, porque ao lado do [...] tem outras iniciativas que também caminham nessa direção. O surgimento da chamada economia solidária.... Para um contexto de desemprego estrutural... O [...] expressa isso: a busca por uma alternativa que não é mais pela via capitalista. Eu digo isso porque ao lado da organização dos pequenos produtores rurais do semi-árido, existe também iniciativa de frentes de trabalho.. Um conjunto de experiências de trabalhadores assumindo os passivos das empresas e conquistando juridicamente a condução desses negócios falidos. Em Pernambuco você tem uma experiência na usina de açúcar de [...], experiência importante porque ela era o pólo de uma região de mais de 150 mil pessoas.. O fato de você ter os trabalhadores assumindo isso é um dado importante. Nesse contexto e expectativa é de que isso avançasse. A grande frustração que a gente tem no governo Lula é a perda de perspectivas do governo anterior a ele. Eu digo isso porque quando nós vamos conversar no Ministério essas palavras já estão na boca das próprias pessoas do Ministério . Aí tem um entreato. De dezembro a março foi um período de negociação. A rede, através do Eymard, de mim e da Ana.. A nossa idéia é que a gente

pudesse exercer alguma influência na Atenção Básica, no Departamento de Atenção Básica.. Nossa idéia é que a educação popular pudesse estar atrelada aos serviços a nível local. Era o nosso desejo. Entretanto, a composição do Ministério da Saúde atravessou a nossa intenção. Quando a gente soube já tinha a estruturação inclusive com a denominação onde a educação popular já estava incluída na formação de recursos humanos.. Aí não tinha outra alternativa. Ou era pegar ou largar. Mas não era nossa intenção.. Não queríamos isso. [...] Aí começa uma negociação em termos de nomes.. Aí chegamos ao nome de Verônica.. Verônica tinha uma trajetória.. Então a nossa iniciativa redonda na inclusão do nome da Verônica e tem um edital..Tem todo um processo.. Março a gente faz uma reunião.. E chama os assessores do movimento porque eu não queria que acontecesse que os movimentos tomassem para si a iniciativa.[...] a proposta da Verônica é que os assessores dos movimentos propusessem uma política na área de educação popular que permitisse do ponto de vista autônomo. Nessa reunião, o Valla estava presente também.. A Paulette.. O Valla propõe que se incluísse as pequenas experiências. A preocupação era a seguinte: os movimentos nacionais [...] acho que essa reunião deu origem a ANEPS. Nela ficou detido o princípio fundamental: era uma articulação dos grandes movimentos com vistas a apoiar os pequenos. Não era uma articulação dos grandes. Era apenas uma iniciativa dos grandes movimentos.. MOHAN.. Mas o que queria na realidade era a organização dos pequenos movimentos e das práticas...tanto as dos profissionais de saúde quanto dos grupos populares... As pessoas que tinham vínculos com os movimentos... NOHAN, MOPS, MST..[...]. Fiocruz...tinha uma composição [...] era muito forte porque tinha uma posição política muito clara...[...] essa reunião é decisiva.. Depois disso se realiza em maio uma reunião em Brasília e eu estava coordenando a rede, eu assumo o papel de coordenar essa iniciativa. A escolha passa a ser, das instituições nacionais, a menos comprometida com interesses públicos específicos.. Um pouco mais neutra...não era uma organização do movimento. As pessoas que se relacionam com o movimento mas não do movimento. A rede não é do movimento.. Profissionais individualmente.. Profissionais que não representam ninguém. São pessoas que falam em nome de si mesmo mas, como são profissionais, elas têm que trazer o vínculo que elas fazem, sua atuação institucional... A ANEPS não é uma iniciativa da Rede. A ANEPS é uma convergência que a Rede pretendia, que os outros movimentos pretendiam.. E nasce uma coisa nova que é uma organização local...

Luciana – Você falou da reunião de maio...

Eduardo - A reunião de maio ela funda propriamente a Articulação.. É a reunião que deu origem à articulação nacional.[...] Wanderleya não sei se na época era consultora do Ministério da Saúde...

Luciana - Você falou da constituição da rede é uma constituição mais forte... O que é uma instituição de fato?

Eduardo - A rede, quando ela surge, ela surge com um apoio institucional.Tem uma coisa de pessoa.. Eu assumi certa liderança.. De produção do boletim.. Mas é uma coisa .. Era ...

[FITA 6 - LADO B]

Eduardo – A discussão era pra mostrar um potencial... Um espaço mais de trocar experiências e criar identidades. O resultado disso é aquele livro em 2001. O ano de 2002 é um ano mercado pelo processo eleitoral.. O segundo semestre está discutindo porque não.. Porque sim.. O ano de 2003 é um ano consagrado voltado para a construção da ANEPS.

Luciana - O que você acha da primeira articulação?

Eduardo - Acho que a primeira articulação ela é uma tentativa de manter acesa..Ela vem de uma conjuntura política de mobilização do período militar.. Uma série de experiências de educação popular em diversos países da América Latina [...] em 83 há certo impasse. Em 84 já há uma articulação e isso tem a ver com o processo político... Se você reunir.. [INTERROMPEU] O MOPS é o seguinte: até 81 ele não é MOPS.. Ele é uma articulação de profissionais e lideranças populares.. Profissionais de saúde em sua grande maioria.. Se tornaram atores da Reforma Sanitária. Você tem que acompanhar esse período. Esse período, em 81, está no auge do Regime Militar. Em 82 é que tem a primeira eleição direta.. O restauro de todo aquela onda grevista do ABC se espalhou pelo Brasil inteiro.. Então havia uma grande expectativa de mudança.. Um grau de mudança social. Entre 81 e 84 tem certa divisão. Uma parte das pessoas aceita participar do processo de transição que resultou no Colégio Eleitoral e na eleição de Sarney e uma parte que continuou pressionando. Há uma divisão. O próprio PT está no pólo oposto. Recusou-se a participar do processo eleitoral, embora tenha causado comissões internas que muitos queriam participar. O MOPS ele nasce nesse contexto desse sistema político ideológico. As raízes mais fortes do MOPS em 81, 82, 83... Ele é mais forte no meio rural e no nordeste, onde há uma reflexão da educação popular.[...]

[...]

Eduardo - Quais são as duas organizações mais importantes da ANEPS aqui no Rio?

Pela Vida.. Que se pauperizou.. Pela Vida hoje está retomando coisas que não tem mais nada a ver com a tradição das ONGS da AIDS que era uma organização de classe média e o CEDAP [...] acho que não é diferente não.... Claro que tem um histórico, tem curso, mas o processo é mais ou menos o mesmo. Quando você analisa , por exemplo, o CEDAPS.. O CEDAPS não é uma ONG.. É uma rede..Ele tem um núcleo que é uma ONG e uma rede. O Pela Vida é uma ONG mas que mudou sua característica social.. Ela deixou de ser das pessoas de classe média.. Ela deixou de ser exclusiva de um grupo de classe média, dos artistas, intelectuais.. E se tornou mais voltada às classes trabalhadoras.. O Pela Vida passa a assumir um tipo de atuação que está muito mais próximo de um movimento do que uma ONG.. Ela mantém a característica [...] participar de um conselho de saúde.. Não é característica.. A própria participação institucional para mim é um elemento importante.. O debate, para a prefeitura.. As duas entidades fizeram pronunciamento... Ficou claro que [..].

Luciana – Pra você.. A ANEPS foi criada ou recriada em 2003?

Eduardo - Acho que ela foi inventada.. Não é a mesma coisa que nos anos 80.. Nem do ponto de vista histórico não tem relação com os movimentos como você tinha com movimentos populares...em 76, 77, 78..O MOPS é a sigla dessa articulação em 81, 83.. Se auto-denomina como MOPS.... ela se propõe.. Porque não há.; em 2003 a proposta o projeto... Era proposta não só de trocar experiências, fortalecer as práticas, mas também interferir na política de saúde. A gente tem pouca gerencia.. Mas o Ministério não sabe..[...] com todas as decisões políticas.. Por exemplo: formação dos agentes comunitários de saúde: zero. Eles poderiam ter nos convidado, mas não nos convidaram. Eu já disse isso, escrevi isso e reafirmo isso. Foi um erro grave.

Luciana – E hoje?

Eduardo - Não sei.. Não sei por que eu não estou acompanhando.. Afastei-me, não estou participando e não tenho como responder a sua pergunta. Imagino que com a tentativa anterior de troca de experiências, pelo menos no nível local.. De educação permanente.. Não sei se faço questão de entrar nisso não. Acho que outro ponto que é importante lembrar é que tentamos influenciar a política no sentido mais do presente.. A possibilidade de realização de uma Conferência Nacional de Educação, Comunicação e Informação... Houve uma resistência tremenda do Conselho Nacional de Saúde.. Aí fundou um próprio grupo dentro do Conselho contrário à ANEPS inspirando...porque a proposta da ANEPS ela vinha dificultar uma política de balcão que o ministério sempre teve com os movimentos. Um dos traços da política da gestão de Fernando Henrique

Cardoso foi a política de balcão e você pode ver isso através da Universidade Solidária. A proposta da articulação é exatamente superar isso e alguns grupos do Rio Grande do Sul foram mais afetados em suas pretensões de representar a educação popular nacional se manifestou ao contrário e fez uma campanha de desmoralização da ANEPS.

Luciana - E conseguiu?

Eduardo - Eu não sei dizer se é de fato ou não mas criou um mal estar provocado por uma ONG que representava o chamado Pólo do Sul... Um grupo que assessorava.. Assim de cabeça eu não lembro... Eu lembro das pessoas... Tem a ver com o fato da ANEPS não ter conseguido se firmar no Rio Grande do Sul. Ela não deita raízes... Faz-se o Primeiro Encontro Estadual do Rio Grande do Sul mas não vai para frente...enquanto está muito dependente da clientela.. Eu não acompanhei e por isso eu não sei. Só sei o seguinte: a articulação precisava mais precisamente criar e se organizar no nível local... Mas a idéia era que essas experiências de convênio pudesse ser subsídios para a formulação da política. Quando se adota uma política para a formação [...], que essa experiência dos movimentos e práticas fossem consideradas, por exemplo. Acho uma perda histórica, uma oportunidade que se perdeu de propiciar isso...

Luciana – Quais são os pressupostos teórico-metodológicos da ANEPS?

Eduardo – Pressupostos? Tem uma visão abrangente da educação popular porque do ponto de vista.. Se a gente analisar das 800 e poucas organizações que participaram da estruturação no final de 2003 em Brasília, há uma grande heterogeneidade. Tem até uma coisa curiosa que certa altura uma senhora veio pedir que pudesse interceder por ela junto ao Presidente da República.. Para você ter uma idéia de que tipo de concepção política estava presente ali. Havia uma mistura muito grande.. O joio e o trigo se misturavam, mas a idéia era que isso fosse um processo educativo, uma troca de experiência.. As pessoas [...] e que essas concepções pudessem ser explicitadas. Se havia um pressuposto era esse: que todos tinham oportunidade de se manifestar, que não se devia classificar previamente por um conceito.. Só entra quem se enquadra nesse conceito.. Pelo contrário.. O conceito da idéia é quase um ponto de chegada.. E quando você tivesse chegado não era nada daquilo que você tinha na cabeça. O Único pressuposto comum é que houvesse diálogo.. Esse é que é o forte....

Luciana - Além do Freire.. Você lembra de outro nome?

Eduardo - No meu caso.. Eu sempre fiz questão de dizer que a minha perspectiva era socialista... Eu dialogo com Freire.. Mas com um toque de Marx.. Acho que outros

fazem o diálogo a partir do cristianismo e outros que genericamente [...] as figuras mais emblemáticas não entram [...]

Luciana – Como foi formulada a articulação? Você já foi respondendo.. Agora.. Quem você acha que está envolvido efetivamente na articulação?

Eduardo – Quem? Hoje? Eu não sei o que responder hoje. Quem estava até o ano passado.. Acho que a ANEPS ela é mais forte [...] acho que dado uma articulação, não é uma organização que tem princípios.. Ela depende muito do dinamismo das pessoas.. Isso assim genericamente falando.. Teria que examinar cada local.. Acho que onde se firmou foi onde já tinha uma tradição anterior.

Luciana - E no Rio?

Eduardo – No Rio tem o CEDAPS .. Tem pessoas que se agregaram.. Não preciso falar nem nomes... Graciela.. A Nora...

Luciana - Qual é a relação da articulação com o SUS?

Eduardo - o vínculo do Ministério da Saúde com o apoio para a realização dos encontros.. Mas tinha essa dificuldade de participação na política e aos poucos fomos trilhando o caminho da municipalização. Hoje a ANEPS tem relação com algumas secretarias de saúde importantes para a organização de alguns movimentos locais.. É o que acontece... Recife, Fortaleza... No Rio eu não conheço. No Rio tiveram duas tentativas na baixada que fracassaram... São pessoas históricas.. São anteriores à ANEPS. Uma coisa importante é a seguinte: é lembrar que essa discussão acontece não só na articulação nacional, mas estadual. Como a gente se relaciona?

Luciana – Pra você.. Qual é o diferencial da ANEPS Rio?

Eduardo – Numa articulação sempre tem dificuldade muito grande atrapalhando tudo. Qualquer trabalho em equipe é sempre uma construção lenta.. Acho que uma forma de articulação é coletiva. Na prática [...]

Luciana - Qual é a relação da ANEPS Rio com o SUS?

Eduardo - Houve tentativa de fazer .. Mas não foi bem sucedida.. E nunca tive uma relação muito próxima com a ANEPS do Rio de Janeiro. Minha relação sempre foi muito nacional.. Então eu não tenho condições de fazer nenhuma avaliação.. Eu participei de algumas reuniões.. Não tenho condições de fazer uma avaliação mais de perto...

Eymard Vasconcelos

Entrevista realizada por Luciana Garritano Barone

Data: maio de 2006

Local: Rio de Janeiro

[FITA 7- LADO A]

Luciana - Como você começou a trabalhar com educação popular?

Eymard – foi participando de um grupo de jovens.. Senti um pouco essa ideologia da Libertação ..Paulo Freire.. Mas nunca pensei... Houve um tempo que fui pesquisador de laboratório.. E nunca gostei muito dessa coisa de estar em laboratório.. É muito chato.. Em 1974 o Centro Acadêmico de Medicina organizou a Primeira Semana de Saúde Comunitária. Foi o primeiro evento nacional de medicina comunitária por iniciativa de estudantes... Tinha gente de vários estados, inclusive o Gastão, que se destacou muito .. Ele foi articulador desse campo em Belo Horizonte.. Eu gostei muito... Logo depois tinha um estágio no Vale do Jequitinhonha. Eu fui com outros estudantes de medicina Belo Horizonte e de Brasília em um vale chamado [...] Xingu e começou aí... Eu era um estudante muito imaturo mas eu tinha essa coisa do Paulo Freire....Já discutia um pouco sobre isso, mas é uma coisa assim.. Mas essa experiência me marcou... Estava conversando com agente de saúde.. As primeiras experiências oficiais com agentes de saúde.. Depois foi em Montes Claros.. A gente chegou lá... Essa novidade do meio popular.. Principalmente com esse MOPS de estar discutindo, fazendo reunião... Tinha-se... Precariedade da discussão.. Mas a gente conseguiu criar esse espaço. Eu me fascinei muito com isso e muitos estudantes de diferentes estados criam centros de estudos da saúde e centros acadêmicos... Como eu fiquei fascinado.. O grupo jovem também tinha algumas leituras... Esse foi o meu caminho de aproximação.

Luciana – você disse que o movimento sanitário veio desse encontro..

Eymard – não existia.. O movimento sanitário se constituiu naquele momento. Antes tinham pessoas que haviam feito curso na Venezuela .. Na OPAS.. Mas era um olhar fragmentado.. No tempo da ditadura estava desarticulado.. O movimento estudantil foi o primeiro a fazer frente de fazer eventos nacionais. A gente fala de reviravolta na saúde.. Da Sarah Escorel...

Luciana - Você conheceu alguém que hoje faz parte da ANEPS no país ou não?

Eymard - a maior parte das pessoas .. Tem muita gente que se envolveu nos trabalhos de base e logo após na abertura política eles entraram nos espaços institucionais.. Eu acho que sou meio dinossauro por isso porque muito pouca gente ficou no espaço da educação... Muitos poucos gestores ficaram nesse trabalho de base.. Várias pessoas, até o Sérgio Arouca.. À medida que ia abrindo espaços institucionais as pessoas iam largando e se preocupando mais com a gestão das políticas... Antônio Ivo, que tinha um trabalho lindo em nova Iguaçu.. O primeiro artigo que eu li sobre educação para saúde..

Mutirão.. Como articula.. Estratégias...foi o primeiro artigo.. Não sei se passa longe.. Mas ele se dedicou à outra coisa.. Essa coisa de investir É porque não tinha espaço institucional.. Na hora que tem espaço institucional é muito mais eficaz agir no centro do poder, então foi essa a opção.

Luciana - vi um artigo de uma pessoa que tinha trabalhado na baixada..Fazia esse trabalho na baixada.. Muito legal... Pra você, na prática, o que é educação popular?

Eymard – educação popular é um jeito de fazer educação que se constituiu na América Latina a partir da década de 50 com proposta teórica construída por um autor chamado Paulo Freire. Em muitos lugares da América Latina é uma teoria muito de movimento social. A ação católica é muito importante.. A ação católica é muito importante...foi construído pela influência dos intelectuais franceses [...] pressão dos movimentos sociais, tomou uma outra conotação. A teoria da educação popular vem depois .. Com o movimento tenha sido teórico, mas na prática.. Primeiro acontece na vida social, na prática.. E depois teórico.. Sistematiza.... Acho que educação popular é isso. Educação popular em saúde é aplicação disso no campo da saúde. Segundo Brandão, nos anos 60, já tinham pessoas que faziam isso, mas eram poucas.. Na década de 70 muitos profissionais de saúde foram para as periferias.. Cresceu muito e criou um campo próprio... O que deu um movimento próprio foi o MOPS, o Movimento Popular em Saúde que começou na década de 70.. Na década de 80 virou uma articulação das pessoas que faziam educação popular em saúde. Esse nome educação popular em saúde quem deu fui eu. Não tinha. Você fala educação popular.. Agora.. Educação popular em saúde não era um conceito.. Foi uma denominação que fui eu quem fiz. Você dá um nome a esse movimento. Muitos profissionais foram.. O movimento de educação popular com a ditadura...antes da Ditadura o Movimento de Educação Popular era institucional. Era uma ação do Estado. A educação popular com a Ditadura virou uma ação que era feita subversivamente. Já é uma transformação muito grande da educação popular. Muitos profissionais que foram para esse campo ia aprender com o movimento. O exemplo foi esse: depois eu comecei a fazer outras experiências. Eu me constituí melhor como educador popular em saúde depois que eu formei.. Terminei a residência.. Fui para o nordeste porque eu queria trabalhar no movimento de educação popular.. Que é o “movimento católico”... Era uma importante oportunidade de trabalho.. Aí eu me liguei a grupos que tinham uma articulação maior.. Que tinham elaboração de práticas de educação popular.. Então aí eu tive uma sistematização maior.. Maior escola de educação popular que eu tive na vida. O MOPS que começou com [...] eu trabalhava no

Pela Vida.. Mas eu trabalhava com saúde.. Eu achava que fazia educação popular escondido... Era uma coisa clandestina.. Se a secretaria de saúde soubesse que eu estava fazendo isso eu iria ser impedido. Aí eu trabalhava com educação popular nem era com saúde, mas com direitos humanos. A gente foi descobrindo que o fato de ser médico.. A gente foi descobrindo um espaço para a saúde que não estava no planejamento. O único componente da educação popular... A luta pela saúde era certa distração que era mais fundamental.. Mas quando a gente começou a mexer com programa de rádio, a gente começou sem querer casar as duas coisas e a gente ficou fascinada com isso porque a gente acabou virando quase um mito na região. Qualquer lugar que eu chegasse era só abrir a boca que as pessoas reconheciam a gente. A gente começou a descobrir que a saúde era muito interessante como espaço de ação. A gente não tinha essa noção. Quando apareceu o MOPS a gente viu que isso que a gente estava descobrindo, outras pessoas também vinham descobrindo..."saúde pra todos".. Foi uma das campanhas que mais mobilizou e a gente viu a força da saúde como instrumento de mobilização social. A gente não esperava. Foram essas coisas que foram.. Antes nos profissionais de saúde trabalhavam a educação popular não era importante.. Importante era a luta do sindicato. A gente não valorizava a dimensão saúde. A gente foi descobrindo a saúde como espaço de mobilização. O MOPS a gente viu que era nacional. Aí foi quando, no início do MOPS a gente fez essa descoberta.. O meu coordenador do MOPS naquela ida...aí.. A gente está falando desse espaço da saúde como instância de mobilização. A gente começou... Nesse momento eu fui bem mocinho expulso da região.. Fui excluído porque se descobriu que eu estava no Centro de Direitos Humanos . Tiraram a gente da região e aí eu fiquei muito desanimado. Eu voltei para a universidade e era um trabalho acadêmico e eu fiz o mestrado para dar um tempo. Aí eu fui fazer faculdade de educação na UFMG. Foi outro momento importante porque eu comecei a ter acesso à teoria da educação popular de forma mais organizada e.. Agora.. Ao me preparar para o mestrado.. Sabia que tinha uma seleção difícil e eu tinha que publicar um artigo. Teve um artigo sobre o trabalho do médico e foi publicado.. Foi muito importante....Esse artigo repercutiu muito entre os profissionais.. Você escreveu aquilo que eu gostaria de escrever, então no trabalho educativo o desafio era como o profissional de saúde pode atuar em uma comunidade. Tinha um trabalho a ser feito com os profissionais de saúde.. Tinham muitos profissionais já atuando nesse campo, mas não tinham possibilidade de sistematização. O meu mestrado foi voltado a escrever alguma coisa para sistematizar essas coisas.. Pensando nos profissionais...cada vez mais deslocando para os

profissionais de saúde.[...] primeiro foi a articulação nacional de educação popular em saúde.. Depois virou a rede e depois virou a ANEPS. Terminei o mestrado em 86.. Saí em 87, 88 e aí fui ao fórum internacional de todas as Américas no Rio de Janeiro de educação em saúde. A gente veio para cá porque não tinha espaço.. Tinha o espaço do MOPS para discutir, mas era um espaço muito militante.. O MOPS naquele tempo tinha se desgastado um pouco e perdendo a capacidade de articulação como um todo..[...] fizeram no hotel Glória, sofisticado.. Muita gente viu aquele tema.. Muitos brasileiros ficaram incomodados com o tipo de debate e com a maneira como aquilo era discutido... Tinha uma banqueta para vender livro e aí a banquinha foi pouco o espaço de articulação onde as pessoas iam conversar.. A marcar reunião na hora do almoço para discutir.. A idéia de criar a articulação?

Luciana- você participava do MOPS?

Eymard- eu participava do MOPS .. MOPS é um movimento.. Eu como educador.. Foi aí que nesse tempo.. A Erundina era prefeita de São Paulo.. A secretaria de saúde começou a criar propôs se criar um [...] controle de saúde coletiva.. Aí a gente marcou para conversar isso no próximo congresso da Abrasco... A gente começou a fazer militância.. Educadores populares.. Aí a gente começou a criar a articulação.

Luciana - era Comissão Nacional de Educação Popular em Saúde

Eymard - não. A Comissão foi criada nesse encontro quando se decidiu fazer o I Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde. A Comissão nasceu desse encontro. Naquele tempo existia uma entidade nacional de educação popular em saúde que dizia que educador e saúde tinha que ser pedagogo. Em São Paulo tinha essa figura do pedagogo. Em alguns estados também teve isso. Tinha entidades nacionais... E foi uma pessoa dessa entidade que tomou à frente da organização do I Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde. Ele queria dirigir um ponto para a necessidade dessa entidade e a articulação não queria do movimento social.. Aí começou a boicotar.. Aí teve uma confusão muito grande...[...] no final , em uma última plenária.. A gente viu que aquilo não poderia morrer, então agente criou a comissão. Eu não lembro direito se a articulação nasceu na reunião da Abrasco ou no I Encontro Nacional. Criou uma comissão porque a gente precisava de uma organicidade de planejamento.. Foi justamente para não cair nas mãos de um grupinho de São Paulo.. Então a gente criou certa organicidade. A gente tentou outros encontros nacionais mas a gente não conseguiu ...não teve nenhuma repercussão... A comissão era um grupo nacional que

mantinha a articulação. A Comissão era porque a gente precisava ter um grupo operacional.. A articulação era uma coisa difusa.. Como era a rede.. A gente criou uma comissão gestora... Na verdade a Comissão nunca funcionou direito porque a gente escolhia as pessoas.. Mônica participou muito. A Mônica foi uma pessoa muito importante nesse processo.

Luciana – Quem estava nesse movimento? Alguém que está hoje?

Eymard – não.. São pessoas que não estão presentes de forma significativa. As pessoas mais antigas que eu lembro é Valla, Roberto.. As pessoas que participaram do boletim..

Luciana – [...] dessa articulação?

Eymard - educadores populares já existiam independentes da articulação... As pessoas estavam muito perdidas, sem referências e espaços de trocas e esse movimento acabaram ocupando espaço de gestão. As pessoas chegavam a perguntavam para ele: você está fazendo o que? Ele respondia: educação popular. E a pessoa: ainda??? É uma coisa já fora de moda, ou então, antes do SUS teve o SUDS.. Todo mundo voltado para esse processo.. A articulação possibilitou começar a aglutinar essas pessoas. Os primeiros boletins eu faço um artigo sobre o I Encontro nacional . A gente começa a ver que tinha havido uma institucionalização.. Hoje, a maior parte das práticas educativas no SUS estava ligada ao SUS. A educação popular tinha um passado como sendo predominante uma prática junto aos movimentos sociais sem ligação com instituição para ser uma prática vinculada com a instituição... Por isso que eu falo que a teoria vem depois. Tem uma passagem no meu artigo sobre educação popular em serviços de saúde... Na terceira edição tem um pós-fácio “educação popular: constituição, crise e redefinição”, onde eu falou um pouco dessa passagem. Foi muito importante esse espaço para o Valla. A gente começou.. A teorização ajuda e reforça as práticas... Aí começou mais pessoas a estarem no movimento, a gente começou ... Era muito importante o espaço político que o Valla tinha dentro da ENSP.. Alguns espaços nos congressos para começar a discutir isso... A gente tinha pessoas que estavam soltas... . Aí foi importante o boletim... De cada encontro a gente passava lista ... A gente fazia reunião... Pegava lista de endereço... Mandava.. Começou o cadastro começou a ficar muito grande...uma coisa muito trabalhosa.. Minha ex-mulher me ajudou muito nesse processo... O Rio ganhou mais espaço ultimamente por causa da pós graduação aqui. O Valla e o Eduardo começaram a dar cobertura para as pessoas se politizarem. O Rio não tinha destaque. Tinha destaque a presença do Valla que conseguia espaço político nos

eventos. [...] A maior parte dos boletins foi divulgado com os recursos da ENSP com o apoio do Valla.

Luciana – as semelhanças e diferenças que você vê nesse momento a articulação e a ANEPS.

Eymard – quando a gente começou a articulação de educação popular em saúde.. Porque o MOPS começou a esvaziar.. Tem encontros que articulavam experiências.. Teve um encontro em Goiás em 1980 e poucos e passou para MOPS.. Mas chegou a um momento que não chegava a ser mais movimento de articulação e sim um momento como o MST.. Aí as pessoas não se encaixavam mais naquela. A luta pela saúde é muito diferente... Acabou que o MOPS atuou mais nas áreas rurais do Centro Oeste em um espaço difuso de muitas experiências que não eram mais identificadas.

[FITA 7 – LADO B]

Eymard - a articulação foi se fazendo muito no espaço acadêmico. Quem participa disso são os intelectuais.. Os boletins.. A ANEPS foi mais tarde que começou. A articulação depois da Rede sempre foi um espaço de articulação dos intelectuais. No máximo profissionais que atuam mais tem uma preocupação de uma reflexão metodológica sobre o que fazer. A gente não queria isso, mas foi o que foi possível. A passagem da articulação pra rede foi quando o Eduardo entrou , que é mais forte. Eduardo Stotz está bem cansado do trabalho dentro da ENSP, mas ele é um cara mais articulado.. Fundou o Elos.. Foi pensado em criar uma estrutura institucional para dar um caráter mais formal a o que era antes da Articulação e houve uma mudança ara a rede. Na verdade, havia uma continuidade mas o que diferenciava era a criação de uma estrutura acadêmica, de relação... Mas também se frustrou um pouco porque também nem se conseguiu avançar muito. Eu analiso uma mudança muito grande. A Aneps hoje é diferente. Tentamos fazer com a ANEPS aquilo que não havíamos conseguido, que era de articular os movimentos e práticas. O MOPS ainda existe, mas é pouco significativo. Nesse negócio do controle social a gente ficou voltado para essa coisa dos conselhos, das conferências e as práticas ficaram de fora. Quem viveu o MOPS sabia como eram ricas essas experiências locais. Para mim foi muito importante ter participado do MOPS para ver como era importante articular. Eu ia muito lá à Paraíba... Eu tinha muito isso... O papel educativo dos encontros... Das próprias experiências. Esses movimentos perderam a visibilidade. Houve uma burocratização das entidades que participam do processo de controle social. É um pessoal muito aparelhado. A Aneps

foi uma tentativa de fazer essas articulações como era o MOPS no passado, mas agora com uma base nessa conjuntura do Governo do PT.

Luciana - em sua opinião para quê serve a rede?

Eymard - acho que a rede é o espaço de articulação desses profissionais , intelectuais. Intelectuais no sentido não dos intelectuais acadêmicos, mas das pessoas que estão pensando caminhos.

Luciana - Diferenças e semelhanças entre a rede e a Aneps?

Eymard – eu não gostaria de separar, mas é uma vivência que a gente teve na prática. Teve o II Encontro Nacional . A rede articulava mais intelectuais... É como se a gente quisesse diferenciação, mas é um dado da realidade. Os intelectuais têm facilidade de fazer contato, então você acaba dando um caráter à entidade que espanta as pessoas da base. Não é que a gente queira, mas é um dado da realidade.. É um dado que tem que considerar... A gente sempre tentou abrir, mas nunca conseguiu uma cobertura significativa.

Luciana – parece que quem se aproxima mais é o movimento estudantil...

Eymard - ou então pessoas de ONGS, de movimentos, mas que não são a base. A gente viu um pouco... Pode até ser que mude, mas o movimento tem que ser organizado nesse sentido, com característica pra isso, senão.. A gente vê na Aneps.. A luta do movimento é mais política.. Nós intelectuais gostamos muito de conversar. Tem um caráter diferente. Não é que seja boa a separação, mas tem mostrado ser operacional.

Luciana - Em sua opinião: para quê serve a ANEPS?

Eymard - chegar às bases da organização não é o objetivo....Fortalecer esses movimentos.. Dar um olhar novo de saúde.. Repensar a construção da saúde não só a partir dos serviços, mas a partir da luta social criando novos paradigmas de organizar... Reorientar o serviço de saúde. Deixa de lado essa dimensão de fortalecer as iniciativas do sistema de saúde. Tem que pensar formas de gestão da sociedade.. A gente passa por todo um planejamento centralizado.. A educação popular tem um objetivo político. Como levar isso na perspectiva de Gramsci? As pessoas levam para a educação e a gente leva isso para a saúde.

Luciana - o que pra você suscita a criação da Aneps? O que você acha de conjuntura.. De tudo?

Eymard – o que motivou a criação da Aneps? A Aneps veio da iniciativa muito de intelectuais, ou seja, da rede, do Ministério. São pessoas que percebiam uma ação além do controle do SUS.. Dos conselhos, das conferências. É uma força viva que está

querendo um espaço. A Aneps parte de uma leitura dessas pessoas que conseguiram em uma determinada conjuntura certo espaço político. Aí fizeram a Aneps.

Luciana – o que o Estado tem a ver?

Eymard – de propor... Quando o Ministério criou a coordenação de educação popular ...a gente discutia ser uma estratégia nacional. Se não tivesse a mudança do Estado a gente não teria feito essa proposta.

Luciana – pessoas da rede de educação popular??

Eymard - José Ivo dava contribuição, Verônica.. A Verônica fez umas duas reuniões chamando pessoas da rede para pensar estratégias da coordenação.

Luciana - em sua opinião, a Aneps foi criada ou reinventada em 2003?

Eymard – as duas coisas. A referência do MOPS nos anos 80 foi importante... Poucas pessoas tinham vivido a experiência do MOPS.

Luciana – quais são os pressupostos teórico-metodológicos e os objetivos da Aneps?

Eymard - acho que quando a gente faz uma articulação.. Os pressupostos que existem.. A proposta de gestão. Todos estavam orientados pelos pressupostos da educação popular. Essa foi à orientação. A educação popular não é só um jeito de fazer.. Tem também os pressupostos teórico – metodológicos embutidos aí. Uma coisa que a educação popular não é esse pressuposto. Esse pressuposto anunciado espanta.. Entra sem saber muito bem o que é....

Luciana - Além do Paulo Freire existe outros intelectuais que você lembra?

Eymard - na verdade Paulo Freire..As experiências mais interessantes que eu vi. Teve uma época que eu saí andando pelo Centro Oeste e conversava com muita gente. Eu escrevia, as pessoas chamavam... Muita gente nunca tinha ouvido falar em Paulo Freire e foram as experiências mais bonitas. Paulo Freire é importante para anunciar para as pessoas lá de fora, que não estão dentro dos movimentos sociais. A maior parte das pessoas aprendem educação popular não é lendo o Paulo Freire.. É dentro dos movimentos.. Há muitos autores: Leonardo Boff... Os grandes autores não são os autores mais importantes.

Luciana - Você sabe me dizer como a Aneps foi formulada?

Eymard - a concepção dela se deu em Brasília e aí apareceu essa proposta.. Aí o Eduardo tomou a frente nesse momento. Nesse processo do Eduardo Stotz é quem tomou a frente da coordenação desse processo. Ajudou muito o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva que teve em Brasília. Aí a gente aproveitou. Ele deslanchou a partir

desse momento na Abrasco que ganhou uma amplitude maior. A Abrasco foi central na política de saúde.

Luciana – quem você acha que está efetivamente envolvido na Aneps?

Eymard – que tipo de atores? Acho que varia em cada estado. Em cada estado há a predominância de certos tipos de atores. Na Paraíba, por exemplo, são os estudantes. Em Recife são os profissionais de saúde que eram do movimento popular atuando na rede de serviços. Pessoal da ONG, pessoal da academia... Cada lugar é diferente. São lideranças que o papel do Eduardo dá um caráter acadêmico. Em Sergipe é o MOPS que está lá na frente. Quem toma a frente anima e traz outras pessoas que discordam daquela linha. Somos um movimento pequeno para caber dentro da organização. Tem tudo quanto é tipo de ator. Faz parte.....

Luciana – Como é o contexto que favorece a existência da Aneps?

Eymard - a existência de movimentos sociais, de pessoas dispersas... As pessoas vivem experiências locais, percebem a força dessa ação local e gostariam de generalizar. A Aneps é uma possibilidade.

Luciana – A política do Ministério da Saúde foi uma surpresa ou um objetivo?

Eymard - A gente esperava isso.. O pessoal já teve ter falado no Encontro que teve em São Paulo, no Congresso de Promoção da Saúde quando resolveram fazer uma carta no Ministério.. Estavam muito animado com o governo. Foi essa carta que gerou a coordenação de educação popular em saúde. Teve o Congresso de Promoção da Saúde em São Paulo...teve um encontro da rede lá e eles falaram dessa conjuntura. Como influenciar o governo? Apesar de eu não ter participado as pessoas foram mandando trechos e idéias.[...]

Luciana – [...]

Eymard - É uma problematização interna entre os profissionais... Para mim não está muito clara essa diferença pelo boicote que eles fizeram. Eles olharam a Aneps enquanto a Aneps era uma força política. Era uma forma de dar visibilidade popular para eles, mas eles tentavam tirar o caráter.. É uma outra coisa. Atuavam ... Tudo que era para discutir educação popular quase nada saiu. A coisa para os amigos.. Para os inimigos a burocracia. Ouviomar chegava lá... Para mim mascarava essa discordância... Era um jogo de promessas.

Luciana - A transparência de algumas coisas que não aconteceram. Em sua opinião, qual é a relação da articulação com o SUS?

Eymard - acho que a Aneps pode trazer para o SUS essas práticas que a população está desenvolvendo, tecendo uma medicina alternativa que já é feita... Você dizia que se fazia Educação Popular, mas é mais do que isso. É solidariedade, é apoio social. É integrar isso para o serviço de saúde. O pessoal fala de integralidade... Tem uma contribuição muito grande da Aneps. A Aneps é muito capenga... A cultura popular, a busca das pessoas.. Isso tem uma riqueza.. E não tem visibilidade. As pessoas fazem envergonhadas.. Escondido do médico, do vizinho... Não conseguem ver o caráter inovador que isso tem. Tem que buscar formas de participação que estão além. Acho que as práticas de Educação Popular integradas ao SUS se orientam pela prática.

Luciana - Como pra você é realizar o trabalho em equipe dentro da Articulação?

Eymard - Como? Cada estado criou formas especiais de articulação. A Paraíba promoveu encontro de estudantes na universidade.. Ao fazer um grupo de teatro, uma peça.. Então cada estado está se dando formas diferentes de organizar reuniões e encontros. Às vezes a articulação do grupo com a pessoa não se dá tão ... A reunião de planejamento se dá na ação. Isso é uma coisa de Educação Popular. Vão formando sub grupos... Estamos discutindo o encontro nacional.. É uma coisa meio delicada... Alguém acho que fulano, fulano e fulano deveriam participar... Aí mandou um e mail para essas pessoas para discutir onde seria o II Encontro Nacional da Aneps. Você está participando?

Luciana – Eu abri alguns e mail.. Mas sub grupo aí...

Eymard - Volta e meia volta subgrupos fechados... Porque eles acham que certas coisas são delicadas para discutir.. Então tem certas coisas... Acho que todo jogo político tem isso... Há certas coisas... Há uma tendência, quando os assuntos são delicados, de juntar grupos menores... Há sempre essa polaridade. A internet permite formar grupos específicos bem rapidamente. Há certa disputa agora...

Luciana - No Rio, quando tem um grupo menor para agilizar... Tem uma tendência das pessoas que são mais novas... Fazem pequenos grupos que definem, que mandam.. Aí delega as coisas.

Eymard – Isso é uma dialética, mas tem certas coisas que são delicadas sim. E não teria espaço para discutir certas coisas.

Luciana – Quem efetivamente está envolvido na Aneps Rio?

Eymard – não sei.. CEDAPS, ONGS... Pessoas da academia... Acho que não sei tanto para dizer...

Luciana – Qual a relação da articulação do Rio com o SUS?

Eymard - ...

Luciana - Em sua opinião, existe diferença entre a Aneps RJ das demais?

Eymard - Cada estado é diferente... Márcio é da CEDAPS, né?

Luciana - Márcio é da Secretaria Municipal...

Eymard - Essa presença de algumas ONGS fortes e a presença de pessoas com uma formação acadêmica... [FIM DA FITA]